UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LÍVIA DE AZEVEDO SILVEIRA RANGEL

Lídia Besouchet e Newton Freitas:
Mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950)

(Versão Corrigida)

TESE DOUTORADO

São Paulo

2016

LÍVIA DE AZEVEDO SILVEIRA RANGEL

Lídia Besouchet e Newton Freitas:

Mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950)

(Versão Corrigida)

De acordo

Prof^a Dr^a Maria Ligia Coelho Prado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ligia Coelho Prado

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R1961 Rangel, Livia de Azevedo Silveira
Lidia Besouchet e Newton Freitas: mediações
políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da
Prata (1938-1950) / Livia de Azevedo Silveira Rangel
; orientadora Maria Ligia Coelho Prado. - São Paulo,
2016.
282 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Lidia Besouchet (1908-1997) e Newton Freitas
(1907-1996). 2. Militância política. 3. Exílio. 4.
Argentina. 5. Mediação cultural. I. Prado, Maria
Ligia Coelho, orient. II. Título.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Lidia Besouchet e Newton Freitas: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950)*. Tese apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História Social.

Banca examinadora

Aprovada em: _____

Prof. Dr. _____ (Orientadora). Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ . Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ . Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ . Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ . Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A

Augusto Newton Goldman

Newton Freitas e Lídia Besouchet no Café Tortoni. Buenos Aires. Argentina. C. 1940. Fonte: Acervo Pessoal Augusto Newton Goldman.

AGRADECIMENTOS

Os quase cinco anos que separam o início da minha trajetória no doutorado desta miragem a que convencionamos chamar fim, foram tempos de profundo aprendizado. Ter a oportunidade de agradecer a todas as pessoas que preencheram com sua generosidade e empatia a minha existência durante esse período é uma das partes gratificantes de ter de emergir, com muito custo e certa relutância, desse mergulho prolongado que foi a minha vida até aqui, dedicada ao estudo da biografia e da produção intelectual do casal Freitas-Besouchet. Envolvi muita gente nessa tarefa, compartilhei sem pudor meu entusiasmo pelo tema, como também as angústias, as crises e as dúvidas, encontrando, tanto num caso como no outro, pessoas queridas que souberam ser firmes e amorosas, sendo cada uma delas fonte de apoio, inspiração e aconchego. O que seria, afinal, desses percursos que se apresentam às vezes tão forçosamente solitários sem os laços de afeto que nos sustentam?

À Maria Ligia Coelho Prado, agradeço por ter me acolhido como sua orientanda, por ter me mostrado que competência acadêmica não significa frieza e impessoalidade, por ter me guiado com sabedoria, zelo, paciência e absoluto comprometimento. Tê-la como minha orientadora foi um dos mais inesperados e felizes acontecimentos da minha vida acadêmica. Olhando para trás, não consigo resistir ao pensamento de que tudo se encadeou, como num lance do destino, para que “Lívia, Lídia e Ligia” se topassem, sendo eu a maior beneficiária, a verdadeira aprendiz desse encontro.

À Stella Maris Scatena Franco, para quem o significado da palavra gratidão é ainda insuficiente para dar conta do muito que devo ao seu estímulo, generosidade e amizade. Agradeço pela presença constante, pelas contribuições intelectuais valiosas, pelo diálogo interessado e questionador com que tem me brindado desde a graduação. Para cada etapa de amadurecimento, sua participação na minha vida foi fundamental.

À Maria Beatriz Nader, agradeço pela parceria ininterrupta desde o mestrado, quando tive o privilégio de ser sua orientanda. Sou absolutamente grata pelas oportunidades que me deu de crescer ao seu lado, incutindo-me autoconfiança e ensinando-me que paixão e rigor são dois elementos indispensáveis na construção do conhecimento. Pela dupla influência que tem na minha vida: pessoal e acadêmica, obrigada!

Merecem também meus sinceros agradecimentos os professores Francisco Aurélio Ribeiro e Vanda Luiza Souza Netto. No engatinhar do projeto, ambos foram essenciais, cedendo-me não só um tempo precioso de diálogo como também todo o material sobre Lídia

Besouchet de que dispunham, fruto de suas próprias pesquisas. O livro *A embaixadora das Artes*, publicado pela professora Vanda, em 2008, foi, sem dúvida, minha principal fonte de consulta e referência antes de me embrenhar por completo na imensidão da pesquisa e, mesmo durante essa fase, não o abandonei.

Os meus sentimentos de gratidão se estendem igualmente aos profissionais dedicados e solícitos que encontrei nos vários arquivos, bibliotecas e acervos em que estive como investigadora assídua ou em breves momentos. Nas ocasiões de curta temporada, como as que passei nos Arquivos Públicos do Estado do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo, nomes e rostos se confundem e, por isso, meus agradecimentos se dirigem à equipe de um modo geral. Meu desejo em ser específica, agradecendo às pessoas que mais diretamente me auxiliaram a ter uma boa experiência de arquivo, respeitando, mas não se limitando aos meandros de um tratamento burocrático, é algo possível apenas quando minha frequência nesses acervos chegou a entabular semanas, meses e anos. Assim, principio por agradecer à Elisabete Marin Ribas, supervisora do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), pela atenção inestimável que deu às minhas solicitações de pesquisa, mesmo depois de os fundos documentais de Lúcia Besouchet e Newton Freitas terem sido indisponibilizados para consulta pública em razão do processo de catalogação dos mesmos. Como minha pesquisa já estava em andamento, fui convidada a continuar o trabalho como pesquisadora interna, auxiliando, pelo tempo que me foi possível, na organização dos dois acervos, experiência que guardo com carinho. Também guardo especial recordação dos funcionários Gabriela, Paulo, dona Joana e dos estagiários com quem convivi, principalmente Barbara Carneiro.

Durante os quatro meses em que morei na Argentina, financiada pela bolsa sanduíche da Capes, pesquisei em vários arquivos e, em todos eles, tive a alegria de encontrar pessoas na mesma medida simpáticas e dispostas a facilitarem a minha estadia de pesquisa. No arquivo da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, tive o prazer de dividir por algumas semanas a mesma sala com o responsável pelo setor, Francisco Araújo, um senhor deveras gentil que não só me deu absoluta liberdade, como me presenteou com boas histórias sobre sua peregrinação pelo mundo. Já no Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina (CeDInCI), fui agraciada com a discreta e cortês companhia do jovem Tomás Verbrughe, referencista da biblioteca e hemeroteca que, além de importantes dicas sobre outros acervos que poderiam me interessar, expressou sempre que pôde um profundo interesse pelo Brasil. No setor de periódicos antigos da Biblioteca Nacional, as

oportunidades de conversa foram mais escassas, mesmo assim, não faltou gentileza da parte de toda a equipe que graciosamente passou a me dispensar de alguns rituais protocolares.

Minha jornada de pesquisa nos arquivos e bibliotecas argentinos se deu sob a supervisão da Prof^a Dr^a Patrícia Funes, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Exprimo aqui toda a minha gratidão por, mesmo sobrecarregada de tarefas, ter tão gentilmente aceitado me receber. As trocas de mensagens e os encontros que tivemos pessoalmente foram cruciais para enriquecer algumas de minhas perspectivas. Suas dicas e informações privilegiadas de pesquisadora experiente me conduziram por caminhos certamente mais seguros.

De regresso ao Brasil, volto meus agradecimentos a um grupo muito especial de amigos e de colegas que foram extremamente importantes nessa etapa de minha vida, especialmente durante os dois anos em que morei em São Paulo. Nesta fase, em que, por questões de sobrevivência, era imperativo buscar um jeito de me sentir em casa, fui surpreendida por uma adorável camaradagem de pessoas que me receberam em seu meio com o mesmo calor com que se recebe a um “velho amigo”. Cito entre elas, Ivânia Motta, Ricardo Streich, Alexsandro de Souza, Valdir Donizete, Luciano Santos, Daniel Helene, Maria Antonia Martins, Caio Gomes, e mais três queridas amigas, Ângela Meirelles, Marcela Quinteros e Romilda Motta, com quem tive o privilégio de compartilhar afinidades teóricas e objetos de pesquisa. Romilda, particularmente, foi e tem sido uma interlocutora de ideias e criações instigantes, em cuja pessoa repousa minha mais sincera estima.

A outros tantos amigos queridos eu gostaria de dedicar umas linhas de agradecimento, Joria Scolforo, Belchior Monteiro, Carolinne Soares, Tatiana Rosa, Fabiana Macena, Lorena Zem El-Dine, Pedro Demenech, Marina Dias e Dihego Azevedo, amigades que eu verdadeiramente prezo e não gostaria de ter negligenciado durante esse período de hibernação nos estudos. Agradeço o companheirismo, mesmo na ausência.

Às professoras Maria Helena Capelato, Mary Anne Junqueira e Gabriela Pellegrino Soares, pelos apontamentos, críticas e sugestões que dirigiram ao meu trabalho em algumas ocasiões de debate, em particular nos encontros promovidos pelo Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA), agradecimento que dilato a todos os membros do grupo.

Agradeço à Prof^a Dr^a Mariana Villaça que compôs a minha banca de qualificação pela atenciosa leitura que dedicou ao meu material. Tanto na indicação de bibliografia quanto nos questionamentos levantados, sua colaboração foi de primorosa qualidade e inteligência.

À minha família que me honra todos os dias com seu afeto e apoio, agradeço o incentivo incomparável, a vibração espontânea por cada pequena e grande conquista, os conselhos e a delicadeza da fé que depositam em mim. Aos meus pais, Rubens e Silênia, às minhas irmãs, Rafaela e Natália, aos meus sobrinhos, Guilherme e Ivan, deixo um doce sorriso cúmplice de gratidão, por tudo!

Ao casal Arlete e Emil Schubert, meu sogros e amigos, a quem eu não poderia deixar de agradecer, obrigada pelos momentos prazerosos e pela torcida leal e sincera.

Ao Thiago, amor maior e constante que atravessou ao meu lado calmarias e tempestades da graduação ao doutorado, agradeço profundamente por ter sido durante todo esse tempo a força corajosa e serena que me amparou. Por sua ternura, paciência e alegria, serei eternamente grata.

Ao querido Augusto Newton Goldman, a quem dedico este trabalho. Agradeço pela atitude sempre bem disposta, por ter aberto a porta de sua casa para, muito generosamente, responder minhas perguntas e compartilhar comigo memórias e sentimentos. Sua nobreza e integridade estarão sempre marcadas em minha lembrança. Por ter confiado parte do acervo documental de seus pais a esta empolgada pesquisadora, expresso do fundo da minha alma a minha mais ardente gratidão. Obrigada!

Por fim, agradeço ao CNPq por me garantir as condições materiais para levar adiante a minha pesquisa de doutorado, sem esse subsídio, as dificuldades e os obstáculos seriam bem maiores e, certamente, mais difíceis de superar.

La cancion de los caminos

*He conocido caminos.
¡Muchos caminos!
Caminos que volcaron su silencio
en mi alma,
que apretaron en mi pecho su tristeza.
Caminos que estiraron sus brazos
para otros brazos cansados
que llegaron del trabajo,
del dolor o del fracaso.
He recorrido bajo al sol de las mañanas
ebrias del estío,
los caminos que van a nutrirse de frescura
a orillas de los mares y los ríos;
he recorrido bajo el cielo gris de las tardes
frías de julio,
los caminos grises de jornadas
de trabajo y afanes.
Caminos que no tenían rutas,
que no tenían huellas,
y que fuí andando en silencio,
en estos años libres,
en estos años jóvenes
en que se acortan todas las distancias,
andándolas,
soñándolas.
He visto caminos deshechos
de cansancios,
perdidos en la indiferencia de los hombres
que ya no van por ellos;
he visto caminos jóvenes,
recién floracidos al destino
de irse poblando de casitas blancas.
He conocido caminos.
Los tengo todos en los ojos.
Se aprietan todos en el pecho.
He vivido andándolos.
He vivido soñándolos.*

Maria Amalia Clulow. Uruguay, 1933.

Resumo

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Lídia Besouchet e Newton Freitas: Mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950)**. Tese apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História Social.

Esta tese propõe analisar a trajetória de exílio do casal de intelectuais Lídia Besouchet e Newton Freitas, militantes de esquerda forçados a deixar o Brasil durante a ditadura do Estado Novo. Depois de atravessarem a fronteira com o Uruguai, após uma curta temporada em Montevideu, o casal se estabeleceu em Buenos Aires, permanecendo ali por mais de uma década. Durante os doze anos em que Lídia e Newton viveram na capital portenha, desenvolveram uma intensa atividade cultural ao redor de distintos projetos e em aliança com uma complexa rede de intelectuais. Em grande parte, seus interesses estiveram vinculados a maior divulgação da cultura brasileira na Argentina. Envolvidos nesta tarefa, publicaram dezenas de livros e artigos, realizaram conferências e exposições, participaram de empreendimentos editoriais e de trabalhos de tradução e promoveram um ativo intercâmbio entre artistas e escritores dos dois países. Compreender a participação de Lídia e Newton no cenário intelectual rioplatense da década de 1940, por intermédio de suas atuações como produtores e mediadores de cultura, é o objetivo deste trabalho, que também trata de pensar a problemática de aproximação cultural do Brasil da “tão distante” América Hispânica. Para tanto, a pesquisa trabalhou com três eixos documentais: o acervo pessoal do casal composto por cartas, postais, fotografias e manuscritos; a documentação da polícia política, seus prontuários e relatórios; e o conjunto de publicações na imprensa durante os anos em que viveram no exílio.

Palavras-chave: Lídia Besouchet (1908-1997); Newton Freitas (1907-1996); militância política; exílio; Uruguai; Argentina; Rio da Prata; mediação cultural.

Abstract

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Lidia Besouchet and Newton Freitas: political and intellectual mediations between Brazil and the Rio de la Plata (1938-1950)*. Tese apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História Social.

This dissertation intends to analyze the exile of Lidia Besouchet and Newton Freitas, Brazilian leftists militants forced to leave Brazil during the Estado Novo due to political persecution. After crossing Uruguay border, and a short layover in Montevideo, the couple set up a house in Buenos Aires for a dozen years, in which time they grew an intense cultural life based on a strong connection to a rich web of intellectuals. They were mostly concerned with propagating Brazilian culture in Argentina. In order to do so, they have published dozens of books and articles, promoted conferences and exhibitions, taken part in publishing entrepreneurship and translations, fomenting, in that way, the interchange of artists and writers of the two countries. This research aims to understand the importance of their role in the Rio de la Plata during the 1940s, and also to think about the general complex scenario of the not-so-close relations between Brazil and Hispanic America. This research made use of three different kinds of historical documents: personal archives composed by letters, post cards and manuscripts; the political police files; and the set of publications of the couple during the time they lived in exile.

Key-words: Lídia Besouchet (1908-1997); Newton Freitas (1907-1996); political militancy; exile; Uruguay; Argentina; Rio de la Plata; cultural mediation.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ABE	Associação Brasileira de Educação
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
APESP	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
BI	Brigadas Internacionais
BSA	Bureau Sul Americano
CC	Comitê Central
CCE	Comissão Central Executiva
CEI	Comitê Executivo Internacional
CGTB	Confederação Geral do Trabalho Brasileiro
CJPI	Comissão Jurídica e Popular de Inquérito
CNRC	Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo
PAC	Comitê Pan-Americano
CR-SP	Comitê Regional de São Paulo
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DEOPS	Delegacia Estadual de Ordem Política e Social
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ED	Esquerda Democrática
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FUA	Frente Única Antifascista
FUHA	Federación Universitaria Hispano Americana
GCL	Grupo Comunista Lenine
GPNR	Governo Popular Nacional Revolucionário
IC	Internacional Comunista
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
JC	Juventude Comunista
JCB	Juventude Comunista Brasileira

LCI	Liga Comunista Internacionalista
LSN	Lei de Segurança Nacional
OEI	Oposição de Esquerda Internacional
PCA	Partido Comunista da Argentina
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCU	Partido Comunista do Uruguai
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
POL	Partido Operário Leninista
POR	Partido Obrero Revolucionário
POUM	Partido Obrero de Unificación Marxista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSO	Partido Socialista Obrero
PSR	Partido Socialista Revolucionário
SI	Secretariado Internacional
SWP	Socialist Workers Party
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UDS	União Democrática Socialista
UFB	União Feminina do Brasil
UPAK	Universidad Popular Alejandro Korn
UTG	União dos Trabalhadores Gráficos
UTLJ	União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
------------------	----

PARTE 1

DOIS COMUNISTAS EM TEMPOS DE REVOLUÇÃO

Capítulo I

Quando o fio da vida entrelaça o fio da história: inconformismo e engajamento	29
1.1 A juventude em terras capixabas	31
1.2 Rio de Janeiro e a filiação política.....	56
1.3 Maternidade e militância	62

Capítulo II

Veredas comunistas: paixões e desesperanças de dois revolucionários	78
2.1 Viajantes pela liberdade: as caravanas aliancistas.....	82
2.2 As “Jovens turcas” da União Feminina do Brasil.....	99
2.3 Clandestinos e prisioneiros	121

PARTE 2

INTERCÂMBIO BRASIL-ARGENTINA: UM EXÍLIO CRIATIVO

Capítulo III

Um mundo em transição: o ponto de encontro entre a política e a cultura	143
3.1 Montevideú, primeiro refúgio	147
3.2 Buenos Aires, segundo refúgio	165
3.3 A ideologia que um dia foi nossa: da crise ao afastamento político.....	188

Capítulo IV

A beleza de uma pátria distante: trocas e aproximações culturais	209
4.1 Exílio, uma vocação de amplos horizontes	209
4.2 Projetos editoriais: diálogos hispano-americanos	231

Epílogo	
“O resto é estrada”	237
Arquivos e acervos documentais	242
Referências bibliográficas	243
Anexos	270

INTRODUÇÃO

O estudo da trajetória intelectual de Lúdia Besouchet e Newton Freitas no período em que viveram na Argentina (1938-1950) é o objeto de interesse desta tese, que pretende investigar o papel desses personagens no universo das mediações políticas e culturais. Entendemos que a atuação do casal como agentes promotores da circulação e da ressignificação de ideias no contexto latino-americano aconteceu por meio de duas principais frentes de atuação: uma politicamente empenhada em colaborar com a tarefa de coordenação das esquerdas trotskistas no continente, tendo a Argentina como referência; e outra baseada numa participação ativa no movimento de intercâmbio entre a produção artístico-literária brasileira e hispano-americana, durante a década de 1940.

A experiência de exílio de Lúdia Besouchet e Newton Freitas na Argentina foi determinante tanto para o desenvolvimento de suas atividades como escritores, quanto para o redirecionamento de suas práticas políticas. Neste último caso, a condição de exilados serviu, dentre outras possibilidades, para aproximá-los de intelectuais de diferentes nacionalidades, escritores e artistas politicamente engajados que por conta de perseguições, ameaças e represálias sofridas em seus respectivos países, como foi o caso dos espanhóis republicanos, seguiram a mesma rota de refúgio dos dois brasileiros.

O encontro com esses intelectuais exilados reforçou em grande parte a convicção antifascista do casal, ainda que, em termos de militância política, de engajamento em movimentos e partidos de esquerda, acontecesse justamente o inverso, o afastamento gradual de ambos conforme as crenças na ideologia bolchevista foram sendo substituídas por críticas e dúvidas ao longo dos anos vividos no exílio. Já com relação ao ofício de escritores, os registros apontam que foi somente após fixarem residência na capital portenha que se apresentaram as condições propícias para escrever e publicar os primeiros livros. Mesmo que o casal tenha iniciado antes suas aspirações literárias e tivessem uma experiência jornalística de mais de uma década, a partida para a Argentina interferiu de múltiplas formas em suas vidas, influenciando com bastante ênfase não só na produção intelectual que desenvolveram nos anos que se seguiram ao exílio, como também nas escolhas políticas que fizeram após a longa estadia em terras estrangeiras.

A despeito do valor histórico que orbita esses personagens, ainda hoje eles permanecem como figuras herméticas, tanto para o público especializado, como para o

público em geral. Pouco conhecidos, eles podem, contudo, ser encontrados em algumas dezenas de trabalhos acadêmicos e em livros de memórias, sempre ocupando planos secundários, sem qualquer passado ou referência mais aprofundada. Suas biografias mal começaram a ser investigadas, assim como seus livros e a participação influente e decisiva que tiveram no universo político-cultural, especialmente nos anos 1940.

Um cuidadoso levantamento bibliográfico indica que os estudiosos argentinos foram os primeiros a tirarem das sombras os nomes de Lúcia Besouchet e Newton Freitas. Raúl Antelo, pesquisador argentino radicado no Brasil, publicou em 1986 um livro intitulado *Na ilha de Marapatá: Mario de Andrade lê os Hispano-Americanos*, fruto de sua dissertação de mestrado. Este trabalho foi o responsável por despertar ao redor de Lúcia e Newton um interesse que permitiu a outros pesquisadores aproximarem o foco e a perspectiva sobre suas figuras. O próprio autor buscou dar uma atenção cada vez maior ao casal, em particular a Newton Freitas. Entre seus projetos encontra-se a publicação do volume de correspondência trocada entre Mário de Andrade e Newton Freitas, no período de 1940 a princípios do ano de 1945, interrompida pela morte do escritor modernista.¹

Outros dois estudiosos argentinos, quase duas décadas depois, também preocupados com a questão do intercâmbio cultural entre o Brasil e a Argentina, mergulharam um pouco mais a fundo no tema, e conseguiram mapear com mais detalhes a participação de Lúcia e Newton neste projeto de integração cultural que cativou toda uma geração de intelectuais. Tanto o antropólogo Gustavo Sorá, quanto a historiadora da arte Patrícia Artundo citam os nomes de Lúcia Besouchet e Newton Freitas várias vezes em seus trabalhos. Também aqui acontece o mesmo, embora o casal de brasileiros seja intrigante e pareça valioso para compreender parte deste esforço em estreitar o Brasil da América Latina, não escape ainda da condição de holofotes para iluminar outros sujeitos.²

Contudo, ao contrário do apagamento biográfico de Newton Freitas, sobre Lúcia Besouchet foi possível localizar alguns trabalhos que se esforçaram em registrar um pouco de

¹ ANDRADE, Mario de & FREITAS, Newton. *Correspondência Mario de Andrade e Newton Freitas (1940-1945)*. Ed. prep. Por Raúl Antelo. São Paulo. Edusp/IEB, no prelo.

² Recomenda-se, como principais referências, a leitura dos seguintes textos, em ordem cronológica de publicação: ANTELO, Raúl. *Na Ilha de Marapatá: Mário de Andrade lê os hispano-americanos*. São Paulo: HUCITEC, 1986; SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003; ARTUNDO, Patrícia. *Mário de Andrade e a Argentina: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. “Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano”. In. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 222-246, jan.-jun. 2006; SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria Navas. “Relaciones entre escritores gallegos y brasileños en el exilio español: el testimonio de Lorenzo Varela y Newton Freitas”. In. *Revista de Lenguas y Literaturas Catalana, Gallega e Vasca*, v. 15, p. 103-125, 2010; GARCÍA, María Amalia. *El arte abstracto: intercambios culturales entre Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

sua trajetória. Por ter vivido a maior parte da juventude no Espírito Santo, onde começou sua carreira literária publicando nos periódicos capixabas, há um interesse especial dos pesquisadores do estado em conhecer a obra dessa escritora. Um trabalho em particular reuniu em breves páginas um pouco da biografia de Lúcia Besouchet. Vanda de Souza Netto, em seu livro *A embaixadora das artes*, publicado em 2008 pela Secretaria de Cultura de Vitória, dedicou tempo à realização de um estudo crítico da literatura produzida por Lúcia.³ Com algumas incorreções, advindas do acesso restrito da autora à documentação, e dos objetivos específicos que motivaram a produção do livro, o trabalho de Vanda de Souza Netto tem, contudo, o mérito de trazer à superfície o conjunto da obra de Lúcia Besouchet.

Apesar de ter acumulado uma vasta relação de livros publicados, Newton Freitas não recebeu, por sua vez, um olhar curioso de seus conterrâneos, o qual pudesse gerar estudos sobre sua obra ou história. Praticamente tudo o que reconstruímos de sua trajetória está baseado em leitura e análise de fontes primárias.⁴ As informações disponíveis sobre a sua juventude sugerem que a educação formal recebida por Newton Freitas foi interrompida antes que pudesse concluir o ginásio. Ao contrário de Lúcia, que recebeu uma formação nos moldes tradicionais, Newton trilhou caminhos alternativos. Antes de completar 18 anos, ingressou na Marinha Mercante. Como marinheiro, e depois como piloto de embarcação, viajou todo o continente americano, indo do Amazonas ao Rio da Prata, trafegando ainda pela América Central até chegar ao litoral de Nova York. Por quase dez anos, Newton ficou distante de Vitória, sua cidade natal. Assim que abandonou a carreira náutica mudou-se para São Paulo. Após dois ou três anos vivendo na capital paulista, Newton a substituiu pela cidade do Rio de Janeiro, onde entrou para a Faculdade de Direito, que não chegou a concluir, e onde trabalhou como secretário e agente de propaganda da famosa Companhia de Teatro Procópio Ferreira. Durante um período, também no Rio, chegou a competir como atleta profissional do remo no Clube de Regatas Botafogo.

Quanto à Lúcia, paralelo aos princípios tradicionais e religiosos que marcaram a sua formação escolar, existia o contexto familiar que lhe oferecia um contraponto, uma outra perspectiva. Embora seu pai fosse militar de carreira, e seus irmãos tivessem também estudado em escolas militares, a família enredava uma linha política progressista de esquerda. Muito jovem, Lúcia teve contato com as ideias socialistas por intermédio de seus irmãos,

³ SOUZA NETTO, Vanda Luiza. *A embaixadora das artes. Lúcia Besouchet: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008.

⁴ A maioria desta documentação primária encontra-se no arquivo pessoal de Newton Freitas pertencente ao acervo do IEB/USP.

Augusto e Marino Besouchet, que desde meados da década de 1920 eram membros da Juventude Comunista. Com 19 anos, Lídia participava das reuniões clandestinas que os irmãos promoviam. Com isso, ao mesmo tempo em que era uma moça integrada à alta sociedade capixaba, e, além disso, um dos talentos literários de seu meio, Lídia mantinha outros interesses, os quais muitas vezes entravam em conflito com as normas convencionais que a rodeavam. Sua inclinação política de esquerda só se converteu em militância propriamente dita depois que conheceu Newton Freitas.

O encontro dos dois, em fins do ano de 1933, gerou um impacto mútuo sobre a vida e a personalidade de ambos. Poucos meses após se conhecerem, Lídia e Newton decidiram recomeçar a vida juntos. Lídia, para ir morar com Newton no Rio de Janeiro, abandonou o que tinha construído até ali, deixou para trás a carreira de professora e rompeu um noivado. Newton, por sua vez, que havia perdido o pai recentemente e ajudava a manter a mãe e os irmãos, decidiu tentar amparar a família a distância. No Rio de Janeiro, o casal se instalou em uma pensão no bairro de Botafogo. Os dois passaram a viver praticamente da atividade jornalística. É neste período que se filiam ao PCB e começam um envolvimento profundo com a militância política. Quando a Aliança Nacional Libertadora foi fundada, em março de 1935, eles aderiram ao movimento. O fracasso da sublevação comunista em novembro do mesmo ano, e a forte repressão desencadeada depois do episódio, colocou-os em situação bastante vulnerável. Após algumas tentativas de escapular da polícia política, Newton foi preso. Por mais de um ano ficou detido na Casa de Correção e no presídio da Ilha Grande.⁵ Lídia, apesar de não ter sido capturada, foi forçada a viver de modo clandestino. A liberdade de Newton, obtida à custa de uma campanha liderada pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 19 de março de 1937, não garantiu ao casal o fim da perseguição política. Decididos a deixar o país, os dois optaram primeiro pela mudança para o Rio Grande do Sul, onde continuaram o trabalho como jornalistas, enquanto esperavam o desenrolar dos acontecimentos e providenciavam os detalhes da partida.

A implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, esvaziou as esperanças de Lídia e Newton em permanecerem no país, precipitando a fuga rumo ao exílio. A nova conjuntura política tornou ainda mais desfavorável a situação da esquerda, o que colocou o casal novamente na mira da polícia política. Tal como muitos comunistas e opositores de

⁵ Newton Freitas escreveu dois relatos como prisioneiro político, que intitulou *O Porão e Colônia*, referências ao porão do navio que o levou à Colônia Correcional de Dois Rios, a mais temida instituição prisional do período. Os relatos foram publicados no Brasil no jornal *O Dia*, de São Paulo. Na ocasião da passagem de Newton Freitas pelo Uruguai, já no exílio, o jornal *Justicia*, órgão oficial do Partido Comunista daquele país, publicou o segundo relato, que foi traduzido para o espanhol e impresso com o título *La Bodega*.

Getúlio Vargas, a solução imediata para grande parte foi o desterro. Lídia e Newton atravessaram a fronteira Rivera-Santana do Livramento, visando atingir Montevidéu, em janeiro de 1938. Uma vez na capital uruguaia, definiram como destino seguinte e definitivo a cidade de Buenos Aires.

A maior cidade argentina, de acordo com as expectativas do casal, abria um leque de oportunidades que em outra parte do continente não parecia tão possível. A proximidade geográfica e a afinidade linguística também foram fatores importantes na decisão. A vida no exílio, desde o princípio, era financeiramente sufocante. Vivendo com poucos recursos, o casal sobrevivia da renda que os trabalhos eventuais como colaboradores na imprensa e como tradutores proporcionava. Não demorou, no entanto, para que as circunstâncias se alterassem positivamente. Em 1939, Lídia e Newton conseguiram o primeiro contrato com uma editora, a M. Gleizer, uma pequena editora portenha, que publicou o primeiro livro de ensaios escrito em coautoria pelo casal, chamado *Diez escritores del Brasil*. Neste mesmo ano, as relações de amizade com intelectuais argentinos e com os espanhóis exilados da Guerra Civil começaram a se estreitar e Lídia e Newton experimentaram a fase de maior prosperidade e efervescência artística e cultural de suas trajetórias.

Na sequência desta primeira publicação, o casal engatilhou dezenas de trabalhos, todos editados em castelhano. A maioria dos livros publicados por Lídia Besouchet na Argentina recebeu edição em português. No caso de Newton Freitas, seus livros só circularam em língua espanhola. Na verdade, os livros escritos por Newton tinham finalidades mais práticas, até propagandísticas, de colocar em circulação o máximo de material que pudesse divulgar a cultura brasileira na Argentina.⁶ Apesar de também pretender expandir o conhecimento sobre o Brasil no contexto dos países latino-americanos, os trabalhos de Lídia levavam às vezes meses e anos para serem concluídos, por se tratarem de resultados de pesquisa e reflexão profundas sobre um tema. Newton, por sua vez, se ocupou na maior parte dos casos da produção de pequenos ensaios, notas breves e introdutórias, compilações, que não chegaram a requerer um envolvimento prolongado com o assunto.

Na Argentina, o casal construiu uma sólida trajetória. A atuação de ambos como agentes de cultura, preocupados em incentivar uma dinâmica de cooperação e integração entre

⁶ O antropólogo Gustavo Sorá, em sua análise sobre o intercâmbio de traduções literárias entre o Brasil e a Argentina, chamou a atenção para as características diferenciadas da produção intelectual de Lídia Besouchet e Newton Freitas, considerados por ele “importadores de cultura”. Assim concebe a obra de ambos: “Mientras Freitas escribía libros con cierta finalidad práctica, acordes a su función social de director de colección y encargado de las relaciones pública, Besouchet cultivó una vocación especializada en la historia”. Cf. SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003. p. 144.

o Brasil e a América Hispânica, especialmente entre a Argentina e o Brasil, deve ser ressaltada. O presente trabalho pretende uma abordagem e um recorte específicos sobre a experiência de exílio desses dois intelectuais, o que será feito com base em um enquadramento teórico que parte da nova história política e cultural para discutir questões associadas tanto ao tema do exílio, e sua relação com os intelectuais, quanto ao tema das esquerdas políticas e suas práticas de militância.

Nos últimos trinta anos, o campo historiográfico sofreu profundas transformações. O interesse dos historiadores pelos arquivos privados esteve significativamente associado aos questionamentos e aos deslocamentos trazidos por essa reformulação historiográfica, que conduziu a uma verdadeira “revolução documental”. Nesse processo, a história cultural se reinventou, diversificou suas abordagens e abriu espaço para a constituição de novos territórios, agregando sob seu domínio uma “história social das ideias”, uma “história intelectual”, uma “nova história política” e uma “história da cultura”, cujas fronteiras entre si são fluidas e móveis.

A história intelectual, assim como outros campos que sofreram a interferência da “explosão documental”, adotou os acervos privados como fontes preciosas para o estudo das “experiências” dos homens – em seu tempo e espaço – como enfoques decisivos para o entendimento dos processos sociais. Logo, uma das maiores contribuições da história intelectual, no seu realinhamento com as estratégias de inovação da história cultural, foi a de devolver o indivíduo ao seu tempo histórico.

Duas acepções, que se tornaram referência, formuladas pelo historiador francês Jean-François Sirinelli, demarcam a extensão da palavra intelectual: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”.⁷ Nas duas ideias, os grupos de pertencimento abrangem tanto o jornalista como o escritor, o artista, o erudito e o professor secundário, conjunto que também conta com a participação de estudantes, igualmente criadores ou “mediadores” em potencial, além de outras categorias de “receptores” de cultura. Embora a primeira formulação esteja necessariamente na dependência da segunda, aquela interessa mais aos objetivos da presente pesquisa, por se basear numa ideia de mediação cultural que pressupõe, por parte do intelectual, uma prática relativamente livre de circulação e transmissão das ideias; mesmo assim, não é possível descartar a noção de engajamento.

⁷ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 242.

Outra ferramenta que ajuda a compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual são as redes de sociabilidade. Para Sirinelli, “todo grupo de intelectuais organiza-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas... que fundam uma vontade e um gosto de conviver.”⁸ Ao falar em “sociabilidade”, o autor se refere, exclusivamente, aos laços que unem o núcleo de intelectuais. Para o autor, a noção de sociabilidade se reveste de um duplo sentido. Aquele contido na ideia de rede, que são estruturas organizacionais dessa sociabilidade, e aquele que, para além de um espaço “geográfico”, atribui sentido às relações “afetivas”, as quais determinam os grupos de afinidades. Assim, para se formar certo conjunto de intelectuais na paisagem ideológica de qualquer período histórico, é necessário a existência de lugares sociais que possibilitem a fermentação e a circulação de ideias.

No caso específico de Lídia Besouchet e Newton Freitas, muitos desses laços de amizade se constituíram ou foram intensificados durante a temporada em que viveram exilados na Argentina. Parte dos vínculos que passaram a estabelecer e a cultivar após se depararem com a experiência do exílio estiveram, portanto, intimamente relacionados às redes intelectuais e políticas construídas e partilhadas por indivíduos ou grupos que enfrentaram, assim como eles, a condição de sujeitos vivendo fora de suas pátrias. Logo, o círculo de intelectuais ao qual Lídia e Newton pertenceram durante a longa estadia na capital portenha, de mais de uma década, existiu não só por conta das afinidades culturais e das empatias políticas, como também por influência dos laços de solidariedade que reforçaram a vontade de convivência entre os intelectuais exilados.

O exílio é, assim, um tipo específico de fluxo migratório que traz em si uma carga de ordem política, determinando as razões do deslocamento. Essa definição, ou melhor, essa condição é o que distingue o termo exilado de outras expressões como refugiado, expatriado e emigrado. De acordo com Said, a palavra exílio tem origem na velha prática do banimento, entendida como uma punição política de “regimes dados a oprimir e expulsar os dissidentes”. Para ele, o exilado jamais abandona o seu país voluntariamente.⁹ Já uma reflexão mais ampla sobre o exílio procura expandir o seu alcance de modo a garantir que o fenômeno seja também entendido como uma forma de “opção”, na verdade, uma “opção política”. Desse modo, o exilado seria não só o indivíduo que foi expulso formalmente de seu país, como

⁸ SIRINELLI, Jean-François. *Op. cit.*, p. 248.

⁹ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46.

também aquele que, informalmente, foi “empurrado para fora”, devido às perseguições e ameaças do aparelho repressor.

Além das questões mais conceituais, o debate sobre o exílio também possibilita pensá-lo como uma experiência positiva, como uma aventura e uma descoberta e não apenas como uma perda e uma ferida. Said, ao afirmar que a “maioria das pessoas tem consciência de uma cultura, um cenário, um país; [enquanto] os exilados têm consciência de pelo menos dois desses aspectos”,¹⁰ expõe muito claramente o que, em sua opinião, era o aspecto iluminador da presença dos exilados, “dos excepcionais entre eles”. Para o autor, a missão intelectual do exilado passava pela perspectiva crítica, pela coragem moral e pela fermentação de ideias.

É, portanto, neste campo de abordagens teóricas que a presente pesquisa se situa, uma vez que parte da trajetória intelectual e política do casal de escritores Lídia Besouchet e Newton Freitas, para compreender o modo como esses personagens atuaram como mediadores de estratégias e discursos destinados a prescrever práticas de produção, circulação e apropriação de ideias entre a cultura do país de origem em interação com a cultura do país de acolhida e, por extensão, com a identidade cultural da América Latina.

As principais fontes selecionadas para análise fazem parte dos acervos pessoais de Lídia Besouchet e Newton Freitas, cuja guarda foi cedida pelo filho do casal, Augusto Newton Goldman, no ano de 2001, ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Os dois acervos possuem no total mais de 6.000 documentos, em período que abrange os anos de 1890 a 1998. A pesquisa se deteve, sobretudo, nas fontes produzidas durante o exílio dos escritores, entre 1938 e 1950.

Os Fundos Lídia Besouchet e Newton Freitas estão compostos por uma ampla variedade de documentos. Nesse conjunto se destacam as cartas (divididas em correspondência passiva e ativa), os manuscritos, as fotografias, os livros, catálogos, relatórios, telegramas, cartões-postais, intimações, convites, fragmentos de diários, cadernetas, recortes de jornais e revistas, bilhetes, dossiês e agendas. Num primeiro momento, nenhuma dessas fontes primárias foi descartada; somente após uma operação seletiva, que teve como base os questionamentos e as hipóteses prévias que orientaram esta pesquisa, é que se pôde assinalar quais delas eram mais pertinentes para responder às indagações colocadas. Nesse caso, como afirma Henry Rousso, com base nas ponderações de Arlette Farge, em seu livro *Le goût de l'archive*, é preciso não se furtar às surpresas da descoberta, o que significa dizer que “o historiador ou o arquivista devem poder ter acesso ao maior número possível de

¹⁰ SAID, Edward. *Op. cit.*, p. 59.

fontes”,¹¹ sempre guiado por reflexões e problemas próprios, além de um bom arsenal teórico-metodológico capaz de possibilitar o maior rigor possível na análise documental.

De modo a iluminar com mais intensidade as experiências políticas de Lília Besouchet e Newton Freitas, principalmente na temporada em que estiveram vinculados ao Partido Comunista, a pesquisa lançou mão dos documentos que se encontram conservados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, todos referentes a fundos de documentação oriundos respectivamente da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), da Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), antigos órgãos públicos com função de polícia política atuantes durante o governo Vargas.

Os acervos geralmente estão divididos em duas seções, a dos prontuários de pessoas físicas e jurídicas e a dos dossiês temáticos. Ambos contêm documentos pessoais, boletins de informação, correspondência, comunicações reservadas, formulários de identificação policial, termos de declarações e sindicâncias, entre outros.¹² Lília Besouchet e Newton Freitas, dentro desse corpo documental, possuem um acervo próprio.

Por se tratar de um trabalho que mira a sua problemática central em questões que perpassam a experiência de exílio de Lília Besouchet e Newton Freitas, na Argentina, a consulta em bibliotecas e arquivos localizados na cidade de Buenos Aires foi também fundamental. Realizamos a pesquisa em duas principais instituições: a Biblioteca Nacional de la República Argentina, onde o índice de periódicos e revistas e algumas coleções particulares foram consultados, e o Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CeDInCI), que concentra o mais expressivo acervo da história das esquerdas no país e onde foi realizada a consulta na coleção de revistas político-culturais.

O levantamento desta documentação nos possibilitou adquirir a necessária consistência para afirmar que Lília Besouchet e Newton Freitas foram, de fato, protagonistas de um importante movimento de aproximação entre o Brasil e a Argentina, durante a década de 1940, tornando-se dois dos maiores divulgadores da literatura e das artes brasileiras no mundo sul-americano, participação que ajudou a aquecer as relações de cooperação cultural entre os dois países naquele decênio.

¹¹ ROUSSO, Henry. “O arquivo ou o indício de uma falta”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p. 90.

¹² MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. “Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes, com dois capítulos cada. A primeira parte foi dedicada ao estudo da trajetória do casal antes do exílio, aqui o enfoque recaiu sobre o período da militância política e dos eventos que marcaram essa fase do envolvimento de ambos na luta revolucionária. Na segunda parte, o tema se voltou particularmente para o exílio do casal, suas relações políticas com a esquerda (reaproximações e rupturas), bem como para os fatores que estimularam Lídia e Newton a conduzirem suas atividades intelectuais no Rio da Prata para um projeto de intercâmbio que pretendia aproximar culturalmente os países vizinhos, realizando para isso, especialmente junto à imprensa, mas igualmente por meio da edição e publicação de livros, um importante trabalho de divulgação da produção literária e artística de brasileiros na Argentina e de argentinos no Brasil.

CAPÍTULO I

Quando o fio da vida entrelaça o fio da história: inconformismo e engajamento

Por eso insistía en conocer el pasado, para que se muriera un poco menos de esa muerte hacia atrás que es toda ignorancia de las cosas arrastradas por el tiempo.

Julio Cortázar ¹³

... os destinos público e privado são inseparáveis e se determinam mutuamente.

Eric Hobsbawn ¹⁴

No mês de fevereiro de 1936, a casa de Newton Freitas e Lídia Besouchet, em Botafogo, no Rio de Janeiro, foi uma das muitas residências de militantes comunistas e membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL) inspecionada pelos agentes da repressão do governo de Getúlio Vargas. Naquele momento, a Polícia Política do Distrito Federal, e também a de outros estados brasileiros, estava concentrada numa única missão: caçar e punir os envolvidos ou os suspeitos de envolvimento no Levante Armado de novembro de 1935, deflagrado por alguns comunistas militares e civis, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Após a tentativa frustrada de tomada do poder por grupos revolucionários, a repressão varguista intensificou as práticas de vigilância, tortura e perseguição aos seus antagonistas políticos, em especial aos representantes da esquerda.

A prisão de Newton Freitas aconteceu em meio a essa avalanche repressiva que encarcerou centenas de pessoas nos meses que se seguiram à sublevação de novembro de 1935, estivessem elas implicadas direta ou indiretamente no ousado projeto revolucionário. A atmosfera cada vez mais opressora, de crescente violação das liberdades civis e políticas, conjugada ao repentino isolamento de Newton Freitas na condição de preso político, obrigou Lídia Besouchet – ameaçada de seguir o mesmo destino – a viver na clandestinidade. Com mudanças frequentes de endereço e documentos falsos de identificação, Lídia escapou das torturas e dos maus tratos dos presídios, mas não das privações impostas pela necessidade do anonimato e da convivência com as incertezas de um presente sombrio, marcado pelo

¹³ CORTÁZAR, Julio. *Rayuela*. 2ª ed. 10ª reimp. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2012. p. 93.

¹⁴ HOBSBAWM, Eric. *A Era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e terra, 2009. p. 16.

encarceramento de seu marido, irmãos e vários amigos, os quais se tornaram praticamente incomunicáveis enquanto retidos nas dependências carcerárias da polícia getulista.

Os irmãos de Lúcia: Augusto (1905-1992), Marino (1907-1965) e Alberto Besouchet (1910-1938), militantes comunistas, também foram perseguidos e capturados logo no início de 1936, na mesma leva de prisões que lançou Newton atrás das grades. Alberto conseguiu escapar. Seu caso era o mais crítico, pois, devido à sua participação ativa na insurreição de 1935, na posição de Tenente das Forças Armadas do Batalhão de Caçadores, em Recife, foi o único a sofrer um processo pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), sendo condenado a oito anos de reclusão. Por um longo tempo, Alberto permaneceu no topo da lista de procurados dos agentes repressores do governo, figurando, mesmo depois de sua morte na Espanha, em 1938, como foragido da justiça. Já Augusto e Marino, militantes da Juventude Comunista, fichados desde 1930, acusados de agitadores políticos e propagandistas do “credo vermelho”, assim que conseguiram a liberdade arquitetaram rotas de fuga para outro país.

Tal como aconteceu a outras famílias que tiveram vários membros envolvidos com a ideologia comunista,¹⁵ o sobrenome Besouchet, após reviravolta política que criminalizou de vez as atividades da esquerda, tornou-se sinônimo de “inimigos do Estado” e, naquele contexto, carregá-lo era certeza de mais cedo ou mais tarde ser enquadrado e punido. Na época, a possibilidade de um golpe que implantaria um regime autoritário não passava de uma conjectura. Previam-se que o governo recrudesceria sua força centralizadora, já que estava cada vez mais empenhado em sufocar as vozes divergentes. Nesse cenário, todo o histórico de militância dos Besouchet, incluindo a trajetória política de Newton Freitas, tornava qualquer possibilidade de permanência no Brasil insustentável.

Enquanto puderam improvisaram esconderijos e contaram com a sorte. Esgotadas essas alternativas, restou o exílio. Cada irmão seguiu um destino diferente. Augusto Besouchet foi para o Rio Grande do Sul, onde passou semanas refugiado na estância que era propriedade da família de seu amigo Carlos Echenique. Marino Besouchet e sua esposa Inês Itkis se exilaram na Bolívia, onde permaneceram por aproximadamente dois anos. Já Alberto Besouchet deixou o Brasil nesse período para lutar pela Espanha republicana, ingressando nas Brigadas Internacionais.

¹⁵ A família Lacerda, por exemplo, foi uma das famílias que tiveram sua história marcada pela participação política de vários de seus integrantes no movimento de esquerda e no PCB. Os irmãos Paulo de Lacerda, Fernando de Lacerda, Maurício de Lacerda e seu filho Carlos Lacerda destacaram-se como dirigentes políticos ligados ao pensamento de esquerda, em especial na década de 1930. Também podemos citar o caso dos irmãos Meireles, Silo Meireles, Ivo Meireles e Rosa Meireles, essa casada com Carlos da Costa Leite, militar e membro da Aliança Nacional Libertadora. A família Werneck de Castro é outro exemplo, em que figuram os irmãos Moacir e Luis Werneck de Castro, além da esposa deste último, Maria Werneck de Castro, todos militantes.

Para Lídia Besouchet e Newton Freitas o exílio foi definitivamente um novo começo, o qual não faria sentido sem as experiências vividas desde a juventude nas principais organizações de esquerda do país. Ainda que seja possível enxergar, a partir daí, uma densa separação entre a fase da militância política e a fase voltada com mais ênfase para as atividades culturais, inaugurada com a situação do exílio, há um intrincado elo entre os dois momentos, sendo difícil entender o segundo sem desvendar o primeiro.

Este capítulo pretende acompanhar esse período da trajetória de Lídia e Newton, especialmente a fase juvenil de aproximação e identificação do casal com a doutrina marxista e com a ideia de revolução. Como se trata de uma etapa importante, o propósito aqui é centrar nos pontos cruciais onde são mais perceptíveis os sinais de transição, quer dizer, os momentos em que é possível notar os ideais de juventude se transformando em compromissos políticos. O capítulo busca contextualizar o amadurecimento político do casal, indo do inconformismo ao engajamento, da juventude no Espírito Santo à mudança para o Rio de Janeiro, cidade onde se concretiza o envolvimento político dos dois com a oposição de esquerda.

Esta primeira parte do trabalho se detém na soleira do decisivo ano de 1935, sugerindo o quanto as experiências individuais de Lídia e Newton, vividas nessa etapa, se mesclaram aos acontecimentos políticos mais marcantes daquele período.

1.1 A juventude em terras capixabas

O prontuário de Lídia Besouchet, aberto no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1935 – dia em que, por algumas horas, foi presa por pretender assistir a uma reunião da Aliança Nacional Libertadora – traz um registro curioso, aparentemente deslocado do conteúdo político que prevalece no conjunto das informações policiais. O registro, que abre a sequência cronológica de eventos da sua ficha, recupera um artigo escrito por Lídia quatro anos antes, em 1931, quando era professora da Escola Normal D. Pedro II, na cidade de Vitória. Apesar de a nota mencionar outros artigos escritos pela prontuariada na mesma época, apenas um deles é citado e anexado ao dossiê, sendo justamente o que foi enviado para publicação na Revista Pedagógica da Escola Normal

Pedro II – instituição tradicional e de ótima reputação que formava as normalistas do Espírito Santo, onde Lídia tirou seu diploma de professora, na turma de 1924.¹⁶

O contexto de produção do artigo, intitulado “Teatro Infantil”, remete ao momento em que, no Brasil, começavam a surgir novas propostas para a renovação do ensino, baseadas na pedagogia da Escola Nova, também conhecida como Escola Ativa.¹⁷ Lídia, ao escrevê-lo, estava imbuída desse ideal, assimilado pouco tempo antes, quando frequentou o Curso Superior de Cultura Pedagógica, entre 1929 e 1930, oferecido pela Secretaria de Instrução do Estado e sediado na capital. Na época, a Secretaria era dirigida por um dos defensores do movimento brasileiro da Escola Nova, o político capixaba Atílio Vivacqua, acompanhado de seu assessor, o jornalista Garcia de Resende. Os dois nomes estariam entre os 26 signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 19 de março de 1932, figurando ao lado de Cecília Meireles, Fernando de Azevedo, Julio de Mesquita Filho, Afrânio Peixoto, Armanda Álvaro Alberto, entre outros. A meta do Curso era formar o núcleo de professores que transporia da teoria para a prática os princípios da Escola Ativa, iniciando o processo de renovação do ensino no Espírito Santo.

O Curso de Cultura Pedagógica formou 32 alunos, dentre eles Lídia Besouchet. De acordo com Salim, Lídia pertencia ao *grupo de vanguarda* do Espírito Santo, o qual participava ativamente do projeto de reforma educacional promovido por Vivacqua.¹⁸ De fato, a experiência na área da educação aproximou Lídia de um universo novo de questões, conduzido por uma postura inquiridora que pretendia mudar “a relação do indivíduo com a sociedade, a partir da escola”.¹⁹ O movimento, inicialmente educacional, ganhou logo desdobramentos políticos. Os intelectuais, de diversos matizes, que defendiam a coeducação,

¹⁶ A Escola Normal, no Espírito Santo, foi criada oficialmente no governo do presidente de província José de Melo Carvalho Moniz Freire, com o Decreto n. 4, de 4 de junho de 1892, com o propósito de formar o professorado do estado. A escola, chamada Escola Normal do Espírito Santo, alternava períodos de expansão e extinção, até que, em 1925, passou a ser adotado o nome de Escola Normal D. Pedro II, em homenagem ao centenário de nascimento do segundo Imperador do Brasil. Para maiores detalhes Cf. FRANCO, Sebastião Pimentel. *Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação dos espaços sociais para a mulher na Primeira República*. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

¹⁷ A Escola Ativa foi um importante instrumento pedagógico, baseado em conceitos norte-americanos, alemães e franceses, que alcançou um número considerável de adeptos, no Brasil, a partir da década de 1920. Com a chegada dos anos 1930, e a ascensão da política da Aliança Liberal, reforçou-se a ideia de que a educação era um dos mais valiosos recursos de transformação do Brasil num país moderno. As principais propostas da Escola Ativa estiveram pautadas na ideia de um ensino laico, voltado para a capacidade individual dos alunos e dedicado à democratização de seu acesso. Para maiores detalhes, Cf. LAMEGO, Valéria. *A farpa na lira: Cecília Meireles na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

¹⁸ SALIM, Maria Alayde Alcantara. *Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República*. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. p. 193-194.

¹⁹ LAMEGO, Valéria. *Op. cit.*, p. 33.

a laicidade, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino defendiam também uma série de transformações que desafiava, acima de tudo, a estrutura tradicional que sustentava a vida política, educacional, cultural e social do Brasil.

Figura 1 – Encerramento do Curso Superior de Cultura Pedagógica. Viçosa – Minas Gerais (1932). Além de Lídia Besouchet, a fotografia mostra ainda as capixabas Haydée Nicolussi e Juracy Machado, e também os educadores Deodato de Moraes e Armanda Álvaro Alberto, que atuavam dentro dos princípios da Escola Ativa.

Fonte: Acervo Pessoal Augusto Newton Goldman

O ensaísmo de Lídia Besouchet no campo pedagógico, com a apresentação de duas monografias e o referido artigo, cruzou várias dessas questões relacionadas à reforma no ensino com “leituras marxistas”, o que potencializou suas críticas e deixou subentendida certa carga política. O folclore foi o primeiro tema desenvolvido por Lídia dentro da retórica escolanovista, resultando na monografia “O Folk-lore na Escola Activa”, apresentada como pré-requisito para a conclusão do Curso de Cultura Pedagógica, em maio de 1930.²⁰

Numa segunda ocasião, já em princípios de 1932, escreveu o estudo, chamado à época de tese, “Pedagogia Social: educação no futuro. Comunas infantis”, com o propósito de

²⁰ BERTO, Rosianny Campos. *A constituição da “Escola Activa” e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)*. 2013. 284 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. p. 175; 177.

concorrer a uma cadeira na Escola Normal Pedro II. O texto, além de dialogar com as diretrizes da Escola Nova, era ainda uma “assimilação juvenil de autores marxistas, socialistas e progressistas”,²¹ o que causou certo receio entre os avaliadores do concurso, a ponto de Maria Stella de Novaes,²² uma das mulheres mais respeitadas e admiradas pela elite intelectual do Estado, professora e pioneira em várias áreas, ter rabiscado à margem do trabalho: “Santo Deus. É naturalmente adepta do nudismo”,²³ demonstrando desacordo com as ideias de Lídia Besouchet, considerando-as talvez exóticas e ultrajantes.

O caso é que, Maria Stella de Novaes, como representante do corpo de professores, deixa entrever em seu comentário as razões possíveis para que Lídia, ao final do concurso, fosse classificada em segundo lugar, enquanto dois outros candidatos, Cristiano Ferreira Fraga e Judith Leão Castelo, obtiveram o empate com a primeira colocação. Lídia chegou a contestar a decisão dos pareceristas, mas o resultado não foi alterado. Inconformada, enviou uma cópia da tese ao teatrólogo, crítico de arte e jornalista, Benjamin Lima, solicitando ao amigo uma segunda opinião sobre o trabalho que apresentou à banca do concurso. Em resposta, Benjamin Lima publicou um artigo na coluna que mantinha no jornal *Diário Carioca*, um dos jornais de grande circulação no Rio de Janeiro, intitulado “A Educação e a Igualdade”, no qual fez as seguintes considerações:

Lydia Bomílcar Besouchet: “É com você que eu estou falando”. E, se, logo de entrada lhe recuso o consagrado tratamento de “senhorinha” [...] é porque julgo prestar-lhe assim homenagem devida de acordo com a singular feição do espírito da mulher a quem ora falo. [...] Diminuiria você quem a dissesse tão só uma escriptora. Você também é uma pensadora [...] Acabo de ler a these que você produziu [...] estou na posse de mais uma prova de que você vive, não obstante a sua pouca idade, como quem deu início á circumnavegação do pensamento humano [...] Por trás das doutrinas que você defendeu perante a provavelmente pacatíssima congregação daquele estabelecimento, á qual a sua these deve ter parecido algo de inconveniente e desrespeitoso, não é difficil perceber-se o tumultuar dos princípios extremistas [...] Encantam-na as perspectivas de uma educação que corrija os pendores da nossa especie para a desigualdade. [...] Ora, que tremenda desigualdade não seria tratarem-se igualmente, á pretensa maneira soviética, méritos assim tão vários? O educacionismo por que você peleja viria por força consolidar a clássica formula “burgueza”. Você pediu-me opinião sincera sobre o seu trabalho, “embora eu perdesse a amiga”. Perdi-a? Não

²¹ SOARES, Renato Viana. *A Escola Activa Antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo: Lei Rubem Braga-Darwin, 1998, p. 77.

²² Para maiores detalhes sobre a vida e a obra de Maria Stella de Novaes, ler LEITE, Juçara Luzia. *Natureza, Folclore e História: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX*. 2002. 436 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

²³ SOARES, Renato Viana. *Op. cit.*, p. 78.

acredito. Você é demasiado inteligente para não perceber a elevada estima intelectual que lhe demonstro.²⁴

As ideias de Lídia Besouchet foram recebidas com apreensão e, num determinado nível, rejeitadas. Ao menos assim Lídia compreendeu a sua reprovação no concurso, como decorrente de uma leitura conservadora da banca. Já em relação ao artigo “Teatro Infantil”, também inspirado na pedagogia moderna, ele revela um pouco da inteligência inconformada de Lídia Besouchet, mas seu conteúdo não responde imediatamente a pergunta sobre qual teria sido o critério ou a motivação da polícia para incluí-lo em seu prontuário político. A questão, por mais banal e irrelevante que possa parecer, estimula a pensar no processo de formação intelectual e política de Lídia e no seu percurso de aproximação com a causa do Partido Comunista. Logo, a presença de um artigo aparentemente inofensivo como este, num relatório policial destinado a servir de suporte para as atividades da repressão, torna-se uma importante pista a ser seguida, principalmente se for levada em conta a possibilidade de a polícia ter presumido que o artigo era um valioso indício remanescente da sua simpatia por teorias “subversivas”, manifestada antes mesmo de 1935.

O texto, em síntese, discute o uso deturpado do teatro como prática pedagógica nas escolas, sem qualquer senso educativo e totalmente inadequado para as crianças, que não faziam nada além de reproduzir o mundo dos adultos, como “pequenos mártires”. Logo na abertura do texto, Lídia cita vários países, como Rússia, Inglaterra, França, Bélgica, Estados Unidos, que deveriam servir como exemplo do bom método do teatro infantil aplicado em conformidade com a “Pedagogia Nova”. No restante, seu empenho é voltado para o ataque aos educadores brasileiros que muito mal, anacrônica e precariamente conduziam uma técnica que poderia ser salutar e engenhosa, aproveitando “o instinto dramático das crianças”, caso fosse adotada para fins unicamente educativos. Nas duas últimas páginas, Lídia elabora ainda uma lista de sugestões para a reforma do ensino na Escola Normal Pedro II, focando na necessidade da redução do número de alunos nas classes escolares e na melhor distribuição dos horários das disciplinas, diminuindo as horas do curso de caligrafia e aumentando as dedicadas às aulas de desenho e arte, o que, segundo Lídia, contribuiria para incentivar a originalidade dos alunos.²⁵

Destrichando o seu conteúdo, é possível destacar alguns fragmentos que lidos pela Polícia Política poderiam ser facilmente confundidos com claros sinais de envolvimento

²⁴ LIMA, Benjamin. “A Educação e a Igualdade”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1932.

²⁵ Cf. Prontuário n. 16.599 – Lídia Besouchet. Fundo Polícias Políticas/DESPS – APERJ.

comunista. A palavra “Rússia”, por exemplo, “flagrada” logo no início do texto, já era um detalhe que poderia levar aos investigadores a classificarem todo o material de “subversivo”. O “credo vermelho” emanava de lá e tudo o que dissesse respeito àquele país, principalmente se fossem divulgadas informações em termos elogiosos, era considerado uma afronta à nação e ao regime instituído.

A campanha anticomunista foi muito eficiente nesse sentido, construindo e disseminando imagens negativas dos partidários das doutrinas de esquerda que, pulverizadas na imprensa e nos veículos oficiais de propaganda do governo, penetravam como verdades na opinião pública.²⁶ Ser comunista, na versão do oficialato, era ser criminoso, propagador da desordem e do caos, vilipendiador da família e assassino sanguinário. O repertório de acusações era vasto e contribuía para gerar a patologia do medo coletivo contra os rebeldes e contestadores. O trabalho de “saneamento ideológico”, como o definiu Tucci Carneiro,²⁷ foi ininterrupto durante o governo Vargas (1930-1945) e funcionou por intermédio da repressão e da censura, responsáveis por uma linha de raciocínio que tentava impedir a todo custo a “circulação de ideias rotuladas de perigosas”,²⁸ transformando determinadas palavras e expressões em tabus e estigmas, por estarem associadas ao vocabulário revolucionário dos comunistas. A suposta apologia à Rússia bolchevique foi, possivelmente, a maior das razões para que o artigo de Lília fosse confiscado e posto à disposição das autoridades.

Decerto, esse artigo não foi a reflexão mais “subversiva” feita pela escritora ao longo de sua trajetória profissional e política, mas demonstra que a censura e a repressão, em especial aos intelectuais, não era de modo algum aleatória. Pelo contrário, como afirma Tucci Carneiro, a ação diária da Polícia Política,

Calcada em constantes relatórios de vigilância domiciliar, busca e apreensão de provas comprometedoras e constantes prisões acompanhadas de intensos interrogatórios registrados como meros “termos de declaração”, perseguia um único objetivo: dominar pela força, definindo as fronteiras entre o lícito e o ilícito.²⁹

O interessante disso tudo é perceber que o pensamento político de esquerda de Lília Besouchet começou, de fato, a ser gestado nesse momento, quando ainda vivia no Espírito

²⁶ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

²⁷ TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional”. In. PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

²⁸ *Idem*, p. 335.

²⁹ TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *Op. cit.*, p.336.

Santo. Foi na cidade de Vitória que iniciou seu trabalho de escrita na imprensa, onde publicou seus primeiros artigos, ingressou no grupo seleta da intelectualidade local e experimentou as mais diferentes doutrinas e teorias que chegavam de fora. Lídia pensou nas propostas da Escola Ativa, discutiu o modernismo,³⁰ apregoeou o feminismo e estudou o marxismo, se identificando lentamente como uma intelectual feminista de matiz comunista.

Nascida no Rio Grande do Sul, em 23 de maio de 1908,³¹ Lídia viveu parte da sua infância na cidade mineira de São João Del Rey e grande parte da sua juventude na capital do Espírito Santo. A mudança de sua família para Vitória aconteceu em 1919, quase um ano após a morte prematura de sua mãe, Julia Bomílcar Besouchet (1870-1918), natural do estado do Ceará, aos 49 anos. Conforme se pode deduzir, a orfandade materna foi decisiva para que seu pai, o oficial do exército, Major Helvécio Renato Besouchet (1870-1960), alagoano de nascimento, decidisse mudar com os cinco filhos para Vitória. O porquê da escolha pode encontrar explicação no fato de que sua filha mais velha, Esther, que acabou assistindo o pai no cuidado com os irmãos, estava noiva de um advogado capixaba chamado Wlademiro da Silva Santos, com o qual se casaria em abril de 1921.³²

Num primeiro momento, a família fixou residência na capital, onde o Major assumiu o cargo de chefe do Serviço de Recrutamento. Mas, em 1920, todos passaram a residir na cidade de Santa Teresa, na região serrana, onde permaneceram por pouco tempo, somente enquanto o pai exerceu a função de secretário da Câmara Municipal da cidade, o que durou cerca de um ano. Depois dessa breve temporada, o Major foi novamente designado para o

³⁰ BUSATTO, Luiz. *O modernismo antropofágico no Espírito Santo*. Espírito Santo: UFES, 1992.

³¹ O ano de nascimento de Lídia Besouchet é cercado por controvérsias. Segundo alguns membros de sua família, tal como o filho, Augusto Newton Goldman, Lídia seria dois anos mais velha do que a idade indicada na maioria dos seus documentos. Por essa cronologia, o verdadeiro ano de nascimento de Lídia Besouchet seria 1906. Uma cuidadosa pesquisa feita em seus documentos não conseguiu identificar nenhum registro apontando este ano como o de seu nascimento. Embora sua certidão original não tenha sido encontrada, a segunda via, solicitada num Cartório de Registro Civil da cidade de Vitória, incluída no material de pesquisa a que se teve acesso, firma 1908 como ano de nascimento de Lídia Besouchet. Em 18 de fevereiro de 1931, foi baixado um decreto-lei (n. 19.710) que deliberou o fim da multa e da necessidade de qualquer justificação para os pedidos tardios de registro de nascimento. Lídia Besouchet, ao requerer segunda via da sua certidão, em 18 de janeiro de 1932, teria se beneficiado da nova regra, que lhe permitiu alterar arbitrariamente, por motivos políticos ou pessoais, o ano de seu nascimento sem prejuízo de qualquer ordem. Essa discrepância, contudo, não aparece em nenhum documento que Lídia portou de 1932 em diante. Em todas as carteiras de identidade, títulos eleitorais e passaportes consultados o ano de 1908 é mantido. Uma única pequena pista destoa. Na certidão de óbito de Julia Bomílcar Besouchet, além da causa da morte, aparece o nome e a idade dos filhos por ordem de nascimento. Em 1918, ano em que morreu a mãe, Esther, a filha mais velha, tinha 18 anos de idade, Augusto, cinco anos mais novo, tinha 13 anos, Lídia, a terceira de cinco irmãos, tinha 11 anos de idade, Marino, 9 anos e Alberto Besouchet, o caçula, 8 anos de idade. Mesmo aí a confusão permanece, já que ao invés de regredir para 1906, o documento aponta para um novo ano de nascimento, 1907. Apesar de a pesquisa não ignorar os embaraços cronológicos, optou-se por adotar 1908 como ano de nascimento de Lídia Besouchet. Todos os cálculos de idade que aparecem neste trabalho estão embasados nesta data.

³² “Enlace feliz”. *O Povo*. Santa Teresa. Espírito Santo, 24 de abril de 1921.

posto de chefe do Serviço de Recrutamento do exército, mas desta vez na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Não há informações de que Lídia e os irmãos tenham acompanhado o pai, possivelmente não, especialmente por conta dos estudos e da proximidade com a irmã mais velha, que havia casado quando a família ainda residia em Santa Teresa.

Em 1927, o Major Helvécio Besouchet se aposentou e mudou em definitivo para Vitória, época em que começou a trabalhar no cartório do genro Wlademiro na qualidade de auxiliar de Justiça.³³ Sua carreira militar, iniciada no Colégio do Realengo, em Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e prolongada na Escola Militar de Fortaleza, no Ceará, foi marcada por episódios importantes na história do exército. Segundo consta na nota de boas vindas publicada no jornal *O Povo*, de Santa Teresa, Espírito Santo, sua participação em combates de grande repercussão abrangeu a Revolta da Armada (1893-1894), a Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), onde teria visto um irmão, também oficial, morrer.³⁴ Seus três filhos, Augusto, Marino e Alberto estudaram em Colégios Militares tal como o pai, embora somente Alberto, o filho mais novo, tenha seguido carreira.

Já sobre a fase juvenil de Newton Freitas, um conjunto de três pequenos textos biográficos, sem autoria, encontrado no Fundo Newton Freitas do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), ajuda a reconstituir certos eventos da sua trajetória, desde antes de sua adesão à luta de esquerda até o completo engajamento na militância política, em meados de 1930. Algumas dessas informações puderam ser cotejadas com outras fontes, como notas de jornal, cartas com vestígios de memória desse tempo e um ou outro papel autenticado, como uma certidão de exame com carimbo da escola em que estudou e sua carteira de praticante de piloto da Marinha Mercante. Conforme sua vida vai sendo ajustada a esses registros, uma personalidade boêmia, peregrina e bem-humorada se materializa, ganhando forma e substância.

Capixaba de nascimento, Newton de Freitas Coutinho nasceu em Vitória no dia 6 de outubro de 1907.³⁵ Filho de José de Freitas Coutinho, piloto de embarcações da Capitania do Porto do Espírito Santo, e de Carmelina do Sacramento Coutinho, Newton cresceu em sua

³³ “Major Helvecio Renato Besouchet”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1960.

³⁴ “Major Besouchet”. *O Povo*. Santa Teresa. Espírito Santo, 24 de outubro de 1920.

³⁵ O ano de nascimento de Newton Freitas também não é consenso. Uma longa lista de documentos consultados apresenta uma variação que vai de 1907 a 1909. Só para dar alguns exemplos: uma de suas carteiras de identidade, emitida em São Paulo, em 1948, atesta como ano de nascimento 1907, já sua certidão de óbito informa 1909, enquanto sua caderneta de matrícula no Ministério da Marinha diz 1908. Para todos os efeitos, a maioria dos seus documentos fixa 1907, sendo este o critério adotado para definir a cronologia de Newton Freitas, tal como o foi para o caso de Lídia Besouchet.

terra natal. Aos 17 anos de idade, “por um ato de rebeldia e indisciplina”,³⁶ foi expulso da instituição ginásial em que estudava na capital do estado. Motivado pela interrupção dos estudos secundários, Newton ingressou na Marinha Mercante, primeiro, na função de marinheiro e, mais tarde, como piloto.

Durante o ano de 1925 e 1926, Newton viajou pela costa brasileira, indo do Amazonas ao Rio da Prata, trafegando ainda pela América Central até chegar ao litoral de Nova York. Ao que parece, essa etapa deixou marcas indeléveis na sua memória e os conhecimentos adquiridos nessa época não deixaram de lhe interessar, pois em carta remetida à Lúcia Besouchet muito tempo depois, em 10 de agosto de 1963, contando de sua viagem por algumas regiões dos Estados Unidos, confessa: “estou me familiarizando novamente com os aparelhos náuticos de bordo. O navio está muito bem aparelhado. Radar e tudo”, não deixando de frisar as conversas rotineiras que travava com o Capitão e alguns oficiais enquanto transitava pelo navio.³⁷

Apesar de estimulante, a carreira de marinheiro logo foi abandonada e Newton decidiu migrar para São Paulo. Tudo o que se sabe desse período é que, na capital paulista, sobrevivia exercendo simultaneamente várias atividades: era atleta profissional, vendedor de automóveis, agente de seguros, representante comercial e ainda dedicava algum tempo aos estudos preparatórios para ingresso na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, para onde fazia frequentes viagens. Em uma de suas visitas, ficou por lá. Ao que tudo indica, ingressou na Faculdade de Direito, mas se manteve matriculado por pouco tempo. Fez parte da equipe de remadores do Clube de Regatas Botafogo,³⁸ onde conquistou algumas medalhas de ouro em competições cariocas, e entrou para a Companhia de Teatro do famoso ator e diretor Procópio Ferreira, na qualidade de secretário e agente de propaganda. O trabalho na Companhia de Teatro lhe rendeu, além do convívio com artistas e intelectuais, a chance de empreender novas viagens pelo Brasil, garantidas pelas turnês que de tempos em tempos a trupe realizava e que, eventualmente, lhe permitia um espaço no palco como substituto de algum ator adoentado.

³⁶ Carta de Newton Freitas para Lúcia Besouchet. Fundo Newton Freitas. Caixa 3. NF(3) 2-28. Arquivo IEB/USP.

³⁷ Fundo Lúcia Besouchet. Caixa 5. LB-FRE095. Arquivo IEB/USP.

³⁸ No jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, no exemplar de 19 de agosto de 1928, aparece uma pequena nota sobre o Clube de Regatas Botafogo, onde se lê o nome de Newton Freitas entre os atletas do remo daquela agremiação. No entanto, é bastante provável que Newton já tivesse iniciado o esporte no Clube de Regatas Saldanha da Gama, em Vitória, fundado em 29 de julho de 1902, sendo um de seus sócios fundadores José de Freitas Coutinho, o pai de Newton. Seu irmão, Wilson Freitas, atleta profissional do remo, tem até hoje seu nome vinculado ao clube que seu pai ajudou a fundar. Como representante do Flamengo competiu nas olimpíadas de Los Angeles, em 1932, e nos jogos de Berlim, em 1936. Após essa temporada fora, voltou, por livre escolha, a competir pelo seu clube de origem. Para os capixabas, Newton Freitas é um completo desconhecido, enquanto em homenagem ao seu irmão há, atualmente, um ginásio e um logradouro batizados com seu nome.

A primeira temporada de Newton Freitas no Rio de Janeiro durou de 1928 a 1931. Nos dois primeiros anos, seu mundo era a boemia carioca, o atletismo e os espetáculos teatrais. Nesse período não foram encontrados vestígios de sua participação em atividades de cunho estritamente político. Mas, com o despontar do ano 1930, e a ebulição que envolveu as eleições presidenciais, Newton começou a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos políticos e a se sentir atraído pelas propostas da Aliança Liberal,³⁹ que crescia apoiada em projetos reformistas. Ficava evidente, e não só para Newton Freitas, que mudanças substanciais se precipitavam na política brasileira. A crise de 1929 havia exacerbado ainda mais a crise interna do modelo agroexportador, e isso contribuiu para criar as condições oportunas ao avanço das forças dissidentes em prejuízo das oligarquias agrárias.

A agitação política, do final dos anos 1920, e a perspectiva de um rearranjo nos quadros do poder, renunciado pelo movimento aliancista, provocaram nos intelectuais e artistas brasileiros um ímpeto de ação. Estudiosos do período,⁴⁰ com algumas nuances, afirmam que essa foi uma passagem importante relacionada à função pública do intelectual, que voltou seu empenho mobilizador, centrado na cultura, para as dinâmicas da luta política e social. Essa mudança teria ocorrido por conta de “uma negação dos valores existentes até então, que acabou convertendo [os intelectuais] para uma posição espiritualista ou para uma mobilização participante”,⁴¹ para onde se direcionou a maioria. Mesmo quando é reconhecida uma experiência de interação e engajamento político por parte dos intelectuais, em especial ao grupo da primeira fase modernista, que remonta a década de 1920, prevalece a ressalva:

Quanto aos intelectuais, não convém superestimar o caráter político de suas atitudes até as vésperas da Revolução de 1930 [...]. O motivo não reside apenas no fato de lhes parecer, de início, que este anunciase a um retorno ao liberalismo: outra razão foi privilegiarem a intervenção no domínio cultural [...]. Preocupando-se com a elaboração da cultura brasileira, não tinham

³⁹ A Aliança Liberal foi uma coligação formada em agosto de 1929 para fazer oposição à candidatura do paulistano Julio Prestes, lançada pelo então presidente Washington Luis. A decisão rompeu, pela primeira vez na história da república, com a linha sucessória garantida pelo pacto conhecido como “política do café com leite”, que revezava no poder as oligarquias paulista e mineira. As lideranças políticas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, com a adesão das forças oposicionistas estaduais de todo o Brasil, se uniram a setores médios urbanos e a oficiais militares para elegerem Getúlio Vargas no pleito de 1º de março de 1930. Com a derrota, os aliancistas rapidamente assumiram o papel de conspiradores. O golpe, que passou para a história com o nome de “Revolução de 1930”, foi desfechado em 24 de outubro daquele mesmo ano. Cf. D’ARAUJO, Maria Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Ed. FGV, 1999.

⁴⁰ Com destaque para VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 1987; PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil (Entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, 1990; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem”. In: D’ARAUJO, Maria Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Ed. FGV, 1999.

⁴¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*, p. 90.

consciência de negligenciar o problema político: estavam simplesmente convencidos de que a essência do político era o processo que conduziria ao advento de uma identidade cultural.⁴²

Uma linha de raciocínio parecida é apresentada por Mônica Pimenta Velloso (1987) e Lúcia Lippi (1999). Ao matizarem suas interpretações, elas evidenciam um aspecto que reforça a descontinuidade cronológica que faz com que as duas formas de manifestação da atividade intelectual coexistam: nem nunca houve uma desagregação total do intelectual com relação ao poder e ao político, nem uma integração plena. Acontece apenas que “determinados momentos ou processos históricos [...] favorecem a acentuação da consciência social e da missão enquanto outros relegam o intelectual a viver na torre de marfim”.⁴³ Por conseguinte, “o intelectual é sempre designado para o exercício de alguma função e/ou missão especial que varia de acordo com a conjuntura histórica”.⁴⁴

Explorada por esse ângulo, a “Revolução de 1930”, em verdade menos ela do que os seus resultados, figuraria na história como um marco definidor dessa mudança de interesses e de percepção que afetou a elite letrada do País. Para o caso de Newton Freitas, contudo, a “revolução” o teria “despertado” duplamente, assumindo uma importância iniciática no seu processo de amadurecimento não só político, mas também intelectual.

Tanto que os primeiros registros de sua participação na imprensa só serão encontrados nos anos posteriores a 1930, bem como as primeiras referências conectando-o a uma militância política. Nota-se, em vista disso, que a tarefa de rastrear e mapear as redes de sociabilidade intelectual nas quais esteve incluído, com as quais interagiu e no centro das quais criou os seus vínculos sociais e afetivos fica mais fácil a partir daí. Isso não quer dizer que Newton Freitas tenha ficado alheio às questões políticas e ao pensamento crítico, nem que seu contato com o mundo da intelectualidade tenha começado instantaneamente na virada da década de 1920 para os anos 1930, mas sim que os episódios que marcaram esse período impulsionaram Newton a assumir uma postura politicamente mais comprometida, o que interferiu em suas escolhas futuras e no rumo que sua vida tomou por consequência.

No fundo, o que Newton experimentava não tinha só a ver com as mudanças conjunturais movidas em âmbito nacional, mas refletia em grande medida tendências políticas que se processavam internacionalmente, as quais desembocariam na polarização entre a extrema direita e os movimentos antifascistas, que iria, um pouco mais tarde, fortalecer o seu

⁴² PÉCAUT, Daniel. *Op. cit.*, p. 32-33.

⁴³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*, p. 86.

⁴⁴ VELLOSO, Mônica P. *Op. cit.*, p. 10.

vínculo ideológico com a ideia de “revolução”, não mais a liberal, e sim a socialista. As relações interpessoais também não podem ser ignoradas no complexo ajustamento das causas que modificaram sensivelmente suas inclinações. A boemia e o universo artístico do teatro carioca, circuito que frequentou no final dos anos 1920, certamente lhe proporcionaram ricas trocas culturais e intelectuais, reforçadas mais tarde, quando o meio intelectual passou a ser o seu por excelência e as ideologias políticas se enraizaram na sua ação e discurso. Resta acrescentar que se Newton principiou ao lado das forças aliadas que conduziram Vargas ao poder, foi na linha de frente da oposição a esse regime que atuou ao longo dos anos seguintes.

Antes, contudo, de apressar os fatos em direção ao momento em que Newton Freitas abandonou a sua adesão ao Movimento de 1930 para ingressar nas fileiras da militância de esquerda, é preciso explorar um pouco mais esse entreto que dividiu a juventude de Newton Freitas em dois tempos: o da boemia descompromissada, da segunda metade dos anos 1920, e a fase mais duradoura do intelectual engajado, ainda boêmio, que perpassou os anos 1930 e adentrou décadas posteriores, marcando sua participação na vida pública.

Com a multiplicação de manifestações a favor da campanha da Aliança Liberal Newton Freitas participou do movimento se incorporando a uma caravana de aliancistas que empreendia viagens por várias cidades brasileiras.⁴⁵ Esse tipo de excursão visava principalmente à realização de comícios e à organização de comitês estaduais, no esforço de agregar forças para garantir, nas diferentes regiões, o apoio necessário para as mudanças que se sucederiam, mas que ainda eram contas políticas incertas antes dos acontecimentos de outubro daquele ano. Tal grau de envolvimento, como examina Pécaut, não encontrou ressonância entre a maioria dos intelectuais que, “em sua quase totalidade, mantiveram-se cautelosos quando a Aliança Liberal acionou a Revolução de 1930”,⁴⁶ a despeito de “um sentimento geral de crise”.⁴⁷

Esse sentimento de insatisfação, calçado pela imagem cada vez mais difundida e aceita de uma instituição em ruínas, a “República Velha”, se contrapunha à perspectiva esperançosa representada pelo discurso da Aliança Liberal, que remediava os prejuízos do atraso e do atavismo da oligarquia tradicional com a promessa de ascensão de um maquinário estatal moderno e comprometido com a construção de uma nova nação.⁴⁸ Todo esse apelo recebeu

⁴⁵ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. NF(3) 2-28. Arquivo IEB/USP.

⁴⁶ PÉCAUT, Daniel. *Op. cit.*, p. 28.

⁴⁷ *Idem*, p. 59.

⁴⁸ A ênfase na questão social, amarrada ao discurso da missão revolucionária de criar uma “nova nação”, contribuiu sobremaneira para a popularidade alcançada pelas ideias defendidas por Getúlio Vargas e a Aliança Liberal. Com isso, a plataforma aliancista ganhou apoio não só de parte significativa da população e do

resposta, a de Newton Freitas durou só o necessário para certificar que o governo provisório, instalado após a “revolução”, atropelava sem reservas os princípios que o haviam empossado.

A vitória dos “revolucionários” no Espírito Santo foi considerada definitiva no dia 16 de outubro de 1930, data que marcou a fuga do presidente do Estado, Aristeu Borges de Aguiar, deixando vago o cargo que seria pouco tempo depois preenchido pela Junta Governativa liderada pelo capitão João Punaro Bley, nomeado interventor pelo presidente Getúlio Vargas. Segundo o pesquisador Fernando Achiamé, a resistência ao golpe aliancista foi praticamente nula entre os capixabas. Além da simpatia de muitos políticos importantes, uma das principais associações do Estado, a Associação Comercial de Vitória, trabalhou em defesa de uma transição pacífica entre governos, em benefício dos “revolucionários” da Aliança Liberal.⁴⁹ Fora isso, houve o apoio popular, que afixou a legitimidade de que sempre necessitou o regime varguista e suas interventorias estaduais. Nos dias de outubro em que os intentos “revolucionários” dos aliancistas foram colocados em prática, Newton estava em Vitória acompanhando o grupo de teatro Procópio Ferreira, em que trabalhava.⁵⁰ E, em 1931, por conta da morte repentina do pai, Newton voltou a morar em Vitória, assistindo dali ao conturbado processo de consolidação do novo governo.⁵¹

Antes de retornar ao Rio de Janeiro, em fins de 1933, e integrar o movimento de esquerda, Newton começou a frequentar as rodas de intelectuais do Espírito Santo e a escrever para a imprensa local. A revista *Vida Capichaba*⁵² foi muito provavelmente seu veículo de estreia no mundo das letras, com o aparecimento de um pequeno texto anedótico narrando o caso de um segredo mal guardado. Em tom de sentença, Newton provoca: “Victoria é uma

operariado, como também de um número expressivo de comunistas que, “ao passarem para o lado da revolução de 1930”, ajudaram a agravar ainda mais a cisão e a desorganização nas fileiras do Partido, apoio este que não esmoreceu em nenhum momento a campanha contra o PCB. Os trotskistas, movidos por igual arrebatamento, também acreditaram que a revolução aliancista poderia representar um passo a frente no movimento social. Mas, uma vez instituído o “Governo Provisório ditatorial”, a maioria dos apoiadores que tinha sua origem política nas organizações de esquerda foi novamente perseguida e intimidada pela repressão do novo regime. Para maiores detalhes sobre as dinâmicas de adesão dos comunistas à Aliança Liberal Cf. DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil 1900-1935*. Trad. César P. Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

⁴⁹ Um trabalho pioneiro na historiografia espírito-santense é recomendado para uma leitura mais aprofundada sobre os desdobramentos, as mudanças e as continuidades que marcaram a história política do Espírito Santo nos primeiros sete anos do governo de Getúlio Vargas. Cf. ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

⁵⁰ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. NF(3) 2-28. Arquivo IEB/USP.

⁵¹ *Idem*.

⁵² Fundada em 1923, a revista *Vida Capichaba* foi uma publicação predominantemente literária, embora dedicasse parte do seu conteúdo a assuntos de recorte político, que circulou durante 34 anos no Espírito Santo. Uma das suas características iniciais era promover o ideal de moderno e modernidade na sociedade capixaba, colaborando para o seu progresso. Para uma análise mais consistente do periódico, Cf. RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Feminismo Ideal e Sadio: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas. Vitória/ES (1924 a 1934)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

cidade essencialmente policiada. Todo capichaba é por índole um Sherlock. E mais ainda, estão tecnicamente bem aparelhados... Ha ditaphones invisíveis por toda parte. Não tenham cuidado. Porque não adianta...”.⁵³ O texto permite duas interpretações: pode ser lido tanto como uma crítica bem humorada ao ambiente tacanho da cidade, ou, num sentido mais amplo, como uma crítica à vigilância e ao controle social que o novo regime começava a exercer.

Figura 2 – Fotografia publicada na revista *Vida Capichaba*, com a seguinte legenda: “Paschoal Carlos Magno e Paulo Gustavo, poetas da nova geração, entre os redactores desta revista, Paes Barreto Filho e Newton Freitas”. Fonte: *Vida Capichaba*, 30 de agosto de 1933. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

É preciso lembrar que o texto foi publicado em junho de 1933 e em janeiro desse mesmo ano foi baixado um decreto criando a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), que não só reforçou os atributos coercitivos da Polícia Política, designação em uso desde 1924, quando foi criado o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), como também garantiu a consolidação da sua autonomia no âmbito federal.⁵⁴ A medida aumentou os recursos de controle social e político do governo de Getúlio Vargas e sofisticou

⁵³ FREITAS, Newton. Sem título. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 342, 15 de junho de 1933.

⁵⁴ Cf. RESNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

seu aparato repressivo. Subsequente a isso, foram multiplicados os órgãos de vigilância e contenção dos comportamentos políticos divergentes com a criação das delegacias estaduais nos mesmos moldes da DESPS. No Espírito Santo, uma seção estadual da Polícia Política já existia desde 27 de novembro de 1930 e, em 1933, não obstante sua pouca estrutura, o departamento especializou suas funções e procurou trabalhar conforme as diretrizes da Delegacia Especial do Distrito Federal, quer dizer, como uma agência responsável pelo registro de dossiês de pessoas e organizações políticas consideradas suspeitas e pela fiscalização dos conteúdos publicados na imprensa, atividades que foram intensificadas depois de 1935, quando a Polícia Política capixaba foi elevada à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES).⁵⁵

Newton Freitas, muito provavelmente, aproveitou o espaço da revista para lançar, por meio de uma sátira astuta, uma crítica velada ao sistema de controle das vozes dissidentes ao regime. Mas pode ser que simplesmente fosse sua intenção fazer troça ao provincianismo da capital, uma vez que já o havia transposto sem poder com isso olhá-lo com a mesma complacência de antes. Por um ou por outro, ou pela mescla dos dois, interessa que Newton, nesse momento, começou a sua atividade de jornalista, sendo esta a principal atividade a que se dedicou durante toda a sua carreira intelectual.

Lídia Besouchet também iniciou sua trajetória de escritora na revista *Vida Capixaba*, contudo alguns anos antes, em 1931. Do levantamento realizado, cerca de vinte textos com a sua assinatura foram publicados no periódico entre 1931 e 1933, um número muito superior à minguada participação de Newton Freitas. Para ajudar a cumprir o propósito que levou este estudo a explorar a juventude do casal, antes mesmo de se conhecerem, é preciso analisar algumas características recorrentes encontradas nesses primeiros textos jornalísticos de Lídia Besouchet, e que competem para formar uma ideia aproximada da gênese do seu pensamento revolucionário e das suas influências ideológicas.

O primeiro aspecto importante a destacar refere-se à maneira como Lídia buscou introduzir comentários políticos em reflexões aparentemente desanuviadas desse tema,

⁵⁵ Apesar de recentes, os estudos nesta área têm despontado na historiografia do Espírito Santo como uma contribuição imprescindível para a construção de uma história política voltada para as lutas de esquerda no estado. Essas pesquisas apontam para uma atividade bastante intensa da Polícia Política capixaba, que funcionou inclusive durante os períodos considerados democráticos (1930-1937 e 1945-1964). Para informações mais detalhadas Cf. FAGUNDES, Pedro Ernesto (org.). *Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, Coleção Rumos da História, 2011. Resta acrescentar que, apesar de tão longa durabilidade, o acervo do DOPS disponível no APEES, relativo principalmente às décadas de 1930 e 1940, que são as que mais interessam a esta pesquisa, se reduzem a uma pasta com pouco mais de 50 documentos avulsos, deixando um vazio difícil de ser contornado, à revelia de algumas pistas que indicam ser a delegacia política do Espírito Santo um órgão muito ativo e presente no cotidiano capixaba também durante seus primeiros anos.

principalmente nos primeiros artigos que publica, ficando visíveis, nos textos de 1932 em diante, um despojamento cada vez maior desse tipo de subterfúgio em benefício de uma crítica mais direta e indisfarçavelmente inclinada a uma cultura de esquerda. Essa transição, embora sutil, ilustra bem o modo como suas opiniões foram se fortalecendo ao longo do tempo até se tornarem ideias convictas.

Lídia era adepta de um estilo provocativo, irônico e iconoclasta e buscou romper com o consenso e os cânones por meio de uma escrita afiada que demonstrava não temer nem a incompreensão nem a hostilidade. Fosse o cinema brasileiro a pauta do dia, a arquitetura, a cultura modesta e singela do circo, os romances policiais, os clubes estudantis, o samba, as artes plásticas, fosse ainda o feminismo e a guerra, o que prevalecia era o caráter social de suas observações, o recorte da luta de classes, a defesa da cultura popular em contraposição à cultura burguesa, o anti-imperialismo e, em grande medida, a valorização da cultura nacional como a única expressão genuína capaz de fazer progredir o Brasil.

Para Lídia, por exemplo, o samba era “a única forma de se ter musica bonita, característica, expressiva, nacional”.⁵⁶ Já os diretores do cinema brasileiro deviam abdicar da “mania de macaquear” a produção fílmica dos Estados Unidos, aproveitando a “nossa história rica em episódios interessantes”.⁵⁷ A vida moderna estava aí para revolucionar as artes, transformá-la em algo útil, livre dos preconceitos e do “veneno da tradição”, alcançando o mesmo ritmo de influência do progresso sobre a arquitetura, doravante humanizada, simples, utilitária.⁵⁸ A literatura também sofria de excesso de lirismo e mediocridade, além de uma síndrome profunda de estrangeirismos.⁵⁹ O teatro, por sua vez, símbolo da cultura burguesa, foi considerado por Lídia o oposto do circo, essa sim uma “instituição ingênua, que não tem orgulho de classe, nem veleidades de gloria e de fama”. Incapaz de representar a vida com tanta realidade como é vocação do circo, o teatro é inferior em todos os sentidos, mas principalmente porque suas encenações simplórias e seus cenários autoexplicativos não encontram paralelo no poder de abstração que as pantomimas circenses oferecem.⁶⁰

Obedecendo a mesma tônica, outros símbolos da cultura burguesa foram combatidos por Lídia Besouchet enquanto colaborou na revista *Vida Capichaba*, tal como o casamento e a maternidade. Optando pelo gênero epistolar, Lídia abordou o assunto como se tecesse conselhos a uma amiga que, aos 20 anos, estava prestes a casar e que manifestava por essa

⁵⁶ BESOUCHET, Lídia. “O samba desceu do morro”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 264, 21 de fevereiro de 1931.

⁵⁷ BESOUCHET, Lídia. “Cinema Brasileiro”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 259, 17 de janeiro de 1931.

⁵⁸ _____. “Architectura Século XX”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 261, 31 de janeiro de 1931.

⁵⁹ _____. “Fios de Prata”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 267, 14 de março de 1931.

⁶⁰ _____. “Circo, bate-moleque & cia”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 265, 28 de fevereiro de 1931.

decisão pleno regozijo, como se o matrimônio resumisse todo o motivo da sua existência e fosse o anseio último da sua felicidade. Lídia despreza a atitude da “amiga” e, embora ache inútil, busca persuadi-la de abandonar o quanto antes a ideia do casamento, chamando-a de ingênua e irracional. Ao tentar resgatá-la do “sonho”, recomenda:

Querida – desce às realidades da vida e antes de pensar nas gravatas e camisas de teu Paulo, pensa antes na sua escova de dentes e nos seus callos, sim? É necessário que raciocines que o casamento é para o homem um incidente – uma semana após o enlace, ele terá readquirido seus hábitos, enquanto que tu ficarás desorientada, porque estás fazendo d’ele a tua vida toda. E eu tenho pena de ti!

Para terminar, Lídia publica uma espécie de nota que acompanha a carta como que para explicar aos leitores em que resultou o seu esforço de usar tamanha sinceridade para convencer a noiva por trás da missiva da insanidade dos seus atos:

Acho que é quasi inútil dizer que perdi com esta carta uma amiga. Aliás, ella, apesar de não ter seguido o meu conselho, é hoje a mais feliz das mulheres. Burguezmente. Prosaicamente. Chama-me de doida, idealista, romântica e idiota e cria pacatamente seu 6º filho. Confere.⁶¹

O que Lídia parece questionar não é a união em si, mas o modo como a cultura burguesa forjou a instituição familiar como o único espaço possível de realização da mulher que, por sua “natureza”, só poderia encontrar plenitude no casamento, na maternidade e na função zelosa do lar. O modelo burguês de família, difundido e propagandeado pelo discurso médico, religioso, literário, político e pedagógico, colaborava para a permanência da submissão feminina e para a subtração de suas possibilidades de êxito fora do reduto doméstico, e disso Lídia tinha sóbria consciência. Demonstrando determinação, Lídia nos permite interpretar com suas palavras que ela não conseguia projetar para si mesma um futuro em que estivesse enquadrada nesses padrões.

Na época em que Lídia escreveu o artigo “Carta a uma noiva” o feminismo já possuía no Brasil representantes legítimas da sua ideologia e promovia há mais de três décadas um incessante debate público em torno dos direitos civis e políticos das mulheres. Não era, porém, um movimento homogêneo e consensual no que se refere às questões a serem reivindicadas e modificadas nas relações desiguais entre os sexos, tampouco um movimento com alto grau de organização. As distâncias territoriais e as dificuldades de comunicação,

⁶¹ BESOUCHET, Lídia. “Carta a uma noiva”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 268, 21 de março de 1931.

além do fato de “a maioria das mulheres viver nos limites de suas casas e serem analfabetas”, foram motivos concorrentes para que o feminismo brasileiro estivesse associado a personalidades e não a grupos coesos de ação.⁶² Liderado por algumas mulheres “excepcionais”, tal como uma vertente hegemônica da historiografia do feminismo convencionou chamá-las,⁶³ algumas delas conseguiram formar em torno de seus nomes núcleos relativamente organizados, comprometidos com a conquista de algumas propostas consideradas mais urgentes. Foi o caso da vertente encabeçada por Bertha Lutz, que vislumbrava no sufrágio uma causa que merecia resposta imediata do poder público.

Nem todas as vertentes do feminismo da primeira metade do século XX partilharam do mesmo nível de especialização, no tocante às causas defendidas e aos métodos adotados, daquele desenvolvido pelas feministas que estiveram focadas, nesse período, na luta pela concessão da cidadania às mulheres. Bertha Lutz e suas confederadas, apesar de conduzirem a única linha do movimento feminista que teve alcance nacional, representavam apenas um pequeno grupo atuante num universo contestatório muito mais amplo e complexo do que a causa sufragista deixa presumir. Dentro do movimento havia ramificações que geravam posturas e opiniões distintas as quais, muito comumente, se chocavam e entravam em disputa.

A afinidade de Lídia Besouchet ia ao encontro das correntes feministas que não se ajustavam na crença de que o voto feminino seria capaz de promover a emancipação das mulheres, não sem antes alterar substancialmente as regras de submissão e opressão que garantiam o funcionamento da ordem patriarcal. Para romper com a escala hierárquica entre o sexos era preciso minar o seu eixo de sustentação, a dominação masculina. Para as feministas que entrecruzavam ideologicamente o feminismo com as doutrinas socialistas e anarquistas, a questão primordial para a liberação da mulher residia na exploração do trabalho. Diferente das estratégias conciliatórias adotadas pelas sufragistas para garantir o sucesso da sua empreitada, as mulheres associadas a um ideal libertário se expressavam mais abertamente sobre o que pensavam acerca das origens do sistema social da opressão feminina. Antes de feministas elas se consideravam revolucionárias e estabeleciam relação direta entre a inferioridade das mulheres e a exploração da sociedade de classes, isto é, “que os oprimidos não são oprimidos

⁶² PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 25.

⁶³ De qualquer modo, é preciso superar essa perspectiva, e uma das saídas é abordar os “casos isolados” não como exceções, mas como a parte visível de um *iceberg*, refletindo, então, criticamente quanto às condições sociais que produziram mulheres consideradas excepcionais. Cf. VARIKAS, Eleni; RIOT-SARCEY, Michèle. “Réflexions sur la Notion d’Exceptionnalité”. In. *Les Cahiers du GRIF*, Paris, n. 37-38, p. 77-89, 1988.

da mesma forma”,⁶⁴ sendo, portanto, a questão de gênero entendida como um dos elementos estruturantes das desigualdades nas relações de trabalho.

Não foi por caminhos muito distantes que Lúcia Besouchet sistematizou sua postura feminista. A crítica que escreveu para a revista *Vida Capixaba* lançando considerações sobre o recém-adquirido direito de voto da mulher, instituído pelo Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932,⁶⁵ explicita em linhas gerais a efetiva proximidade da sua conduta e do seu discurso com um pensamento feminista de esquerda e que haveria de modelar a sua participação na luta política nos anos seguintes. Em suas palavras:

Em toda parte do mundo, as mulheres começam provando aos homens do que são capazes; entrometem-se nos cargos públicos, no commercio, nas artes, na sciencia, etc., escrevem, gritam, competem [...] e quando vêm que ninguém mais póde duvidar da sua capacidade, reclamam o direito de votar e ser votada. Nada mais lógico, mais racional: o direito de voto é apenas uma reivindicação a mais [...]. Entre nós, a cousa não se passa do mesmo modo [...] Votar!... A mulher brasileira vive ainda na peor das escravidões: aquella que desconhece a sua qualidade de escrava [...] vive ao contrario, inconscientemente, aliada ao homem contra as companheiras de sua grande tragédia biológica [...]. Assim, a mulher brasileira depois de ganhar graciosamente aquillo que custa, ás suas companheiras dos outros paizes annos de luta contínua está sem saber o que faça de tão lindo brinquedo... E resumindo tudo que se pensa por ahí a este respeito, protesta a leader do feminismo no Brasil, a senhora Bertha Lutz: “não se diga que é uma victoria precoce, a concessão do voto feminino”...⁶⁶

A vitalidade dessas primeiras ideias feministas de Lúcia Besouchet impregnou não só a fase juvenil da sua formação intelectual como também esteve subjacente ao seu envolvimento posterior com a militância política. Seguindo essa pista, fica difícil ignorar os indícios que os seus primeiros artigos publicados na imprensa teimam em evidenciar, os quais dão fôlego à suposição de que Lúcia estava, desde ao menos 1931, familiarizada e possivelmente persuadida da importância da teoria marxista para o movimento de transformação da vida política no Brasil. As chances são grandes de que já estivesse conectada com as associações de esquerda às vésperas de ingressar nas fileiras do Partido Comunista, mas a existência de tal conexão e de tal grau de envolvimento antes de 1934-35 não pode ser comprovada.

No entanto, a simpatia de Lúcia Besouchet pela revolução comunista e pelas causas populares, no contexto da juventude vivida em terras capixabas, é incontestável. Em um de

⁶⁴ PINTO, Céli Regina. *Op. cit.*, p. 35.

⁶⁵ Lúcia Besouchet, apesar das fortes críticas ao movimento sufragista, alistou-se como eleitora assim que o direito de voto foi estendido às mulheres. Lúcia e mais oito conterrâneas capixabas tornaram-se oficialmente eleitoras em 16 de março de 1933.

⁶⁶ BESOUCHET, Lúcia. “Feminismo”. *Vida Capixaba*. Vitória, n. 312, 15 de março de 1932.

seus artigos mais interessantes, o apelo aos símbolos e aos argumentos próprios de uma cultura de esquerda se reuniram para povoar de um significado extremamente político um texto que pretendia reivindicar o reconhecimento do valor literário da obra de Lima Barreto (1881-1922), um dos escritores mais geniais da literatura brasileira, na opinião de Lília. Investida da “missão” de restituir ao autor uma parte do seu talento negado pela Academia Brasileira de Letras, enumera uma série de causas que teriam contribuído para o silêncio propositado que encobria o seu nome e impedia a circulação de seus livros. Todos os motivos elencados tinham a ver com o espírito polêmico, combativo e revolucionário do escritor, uma inteligência transgressora, afiada na crítica social, que Lília defende exatamente por se inspirar nela:

Até pouco tempo me parecia inexplicável a sabotagem que envolve a obra de Lima Barreto. Hoje, embora este silêncio me revolte como uma injustiça, sinto o natural... Ninguém nas letras brasileiras teve o poder de irritar mais [...] de destruir o que está arrumadinho e que pela poeira dos tempos, tem fôros de intangibilidade [...]. Com menos intelligencia, seria um “moleque” a mais nestes brasis. Mas, Lima Barreto estava muito acima da mediania e sofreu por isto [...]. O preconceito das raças foi a escola que lhe ensinou a ler, desde cedo, a odiosidade dos outros preconceitos [...]. Combateu vigorosamente todos os “tabus” [...]. E folheando os livros de Lima Barreto vejo que ainda hoje, elles causam mal estar a muita gente. Destaco, aqui, uns pedacinhos marcados por mim a unha: “Não posso negar a grande sympathia que me merece um tal movimento; (refere-se á revolução russa pois o artigo é de Julho de 918) não posso esconder o desejo de ver um semelhante aqui, de modo a acabar com essa chusma de tyrannos burguezes acorados por detraz da Lei para nos matarem de fome” [...] E Lima Barreto chega a escrever a phrase que a censura de hoje talvez não deixasse escapar: “Precisamos deixar de panaceas; a época é de medidas radicais” [...]. E agora ficam sabendo porque Lima Barreto não é reeditado e não é divulgado.⁶⁷

Ainda em 1932, apenas três exemplares após a publicação do artigo sobre Lima Barreto, Lília afirma categoricamente em novo texto “não crer em nenhuma campanha ‘social’ que não tenha finalidades verdadeiramente radicaes”.⁶⁸ Também manifestou não crer na arte que vive pela arte, no belo que “não é verdadeiramente bello sinão for essencialmente útil”.⁶⁹ Ao não admitir a dissociação entre cultura e política, Lília incluiu-se no rol de escritores e artistas que, no início dos anos 1930, atuaram no espaço público convencidos do papel da literatura e das demais formas de manifestação artística como instrumentos

⁶⁷ BESOUCHET, Lília. “Lima Barreto Revolucionario”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 319, 30 de junho de 1932.

⁶⁸ _____. “Centro Acadêmico Candido de Oliveira – Literatura Policial – ‘Moleque 31’, a ‘Bella Nasira’, A Nevrose Folhetinesca – Um Protesto”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 323, 30 de agosto de 1932.

⁶⁹ _____. “Architectura Século XX”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 261, 31 de janeiro de 1931.

indispensáveis para a transformação da realidade social. Esse projeto tinha como fundamento a valorização dos temas populares e a emergência do *povo* como personagem vivo e autêntico da história. Por isso, a frequente invocação por parte dos intelectuais comunistas (e não comunistas, mas envolvidos com a ideologia de esquerda) das heranças culturais deixadas por autores como Castro Alves e Lima Barreto, autores que imprimiram em suas obras o inconformismo com a realidade brasileira, com a pobreza e com o descaso político perante a massa miserável.⁷⁰

Na verdade, toda a ação cultural promovida pelo PCB, fundado em 1922, foi em grande medida iniciativa desses intelectuais que, a princípio simpatizantes, ingressaram nas fileiras do Partido em decorrência dos desfechos políticos da década de 1930 e da crise generalizada que abateu as consciências mais idealmente devotadas à noção de justiça social. Antes disso, como afirma o militante comunista Ivan Pedro de Martins, em sua autobiografia política, “o Partido desconhecia e até abominava” a tradição dos intelectuais, chamados pelo núcleo proselitista de “‘pequeno-burgueses podres’, em quem não se pode confiar”.⁷¹

A ascensão dos regimes nazifascistas na Europa e dos governos de inspiração autoritária na América Latina, além do consequente surgimento de comitês antiguerra e organizações antifascistas em vários países do Cone Sul, sobretudo a partir de 1933, impactaram fortemente as concepções criativas e políticas dos produtores de cultura. A disseminação da ideologia fascista pelo mundo ocidental criou um estado de alerta coletivo entre simpatizantes e ativistas de esquerda, fora e dentro do Brasil, que ajudou a arrastar os intelectuais para o interior do Partido Comunista, de modo que a simpatia desembocou na filiação.⁷² Essa adesão dos intelectuais à militância se relacionou também com o afrouxamento da linha sectária dos PC's, alterada em proveito de uma política frentista de combate à ofensiva nazifascista, estrategicamente focada na formação de alianças com outros partidos e ideologias progressistas e de esquerda.⁷³ Todo esse contexto ecoou nos artigos publicados por Lídia Besouchet na imprensa local. Numa de suas últimas colaborações na revista *Vida Capichaba*, o discurso antibelicista e anti-imperialista emerge como resposta a esse movimento internacional que denuncia e luta contra os avanços do imperialismo e das ideologias fascistas:

⁷⁰ RUBIM, Antônio Albino Cabelas. “Partido Comunista e herança cultural no Brasil”. In. Revista *Ciência e Cultura*, São Paulo, n. 41 (6), p. 552-565, jun. 1989.

⁷¹ MARTINS, Ivan Pedro de. *A flecha e o alvo: a intentona de 1935*. Porto Alegre: Movimento, IEL, 1994, p. 101.

⁷² PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Op. cit.*

⁷³ OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas. Imprensa e Intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. 2013. 331f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

Eu também quero responder á vibrante exhortação, que a Federação Universitaria Hispano Americana dirigiu, em todos os jornaes do mundo, aos intellectuaes, artistas, educadores, estudantes e operários, contra a guerra. Eu também quero contribuir, com uma parcella, minima que seja, para que não perpetue uma nova catastrophe mundial. [...] De um lado, os embustes, os pretextos forjados nos gabinetes ministeriais, os apellos aos “brios nacionaes offendidos”. De outro, a resistência firme da consciência popular [...]. O que porem, nem toda gente sabe, é que a Conferencia Internacional de Desarmamento é o grande arsenal armamentista do mundo [...]. É dela, que sahem a Inglaterra, os Estados Unidos, o Japão, a França, a Italia, etc., mandando fabricar, cada vez em proporção maior, gases asphixiantes, granadas, aviões de bombardeio, submarinos. Alerta! É preciso que ninguém fique indifferente a este grito. [...] Que ninguém fique indifferente á tempestade, que virtualmente já começou para nós, nos incidentes de Chaco e Leticia. Intellectuaes, artistas, educadores, estudantes, jornalistas, operários do E. Santo, ouve o apello da Federação Universitaria Hispano Americana. Ella se dirige a vós, especialmente. E eu pergunto – que fazeis? ⁷⁴

A referência indica que, para Lúdia Besouchet, os acontecimentos externos começavam a adquirir um peso cada vez maior em suas preocupações, na medida em que dilatavam sua visão de mundo. Lúdia era uma leitora voraz, como deixa transparecer as referências diretas e implícitas distribuídas em seus artigos. Lia dos clássicos da literatura universal aos modernistas e manteve o hábito, durante toda a vida, de esquadrihar os jornais dos mais diferentes países e das principais cidades brasileiras. O *Diário Carioca* foi possivelmente a leitura que estimulou Lúdia a escrever esse artigo convocando os capixabas a participarem dos esforços antibélicos, promovidos por organizações na Europa e nos países hispano-americanos.

A primeira página do exemplar de 7 de janeiro de 1933 do *Diário Carioca* foi toda dedicada ao assunto, com amplo destaque para os conflitos armados na América do Sul desencadeados pela Guerra do Chaco (1932-1935) e pelo Incidente de Letícia (1932-1934). No editorial, uma nota da Federación Universitaria Hispanoamericana ⁷⁵ se dirigia à imprensa brasileira solicitando a ampla divulgação do apelo que a FUHA lançava a todos os intelectuais

⁷⁴ BESOUCHET, Lúdia. “Alerta!... Alerta estou!...”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 333, 30 de janeiro de 1933.

⁷⁵ Fundada em 29 de março de 1922, dentro da Universidad Central de Madrid, a FUHA foi uma organização estudantil edificada com o propósito de prestar auxílio a estudantes imigrantes e exilados latino-americanos na Espanha. O contexto de seu nascimento esteve relacionado ao movimento político e cultural hispanoamericanista, em vigor desde o século XIX, à reforma universitária de 1918, na cidade de Córdoba, e ao processo de organização dos grêmios estudantis madrilenhos durante a década de 1920. Ao longo da sua existência, a FUHA realizou outros tipos de intervenção, algumas de caráter político, outras altruístas e culturais, dedicada especialmente ao projeto de aproximação cultural entre a Espanha e a América Latina. Apesar de sua origem acadêmica, de mobilização corporativa escolar, vinculou-se a posições ideológicas democráticas, laicas e hispanoamericanista que ajudam a explicar, por exemplo, o motivo da campanha antiguerreira que promoveu em 1933. Cf. CARREÑO, Luciana. “La Federación Universitaria Hispanoamericana en Madrid”. In. *CIAN – Revista de Historia de las Universidades*, Madrid, v. 16, n. 1, p. 51-80, 2013.

espanhóis e ibero-americanos, “no sentido dos mesmos congregarem seus esforços afim de evitar o prosseguimento da luta entre o Paraguay e a Bolivia e o possível desencadeamento de uma guerra entre a Colombia e o Peru”.⁷⁶ A convocação pedia o início de uma campanha falada e escrita, individual e coletiva. Lídia prontamente atendeu ao chamado e, cerca de 20 dias depois da publicação da nota no *Diário Carioca*, a *Vida Capichaba* veiculou seu artigo, o qual reforçava o apelo pressionando as associações de classe e as associações literárias do Estado a apoiarem o fim dos conflitos no continente americano.

As inquietações de Lídia Besouchet, muito próximas aos temas que preocupavam as esquerdas, embora tenham sido a essência de suas ideias desde os primeiros textos que escreveu na imprensa, com o avançar dos anos seu discurso alcançou um sentido militante mais pleno, tornando suas reflexões mais sensíveis às transformações políticas da década de 1930. Essas circunstâncias ajudaram a inculcar naqueles artistas e intelectuais, que mantinham uma postura diletante com relação ao comunismo, a opção por um engajamento de fato com as causas oficialmente defendidas pelo Partido Comunista. O processo de politização de Lídia Besouchet e Newton Freitas deve ser igualmente entendido com base nesse contexto, ainda que algumas particularidades relativas às suas trajetórias demonstrem ter havido certo desnível teórico entre os dois, perceptível no grau de intensidade com que cada um se dedicou, nessa fase inicial, a projetar reflexões político-ideológicas.

Sem desconsiderar outros fatores importantes que, nesse período, possam ter influído na baixa produtividade de Newton Freitas com relação ao debate político-cultural na imprensa, é certo que Lídia Besouchet possuía uma formação marxista mais sólida que a de Newton quando se conheceram, sobretudo por conta do contexto familiar do qual provinha, tendo junto de si três irmãos, Augusto, Marino e Alberto, além dela mesma, que se interessavam mutuamente pela doutrina revolucionária soviética desde fins da década de 1920, enquanto não foi possível estabelecer qualquer tipo de vínculo de Newton Freitas, antes de 1934, com tendências ideológicas dessa natureza.

Na verdade, Augusto e Marino Besouchet já atuavam no Partido como membros da Juventude Comunista desde meados da década de 1920. A oportunidade de aproximação com os comunistas se deu na época em que estudavam no Colégio Militar do Rio de Janeiro, quando ainda tinham entre 16 e 18 anos de idade. O Espírito Santo, no momento em que os irmãos Besouchet retornaram ao estado, por volta de 1927, após terminarem os estudos, oferecia já uma relativa efervescência política entrosada com o movimento de esquerda, que

⁷⁶ “Uma Nota da Federação Hispano-Americana”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, n. 1356, 7 de janeiro de 1933.

teria favorecido aos recém-chegados darem continuidade ao ativismo político principiado na capital. A constatação de que havia uma célula capixaba do PCB em atividade neste período, com os primeiros núcleos da organização formados na cidade de Cachoeiro de Itapemirim,⁷⁷ reforça a hipótese de que o Espírito Santo esteve, a partir de então, na rota de contato do Comitê Central do Partido, o que, por conseguinte, produziu o florescimento de um ambiente mais propício às atividades políticas de esquerda. Além disso, o Espírito Santo, como destaca o militante histórico Leôncio Basbaum em seu livro de memórias, foi um dos pouquíssimos estados a contar com um Comitê Regional da JC apenas alguns meses depois de sua reorganização, que aconteceu oficialmente numa reunião em 1º de agosto de 1927, após uma primeira tentativa de articulação feita em 1925.⁷⁸

Na ocasião da passagem de Basbaum pelo Espírito Santo, no mês de julho de 1930, quando viajava na condição de foragido da Polícia Política carioca, o dirigente comunista conheceu os irmãos Besouchet e a eles se referiu como membros da Juventude Comunista daquele estado. Segundo informa, durante os 40 dias em que permaneceu em Vitória fez questão de realizar pequenas reuniões com representantes locais do PC e da JC, em decorrência das quais entrou em contato com Marino, Lídia e Augusto.⁷⁹ De Augusto Besouchet guardou uma excelente impressão e, conforme narra em suas memórias, não demorou muito para que a relação entre eles se estreitasse. Logo no ano seguinte, pouco tempo depois da visita de Basbaum ao Espírito Santo, os companheiros de Partido se reencontraram no Rio de Janeiro, onde passaram a dividir o mesmo quarto de pensão.

Aquele 1930 foi o ano derradeiro de permanência dos irmãos Besouchet em Vitória. Nessa data, Marino mudou para a capital republicana para se dedicar à militância política, no que foi seguido por Augusto, que nesse mesmo ano deixou o Estado. Augusto passou uma curta temporada em São Paulo antes de aportar no Rio de Janeiro. Na capital paulista, trabalhou numa oficina tipográfica enquanto dedicava o restante do seu tempo às tarefas partidárias. Nesse momento, a despeito de seu histórico de militância na Juventude Comunista, Augusto tinha funções, mas ainda não pertencia oficialmente ao Partido. Sua ascensão não foi instantânea porque, tal como outros aspirantes a comunistas de origem não operária, ele era visto como um pequeno-burguês que não merecia a confiança imediata do

⁷⁷ FAGUNDES, Pedro Ernesto. “Coração vermelho: Guilherme Tavares e a memória dos comunistas do Espírito Santo”. In. MARIN, Andréia et al. *Vestígios da história sul capixaba em 11 narrativas*. Vitória: Flor&Cultura, 2011.

⁷⁸ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 47. Ver também, KAREPOVS, Dainis. “A Nação e a juventude comunista do Brasil”. In. *Cadernos AEL*, vol. 7, n.29, p. 183-241, 2010. p. 189-190.

⁷⁹ BASBAUM, Leôncio. *Op. cit.*, p. 83.

grupo. Vivia-se, naquele tempo, o auge da fase “obreirista” do PCB, e qualquer um que pretendesse se filiar ao Partido, não sendo um proletário “autêntico”, deveria se curvar a uma espécie de “ritual de purificação” em que o indivíduo aceitava renunciar a todas as suas “fraquezas de classe”. Somente depois de provar sua fidelidade à “ideologia proletária”, mereceria “a honra de pertencer ao Partido Comunista”.⁸⁰ A convicção de Augusto Besouchet o levou a cumprir cada missão a ele designada, das mais perigosas às mais extenuantes. Mas, em janeiro de 1931, numa dessas empreitadas, foi capturado e fichado pela polícia enquanto praticava uma ação em plena luz do dia. Para evitar incorrer em nova prisão, depois de já ter sofrido a primeira de sua trajetória política, em outubro de 1930, Augusto, que no Departamento de Ordem Política e Social era conhecido por Waldemar de Carvalho, decidiu sair de São Paulo. Em fevereiro de 1931 já estava circulando pelas ruas do Rio de Janeiro. E foi somente aí que ingressou oficialmente no PCB.

Os irmãos Besouchet, nos três primeiros anos da década de 1930, continuaram migrando para o Rio de Janeiro. Nessa mesma época, o irmão caçula, Alberto, que morava desde 1925 em Fortaleza, concluiu sua formação secundária na Escola Militar do Ceará e seguiu o mesmo destino. No Rio de Janeiro, matriculou-se na Escola Militar do Realengo, de onde saiu oficial do Exército em 1934; Lídia Besouchet foi a última a deixar o Espírito Santo, permanecendo em Vitória até fins de 1933, tempo durante o qual se dedicou aos estudos, ao trabalho como professora e à atividade jornalística.

Embora não se saiba ao certo se Lídia chegou a pertencer à Juventude Comunista, como seus irmãos, não há dúvidas de que participou das discussões promovidas pelo núcleo comunista capixaba e de que aprofundou, paralelamente a essa participação, seus conhecimentos sobre a doutrina marxista-leninista. Pensando a partir desse contexto, a união dos dois pode ter sido crucial para Newton no sentido de consolidar o seu compromisso com a ideologia de esquerda e de acelerar a sua adesão ao comunismo. Contudo, ainda que Lídia tenha apresentado uma precocidade teórica em comparação a Newton, os dois se engajaram politicamente na mesma época, no decorrer do ano de 1934.

A aproximação com o Partido Comunista se concretizou quando o casal morava no Rio de Janeiro e estava junto há menos de um ano. Eles haviam se conhecido em Vitória em meados de 1933. Apesar de viverem na mesma cidade e de terem amigos em comum, não há informações de que mantinham contato antes dessa data. De acordo com o filho do casal, Augusto Newton Goldman, em entrevista realizada no ano de 2012, seus pais se viram pela

⁸⁰ Cf. Prontuário n. 1.442 – Augusto Besouchet ou Waldemar de Carvalho. DEOPS/SP – APESP.

primeira vez num encontro casual no cais do Porto de Vitória.⁸¹ Ainda segundo informações concedidas pelo filho, na época Lídia estava noiva de um estudante de medicina que naquele ano passava uma temporada no exterior. A empatia entre Newton e Lídia teria acontecido de imediato, levando Lídia a romper com o noivo por meio de uma carta. Sem o compromisso que a prendia a um destino completamente diferente, Lídia se lançou a uma nova vida ao lado de Newton, mudando-se com ele, pouco tempo depois, para o Rio de Janeiro.

O casal chegou em fins de 1933 à capital carioca, onde não demoraram a conseguir uma posição como jornalistas, atividade que desempenharam em concomitância com algumas funções exercidas no movimento de esquerda. Assumiram, a princípio, tarefas de menor protagonismo, mas conforme a luta de resistência ao autoritarismo do governo de Getúlio Vargas foi ganhando amplitude e força, maiores foram as responsabilidades do casal frente à campanha política revolucionária.

O engajamento de ambos alcançou o ápice em 1935, em grande medida devido ao surgimento da Aliança Nacional Libertadora. Essa organização reuniu ativistas políticos oriundos das mais diferentes correntes ideológicas, atraídos essencialmente pela plataforma anti-imperialista, antilatifundiária e democrática. Lídia Besouchet e Newton Freitas, como tantos outros intelectuais, se entregaram às atividades de propaganda e expansão da frente antifascista e antigetulista, quer durante o tempo em que a organização funcionou na legalidade, quer mesmo depois de suas atividades terem sido suspensas pelo regime. Porém, antes de chegar a tal ponto, Lídia e Newton enfrentaram um ano difícil, de acontecimentos inesperados e decisões dramáticas, tocadas diretamente pelas escolhas políticas do casal, naquele momento em que, para ser um revolucionário, era necessário acima de tudo espírito de sacrifício e sentimento de devoção.

1.2 Rio de Janeiro e o engajamento político

*Já cansei de minha terra...
Me mostre países longes,
Me mostre cidades novas.*⁸²

⁸¹ GOLDMAN, Augusto Newton. Entrevista concedida à Livia de Azevedo Silveira Rangel. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2012.

⁸² Versos do poema “Fuga pra não sei onde”, escrito pelo poeta e jornalista capixaba Newton Braga, irmão de Rubem Braga. O poema, dedicado à Lídia Besouchet, foi publicado poucos meses após sua mudança para o Rio de Janeiro. Cf. BRAGA, Newton. “Fuga pra não sei onde”. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 358, 15 de fevereiro de 1934.

A mudança de Lília Besouchet e Newton Freitas para o Rio de Janeiro deu início a uma nova fase que duraria quatro anos, de 1934 a 1938. Nesse período, a política tornou-se a bússola norteadora da vida do casal. Durante esse quadriênio conturbado e rico em eventos de natureza política, Lília e Newton ingressaram no PCB e também militaram na ANL, colaboraram na imprensa partidária, foram presos, passaram longa temporada na clandestinidade, até que, afastados do Partido Comunista começaram a dialogar com o grupo trotskista. Vividos de forma intensa, esses acontecimentos dão a exata medida de que, para eles, naquele período, a militância política ganhou a dimensão de um projeto pessoal.

Sobre o primeiro ano de vida do casal no Rio de Janeiro há dificuldades de se obter notícias. A consulta aos documentos é penosa. A presença de Lília e Newton é praticamente nula nas páginas dos jornais e revistas da época, ausência que se torna mais evidente se comparada com a abundância de referências que surgem aos seus nomes nas edições do ano seguinte dos mesmos jornais e periódicos. Apesar disso, algumas poucas informações sinalizam que a atividade engajada de Lília e Newton começou, de fato, em 1934. Os dois aspectos que corroboram a afirmativa se baseiam, primeiro, na notícia encontrada de que Newton Freitas trabalhou, neste ano, como tradutor e prefaciador de livros de literatura marxista. Esse dado é relevante porque diz muito do posicionamento político-ideológico assumido por Newton naquele momento. Pois, quando, na primeira metade da década de 1930, tem início o movimento de expansão da produção editorial especializada em livros socialistas, no Brasil, são principalmente os intelectuais, os jornalistas e os editores de esquerda que assumem a dianteira desses projetos.⁸³ Saber que Newton Freitas colaborou para a difusão das ideias revolucionárias como tradutor de obras marxistas é colocá-lo em contato com uma rede de articulações que envolvia militantes e simpatizantes comunistas dedicados à tarefa de ampliar a penetração do pensamento socialista na mentalidade política contemporânea. Ideologicamente, é a partir dessas traduções que realiza em 1934, de um tipo de literatura considerada “subversiva e perigosa”, que as convicções políticas de Newton se tornam ainda mais acentuadas e nítidas.

O segundo aspecto a estampar contornos políticos melhor definidos na vida do casal diz respeito à gravidez de Lília Besouchet. Não tanto a gravidez, mas seu desfecho conduz a reflexões que inevitavelmente colocam em justaposição a conjuntura política da época com as circunstâncias que marcaram o nascimento do filho e que, acreditamos, determinaram o seu destino. O fato de Lília e Newton terem decidido abdicar da criança, entregando-a aos

⁸³ CARONE, Edgard. *O marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

cuidados de outra família, revela algumas das razões e das implicações políticas que estiveram por trás desse ato. Essas implicações interessam porque ajudam a retocar com cores mais fortes essa fase da juventude de Lídia e Newton fortemente dominada pela rebeldia e pela paixão revolucionária.

Parte do trabalho de compreensão do que essa entrega devotada aos objetivos da revolução de fato significou na vida do casal passa pela análise do quanto eles foram capazes de se convencer e de se resignar com a ideia, difundida pelo Partido, de que não havia espaço no cotidiano de um militante para o cultivo de uma vida privada separada da vida política. Essa ideia, incorporada pela maioria dos comunistas, previa o exercício diário de supressão dos sentimentos familiares, afetivos e de todas as ambições individuais, por serem tais aspectos incompatíveis com a dedicação integral que a revolução exigia.

De fato, as exigências impostas pela causa eram muitas vezes sobre-humanas e, mesmo assim, quase nunca eram questionadas, porque apoiadas em princípios como lealdade, solidariedade e cooperação. Desse modo, uma das primeiras coisas que um militante tinha de abrir mão ao aderir à luta era de sua intimidade, que vinha seguida de sua vida em família e que terminava com o adiamento de seus interesses pessoais, entrelaçados agora “aos interesses da classe operária e de seu partido”.⁸⁴ Tais dimensões eram propositalmente esvaziadas de seu valor intrínseco para se transmutarem em aspectos menores, subordinados a um ideal nobre, primeiro, de transformação da realidade social mais próxima e, depois, de regeneração do mundo. Sob esta perspectiva, o privado, como assinala Jorge Ferreira, terminava por se diluir no político, de modo que o político se tornava a única dimensão possível na vida do militante.⁸⁵

Além disso, é a partir desses rastros que se pode verificar o movimento de aproximação de Lídia e Newton com o Partido Comunista, o qual se dá efetivamente nos primeiros meses de 1934. O momento coincide com a importantíssima etapa de reestruturação do PCB. É a partir daí que a chamada política obreirista,⁸⁶ que tendia a repelir a participação

⁸⁴ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Ed. ampla e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 212.

⁸⁵ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: UFF, 2002, p. 140.

⁸⁶ Durante o período (1929-1933) em que imperou o “obreirismo” na linha estratégica do PCB, o partido retrocedeu nas pequenas conquistas que havia feito com relação à sua autonomia, especialmente no que se referia às decisões políticas tomadas de acordo com a análise da realidade nacional. Também foi uma fase bastante instável e confusa do ponto de vista de sua organização. O ultra-sectarismo do Partido acabou anulando lentamente a sua influência, o que gerou a perda de prestígio e um isolamento político que só viria a ser rompido com a substituição da liderança obreirista dentro do Comitê Central por militantes provenientes das forças radicalizadas da classe média, em grande medida reunidas em torno da figura de Luiz Carlos Prestes e do movimento tenentista. Para um estudo pormenorizado dessa fase de transição, Cf. VIANNA, Marly de Almeida

dos intelectuais e a se fechar numa política isolacionista de “classe contra classe”, começa a ser desmantelada para ceder lugar a uma nova tática, favorável às alianças com a pequena-burguesia e com os demais setores progressistas da sociedade. Nesse momento, o Partido reabre o diálogo com os intelectuais e passa a se concentrar nos problemas concretos que convulsionavam a realidade nacional que, especialmente no ano de 1934, giravam em torno dos conflitos radicalizados entre a direita integralista e a esquerda antifascista.

O impacto negativo da ascensão de Hitler ao poder, em janeiro de 1933, e o estado latente de guerra que sua vitória representava, é apontado como o estímulo principal dessa guinada que, por mais de um ano, foi ensaiada pela Internacional Comunista, mas que não demorou tanto para ser introduzida em várias de suas seções pelo mundo.⁸⁷ Antes da consagração da linha estratégica das frentes populares, que se deu oficialmente após o VII Congresso da IC, realizado em julho de 1935, partidos comunistas de alguns países já davam seus primeiros passos em direção às políticas frentistas. A França é o maior exemplo. Porém, no Brasil, desde 1933, reflexos dessa estratégia também começaram a influir no direcionamento político das esquerdas, particularmente devido ao crescimento do integralismo. O movimento, de tendências majoritariamente fascistas, ganhou amplitude e fôlego assim que foi fundado, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB), que passou a ser o principal centro de emanção dessa ideologia ultraconservadora no país. Liderados por Plínio Salgado, os camisas-verdes, como ficaram conhecidos os integralistas da AIB, aumentaram de número em pouco tempo de mobilização.

As razões para a articulação de uma ampla frente única que fosse primordialmente antifascista se acumulavam externa e internamente. De um lado, o influxo crescente do nazifascismo, o acirramento das práticas imperialistas e os rumores de uma guerra iminente, de outro, o avanço dos integralistas e o fortalecimento de um modelo cada vez mais corporativista e autoritário de Estado. Não havia espaço, em meio a esse panorama de crise, para hesitações e indiferenças. Nesse caso, os autores⁸⁸ que analisam a integração dos intelectuais com a política, na primeira metade dos anos 1930, concordam que as questões externas e internas se alinharam historicamente e pressionaram os intelectuais a assumirem

Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 201; KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.

⁸⁷ Cf. DASSÚ, Marta. “Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. In. HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Vol 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁸⁸ Para conferir algumas dessas interpretações, consultar: VELLOSO, *Op. cit.*; PÉCAUT, *Op. cit.*; PALAMARTCHUK, *Op. cit.*; OLIVEIRA, *Op. cit.*; FERREIRA, Muniz Gonçalves. “O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro”. In. ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012; KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

um claro posicionamento. O imbricamento desses fatores teria avivado a consciência ideológica de escritores, artistas e intelectuais forçando-os a definirem suas posições diante da polarização da luta.

No Brasil, quem primeiro reuniu esforços para a formação da frente única não foi o PCB, mas os militantes reunidos no grupo Liga Comunista (LC), atrelada à Oposição de Esquerda Internacional (OEI). Os trotskistas da LC criaram, em maio de 1933, a Frente Única Antifascista (FUA), que contou com a participação de partidos, sindicatos e organizações do movimento operário.⁸⁹ A ideia era suplantar o avanço da ideologia fascista e aquecer a campanha nacional contra o imperialismo. A forte repressão policial, que prendia sindicalistas, fechava as sedes dos sindicatos e abafava suas manifestações, somadas à hostilidade integralista, foram razões objetivas que contribuíram para que os diferentes setores da luta proletária concordassem em aderir às coligações que iam surgindo. Dentre as diversas ligas e comitês criados,⁹⁰ o Comitê Antiguerreiro, capitaneado pelo PCB, e a Frente Única Antifascista (FUA), liderada pela Liga Comunista Internacionalista (LCI), defensora das teses de Trotsky, foram as mais importantes do período, porque viabilizaram a união dos diferentes grupos políticos de esquerda e ajudaram a preparar as bases para o surgimento de um movimento antifascista e progressista de maior alcance, impulsionado pela Aliança Nacional Libertadora.⁹¹

Foi a partir desse momento que o diálogo com Luis Carlos Prestes e a esquerda militar e, por consequência, a pequena burguesia foi retomado, o que ajudou a sepultar o “sectarismo obreirista e inaugurou uma nova fase, na qual as principais expressões individuais da intelectualidade [...] passaram a reconhecer no PCB sua principal referência política e organizativa”.⁹²

Na verdade, o casal havia iniciado contato com vários intelectuais de esquerda e com militantes comunistas depois de chegarem ao Rio de Janeiro. Esse diálogo atraiu para eles a indesejada atenção das autoridades policiais. Depressa, suas atividades passaram a ser investigadas pelos agentes da repressão. O que escreviam, onde publicavam, quais ideias

⁸⁹ ABRAMO, Fúlvio. “Frente Única Antifascista 1934-1984: 7 de outubro de 1934 – 50 anos”. In. *Cadernos CEMAP*, São Paulo, n. 1, dez. 1984.

⁹⁰ De acordo com Palamartchuk, “essas iniciativas tiveram início em 1933, com a formação de organizações de trabalhadores e das esquerdas contra a ameaça da guerra e contra o fascismo”. A autora cita alguns agrupamentos que surgiram nessa época, tais como o Comitê Antifascista Brasileiro, o Comitê Estudantil Anti-Guerreiro, o Comitê Antifascista Italiano de São Paulo, etc. Cf. PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. 2003. 383f. Tese de Doutorado – IFCH/Unicamp, Campinas, 2003, p. 145-146.

⁹¹ CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)”. In. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 354-388, dezembro de 2002, p. 388.

⁹² FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Op. cit.*, p. 26.

professavam, com quantos elementos extremistas estavam envolvidos, todas essas informações ganhavam importância para a polícia na construção de seus perfis “subversivos”.

Nesta época, Newton Freitas trabalhava como redator da revista *Única* do Rio de Janeiro. A carteira de identificação que portava era assinada por S. O. Hersen, um dos fundadores da Adersen Editores.⁹³ Esse era possivelmente o emprego que lhe rendia o principal meio de subsistência logo que se mudou para o Rio de Janeiro. Lídia também colaborava na imprensa, porém ocupando uma função menos regular.

Datam também deste ano os primeiros trabalhos de tradução feitos por Newton Freitas. São essas traduções que igualmente sinalizam o estreitamento ideológico de Newton com a esquerda política. Isso porque os dois livros traduzidos por Newton Freitas, lançados justamente em 1934, pertenciam a uma categoria literária muito específica e que experimentava uma fase de difusão entre o público brasileiro nos primeiros cinco anos da década de 1930, trata-se da chamada literatura socialista. De acordo com Edgard Carone, nesse período surgiram no Brasil casas editoras voltadas exclusivamente para a publicação de livros marxistas, as quais foram responsáveis, em conjunto com outras editoras não especializadas, pela circulação de traduções e edições de livros teóricos sobre o marxismo, de romances proletários e de relatos de viagem sobre a Rússia comunista.⁹⁴ Contribuindo para a evolução dessa linha editorial, Newton Freitas traduziu dois livros que se enquadravam nessa categoria de literatura. Pela Selma Editora, que foi um desses empreendimentos dedicados à divulgação de obras de esquerda, surgidos depois de 1930, Newton traduziu e prefaciou o livro *Memórias*, de autoria de Lenin, o grande líder bolchevique.⁹⁵ O outro livro traduzido por Newton Freitas, publicado pela Adersen Editores, foi *A filha da revolução*, do escritor norte-americano John Reed, o famoso autor de *Dez dias que abalaram o mundo*.

Por certo, Lídia e Newton não ignoravam os riscos que corriam ao serem colocados na mira das estratégias invasivas e não raro violentas usadas pela Polícia Política para conter os grupos de resistência. De um modo geral, os procedimentos policiais para com os criminosos políticos eram bastante conhecidos e temidos por todos que atuavam na clandestinidade. Os

⁹³ Sobre a revista não foi encontrada nenhuma referência. Difícil, portanto, precisar que tipo de revista era, qual conteúdo publicava, quando foi fundada e quando deixou de existir e, principalmente, quem eram seus colaboradores. Já sobre a Adersen Editores, Hallewell apresenta o empreendimento como sendo uma firma pequena, fundada em 1931, fruto das novas oportunidades criadas pela “Revolução” de 1930. S. O. Hersen e Adolfo Aizen eram seus proprietários. A editora funcionou por quatro anos. Cf. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil, sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. p. 439.

⁹⁴ CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 65.

⁹⁵ Além do trabalho traduzido por Newton Freitas, a Selma Editora publicou, em 1934, mais dois outros livros leninistas, *Recordações de Lenine* e *Tática e objetivos da revolução*. A maioria dos livros lançados por essa empresa foram impressos entre 1934 e 1935. Afora isso, não foi possível averiguar quase nada sobre a referida editora. Tudo indica que não passou de um empreendimento de curta duração.

relatos que circulavam internamente, entre os próprios militantes, quando não extravasavam na forma de denúncia nas páginas da imprensa de oposição, davam detalhes de narrativas aterrorizantes de tortura, de prisões arbitrárias, de interrogatórios infundáveis e nauseantes, de sofrimentos físicos e psíquicos, de deportações e de vítimas sem conta de agressões nas ruas e dentro das delegacias. Todas essas notícias se espalhavam e contribuíam para aumentar o medo e a sensação de insegurança, mas igualmente o sentimento de inconformidade dos que carregavam convictos os porquês da necessidade da luta pela liberdade e a favor da revolução.

Convencidos das reais possibilidades de verem intensificadas a vigilância e a perseguição policial, em particular devido à conjuntura política que eclodia em ações e discursos cada vez mais radicalizados por parte tanto da direita quanto da esquerda, Lídia e Newton decidiram passar uma temporada fora do Rio de Janeiro. É muito provável que a delicada situação de Lídia Besouchet, grávida de alguns meses, tenha sido a impulsora definitiva para a decisão do casal em mudar temporariamente de ares, viajando no último trimestre de 1934 para São Paulo.

Desconhecidos da Polícia Política paulista, Lídia e Newton puderam se aproximar e frequentar sem grandes obstáculos algumas das células comunistas ativas naquela cidade. Ali, também tiveram a chance de conhecer muitos militantes sindicalistas e intelectuais antifascistas que vinham, desde o ano anterior, trabalhando na mobilização de várias frentes contra o avanço da tendência nazifascista na cena política brasileira. Foi em São Paulo que o primeiro contato com o pequeno grupo de trotskistas brasileiros se deu. O recém-ingresso de Lídia e Newton ao Partido Comunista não impediu o diálogo com intelectuais da estirpe de Mario Pedrosa, Livio Xavier e Fulvio Abramo, lideranças do movimento antifascista paulista. Pelo contrário, há indícios de que Augusto Besouchet, irmão de Lídia, começara a se afastar do núcleo ortodoxo comunista para se aproximar da dissidência.

Infelizmente, as pistas sobre as atividades políticas desenvolvidas por Lídia e Newton, em 1934, se limitam a poucas informações. No geral, os documentos fornecem escassos indícios. Mas, como a história também se expressa por meio das ausências, neste caso, a carência de notícias acaba por iluminar outros aspectos, como o da maternidade.

1.3 Maternidade e militância

Um dos momentos críticos, de mudança repentina, que marcou 1934, veio certamente com a descoberta da gravidez de Lídia Besouchet. Lídia engravidou de Newton Freitas por

volta de fevereiro daquele ano, quando já moravam juntos no Rio de Janeiro, porém num momento em que ainda não eram casados formalmente.⁹⁶ Na data, tanto o relacionamento, quanto a mudança de cidade, assim como o ingresso na militância política eram acontecimentos muito recentes. Pode-se calcular, com isso, o quanto a gravidez impactou a vida do casal. Acreditamos que interferiu diretamente na frequência e na intensidade com que Lídia e Newton se envolveram com as questões práticas da política partidária durante os meses que precederam o nascimento do filho, período limitado à participação em debates políticos e em funções que não exigiam muita movimentação e atrito direto com a polícia. Nesse ínterim, uma das atitudes peculiares do casal com relação à gravidez foi a de mantê-la em completo sigilo, levando-a até o fim com a máxima discrição. Os amigos e familiares que não conviveram de perto com o casal, em 1934, nunca desconfiaram do ocorrido. O pai de Lídia, o Major Besouchet, que vivia no Espírito Santo, passou a vida sem tomar conhecimento do fato.

A obstinação em manter a gestação em segredo é curiosamente instigante do ponto de vista da pesquisa, porque muito possivelmente guarda relação com as posições políticas assumidas pelo casal naquele momento. Por não ignorar a complexidade da questão, que pode ser avaliada de ângulos muito distintos, indo do social ao psicológico, é que se optou por enfrentá-la apenas em seus desdobramentos políticos.

O primeiro aspecto para o qual se deve chamar a atenção neste caso, e em qualquer outro que envolva militância política e maternidade, é que, apesar de a gravidez ser uma experiência compartilhada, é sobre a mulher que recai o peso simbólico e normativo, as inseguranças, a aceitação e a negação de uma nova vida gerada. Em se tratando de mulheres militantes, as dúvidas e os impasses com relação à gravidez e, num momento seguinte, à maternidade, sobrevêm de modo exacerbado, como algumas reflexões já feitas sobre o assunto o comprovam.⁹⁷ Não que a atuação dessas mulheres na política, no espaço público,

⁹⁶ Segundo registro civil de casamento encontrado na documentação, Lídia Besouchet e Newton Freitas casaram oficialmente em 18 de setembro de 1943, no Rio de Janeiro. Na data, o casal já vivia na Argentina há mais ou menos cinco anos. A certidão de casamento foi possivelmente providenciada por conta de alguma necessidade burocrática, pois, até então, ela havia sido dispensável já que, informalmente, Lídia adotava o sobrenome Freitas desde 1935. Foi a partir desse ano que apareceram as primeiras referências públicas a seu nome como esposa, mulher ou companheira do jornalista Newton Freitas, sendo possível localizar vários exemplos nos jornais que circulavam na época.

⁹⁷ Na busca por referências, constatou-se que a maioria dos trabalhos que busca entender o modo como as mulheres vivenciaram a experiência da maternidade na militância o fez atento à história política que marcou a segunda metade do século XX, no Brasil, especialmente a partir de 1964. Nem por isso deixam de ser interessantes, já que, não raro, as mulheres militantes dos anos 1960, 70 e 80 reviveram e reproduziram, em muitos sentidos, as mesmas angústias e dificuldades experimentadas em graus semelhantes pelas mulheres que atuaram politicamente nos anos 1930. Pois, o que se viu, de uma década a outra, foi que pouco se alterou com relação à moral feminina, aos papéis sociais e às práticas normativas, apesar dos notáveis avanços nas reflexões

fosse necessariamente uma espécie de negação do universo privado, que incluía a vida conjugal e o anseio materno, mas para aquelas que decidiam encarnar de modo mais incisivo o compromisso revolucionário, como foi o caso de Lúcia Besouchet, e tantas outras, as incompatibilidades entre as duas funções pareciam por vezes intransponíveis.

A questão assumia feições ainda mais complexas para as militantes que vinculavam sua postura política de esquerda à uma postura feminista. Essas, além de se ocuparem com as chamadas “lutas gerais” contra a pobreza, a miséria, as injustiças sociais, também se preocupavam em denunciar a dominação masculina e em reagir às práticas que inferiorizavam as mulheres. Pela “perigosa” associação que faziam entre a “opressão específica da mulher” e a luta de classes, num período em que a cultura política ainda estava bastante fechada para aprofundar tais questões, as feministas de esquerda, ao menos aquelas que deixaram registro de suas ideias, foram consideradas por seus contemporâneos, e assim passaram a posteridade, como mulheres detentoras de ideias “radicais” e “controversas”. Isso porque, num rápido lance comparativo com outras correntes feministas da década de 1920 e 1930, especialmente a sufragista, as feministas de esquerda, atuantes nos movimentos sociais e políticos, despontaram como aquelas que, a partir de espaços revolucionários, não feministas em princípio, formularam as críticas mais conscientes, “no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero”.⁹⁸

Ainda que formassem, no conjunto, um pequeno grupo, as feministas de esquerda foram ativas em seu meio e contribuíram significativamente com as reflexões em torno da “condição feminina”. Para viabilizar seus projetos, fundaram associações, escreveram na imprensa, filiaram-se a partidos e organizações políticas, participaram de comitês e discursaram em comícios a favor da mulher proletária e trabalhadora,⁹⁹ sem deixar de enfatizar a “tragédia biológica” que, segundo acreditavam, unia todas as mulheres sem distinção de classe.

feministas. Mesmo admitindo as similitudes, nem sempre os resultados do embate entre a função materna e o compromisso político com a luta revolucionária foram idênticos, havendo entre as duas gerações de mulheres militantes algumas diferenças que mereceriam um tratamento comparativo mais acurado. Dentre alguns textos consultados, destaca-se PEREIRA, Ivonete. “Estudo de casos: narrativa sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989)”. In. *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, 2009; BACK, Lilian. “A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP”. In. *Revista Perseu*. Ano 5, n. 7, p. 11-39, 2011 e TEGA, Danielle. “Memórias da militância: reconstruções da resistência política feminina à ditadura civil-militar brasileira”. In. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 123-147, 2012.

⁹⁸ PINTO, Céli Regina. *Op. cit.*, p. 34.

⁹⁹ Lucia Helena Vianna observa que a junção entre o feminismo e o marxismo como ideologias afins resultou em uma nova dinâmica de participação das mulheres no espaço público, que tendia a ser bem menos difusa do que a experimentada anteriormente, e muito mais organizada do ponto de vista da ação política. Cf. VIANNA, Lúcia Helena. “Mulheres revolucionárias de 30”. In. *Revista Gênero*, v.2, n.2, p. 27-34, 2002.

Nos textos escritos pelas feministas revolucionárias, tal como Pagu, Maria Lacerda de Moura, Eneida de Moraes, e onde Lídia Besouchet também se situa, é possível rastrear uma tendência crítica que insistia na necessidade de se desnaturalizar os papéis tradicionais femininos, de modo a superar as identidades engessadas e essencializantes que limitavam a mulher a uma vocação materna e doméstica.¹⁰⁰ Esse tipo de condenação ao “destino biológico”,¹⁰¹ embora também estivesse presente no discurso das feministas com abordagens mais moderadas, só adquiriu um tom de protesto categórico a partir do que as feministas de esquerda escreveram e falaram. Suas opiniões eram geralmente expostas na imprensa, nos livros ou em praça pública sem amenidades. E isso, em verdade, foi o que as diferenciou das feministas com estratégias e discursos mais conciliatórios, especialmente das que lutavam pelos direitos políticos das mulheres, em particular o voto. Essas eram comumente acusadas de “burguesas” e cúmplices da opressão masculina pelas feministas “marxistas”, porque preferiam, segundo elas, em favor de uma formalidade como o sufrágio, maquiagem as questões fundamentais que diziam respeito às mulheres, como seu lugar subordinado dentro da família, do que confrontar seriamente o sistema patriarcal.

Com efeito, existia um nítido contraste entre as duas vertentes, a sufragista e a socialista. Enquanto, de um lado, as sufragistas negociavam com os valores tradicionais, admitindo certos determinismos biológicos, inclusive aceitando e retomando o discurso da maternidade como vocação e instinto,¹⁰² por outro, as feministas que dialogavam com o movimento de esquerda negavam ao máximo, dentro dos limites da época, essas construções simbólicas, em especial as que naturalizavam as aptidões maternas, por considerá-las os principais sustentáculos da relação desigual entre os sexos. Algumas feministas de esquerda, principalmente as que além do ativismo dedicavam parte da militância à reflexões dentro de um plano minimamente teórico, rejeitaram, com isso, as possibilidades de conciliação ou de concessão à ideologia dominante, defendendo o questionamento da cultura patriarcal em prol da autonomia social, econômica e subjetiva das mulheres.

Decerto, foi essa tentativa de enfrentamento um dos traços distintivos das “feministas revolucionárias” dos anos 1930, as quais, muito por conta da apropriação que fizeram da teoria marxista (ela própria uma crítica à sociedade capitalista), ousaram denunciar as

¹⁰⁰ A esse respeito, consultar LEITE, Míriam Moreira. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu: um recorte biográfico de Patrícia Galvão*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

¹⁰¹ Para uma discussão conceitual e teórica sobre a noção de “destino biológico”, ler: NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed. rev. Vitória: EDUFES, 2001.

¹⁰² SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

estruturas de poder que, baseadas nas diferenças biológicas, recusavam o estatuto de igualdade às mulheres, submetendo-as a um universo opressor que frustrava e consumia todas as suas expectativas de existência. Assim, as feministas que militaram na esquerda tendiam a perceber essas diferenças excludentes entre homens e mulheres não como um dado imutável da natureza, mas como estruturas histórica e socialmente construídas.¹⁰³

A filósofa francesa, em seu livro *O Segundo Sexo*, que se tornou um clássico e uma das principais referências para o feminismo contemporâneo, desenvolveu exaustivamente, por meio de muitos exemplos e casos clínicos, o mesmo argumento, melhor fundamentado e com aperfeiçoamentos, mas, em síntese, o mesmo ponto de vista, balizado na noção de que a diferença sexual não é um fenômeno biológico, inscrito *a priori* nos corpos, e sim um constructo cultural, social e histórico. O que não se comenta muito, contudo, é o fato de que existiram, antes de Simone de Beauvoir, outras feministas que pensaram em termos semelhantes as causas da opressão e da “inferioridade” das mulheres, colocando em xeque precisamente o discurso da natureza como fundador da distinção entre os sexos.

O fato de a biologia como destino ter sido questionada por mulheres de diferentes contextos, lugares e tempos, muito antes de Simone de Beauvoir levantar a questão, indica que o feminismo, no mundo ocidental, não foi um movimento ou uma movimentação, tampouco um pensamento totalmente linear, progressivo, com etapas bem definidas de ideias em constante avanço. O feminismo foi desde o seu surgimento e ao longo de toda a sua existência um projeto com muitas variáveis, em frequente disputa, heterogêneo e plural. Daí ter sido possível, no Brasil, uma intelectual feminista e militante de esquerda tal como Lídia Besouchet formular, na década de 1930, ideias análogas às aquelas introduzidas por Simone de Beauvoir dez anos depois, em 1949, na sociedade europeia do pós-guerra. Para fins comparativos, vale a pena reproduzir um trecho do que a pensadora francesa escreveu em seu livro *O Segundo Sexo*, porque muito se assemelha ao que Lídia, e outras feministas do período, com algumas variações ideológicas, também pensaram com relação aos estereótipos vinculados à ideia de “natureza feminina”. Segundo questiona Beauvoir:

“As mulheres serão sempre mulheres” [?] Isso é admitir que a mulher é uma criação da natureza; [quando] cumpre repetir mais uma vez que nada é natural na coletividade humana e que, entre outras coisas, a mulher é um produto elaborado pela civilização [...]. A mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que

¹⁰³ CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. “Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX”. In. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, n. 30, jun. 2005, p. 243-264.

reassume, através de consciências estranhas, o seu corpo e sua relação com o mundo (BEAUVOIR, 1967, p. 494).¹⁰⁴

A mesma perspectiva não-biologizante e emancipadora é facilmente identificável nos textos de caráter feminista escritos por Lídia Besouchet. Todavia, foi a partir do que escreveu em seu primeiro romance, intitulado *Condição de Mulher*,¹⁰⁵ que essa linha de pensamento ficou mais clara. Foi quando Lídia conseguiu articular aos elementos ficcionais da literatura alguma carga ensaística que, mesmo sem qualquer pretensão teorizante, funcionou como um eficiente artifício de crítica. Na dinâmica de sua narrativa, ela buscou criar uma série de ocasiões que lhe serviram para construir verdadeiros argumentos filosóficos e sociológicos acerca da “condição feminina”, como demonstra a seguinte passagem:

...Aproveitei uma pausa para argumentar que aquilo que ele chamava de condições biológicas, eu chamava de sociais; que a sujeição milenar da mulher fazia com que ninguém reconhecesse nela nada mais que uma máquina de fazer filhos; que a mulher liberta da escravidão a que lhe impunha a sociedade, podia se equivaler ao homem na sua capacidade de realização... (BESOUCHET, 1947, p. 52-53).¹⁰⁶

O desejo de elevar as mulheres socialmente, de torná-las seres conscientes de sua condição subalterna, capazes, portanto, de modificar seu destino nunca esteve ausente das ambições revolucionárias de Lídia Besouchet. Na verdade, sua militância política, dentro ou fora do PCB, todo o tempo foi guiada pela associação entre estas duas ideologias: a marxista e a feminista, o que a colocava frequentemente em choque com os padrões de feminilidade prescritos pelos valores burgueses e pela sociedade conservadora da época. Era inevitável que seu feminismo, aliado politicamente a uma orientação de esquerda, crítico com relação ao discurso sobre a inferioridade biológica das mulheres, entrasse em conflito com o modelo normativo de esposa-mãe-dona-de-casa. Assim, quando ao estudar sua trajetória, ao longo da década de 1930, o episódio da maternidade vem à tona ele não emerge livre desse peso político e ideológico que tem a ver com a impetuosidade com que Lídia encarou a tarefa da militância política ao lado do movimento de esquerda. Até porque, para ela, essa foi uma luta

¹⁰⁴ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, p. 494.

¹⁰⁵ Escrito em 1939, durante sua permanência no Uruguai, o livro só foi publicado em 1945, em Buenos Aires, pela Editorial Sudamericana. Escrito originalmente em português, o livro foi traduzido para o espanhol por Raúl Navarro, que faria a tradução de muitos autores brasileiros para o espanhol.

¹⁰⁶ BESOUCHET, Lídia. *Condição de mulher*. São Paulo: Ipê, 1947. p. 52-53.

que também dizia respeito ao fim da opressão das mulheres, ao fim da tradição e dos preconceitos que tornavam as mulheres vulneráveis à dominação masculina.

Por isso, não é surpreendente que Lídia Besouchet tenha enfrentado sentimentos ambíguos e conflitantes ao subitamente tomar conhecimento de sua gravidez. O estranhamento que possivelmente sentiu ao saber que esperava um filho, e que esse chegaria num momento intempestivo, foi compatível não só com a natureza das convicções feministas e políticas que vinha alimentando desde a juventude, como também com a fase temerária na qual decidira mergulhar a partir de 1934. Sua decisão de ir para o Rio de Janeiro, aos 25 anos, deixando para trás um destino que se desenhava previsível e monótono, equivalia à sua vontade de integração a uma realidade diferente da sua. É precisamente neste instante que a política assume um lugar decisivo em sua vida, é quando a luta revolucionária deixa de ser um enredo distante, que chega até ela por meio dos jornais ou pelo relato de seus irmãos, para tornar-se uma causa concreta, pela qual iria dedicar todo seu tempo e esforço.

Tudo isso pode ter levado Lídia a decidir ocultar a gravidez e, mais tarde, a não ficar com a criança recém-nascida. Naquela época, mas ainda hoje, sua decisão no que diz respeito ao filho estaria suscetível a julgamentos morais cheios de acusação. Mas, o que é revelador desse episódio da vida de Lídia Besouchet é o fundo político que embala a sua escolha por abdicar da maternidade. Logo, independente de outros fatores, sua atitude ganha importância nesta pesquisa porque permite observar a potencialidade do dissenso que existiu entre a militância política e a função materna. Faz ver, além disso, que seu caso não flutua isolado de outras experiências similares. Pois, ao que parece, essa flagrante dificuldade em conciliar compromisso político e o papel de mãe também condicionou as escolhas de outras militantes comunistas daquele período que, como Eneida de Moraes ¹⁰⁷ e Pagu, ¹⁰⁸ renunciaram à maternidade acreditando ser a única maneira de levar adiante suas aspirações políticas.

¹⁰⁷ Eneida Costa de Moraes foi uma jornalista e escritora paraense que nasceu na cidade de Belém, em 1903. Colaborou durante toda a década de 1920 com jornais e revistas do Pará e do Rio de Janeiro, se destacando como uma das representantes da vanguarda literária ao aderir aos temas da estética modernista. A partir de 1930, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde aprofundou seu contato com a literatura e iniciou uma fase de aproximação com a esquerda política. Em 1932, já convencida de que era necessário assumir um compromisso revolucionário, aproveitou o cenário profícuo da Revolução Constitucionalista e muda-se para São Paulo, onde participou do comitê de propaganda e agitação política, colaborando com a confecção de panfletos, volantes e outras publicações do partido. Nessa época, começou um relacionamento com o militante José Vilar, ex-secretário geral do PCB. Em setembro de 1932, foi presa na mesma operação que encarcerou seu companheiro. Sua militância política recrudescer nos anos seguintes, quando participou da Aliança Nacional Libertadora e da União Feminina do Brasil. Com o Levante Comunista de 1935, Eneida foi novamente presa e processada pelo Tribunal de Segurança Nacional, conseguindo absolvição em 1937. Com o país entregue à ditadura do Estado Novo, Eneida sai do Brasil e se exila na França. Pelo resto de sua vida dedicou-se ao jornalismo e à literatura. Faleceu no Rio de Janeiro, em abril de 1971. Cf. FERREIRA DOS SANTOS, Eunice. “Eneida de Moraes: militância e memória”. In. *Em Tese*. Belo Horizonte, v. 9, p. 99-106, dez. 2005.

Essa “inclinação” em abandonar a família, os filhos, ou mesmo a resistência ao casamento convencional e à maternidade compulsória, que talvez tenha sido um comportamento mais recorrente do que se imagina entre as militantes de esquerda da década de 1930, merece um estudo específico que possa comprovar o fenômeno e investigar suas razões. Aqui, só será possível instigar a reflexão, lançar questões e sugerir algumas possibilidades. Chama muito a atenção, por exemplo, o fato de Lídia, Eneida e Pagu terem experimentado conflitos tão intensos com relação ao papel materno justamente no momento em que se aproximaram do Partido Comunista e de toda aquela excitação política dos anos 1930. A semelhança de suas escolhas, à revelia das diferentes circunstâncias que marcaram a decisão de cada uma delas em viver a militância em detrimento da maternidade, desperta a desconfiança de que não houve coincidência nesses casos, e sim o compartilhamento de ideais, sentimentos, expectativas e projetos.

Um dos aspectos que matizou decisões tão equivalentes, tão próximas no tempo, de mulheres que pertenceram não só à mesma classe social e frequentaram praticamente os mesmos círculos literários e artísticos, como também o mesmo núcleo partidário, foi o grau variado de desprendimento com relação à maternidade que elas manifestaram individualmente. Ao contrário de Lídia e Eneida, Pagu criou o filho Rudá, fruto de seu relacionamento com Oswald de Andrade, enquanto lhe foi possível conciliar a função de mãe com o desejo de militar nas fileiras comunistas, conciliação que, na verdade, não durou muito. Levada por uma vontade de viver para a revolução, em 1931, quando seu filho mal completara o primeiro ano de vida, Pagu cedeu à exigência do Partido Comunista e suspendeu o contato com sua família, mudando-se para o Rio de Janeiro.¹⁰⁹ Por várias vezes, e nem

¹⁰⁸ Patrícia Rehder Galvão, mais conhecida como Pagu, nasceu em 1910, no interior de São Paulo. Desde muito jovem começou a frequentar os salões da vanguarda modernista, onde ganhou o título de “musa da antropofagia”. Nesse circuito, conheceu Oswald de Andrade, com quem se casou e teve um filho. Junto dele entrou pela primeira vez em contato com a doutrina marxista, aproximando-se da causa proletária. De 1931 a fins dessa década, militou nas fileiras do Partido Comunista. Tornou-se conhecida do grande público ao ter seu nome estampado nos jornais acompanhado do epíteto de primeira presa política do Brasil. Depois disso, sofreu inúmeras prisões e represálias da polícia repressiva de Vargas. Escreveu, em 1933, o livro *Parque Industrial*, considerado o primeiro romance proletário do país, o qual não teve boa acolhida na época de seu lançamento, ficando esquecido por quase cinquenta anos. Pagu, após dez anos de lutas, sacrifícios e frustrações, afastou-se definitivamente da política. Na década de 1940, casou-se com o escritor Geraldo Ferraz, com quem teve outro filho. Dessa data em diante, Pagu tentou por duas vezes o suicídio. Morreu em 12 de dezembro de 1962, na cidade de Santos. Para maiores detalhes sobre a vida de Patrícia Galvão, consultar: FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu*: um recorte biográfico de Patrícia Galvão. São Paulo: Editora Senac, 2008.

¹⁰⁹ Pagu e Eneida ingressaram no PCB durante a fase mais dramática do processo de “proletarização”. Além da expulsão dos intelectuais, o Partido Comunista aderiu à prática de exigir a todos os membros de origem pequeno-burguesa a obrigação de provarem fidelidade partidária por meio da substituição dos hábitos de elite pelos costumes e modos de vida da classe trabalhadora. Uma das condenações mais enfáticas recaía sobre o trabalho intelectual, que deveria ser imediatamente abandonado em benefício das tarefas manuais. Lídia, por sua

sempre sob o comando dos dirigentes do PCB, Pagu se ausentou por longos períodos de tempo de sua casa, e algumas vezes do próprio país, o que indica temporadas duradouras de afastamento do filho, que ficava sob os cuidados de Oswald.¹¹⁰

A fé de Pagu na causa que movia o partido da classe operária fez com que, durante anos, ela se resignasse às provações e excessos dos companheiros comunistas, praticando um tipo de submissão que destoava de sua atitude libertária. Por isso, em seu caso, não há como negar a influência direta que sua lealdade ao PCB exerceu na decisão inicial de abandonar tudo, especialmente o filho, em benefício de uma causa que julgava nobre, justa, superior. No entanto, Pagu manifestava ser capaz de empregar tal sacrifício mesmo que o Partido não lhe tivesse exigido tanto, pois, de acordo com suas próprias palavras: “Deixei tudo isso sem querer confessar que meu interesse materno era menor que meu desejo de fuga e expansão”.

¹¹¹ Isso significa que Pagu considerava as duas funções, a política e a materna, de algum modo excludentes. Enquanto a política representava, para ela, a liberdade e a afirmação de uma existência menos vã e egoísta; a maternidade constituía o oposto, era uma das faces da escravidão da mulher, constrangida a anular-se pela “sagrada missão” de ser mãe. Logo, é de se supor que, mais cedo ou mais tarde, Pagu renunciaria ao convívio com o filho porque essa era uma possibilidade afim com suas convicções ideológicas, um dos motivos que a levou a se desembaraçar de qualquer obstáculo que se erguesse entre ela e a militância política.

A história dessa doação de Pagu ao engajamento político, por ser a mais conhecida e estudada, revela detalhes de sua devoção ao Partido Comunista e à causa que ele defendia. No entanto, a vida de personagens anônimas, de mulheres comuns na história do comunismo, ou ainda de militantes que tiveram importância e projeção, mas que hoje vagam invisíveis, não contará outra experiência senão a da renúncia: renúncia à vida privada, à estabilidade cotidiana, aos interesses pessoais.

De acordo com Jorge Ferreira, era muito comum no discurso propagado pelos comunistas o esforço em construir a imagem ideal da mulher revolucionária a partir do elogio e da ênfase a algumas “virtudes femininas” consideradas essenciais. Atributos como a abnegação, a honestidade, a retidão, eram observados como qualidades indispensáveis, reforçados por meio de muitos exemplos de como as mulheres poderiam ser úteis ao

vez, ingressou no PCB no momento em que era realizada a transição estratégica do “obreirismo” para a política de alianças, o que ampliou as bases de apoio e trouxe de volta o elemento intelectual.

¹¹⁰ Para uma análise histórica sobre a militância política de Pagu e a relação complexa com a maternidade, consultar MOTTA, Romilda Costa. *Práticas políticas e representações de si. Os escritos autobiográficos da mexicana Antonieta Rivas Mercado e da brasileira Patrícia Galvão (Pagu)*. 341f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2015.

¹¹¹ PAGU *apud* FREIRE, Teresa. *Op. cit.*, p. 58.

movimento se colocassem as aptidões de mães e esposas a serviço da revolução.¹¹² Para as militantes mais esclarecidas e atentas ao debate feminista, como era o caso de Pagu, Eneida e Lídia, essa postura não lhes escapava, ainda que tenham poupado críticas a esse aspecto enquanto permaneceram filiadas ao PCB. Para elas, no entanto, a compensação se encontrava no fato de o Partido Comunista ser, à época, uma das poucas instituições que reservava um lugar ativo para a mulher na política, além de questionar, ao menos teoricamente, a origem da sua opressão social. Esses fatores foram suficientes para cativar a atenção de um expressivo contingente feminino, a despeito dos equívocos e da incompreensão que o Partido Comunista demonstrou ter “do caráter e da dimensão da problemática da mulher e do movimento feminista”.¹¹³

No caso de Eneida de Moraes, ela ainda não possuía vínculo com o Partido Comunista quando decidiu romper o casamento e deixar os filhos em Belém do Pará para ir morar no Rio de Janeiro, ao contrário, por exemplo, de Pagu, que estava absorvida e comprometida com a militância quando adotou atitude semelhante. Sua aproximação real com a doutrina marxista e com o PCB só aconteceu depois de 1930, ano em que foi viver na capital republicana. Eneida, contudo, vinha sofrendo uma mudança de consciência que não demorou a repercutir na sua produção jornalística. Entre 1928 e 1929, quando ainda residia em Belém, sua escrita adquiriu um tom claramente mais politizado e contestatório, focado no ataque à lógica liberal burguesa, como analisou Eunice dos Santos. Os textos que publicou na imprensa paraense, nesse curto intervalo, marcaram uma importante fase de transição, com suas ideias cada vez mais alinhadas às temáticas políticas da época.¹¹⁴ Porém, seu pensamento crítico ainda não estava perfeitamente afinado ao ideário comunista, o que só aconteceria nos anos seguintes. Sua partida, portanto, não pode ser associada diretamente a um projeto claro de engajamento político, mas revela, por seu turno, um verdadeiro desejo de ruptura e recomeço que, de tão forte, impulsionou-a a abrir mão dos filhos e da ideia convencional de família. Se a ambição literária que possuía a colocou, em um primeiro momento, em contato com a nata de escritores cariocas, foi a inconformidade política que definiu seu caminho longe de casa, estimulando-a a se aproximar da luta revolucionária.

Eneida de Moraes, como se nota, apartou-se dos filhos antes mesmo de se ver envolvida com a militância política, o que singulariza a sua decisão quando comparada à

¹¹² FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 130.

¹¹³ ALAMBERT, Zuleika (apres.). *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa – Novos Rumos, 1982, p. 63.

¹¹⁴ FERREIRA DOS SANTOS, Eunice. *Op. cit.*

Pagu, ou mesmo à Lídia. Talvez vislumbrasse essa possibilidade no momento em que arrumou as malas e transferiu sua vida para o Rio de Janeiro. Acontece que se a escolha pelo engajamento nas fileiras comunistas não foi o motivo primordial de seu afastamento dos filhos, que deixou sob guarda do ex-marido, com o passar do tempo, e na medida em que a revolução consumia todas as suas preocupações e energia, esse passou a ser o fator preponderante para o seu distanciamento. Quanto mais embrenhada na luta pela igualdade social mais difícil para ela imaginar maneira de tornar compatíveis suas funções na política com suas funções maternas, das quais, é bom lembrar, já não se ocupava.

Na convergência desses exemplos encontra-se o caso de Lídia Besouchet. Sua relação com a maternidade detém paralelos importantes com as histórias de Pagu e Eneida, mas igualmente sensíveis diferenças. Tal como aconteceu a suas companheiras de Partido, do seu consistente interesse pela ação revolucionária derivou em boa medida o seu desaparego materno. Como elas, renunciou à maternidade e logo em seguida se dedicou inteiramente à luta política. Mas, de modo distinto, Lídia nunca chegou a conviver com o filho, não participou de nenhuma fase de sua infância, não o criou até determinado ponto deixando-o depois aos cuidados do pai, como o fizeram Eneida e Pagu.

A calcular pelo destino escolhido para o recém-nascido, Lídia Besouchet amadureceu lentamente a ideia de como se separaria do filho. Ao longo dos nove meses de gestação, dispôs de algum tempo para analisar com meticulosidade suas opções. Decidida a não interromper a gravidez,¹¹⁵ Lídia resolveu dar a luz à criança com o fito de direcioná-la

¹¹⁵ Segundo a historiadora Marinete dos Santos Silva, apesar de clandestina, a prática do aborto passou a ser utilizada, no Brasil, desde a primeira metade do século XIX, alcançando índices alarmantes, ao menos na cidade do Rio de Janeiro, a partir das três primeiras décadas do século XX. Das mais ricas às mais pobres, das solteiras às casadas, entre os anos 1920 e 1930, as mulheres recorreram com bastante frequência aos métodos abortivos, adotado muitas vezes como técnica eficiente de contracepção e controle da natalidade. Embora ilegal, o discurso médico foi unânime em afirmar “o quanto era simples para as mulheres daquela época o acesso a medicamentos e pessoas que pudessem ajudá-las a alcançar o seu intento”, o que provocava verdadeira indignação entre os profissionais da medicina que se opunham tanto à introdução de recursos anticonceptivos, quanto de técnicas que visassem à interrupção da gravidez. Nem a ilegalidade, com penas de reclusão de até cinco anos, como previa o Código Penal de 1890, era persuasiva o bastante para fazer as mulheres recuarem em tal conduta. Asunción Lavrin, historiadora cubana e estudiosa do feminismo e de temas como sexualidade e casamento, analisou, pelo viés das relações de gênero, o controle da reprodução em três países do Cone Sul, Argentina, Chile e Uruguai, e chegou a conclusões muito parecidas. Conforme analisou, o aborto foi encarado na América Latina como um problema de saúde pública no início do século XX, fomentando um amplo debate que visava especialmente combater qualquer atentado contra o conceito tradicional da mulher como mãe, buscando garantir, com isso, a manutenção do controle da sua sexualidade. Frequente, a prática do aborto desafiava o que a biologia, a religião e o discurso jurídico entendiam como “ordem natural”, afrontando, antes de qualquer coisa, a ideologia patriarcal. Não obstante a criminalização do aborto ou o esforço inconstante de controle do corpo feminino, milhares de mulheres, tal como conclui Lavrin, continuaram optando por não serem mães. Para uma leitura mais apropriada do assunto, consultar: LAVRIN, Asunción. *Mujeres, Feminismo y Cambio Social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Trad. Maria Teresa Escobar Budge. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005, p. 207-245; SILVA, Marinete dos Santos. “Reprodução, sexualidade e poder: as lutas e

imediatamente para a adoção. Em concordância com Newton, premeditou a escolha dos pais adotivos, eleitos entre o círculo mais próximo de amigos e conhecidos do casal. A urgência em providenciar um lar permanente para o filho teve talvez relação com uma necessidade, consciente ou inconsciente, de evitar o surgimento de qualquer laço sentimental mais sólido, o que poderia gerar, no futuro, possíveis arrependimentos. Tal precaução, considerando que tenha existido, é perfeitamente compreensível se se considera a noção de “amor materno” tal como a desvendou Elisabeth Badinter, ou seja, como uma espécie de amor que não pode surgir senão do cultivo constante, ao longo dos dias passados ao lado da criança, já que se trata de um sentimento voluntário, que se adquire pelo toque, pelo convívio. Não sendo o “amor materno” algo natural, inato, instintivo, anterior ao próprio indivíduo, como os discursos autorizados, a partir de determinado momento histórico, fizeram crer, só resta admitir sua espontaneidade.¹¹⁶

Lídia Besouchet e Newton Freitas providenciaram a viagem para São Paulo antes da data prevista para o nascimento. Ficaram hospedados na casa de José Goldman e Sophia Itkis Goldman, um casal de origem judaica, simpático ao Partido e ligado a muitos comunistas judeus, que dentro em breve registrariam com seu sobrenome a criança que nasceria.

José e Sophia eram próximos de Marino Besouchet, que possivelmente intermediou o contato, uma vez que era noivo de Inês Itkis, irmã mais nova de Sophia. Marino e Inês se conheceram, por volta de 1932, por conta da militância no PCB. Ambos eram extremamente atuantes: ele, no Comitê Central da Juventude Comunista, ela, no Socorro Vermelho Internacional.¹¹⁷ Inês possuía, além de Sophia, outra irmã chamada Felícia Itkis, que também militava no Socorro Vermelho e trabalhava na organização do Partido. Felícia conhecera seu marido, o jornalista romeno Hersch Schechter, igualmente por meio do PCB. José Goldman e Sophia Itkis, embora não fossem filiados, conviviam de perto com famílias judias simpatizantes do Partido e com a célula judaica dos comunistas de São Paulo, onde tinham parentes e amigos. Foi esse vínculo com a esquerda que os aproximou de Newton e Lídia.

O desejo de terem um filho, que biologicamente não poderiam, fez com que o casal Goldman visse na condição de Lídia a chance de mudar positivamente sua situação. Na presença de Newton, do irmão Augusto e do amigo Rubem Braga, Lídia deu à luz na casa dos

disputas em torno do aborto e da contracepção no Rio de Janeiro, 1890-1930”. In. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, out.-dez., p. 1241-1254, 2012.

¹¹⁶ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹¹⁷ Organização mantida pelo Partido Comunista e destinada à propaganda e à arrecadação de fundos para auxiliar os movimentos grevistas e as ações revolucionárias.

pais adotivos, no dia 2 de novembro de 1934. Nasceu um menino que levou o nome de Augusto Newton Goldman, uma clara homenagem aos nomes do tio e do pai. O parentesco entre as duas famílias permitiu que Lúdia e Newton recebessem notícias da criança com certa frequência, embora Lúdia manifestasse preferência por não sabê-las. Tal foi sua atitude por toda a vida, a do distanciamento, mesmo depois que o filho descobriu, com aproximadamente 12 anos de idade, sua verdadeira origem. Já Newton Freitas visitava a criança quando viajava a São Paulo, mas continuou a manter discreta a sua paternidade.

Em cartas a Lúdia, enviadas para a Argentina das vezes em que esteve no Brasil sem sua companhia, Newton misturava em meio a assuntos diversos comentários pouco detalhados sobre o filho. Na verdade, de sua correspondência para Lúdia, das que se salvaram no decorrer dos anos, que somam mais de cem cartas, as referências ao filho só começam a aparecer a partir de 1949, mesmo assim de modo muito irregular, em raríssimos momentos. Numa carta datada de 24 de janeiro de 1949, Newton Freitas fala pela primeira vez da criança, justamente quando toma conhecimento de que sua verdadeira filiação já não é mais segredo: “Ontem, depois de entregar as encomendas [...] passei o dia na praia com Marino, Newtinho (que já sabe tudo) Augusto e Dalva”.¹¹⁸ Quatro dias mais tarde, em nova carta, volta a dizer: “Almocei com o Augusto e vi as crianças que estão de fato bonitas e fortes. Dalva e Augusto papados. Newtinho está aqui. Não sei se você já sabe, se lhe mandei contar, que ele já sabe de tudo”.¹¹⁹ Como Lúdia reagiu a essa notícia é um completo mistério, uma vez que em sua correspondência ativa conservada no acervo do IEB não foi encontrada sequer uma carta dela destinada a Newton, padecendo a pesquisa de sua resposta. É de supor que não tenha sido das mais animadas e calorosas, já que o tema dessa conversa rendeu pouquíssimo nas cartas subsequentes de Newton. Em 8 de fevereiro do mesmo ano, Newton completa a novidade afirmando, quem sabe para tranquilizar Lúdia ou a ele mesmo, que a criança encarou o fato com inusitada serenidade: “Newtinho continua igual, isto é, não sentiu nenhum choque como todos os psicanalistas imaginavam. Tomou a coisa com muita calma. Mais do que Marino e Inês imaginavam. Anda ele, penso eu, muito melhor”.¹²⁰

Muito tempo foi necessário, contudo, para que houvesse essa mínima aproximação. As turbulências políticas, o exílio, a sobrevivência em outro país, tudo isso absorveu demasiadamente a atenção do casal, que só obteve notícias concretas do filho seis anos depois

¹¹⁸ Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 5. LB-FRE012. Arquivo IEB/USP.

¹¹⁹ Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 5. LB-FRE013. Arquivo IEB/USP.

¹²⁰ Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 5. LB-FRE015. Arquivo IEB/USP.

de seu nascimento e dois após terem deixado o Brasil. A notícia veio por meio de uma carta endereçada por Augusto Besouchet a Lília, em 22 de janeiro de 1940:

Fui umas 4 vezes a S. Paulo e sempre procurei endereço de [Marino e Inez] com o Luiz [Itkis] e o José [Goldman]. Nunca souberam me informar. Pedi sempre que me arranjassem um retrato do Newtinho. Também nunca consegui. Estava sempre em Santos. Da ultima vez consegui ve-lo. Está grande e sabido. Parece um pouco com Luiz Olavo ¹²¹ mas é menos acanhado. ¹²²

Somente em janeiro de 1947 Augusto se referiria novamente ao sobrinho em carta remetida a Lília. Que existe um conjunto de cartas das quais não se teve acesso, porque perdidas ou destruídas, não há dúvidas, mas o que fica evidente é a predominância do silêncio. Daí por diante, ainda que muitos soubessem, esse continuou a ser um assunto tabu, interdito, assim declarado por uma espécie de acordo tácito entre os que sabiam para evitar que aqueles que ignoravam descobrissem. Em carta remetida por Arizio Viana ¹²³ a Lília, datada de 24 de março de 1947, um último comentário antes da despedida sugere que mesmo amigos muito próximos desconheciam o fato. Arizio surpreende quando diz: “Estive com Augusto que me trouxe notícias frescas e boas. Tenho estado frequentemente em casa de Marino, onde conheci um jovem sobrinho, de São Paulo, muito parecido com Newton”. ¹²⁴ É possível que Arizio Viana tenha desconfiado dessa coincidência, mas não tenha encontrado maneira de abordar a questão. O comentário sobre a semelhança é interessante porque “Newtinho”, de acordo com a genealogia da família adotiva, jamais poderia parecer tanto com Newton, uma vez que sua “tia biológica” era Inês, mulher de Marino.

O modo como Lília Besouchet vivenciou a experiência da maternidade foi, e ainda o é, uma questão extremamente complexa. Nesta, que pretendeu ser uma dentre várias interpretações possíveis, muitas questões subjetivas ficaram de fora. Uma passaram imperceptíveis, outras foram propositadamente deixadas de lado. Embora não haja terrenos seguros e completamente objetivos, a intenção aqui foi evitar ao máximo as conjecturas que fossem avessas às questões um pouco mais concretas que pudessem ser historicizadas. A carga de subjetividade que perpassa o episódio da maternidade de Lília esteve, contudo, inevitavelmente implícita nos aspectos políticos ressaltados.

¹²¹ Filho de Esther Bomílcar Besouchet e Wlademiro da Silva Santos, sobrinho de Lília e Augusto.

¹²² Fundo Lília Besouchet. Caixa 6. LB(7) 3-173. Arquivo IEB/USP.

¹²³ Capixaba nascido em Cachoeiro de Itapemirim, Arizio Viana foi um intelectual que viveu no Rio de Janeiro. Exerceu diversas atividades, tanto no jornalismo, como no funcionalismo público. Foi diretor da Revista Brasileira de Economia e, de 1951 a 1954, diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

¹²⁴ Fundo Lília Besouchet. Caixa 4. LB-VIA001. Arquivo IEB/USP.

A política apareceu, assim, internalizada nas escolhas de Lília e de Newton e, ainda que tenha competido espaço com outros motivos e sentimentos, a militância surgiu como o elemento mais consistente e palpável a ser perseguido. Mas, independente de haver ou não uma relação tão direta entre a abdicação da maternidade e a militância, o fato é que Lília Besouchet e Newton Freitas, imediatamente após o nascimento do filho, mergulharam numa atividade política enérgica que durou todo o ano de 1935.

CAPÍTULO II

Veredas comunistas: paixões e desesperanças de dois revolucionários

Ainda hoje quando passo pela esquina de Ouvidor e Gonçalves Dias me detenho um pouco [...]. Ali ficávamos os dois, abrindo e fechando paletó, passando o lenço na testa [...]. Parávamos um pouco na esquina e depois íamos à Colombo beber um copo de água gelada [...] e o copo de água traiu você!

Foi naquela porta (eu não estava nesse dia) que um sujeito da Polícia Política lhe bateu no ombro – e eu perdi por muito tempo o amigo e sua clara gargalhada que me confortava naquele período de miséria e aflição.

“Lembranças”, Rubem Braga ¹²⁵

O ativismo revolucionário no sentido de um compromisso com a política de esquerda durou na vida de Lúcia Besouchet e Newton Freitas por cerca de quatro anos, de 1934, ano em que mudaram para a capital federal e iniciaram o contato com o Partido Comunista, até 1938, quando já afastados do PCB cruzaram a fronteira uruguaia em direção ao exílio. Embora pareça demasiado esquemática esta periodização ela emerge de suas trajetórias como balizas bastante pontuais. No caso, a militância exercida durante os anos 1930 pelo casal em quase nada equivaleu ao tipo de engajamento político praticado no tempo em que estiveram no exílio, ou seja, um ativismo antissectário e sem qualquer vínculo com partidos, embora continuasse sustentado por um ponto de vista nitidamente de esquerda.

Reter a distinção entre uma fase e outra de militância, separadas por um lapso claro de atitude do casal perante as demandas que mobilizavam os debates políticos, é muito importante porque é desse gradual afastamento, dessas pequenas rupturas ideológicas, que lentamente vão formando uma nova conjuntura de militância, que Lúcia e Newton tirarão

¹²⁵ Ao longo de sua vida de escritor, Rubem Braga escreveu várias crônicas em homenagem a Newton Freitas. Em muitas, Newton aparece não só como um dos personagens, mas também como interlocutor, a quem Braga remete cartas nostálgicas endereçadas ao querido “Zico”, como era conhecido em seu círculo mais íntimo de amigos. A amizade entre dois jovens jornalistas, pobres e boêmios, vivendo em pensões do Rio de Janeiro, é um dos enredos mais recorrentes nestas crônicas/missivas. Em meio a tais fragmentos de memória, a prisão de Newton Freitas torna-se uma referência. Sua reclusão divide a vida em dois tempos: os dias de aventuras e durezas, um pouco mais solitários e tristes, que teria ficado para trás como toda uma época, em que prevalecia entre eles, os revolucionários, a crença inabalável nas virtudes de uma utopia socialista.

elementos para formular uma nova estratégia de intervenção política no exterior. Essa intervenção, menos incisiva se comparada com a militância direta que exerceram dentro do PCB foi em vários aspectos determinada pelas dolorosas experiências resultantes de uma devoção total a uma crença política, que culminou em situações de violência e arbítrio de enorme impacto em suas vidas, tais como a prisão, a clandestinidade, o isolamento dos amigos, a perda de muitos deles, e o abandono forçado da pátria.

O radicalismo que marcou essa que se pode denominar de primeira fase da militância política de Lídia e Newton, vivida nos anos de juventude, foi um traço que paulatinamente desapareceu da segunda experiência de engajamento do casal. É certo que a espinha dorsal do pensamento de esquerda que sustentou o comprometimento político desde o início da militância no PCB se manteve intacta em suas concepções, independente dos rompimentos políticos que aconteceram no caminho. Na prática, porém, esses rompimentos tenderam a afastá-los cada vez mais das fidelidades de partido.

Em meados dos anos 1930, contudo, Lídia e Newton estavam engajados na ideia da revolução popular e acreditavam que a transformação social que poria abaixo o conservadorismo autoritário era tão iminente quanto a próxima hora do relógio. De modo que, para entender a transição de uma militância política propriamente dita, praticada na mocidade, para outra forma distinta de atuar politicamente, já por sua vez pelo uso quase exclusivo da cultura, é preciso antes dedicar tempo à primeira, por crer que uma análise da trajetória intelectual de Lídia e Newton só poderá ser lida de maneira mais translúcida e ampla se partir desta primeira imersão engajada, uma vez que as questões suscitadas pelo exílio, as escolhas, as inquietudes e os combates que travaram no campo da cultura, na Argentina e em outros cenários mundo afora, perderiam muito de seu sentido se fossem abstraídos deste que representou o primeiro e mais marcante compromisso político do casal.

Essa fase de ousadias revolucionárias, em que não só Lídia e Newton estiveram entranhados, como toda uma geração de artistas, intelectuais, estudantes, operários, registrou no ano de 1935 sua mais farta atividade política. A formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente de luta popular que pretendia fundar uma nova sociedade e reestruturar a política do país, contribuiu como nenhuma outra organização para que 1935 entrasse para a história como um ano de iniciativas políticas inéditas. Não houve outro momento, na primeira metade do século XX, em que o entusiasmo e a solidariedade revolucionária estivessem tão presentes. Não sem razão, foi ali, nesta coligação de forças progressistas nacionais, que Lídia Besouchet e Newton Freitas viveram a fase mais aguerrida de sua militância política.

A compulsividade revolucionária que os levou a ingressar no PCB, em 1934, alcançou, portanto, sua máxima potência assim que aderiram à ANL, em maio de 1935. Conjugando as duas *performances*, a aliancista e a comunista – e acrescente-se ainda, para o caso de Lúdia, a feminista –, o casal se embrenhou em todas as esferas de militância ao seu alcance naquele momento, participando ativamente de várias organizações e projetos que mantinham alguma identificação ou apoiavam o movimento revolucionário. Além de militarem na ANL e no Partido Comunista, Lúdia e Newton colaboraram ainda com os principais jornais de oposição da época, chegando mesmo a participar da fundação de alguns deles, como se deu com o jornal *Marcha*, lançado em outubro de 1935. Newton Freitas também dialogou com os sindicatos representativos da classe jornalística, como a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal (UTLJ) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, duas entidades bastante combativas que surgiram neste contexto político de intensas disputas. Já Lúdia Besouchet engajou-se, paralelamente, na União Feminina do Brasil (UFB), uma organização feminista de esquerda criada no mesmo contexto de efervescência política. Além desses, o casal usou de outros espaços e canais para expressar a sua posição. Durante a pesquisa, foi muito comum encontrar, neste ano de 1935, manifestos, protestos e petições que circulavam na imprensa e que traziam entre centenas de assinaturas a subscrição de Lúdia e Newton. A maioria desses abaixo-assinados, encabeçados geralmente por importantes figuras da intelectualidade antifascista, tinha por princípio combater, por meio de notas de repúdio ou apoio, as ideias e as ações antidemocráticas que se alastravam conforme as tensões entre a direita e a esquerda se enrijeciam.¹²⁶

Esta militância que se dividiu em várias frentes não perdeu, no entanto, seu ponto de referência, a luta antifascista e anti-imperialista. Mesmo depois de extinta a ANL e ainda após as desavenças com o PCB, estes continuaram sendo os pilares da postura crítica assumida

¹²⁶ Presume-se que Lúdia Besouchet e Newton Freitas também participaram da Liga de Defesa da Cultura Popular, do mesmo modo conhecida como Centro de Defesa da Cultura Popular (CDCP), e do Clube de Cultura Moderna (CCM). Embora esta pesquisa não disponha de elementos concretos para corroborar essa suposição, é ao mesmo tempo difícil acreditar, pela natureza e contexto de surgimento destas organizações, que o casal não tenha integrado o grupo de fundadores ou ao menos participado das atividades culturais (reuniões, palestras) promovidas pelas duas entidades. A suspeita aumenta quando se trata do Centro de Defesa da Cultura Popular. É improvável que Lúdia e Newton tenham ficado à margem do que acontecia na Liga, uma vez que ela foi criada justamente como um braço cultural da ANL, para agrupar escritores e artistas ingressados no movimento. Ganha ainda mais força esta hipótese se se leva em consideração os nomes dos intelectuais que fizeram parte dessas agrupações, a maioria pertencente ao círculo de amizade do casal, como é o caso de Rubem Braga, Arizio Viana, Carlos Lacerda, Aníbal Machado e Aparício Torelli. Para saber um pouco mais sobre o Clube de Cultura Moderna e a Liga de Defesa da Cultura, indica-se a leitura de OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas. Imprensa e Intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. 2013. 331f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013 e PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)*. 1997. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/Unicamp, Campinas, 1997.

pelo casal. O abalo de suas convicções, com a crise enfrentada pela esquerda brasileira após a tentativa comunista de insurreição, derrotada em novembro de 1935, só se deu naquilo que retinham de mais “ingênuo” e “frágil”, como crer, por exemplo, na infalibilidade do Partido. Suas certezas foram esfaceladas não no que dizia respeito à essência do sonho revolucionário, de igualdade, autonomia e justiça, mas nas estratégias incongruentes adotadas com o intuito de se chegar a ele. Mesmo para os militantes que não se desvencilharam do Partido Comunista, após o escancaramento das falhas e dos pontos negativos de seu plano revolucionário, não puderam esconder por completo a decepção com os dirigentes comunistas e com as rachaduras provocadas no movimento pela ausência de autocritica depois do estrago causado pelas ações armadas. A desilusão com o momento histórico tão aguardado, reduzido a uma tentativa pueril de tomada do poder, foi o que fez o casal pôr definitivamente em xeque a linha ideológica trilhada até ali.

A aproximação com a minoria trotskista foi uma transição esperada, já que a simpatia com o grupo vinha num crescente desde 1934, época em que Lídia e Newton travaram o primeiro contato com os líderes da Oposição de Esquerda, por ocasião da curta temporada que passaram em São Paulo. Essa proximidade de qualquer modo não declarada até aquele instante, resvalou numa militância que durou até aproximadamente 1940. Com a morte de Trotsky, e uma série de eventos políticos, o casal foi progressivamente se afastando da política partidária, embora Newton Freitas, em 1945, tenha voltado a atuar neste campo participando da criação do partido da Esquerda Democrática, que deu origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).¹²⁷

Nem foi necessária uma passagem demasiada de tempo para que a experiência de militância vivida “no ano quase histórico de 1935”¹²⁸ tivesse desbotada sua face heroica trazendo à tona o mal-estar de alguns de seus aspectos. Já em 1941, passados seis anos, Lídia disse se perceber como uma pessoa completamente diferente daquela que havia acreditado pertencer a uma “‘elite’ dirigente de um movimento novo e popular”. Para ela, os planos e os sonhos de uma aventura revolucionária pelos quais trabalhou naquele tormentoso ano de 35 não passaram de um “infantil empirismo”, tanto de sua parte, como de seus companheiros, ainda que suas atitudes e escolhas encontrassem respaldo na “onda sincera de inquietação geral” que pairava sobre a sociedade brasileira.¹²⁹ Nos poucos fragmentos de textos

¹²⁷ Sobre o envolvimento de Newton Freitas com a Esquerda Democrática, consultar o capítulo IV.

¹²⁸ BESOUCHET, Lídia. “Gilberto Freyre em Buenos Aires”. In. FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Organização Edson Nery da Fonseca. Brasília: Editora UNB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

¹²⁹ BESOUCHET, Lídia. *Op. cit.*, p. 130.

autobiográficos, mas especialmente em algumas das cartas trocadas pelo casal com amigos e familiares, os tempos de engajamento surgem como cenas de um passado que, mesmo não ressentido, tem seus desafetos, suas desconfianças, queixumes e condenações. Mas na contramão deste sentimento também é notável a presença de um quase orgulho deslizando por todas as lembranças que tocam esta fase de intensa militância no PCB e na ANL.

Num contexto de estreitas opções políticas, de polarizações ideológicas, terem sido revolucionários, optando por lutar ao lado de uma cultura política alternativa, funcionou como peso extra, equilibrando as impressões negativas perduráveis do vivido com um olhar mais compreensível e historicamente situado. Esse contrapeso lhes permitiu refletir, reiteradamente, sobre suas experiências penosas, suas feridas íntimas, remexendo tanto no que havia de “sublime” na rebeldia, quanto nos rancores e chagas, sem invalidar, contudo, os investimentos políticos feitos por sua geração. Por todas essas razões, conhecer as esperanças e os dramas desses personagens é fundamental para reconstruir uma etapa importante e pouco esclarecida de suas trajetórias, mas igualmente indispensável para compreender os valores e as questões que os mobilizaram no exílio, fase em que o ativismo cultural foi para eles a única forma viável e compensatória de se praticar a militância política.

2.1 Viajantes pela liberdade: as caravanas aliancistas

A Aliança Nacional Libertadora, fundada oficialmente em 30 de março de 1935, foi um acontecimento político importante na história da esquerda no Brasil.¹³⁰ Em poucos meses de existência, alcançou a cifra de mais de mil e quinhentos núcleos abertos em todo o Brasil, sendo que só no Rio de Janeiro contava com mais de cinquenta mil aliancistas inscritos.¹³¹ O suprapartidarismo da ANL e os pressupostos antifascistas, anti-imperialistas, antilatifundiários e democráticos que guiavam o seu programa, foram fundamentais para atrair forças políticas heterogêneas, as quais se identificavam com tais pautas, dentre elas partidos de esquerda, sindicatos, associações culturais, também organizações de mulheres, setores estudantis, e militares dissidentes da “Revolução de 30”.¹³² O programa aliancista por si só

¹³⁰ MORAES, João Quartim. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1991.

¹³¹ MARTINS, Ivan Pedro de. *Op. cit.*, p. 123.

¹³² Apesar de a direção do PCB ter se mostrado reticente em aderir a ANL, vários comunistas se tornaram aliancistas logo à sua fundação. Mas, a postura “desdenhosa” do PCB em relação à frente popular só mudaria dois meses mais tarde, depois de a ANL demonstrar todo o seu poder de mobilização. Ainda que os comunistas

não foi o que garantiu o seu crescimento. A ANL estava estruturalmente muito bem organizada e possuía estratégias variadas de propagação da sua política de alianças. O aparato tático utilizado pela ANL para disseminar ideias e recrutar apoio era diverso e ia desde o uso da imprensa ao esquema de panfletagem em lugares públicos de grande circulação de trabalhadores, como portas de fábrica e estações de trem, incluindo a realização de comícios de longa duração, comícios improvisados e ainda contracomícios, previstos para acontecer em hora certa e local exato de encontro dos integralistas, até a formação de núcleos em bairros das grandes cidades e em municípios do interior, bem como passeatas e construção de redes de apoio a grevistas. Em meio a esses métodos de propaganda e captação de aliados, as *caravanas* se destacaram como uma das estratégias da Aliança Libertadora.

As expedições aliancistas realizadas por estrada de ferro ou por mar, chamadas de caravanas, tinham como propósito atingir regiões onde as forças de apoio a ANL eram ainda fracas ou sequer existiam. A intenção era fortalecer o movimento por meio da fundação de núcleos e diretórios em áreas consideradas estratégicas para manter em vigor, e em escala nacional, o ritmo das atividades políticas da organização, de modo a garantir a expansão da militância que sustentaria muito em breve a luta revolucionária, que se precipitava, conforme entendiam os aliancistas, a passos largos e ininterruptos. O itinerário, os militantes que comporiam a caravana e a missão que esta realizaria nos lugares de destino eram decisões tomadas nas altas instâncias da ANL, pelos membros do Diretório Nacional em consulta com as lideranças dos principais núcleos. As viagens, embora planejadas, sempre ocorriam em meio a imprevistos e casualidades, o que as tornavam arriscadas.¹³³

Poucos trabalhos historiográficos mencionam com detalhes estas incursões feitas pela Aliança Nacional Libertadora, isso porque grande parte dos relatórios e demais papéis produzidos nas viagens se perderam ou foram destruídos. Restaram as reportagens de jornais publicadas na época e relatos de memória de quem delas participou, um deles foi escrito por Ivan Pedro de Martins, que narrou ricamente suas viagens pelo Brasil nas caravanas aliancistas. Duas dessas excursões merecem destaque, por terem contado com a participação de Lídia Besouchet e Newton Freitas: a realizada pela região sul e central do Espírito Santo e a que percorreu as regiões Norte e Nordeste do país. Ivan Martins viajou com os dois nas duas

continuassem a fazer duras críticas “à ala reformista e pequeno-burguesa” da Aliança, tornava-se cada vez mais difícil para o Partido ignorar o potencial revolucionário dessa organização. Cf. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

¹³³ Ivan Pedro de Martins fala a esse respeito em suas memórias: “Hoje não se pode imaginar o sacrifício de uma viagem dessas. Não havia estradas como hoje... Era uma dura aventura, trocando trem por caminhão, caminhão por cavalo, canoa e barco para chegar aos pontos-chaves. E havia ainda o risco da perseguição policial, que, em última instância, poderia significar tortura e morte”. Cf. MARTINS, Ivan Pedro de. *Op. cit.*, p. 194.

ocasiões, com Newton Freitas pela caravana que percorreu algumas cidades capixabas, e com Lídia pela jornada nortista que atravessou nove estados.

Convém levar em consideração a série de requisitos que era necessário preencher para integrar uma caravana da ANL. Além de demonstrar preparo físico e mental para trabalhar pela alfabetização política da “massa socialmente vulnerável”, aqueles que entravam na lista definitiva deveriam atestar absoluta disponibilidade para realizar viagens longas, sem data concreta de retorno. A posição ocupada dentro da organização também era considerada critério de escolha. Os membros de uma caravana aliancista tinham que ser figuras públicas de projeção no movimento, militantes com estatura política suficiente para representar a própria ANL por onde passassem. Daí é possível ter uma mínima noção do que significava na época, como militante, ter seu nome incorporado a um grupo de caravaneiros. Havia o reconhecimento público, com a cobertura da imprensa partidária, o que, por outro lado, aumentava a exposição diante da mira vigilante da polícia política. Apesar dos perigos, da insegurança e dos contratempos, o privilégio de participar de uma expedição aliancista era maior e compensava os problemas que poderiam sobrevir.

Reforça-se o fato de que as caravanas aliancistas surgiram como estratégia de ampliação das forças da ANL pelo Brasil praticamente ao mesmo tempo em que a linha política da organização assumiu uma postura mais radical, o que se deu após a adesão de Luís Carlos Prestes ao movimento. Prestes, o nome de maior prestígio no PCB, a essa altura dono de uma imagem lendária, enviara, na primeira quinzena de maio, uma carta ao Presidente da Comissão Provisória da ANL, o comandante Hercolino Cascardo, na qual oficializava a sua entrada na entidade e informava aceitar a presidência de honra, a ele atribuída na solenidade de lançamento da frente popular. O documento, datado de 23 de abril, foi lido no dia 14 de maio numa assembleia, em São Paulo, convocada especialmente para a ocasião. Presidida por Caio Prado Junior, a sessão aconteceu no prédio da Associação das Classes Laboriosas e teve como principal orador o comandante Roberto Sisson, secretário-geral da ANL. Conforme explica a historiadora Marly Vianna, até esse dia, a influência de Prestes e do PCB sobre a ANL tinha sido exercida apenas de forma indireta, o que corresponde dizer que antes de Prestes ter declarado publicamente sua filiação nenhuma palavra de ordem no sentido estrito de luta armada havia ainda entrado explicitamente no repertório da Aliança – não obstante a tradição conspirativa dos tenentes permita afirmar que, recôndito aos objetivos da ANL, sempre estivera presente a expectativa de se pegar em armas.¹³⁴

¹³⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op. cit.*, p. 164-166.

Na carta escrita por Prestes, a questão do poder e da revolução apareceram com total nitidez. Havia dentro do programa aliancista que Prestes endossava a gestação de uma nova plataforma que incluía, além do combate ao integralismo, ao latifúndio, ao imperialismo e ao governo de Vargas, questões fundamentais para o PCB, como a que considerava o proletariado a verdadeira vanguarda da revolução. Num primeiro momento, as palavras de Prestes causaram desconforto entre os tenentes aliancistas, que não concordavam plenamente com a ideia de que à revolução deveria se seguir a implantação de um governo popular. Roberto Sisson, na própria cerimônia de leitura da carta de Prestes, não esconde o receio em apoiar a liderança do ex-líder da Coluna Invicta naquele novo movimento, principalmente por temerem que a luta nacional se transmutasse em uma luta de classes. Assim se expressou o comandante:

A Aliança Nacional Libertadora tem um programma concreto, sem os mandamentos de um Deus imaginario, mas calcado nas necessidades immediatas do povo brasileiro. [...] Conquanto Luis Carlos Prestes seja considerado hoje um dos chefes do movimento não será elle insubstituível. Porque todos os que tombarem, na luta que se aproxima, serão substituídos.¹³⁵

A tentativa de abreviar a importância de Prestes minguou diante da simpatia que a maioria manifestava por sua figura. As memórias de luta, coragem e glória que Prestes evocava transformaram-no logo no chefe do movimento revolucionário. Como consequência, principalmente a partir de junho de 1935, a ANL passou a difundir como parte de seu programa o ideal urgente de organizar a revolução, assimilando como sua a nova linha combativa, que permitiria instaurar o governo que Prestes nomeou de “Popular Nacional Revolucionário”. Com esta guinada, o PCB transferiu suas estratégias para dentro da ANL, concentrando suas energias em preparar as condições para a insurreição.

Foi justo a partir deste momento, em que se notam os primeiros sinais de infiltração de um radicalismo nos discursos e ações aliancistas, que os nomes de Newton Freitas e Lúcia Besouchet começaram a aparecer com frequência semanal nos jornais pró-Aliança, entre fins de maio e meados de julho de 1935. Daí em diante, sem se desvincularem do Partido Comunista, o casal se entregou ao trabalho de divulgação e ampliação do movimento por “Pão, Terra e Liberdade”, dedicando tempo irrestrito à tarefa de expandir e semear o ideal da Aliança Libertadora. Nos poucos meses em que a organização funcionou na legalidade e mesmo durante sua fase clandestina, Lúcia e Newton emparelharam suas vidas à luta política

¹³⁵ “A Carta de Luiz Carlos Prestes”. A *Platéia*. São Paulo, 15 de maio de 1935.

promovida pela ANL, fazendo-se presentes em protestos e campanhas onde palavras de oposição ao fascismo e ao imperialismo embasavam o apelo revolucionário. Foi o destaque como militantes que se empenhavam diariamente na luta que garantiu ao casal um lugar de realce no movimento.

Por diversas vezes, eles ocuparam posições de grande responsabilidade, seja nas comissões executivas, seja à frente dos planos de ação, atuando ao lado das principais lideranças militares e civis. Newton Freitas, por exemplo, que já havia se tornado um profissional conhecido nos meios jornalísticos cariocas, integrou a direção de uma das sessões municipais mais importantes da ANL, a do Diretório do Distrito Federal. Vizinho a Roberto Sisson, Carlos Lacerda e Nicanor Nascimento, Newton Freitas trabalhou como dirigente no cargo de secretário auxiliar e, nesta qualidade, assinou diversos manifestos, convocatórias, boletins e circulares que foram divulgados nos jornais simpáticos ou aliados à frente ampla. Além de encarregado pelo trabalho de propaganda, Newton também exerceu com muita frequência a função de orador nos comícios aliancistas. O talento de fazer discursos curtos e didáticos o habilitou inclusive a dar aulas de Capacitação de Oradores.¹³⁶ Segundo nota veiculada no jornal *O Radical*, do Rio de Janeiro, em fins de junho, Newton Freitas coordenou junto ao educador Edgard Süsskind de Mendonça e de Carlos Lacerda, que tinha a reputação de ser um dos palestrantes mais eloquentes da Aliança, um curso destinado a formar equipes de conferencistas para os comícios da ANL.

Lídia Besouchet também era considerada uma boa oradora. Era uma das militantes mulheres escolhidas constantemente para representar nas reuniões e comícios tanto a ANL, quando a União Feminina do Brasil (UFB), organização feminista em que militava. Em pelo menos duas ocasiões ficou registrado o entusiasmo que se seguiu ao seu discurso. O primeiro, descrito por um investigador da polícia em relatório encaminhado para Seraphim Braga, chefe da delegacia especial, mencionava a participação de Lídia como oradora da UFB na solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Empregados do Lloyd Brasileiro, ocorrida no Instituto Nacional de Música. O policial infiltrado no evento escreveu que a fala de Lídia foi “violenta e acusatória”, pontilhada de argumentos contrários ao imperialismo e seus magnatas, “que estão no Brasil para desgraçar, não só os trabalhadores, como a mulher brasileira”. De acordo com o agente, Lídia, dentre outros oradores, como Francisco Mangabeira e o vereador Ruy de Almeida, merecia, “pelas suas palavras e idéas”, especial atenção. Pois, conforme o delator, Lídia fora uma das personalidades que por mais tempo

¹³⁶ “Aliança Nacional Libertadora. Aviso”. *O Radical*. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1935.

conseguiu manter a plateia agitada, a ponto de suas últimas frases serem completamente “abafadas por prolongadas salvas de palmas”.¹³⁷

Outro exemplo de reação animada que veio em resposta à fala de Lúdia aconteceu durante a viagem com a caravana aliancista pelo Norte. O grupo já estava em São Luís, no Maranhão, e discursava para uma plateia de operários em greve, num comício organizado na porta de uma fábrica, num bairro distante. Os dirigentes da ANL intercalaram seus discursos recebendo muitos aplausos, mas Lúdia, como lembra Ivan Martins, estava especialmente inspirada. Falou para a massa trabalhadora, mas deu ênfase à rotina esmagadora de trabalho das mulheres. Enquanto os homens observavam ‘boquiabertos’, Lúdia:

Conseguiu mostrar o heroísmo do lavar, cozinhar, arrumar, limpar, costurar, educar e ensinar as crianças [...] às vezes fazer isso de madrugada para trabalhar na fábrica de dia. [Enquanto] os homens ainda passavam no boteco, conversavam com os amigos, riam, brincavam, elas, não. Corriam para casa para fazer a *janta*, que o homem encontrava pronta e nem se dava conta de que sua mulher trabalhava o dobro.¹³⁸

Ao finalizar a exposição de seus argumentos afirmou ainda que a culpa da dupla jornada da mulher não era do homem, mas do estado de miséria em que todos viviam, resultado do imperialismo, do latifúndio e do protofascismo impregnados na estrutura política, econômica e social do país. Neste ponto, fica claro o limite imposto ao engajamento feminista de Lúdia. Quando as ideias de caráter feminista entravam em atrito direto com os objetivos da revolução, ameaçando fragmentar o movimento, então o que deveria prevalecer era o engajamento comunista. Para levar novamente para dentro de seu discurso a pauta do movimento revolucionário, Lúdia encerrou estrategicamente, convocando homens e mulheres a lutarem juntos pelo fim da injustiça e da exploração, por um mundo livre e sem miséria. Segundo Ivan Martins, que testemunhou o episódio, “é coisa além das palavras a reação de gritos, aplausos, choro, punhos erguidos, que as mulheres deram e fizeram e os homens acompanharam ao fim do discurso de Lúdia”,¹³⁹ o que reforça o seu protagonismo político em meio a um universo predominantemente masculino.

Durante o mês de julho de 1935, no momento em que a caravana da ANL percorria o Norte e o Nordeste, o movimento já tinha chegado ao ponto do tudo ou nada, e emergia de seu interior uma corrente revolucionária cada vez mais entusiasmada, que dirigia a mobilização

¹³⁷ ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro, setor comunismo, notação 22ª cont., maço 05, Caixa 775.

¹³⁸ MARTINS, Ivan Pedro de. *Op. cit.*, p. 238.

¹³⁹ *Idem*, p. 239.

para as vias insurrecionais. Os caravaneiros desta expedição viajaram com a incumbência de reunir o máximo de apoio popular para garantir força ao movimento de tomada do poder. Mais do que nunca, o discurso era fervoroso, carregado de apelo e cheio de promessas. A situação era transparente para os militantes, pois desde o Rio de Janeiro chegavam ordens para intensificar os preparativos da luta armada. Viajando nessas condições, Lúcia calibrou ainda mais no tom exaltado, lançando vivas a Luís Carlos Prestes e ao Governo Popular.

Um pouco diferente foi o contexto de viagem em que Newton Freitas embarcou integrando a caravana que percorreria algumas cidades do Espírito Santo e do norte fluminense, em fins de maio de 1935. Até então, nem o movimento havia declarado abertamente a opção pela via armada, nem a missão dos aliancistas incluía convocar o povo para o combate. O contexto da luta aliancista caminhava para a transição, de uma postura reformista para outra revolucionária. Nessa conjuntura, todas as incursões planejadas pelo Diretório Nacional da ANL tinham por objetivo expandir sua área de influência política, estimulando a fundação de núcleos que pudessem fortalecer o movimento, que ainda não falava em regime socialista, nem em vanguarda proletária. Dentro desta estratégia, o Espírito Santo foi considerado um estado relevante no Sudeste por contar com um número razoável de municípios que já havia aderido ao movimento popular. Cachoeiro de Itapemirim era a cidade que se destacava em relação à militância aliancista, com um núcleo ativo da organização. Outras cidades, localizadas mais ao sul, como Alegre, Mimoso e Castelo, também contavam com seus próprios núcleos, fundados antes de ser instalado no Espírito Santo um Diretório Estadual, o que só viria a acontecer com a passagem dos caravaneiros aliancistas por Vitória.

De acordo com Fagundes, uma das explicações plausíveis para a rápida mobilização antifascista entre os capixabas estaria relacionada ao crescimento do fenômeno integralista no Espírito Santo. Segundo constata, em novembro de 1935, os integralistas já contavam com um núcleo de seu partido em todas as regiões do estado, atingindo repercussão suficiente para disputar as eleições municipais de março do ano seguinte e para eleger dezenas de vereadores e dois prefeitos nesta disputa.¹⁴⁰ Até o partido de Plínio Salgado ser posto na ilegalidade, em maio de 1938, após tentativa fracassada dos “camisas-verdes” de subtrair Vargas do poder, os integralistas capixabas exerciam livremente sua influência política no cenário local, conquistando adeptos e simpatizantes em todos os segmentos da sociedade. Achiamé afirma que o movimento integralista no Espírito Santo recebeu apoio tanto da Igreja, de uma parcela

¹⁴⁰ FAGUNDES, Pedro Ernesto. “Vestígios de um esquecimento: a memória da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Sul do Espírito Santo”. In. MARIN, Andréia et al. *Vestígios da história sul capixaba em 11 narrativas*. Vitória: Flor&Cultura, 2011[b]. p. 205.

significativa dos clérigos, quanto da interventoria estadual. Sua aceitação chegou a ser quase hegemônica nas cidades do interior onde predominava uma população de imigrantes italianos e alemães.¹⁴¹

Tal nível de adesão ideológica ao integralismo, que vinha num movimento ascendente no Espírito Santo desde o início de 1934, quando Vitória foi escolhida para sediar o I Congresso Integralista Brasileiro, assustava os setores democráticos que viam neste crescimento uma verdadeira ameaça aos seus interesses. Contudo, os integralistas capixabas só foram encontrar resistência ao seu movimento depois de surgirem as primeiras organizações antifascistas no estado, em geral vinculadas à ANL e dirigidas por militantes do Comitê Regional do PCB. Os dirigentes da Aliança certamente não ignoravam essas informações, tampouco passaram despercebidas as notícias sobre os constantes e violentos enfrentamentos travados no Espírito Santo entre militantes integralistas e aliancistas.¹⁴² Por conta dessas questões, o Diretório Nacional da Aliança Libertadora considerou o estado um dos pontos estratégicos para barrar a crescente força de mobilização da extrema-direita.¹⁴³

Estabelecida a prioridade de fortalecer a ANL em terras capixabas, ficou decidido o envio de uma caravana. Seu propósito era reforçar o trabalho de divulgação das ideias aliancistas no estado, apresentando detalhadamente o programa da organização e orientando a fundação de novos núcleos. A suspeita de que as lideranças no Rio de Janeiro consideravam esta uma tarefa imperiosa na orquestração tática da ANL se confirma pelos nomes convocados para compor a expedição aliancista. Além de Newton Freitas, convidado por pertencer ao diretório da Aliança e por ser capixaba, também foram escalados o comandante Roberto Sisson, um dos fundadores da ANL e representante proeminente da organização,

¹⁴¹ ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 236-243.

¹⁴² O mais violento confronto registrado entre aliancistas e integralistas no Espírito Santo aconteceu em Cachoeiro de Itapemirim muitos meses após a passagem da caravana da ANL pelo estado, já em novembro de 1935. Segundo Fagundes, embora o episódio careça ainda de uma investigação mais profunda, uma vez que possui muitos pontos obscuros e versões desencontradas, não restam dúvidas de que foi o choque mais brutal e emblemático protagonizado por integralistas e antifascistas no estado. Conforme explica, a confusão se deu em meio a uma multidão de pessoas (entre integralistas, aliancistas, policiais, trabalhadores e curiosos) que se reunira na estação ferroviária de Cachoeiro para aguardar a chegada do trem que conduzia Plínio Salgado, esperado pelo núcleo local da AIB para presidir um congresso que deveria ocorrer no mesmo dia, 3 de novembro. Quando a notícia da contramanifestação dos aliancistas cachoeirenses se espalhou, um enorme contingente de policiais foi mobilizado para acompanhar e garantir o desembarque do chefe dos integralistas. Tantas forças contrárias juntas resultaram em insultos e pancadaria que dominaram todo o ambiente. No tumulto, vários tiros foram desferidos, atingindo fatalmente dois trabalhadores e deixando um integralista ferido. Até hoje há controvérsias sobre a autoria dos disparos, mas prevalece a versão que indica a responsabilidade da polícia no episódio. No final das contas, nem Plínio Salgado desembarcou, nem o congresso aconteceu, o que foi interpretado pelos aliancistas como uma vitória. Luis Carlos Prestes chegou a tomar o exemplo da luta contra os integralistas ocorrida em Cachoeiro como “prova” do amadurecimento revolucionário do povo. Para detalhes, Cf. FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Op. cit.* e VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op. cit.*, p. 235; 239.

¹⁴³ FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Op. cit.*

João Cabanas, militar que participou do movimento tenentista na década de 1920, e Ivan Pedro de Martins, dirigente da Juventude. Sobre essa viagem, os pormenores só seriam conhecidos cinquenta anos mais tarde, após a publicação, em 1994, do livro *A flecha e o alvo*. Neste livro, Ivan Martins desentranha todas as memórias políticas que guardou daquele tempo, onde são fartas as referências à Lúcia e Newton.

Sobre a caravana, o jornal aliancista *A Manhã* publicou, em 28 de maio de 1935, notícias detalhando sua partida. De acordo com a nota, o embarque foi um acontecimento concorrido, contou não só com a presença de vários representantes ilustres da ANL, como também com importantes nomes da política capixaba, tal como o senador Genaro Pinheiro e os deputados Atílio Vivacqua e Ubaldo Ramallete, políticos que, naquele momento, se posicionavam contrários a Vargas e, no plano estadual, integravam o grupo de oposição ao governo do interventor Punaro Bley.¹⁴⁴ Confiantes do apoio recebido, os aliancistas partiram rumo ao Espírito Santo no trem que deixou a Estação Leopoldina no dia 27 de maio. Seu primeiro destino antes da capital foi a cidade de Cachoeiro de Itapemirim. No desembarque, uma comitiva do núcleo municipal da ANL e uma “considerável multidão”¹⁴⁵ aguardavam os caravaneiros. Dali mesmo os delegados foram conduzidos para o estádio onde estava programado para acontecer o comício. A aritmética dos aliancistas calculou a presença de aproximadamente duas mil pessoas, as quais também teriam participado de uma passeata que seguiu logo após o comício pelas principais ruas da cidade.

Em Cachoeiro, o núcleo da ANL estava em ação e os viajantes da caravana não precisaram mobilizar muitos esforços para causar impacto. Os próprios aliancistas locais providenciaram toda a estrutura, garantindo o sucesso da visita. Os roteiros seguintes, no entanto, eram territórios a serem desbravados. Uma análise feita de última hora entre os aliancistas da caravana e os locais demonstrou a necessidade de tentar conquistar algumas cidades de maior influência política que fossem circunvizinhas à capital. Foi deliberado que a caravana percorreria em um só dia os municípios de Cariacica, Santa Leopoldina e Santa Teresa, esta considerada uma cidade perigosa por ser um reduto de integralistas. O projeto era ousado, em vista do pouco tempo de planejamento e da ausência de base militante que pudesse garantir apoio caso houvesse situações de confronto.

Na manhã do dia 30 de maio, antes, portanto, do comício noturno que encerraria, em Vitória, a missão da caravana no Espírito Santo, Newton Freitas, Roberto Sisson, João Cabanas e Ivan Martins tomaram o carro rumo ao interior. Como era comum acontecer nos

¹⁴⁴ “Partiu para Victoria a caravana da ANL”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1935.

¹⁴⁵ MARTINS, Ivan Pedro de. *Op. cit.*, p. 139.

comícios realizados de improviso, em cada cidade os aliancistas trataram de escolher um ponto central, uma praça, um cinema, uma rua mais movimentada, e ali mesmo instalaram a sua plataforma de discurso. Tanto em Cariacica, como em Santa Leopoldina e Santa Teresa, os oradores conseguiram aglomerar uma pequena multidão. O público ouviu sobre os problemas vividos e conhecidos, como a miséria, a exploração, o persistente desrespeito e a indiferença das autoridades em relação aos direitos básicos de vida do trabalhador. Esses temas, mesclados a algumas noções mais abstratas, tal como capitalismo, imperialismo, democracia e liberdade, produziam reações simpáticas aos aliancistas e, no caso desta viagem, a propaganda militante informou que os caravaneiros conseguiram formar um núcleo da ANL em todos os municípios, deixando composta uma direção provisória em cada um deles.

A conferência em Vitória, programada para acontecer na noite do dia 30 de maio, tinha para a caravana uma importância tática e simbólica. Acreditavam os viajantes da caravana que do sucesso deste comício dependia todo o trabalho realizado no Espírito Santo. Para conquistar maior projeção, o lugar escolhido para abrigar a cerimônia foi o Teatro Glória, um dos prédios mais imponentes da cidade. Houve ainda tentativa da polícia de cassar a licença para a realização do evento, mas sem motivos concretos, não conseguiu. O que se sabe é que, no dia seguinte, o jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, anunciou que o comício aliancista de Vitória tinha sido acompanhado por aproximadamente três mil pessoas, contagem provavelmente exagerada, mas que, dentro das estatísticas demográficas daquela década, representaria quase dez por cento da população local.

Este evento, apesar de ser um acontecimento relevante para a história da esquerda capixaba, basicamente nunca fora abordado pela historiografia local. O esquecimento é fruto da construção de uma memória seletiva, mas igualmente de uma documentação escassa, que atravança o conhecimento sobre a vida política desses grupos. Assim, um dos poucos registros iconográficos, talvez o único, da passagem da caravana pelo estado foi encontrado no Arquivo Público do Espírito Santo, no dossiê sobre as atividades da Aliança Nacional Libertadora e do Partido Comunista, pertencente ao fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Embora a fotografia seja uma reprodução da foto original e não contenha nenhuma descrição no verso, corresponde certamente ao registro deste comício da ANL realizado em maio de 1935, no Teatro Glória. Apesar da pouca nitidez, é possível distinguir no palco central a presença de todos os caravaneiros. Como não sobrou praticamente nada dos documentos referentes aos partidos e movimentos de esquerda ativos no Espírito Santo na primeira metade do século XX, esta fotografia é peça bastante rara. Ela e

meia dúzia de folhetos de propaganda aliancista foram os únicos materiais que restaram do que foi produzido na época, e tratam justamente de papéis apreendidos pela polícia política na sua tarefa de investigar os movimentos “subversivos”.

Figura 3 – Comício da Aliança Nacional Libertadora no Teatro Glória, em Vitória/ES, no dia 30 de maio de 1935.
Dossiê 6, Fundo DOPS/APEES

Quanto a Newton Freitas, sua visibilidade dentro da ANL aumentou após a viagem da caravana ao Espírito Santo. Da Comissão de Propaganda passou à função de secretário auxiliar do Diretório Municipal do Rio de Janeiro, um cargo que exigia maior compromisso e assiduidade na posição de liderança. Tudo indica que o desempenho nos comícios capixabas tenha ajudado a consolidar sua participação no movimento aliancista, pois sua nomeação para integrar o diretório se deu assim que a caravana retornou ao Rio. Deste período em diante, Newton Freitas começou a trabalhar na ANL em tempo integral. Notas na imprensa informavam que Newton poderia ser encontrado a qualquer hora do dia na sede do Diretório, o que denota entrega absoluta às atividades da organização.

O projeto revolucionário também foi uma prioridade na vida de Lídia Besouchet. Os quarenta dias que passou viajando com a caravana aliancista pelo Norte e Nordeste, entre

trinta de junho e onze de agosto, confirma a rotina integral de militância em que esteve envolvida durante o ano de 1935. Neste período, Lúdia chegou a sincronizar suas atividades políticas em três organizações distintas, que dialogavam entre si: o PCB, a ANL e a União Feminina do Brasil. As duas últimas organizações, fundadas em 1935, foram grandes responsáveis pela intensificação de sua presença nas frentes de luta promovidas naquele ano. É fácil entender o porquê. Até aquele momento, sua participação no movimento de esquerda, não só dela como também a de Newton Freitas, havia ficado restrita às operações específicas do Partido Comunista. E o PCB, em comparação com a ANL, ficava em enorme desvantagem, por ser uma organização muito pequena, que encontrava dificuldades tremendas para penetrar na sociedade e que atuou a maior parte do tempo de forma clandestina. Isso explica o fato de as ações políticas do casal terem se expandido tanto ao longo de 1935, que foi justamente o período mais duradouro de tempo em que puderam trabalhar em nome da revolução dentro da legalidade. Este também foi o momento em que pela primeira e única vez Lúdia encontrou oportunidade de conciliar o engajamento comunista com as concepções feministas que carregava desde a juventude, ao ajudar a fundar a União Feminina do Brasil, que nasceu como uma associação feminista de mulheres progressistas, mas que logo se vinculou ao movimento político encabeçado pela Aliança Nacional Libertadora.

A leitura que Lúdia fez da política nesta época passou necessariamente pela noção de que o feminismo, em comunhão com as ideias socialistas, era uma ideologia transformadora, que poderia alterar socialmente o mundo e libertar as mulheres do jugo patriarcal. Na maioria dos discursos que proferiu e em quase todos os artigos que escreveu nesta fase pulsava em cada palavra uma reflexão política sobre o lugar da mulher na esfera pública e privada, na busca por tentar envolver as problemáticas femininas no bojo das reivindicações do movimento revolucionário. A bem dizer, grande parte da lógica que percorria as entrelinhas deste discurso feminista tinha por interesse mobilizar as mulheres e organizá-las para o enfrentamento de uma luta considerada muito maior, a qual dizia respeito a todas as vítimas da exploração capitalista, sem distinção de sexo. Apesar desta limitação, as militantes feministas de esquerda não deixavam de reconhecer que o maior fardo desse prejuízo histórico era carregado pelas mulheres. De qualquer maneira, o que conta é que as duas ideologias, assim emaranhadas, moveram Lúdia pelo terreno da política, determinando também o mote de sua participação na ANL.

Pelos documentos consultados, a caravana aliancista em périplo pelo Norte foi um dos momentos em que Lúdia mais se doou em nome da revolução. O desgaste da viagem, os riscos

envolvidos na travessia, o trabalho de proselitismo e as dificuldades que, como mulher, teve de enfrentar ao incorporar a caravana acompanhada de um grupo composto majoritariamente por homens, exigiram imensa carga de força de Lídia e uma plenitude de convicção ideológica que não cabia abandonar no meio do caminho.

A tarefa de Lídia Besouchet na caravana nortista era a de falar como representante das mulheres, pensadas como categoria social, posição que compartilhou com Mary Mércio, militante comunista que também participara da fundação da União Feminina do Brasil. As duas foram convidadas a viajar com a caravana da ANL como delegadas da UFB. Aparentemente, Lídia ser casada e o marido não acompanhá-la na viagem não criou nenhum grave inconveniente. Mas, no caso de Mary Mércio, solteira e noiva de outro integrante da caravana, foi imposta uma condição, vinda diretamente do PCB: para se deslocar com o grupo, ela e Ivan Martins, seu noivo, deveriam se casar antes de embarcarem, para evitar que a convivência de dois jovens noivos juntos num navio se convertesse em “exploração política, em regiões extremamente retrógradas e moralistas”.¹⁴⁶ Mary Mércio cumpriu a exigência e se tornou esposa de Ivan Martins aos vinte anos de idade. Contudo, mesmo que o casamento fosse um respaldo para os padrões de moralidade da época, nenhuma militante de esquerda estava imune à propaganda misógina e anticomunista da opinião pública conservadora, que neste sentido era implacável. Era muito comum as mulheres que pertenciam ao PCB, e outros partidos de esquerda, serem sexualmente estigmatizadas como mulheres de conduta duvidosa, comparadas muitas vezes à prostitutas, acusadas de práticas levianas e adúlteras.

O conservadorismo dos valores morais era conhecido, mesmo assim Lídia e Mary Mércio viajaram na companhia de cinco homens, entre eles dois militantes experientes, Roberto Sisson e João Cabanas, que também estiveram com Newton Freitas na caravana que visitou o Espírito Santo. Além destes, que eram personalidades de incontestável projeção na ANL, a caravana contou com a presença de Benjamin Soares Cabello, jornalista e membro do Diretório Nacional, Henrique Valladares, operário mecânico e membro do Comitê Central do Partido Comunista e o jovem Ivan Pedro de Martins. O plano da ANL com esta expedição pelo Norte e Nordeste era nutrir a ideia de uma luta armada em curto prazo e aquela região,

¹⁴⁶ MARTINS, Ivan Pedro de. *Op. cit.*, p. 189. Curioso é que esse nível de moralismo, vindo de dentro do Partido Comunista, não despertava questionamentos por parte dos militantes, mesmo que essas condições contradissem o fato de o PCB ser uma das poucas organizações políticas dispostas a criticar a opressão e discriminação sofrida pelas mulheres. Por não se pensar com profundidade na questão, os dirigentes do PCB não eram interrogados e, com exceção de seus discursos, o Partido continuava atrelado às modalidades de relação social que reproduziam a hierarquia entre os sexos. Cf. FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 128-131.

por ser considerada como a de “maior potencial revolucionário” no Brasil, parecia o lugar ideal para dar amplitude ao movimento.¹⁴⁷

Os integrantes da caravana que partiram para cumprir esta missão acreditavam que a revolução estava realmente a poucos passos de acontecer e todos concordavam que esta deveria começar como um movimento de massas, gerado pela própria indignação do povo, sentimento que os caravaneiros foram orientados a reforçar. A tática do discurso deveria ser eficiente em desnudar a relação íntima que havia entre as mazelas da população e o sistema capitalista predatório, que engolia toda a riqueza do povo. Lídia Besouchet confiava de olhos vendados não só nesta perspectiva, como também no horizonte que enxergava como infalível a situação pré-revolucionária do país. Lídia, como a maioria, defendia igualmente a liderança de Luis Carlos Prestes no movimento e, até aquele instante, apoiava seu nome para chefiar o governo assim que a revolução triunfasse.

Dentro deste espírito, a caravana nortista deixou o Rio de Janeiro por volta do dia 25 de junho de 1935, mas Lídia só se incorporou a ela no dia 30, quando a embarcação na qual viajava o grupo, um navio comum de cabotagem, realizava sua primeira parada no estado da Bahia. Em Salvador, a primeira atitude de Lídia foi ir para a imprensa selar o compromisso de auxiliar a fundação de um núcleo da UFB naquela cidade, no que recebeu demonstrações de apoio. O feminismo que circulava entre as mulheres na Bahia era orientado pela presença de uma filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização de cunho sufragista liderada por Bertha Lutz, que havia se tornado publicamente uma rival das feministas de esquerda, ao declarar que a UFB não era uma organização feminista, e sim uma congênere vulgar sem expressão.¹⁴⁸ Para as duas representantes da União Feminina que viajavam com a caravana, instalar um núcleo da UFB em território dominado pelas feministas sufragistas da FBPF era uma questão séria de enfrentamento que ajudaria a traçar a diferença de propósitos entre elas. Com isso, as feministas da caravana conseguiram atrair o interesse dos jornais, que lhe deram espaço para promover o seu programa e para convocar as mulheres da Bahia a ingressarem na União Feminina.

Tanto ali, como nas cidades seguintes, Lídia e Mary Mércio se alternaram como oradoras, mas na maioria dos comícios era Lídia quem tomava a dianteira. Em todas as paradas, discursou com entusiasmo sobre a condição da mulher trabalhadora, enumerando motivos para que as operárias, as camponesas e as mulheres do povo se juntassem ao movimento libertador. Elas tentavam demonstrar que a luta pelos direitos femininos, “no lar e

¹⁴⁷ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op. cit.*, p. 226; MARTINS, Ivan Pedro de. *Op. cit.*, p. 189.

¹⁴⁸ “Elas apelam para os homens...”. *A Nação*. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1935.

na fábrica”, não era estranha à luta contra o integralismo, o imperialismo e todos os sistemas políticos e econômicos que colaboravam para a condição de desigualdade social. Embora os discursos gerassem comoção, era mais fácil receber em troca saraivadas de palmas e gritos, do que uma participação efetiva, mas não era assim que os aliancistas interpretavam as circunstâncias. Na medida em que o trajeto da caravana avançava crescia a certeza do grupo de ser testemunha da formação de uma onda rebelde que logo transformaria os rumos da política nacional. A multidão que acompanhava e celebrava a presença dos aliancistas foi o que alimentou a fábula. Diariamente, os jornais porta-vozes da Aliança publicavam as notícias telegrafadas pelos caravaneiros, as quais continham sempre informações animadoras que confundiam o entusiasmo das pessoas com disposição e preparo para atuar na luta. O modo como o otimismo destas notícias repercutiu ajudou a disseminar um grave erro de análise que traria consequências, a mais imediata foi o fechamento da Aliança Nacional Libertadora e de todas as organizações a ela vinculadas.

Os aliancistas que se encontravam a milhares de quilômetros de casa só ficaram sabendo dos planos do governo de encerrar as atividades da ANL quando se preparavam para desembarcar no Ceará, depois de já terem concluído o percurso por Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A notícia tornava ainda mais vulnerável a posição desse pequeno grupo, transformando-o em alvo fácil da polícia política. Prenunciada a ilegalidade da Aliança Libertadora, os caravaneiros manifestaram a dúvida se deveriam continuar ou interromper a jornada, no que foram orientados a permanecer na rota da caravana e acelerar a radicalização do movimento. Rumo ao Maranhão, os aliancistas estavam conscientes de que a decisão era politicamente suicida. Ao chegarem em Belém do Pará, perceberam logo a mudança de clima provocada pela confirmação do fechamento da ANL, pois o porto, quase sempre abarrotado de gente, estava praticamente deserto. Outro sinal de que a conjuntura não era mais tão favorável foi a prisão imediata do grupo ordenada pelo chefe do DOPS. Depois de algumas horas de interrogatório, os caravaneiros foram liberados e enviados de volta ao navio sob escolta policial, a qual os acompanharia até a capital do Amazonas, uma vez que a caravana estava proibida de desembarcar em qualquer porto nos limites daquele Estado.¹⁴⁹

Viajando na condição de presos e membros de uma organização ilegal, a sensação de isolamento era inevitável e nenhum deles acariciava ilusões de que seria possível receber ajuda do Rio de Janeiro caso a situação piorasse, especialmente porque a comunicação havia sido abruptamente cortada. Com a proximidade da fronteira, o grupo passou a especular a

¹⁴⁹ MARTINS, Ivan Pedro de. *Op. cit.*, p. 261-269.

possibilidade de deixar o país, mas a recepção amazonense quebrou o pessimismo. Novamente, o grupo fora recebido com empolgação e a esperança de retomar o trabalho de mobilização das forças combatentes voltou a contaminar a todos, tanto mais que o próprio governador, ex-tenentista, era simpatizante do programa da ANL.

Em meio a hostilidade geral, parecia um milagre o fato de os caravaneiros terem encontrado um ambiente amigável na cidade de Manaus, que lhes permitiu ao menos explorar as chances de reorganização do movimento, o que não durou muito. A pressão sofrida pelo governo de Álvaro Maia, acusado de conspirar a favor dos aliancistas e contra Getúlio Vargas, reduziu as opções a uma, e os caravaneiros foram obrigados a voltar para o navio que os transportara até ali, o qual faria em breve a travessia de retorno ao Rio de Janeiro. Quando chegaram ao porto de Belém, o grupo foi mais uma vez impedido de desembarcar e novamente foi dada ordem de prisão. Dali até o Rio de Janeiro os aliancistas foram mantidos sob vigilância da polícia que estava a bordo. O desembarque nos portos era permitido individualmente, de maneira a impedir que os integrantes da caravana deixassem o navio em grupo oficialmente como representantes da ANL. A estratégia foi dissolver a caravana antes mesmo de a embarcação chegar ao Rio. Lídia Besouchet ficou no Espírito Santo, Ivan Martins na Bahia, outros em Fortaleza e Recife. Quando a edição de 11 de agosto de 1935 do jornal *A Manhã* noticiou o regresso da expedição pelo Norte, uma fotografia ilustrava a informação de que somente dois dos sete caravaneiros estavam de volta. Quase nenhuma explicação foi dada para a ausência do restante do grupo, apenas uma ideia sugestiva de que teriam ficado para trás para auxiliar na organização do movimento revolucionário.

O discurso vitorioso da caravana, que falava em vontade de luta, em inequívoco apoio das populações do Norte, pretendia dentre outras coisas ocultar o real impacto que o decreto de fechamento da ANL tinha provocado na mobilização aliancista. A ANL estava proibida de exercer suas atividades políticas há mais de vinte dias e nenhuma reação popular de indignação a essa medida aconteceu. Não havia enganos também quanto ao fato de que a ANL não possuía estrutura sólida, nem sindical, nem popular, nem militar, para promover uma luta armada, mas admitir a precariedade e a fragilidade do movimento era admitir a derrota, incompatível com a vivacidade com que as ideias aliancistas continuavam a circular, mesmo na ilegalidade, entre a esquerda militante.

Para Lídia Besouchet, a viagem pelo Norte e Nordeste foi uma experiência das mais intensas. Há pistas de que tenha registrado tudo o que testemunhou em artigos, cartas e relatórios, dos quais só sobraram fragmentos. As folhas avulsas, escritas em forma de

rascunho, encontradas no prontuário policial de Newton Freitas, constituem o material primário mais completo que se pôde localizar sobre essa experiência expedicionária de Lídia Besouchet. Há nestes papéis um documento datilografado, esboço de um artigo, e outro manuscrito, com a grafia de Lídia. O texto é particularmente interessante, pois contém algumas das impressões obtidas por Lídia durante a viagem. O documento é um diagnóstico sobre a condição de vida dos trabalhadores urbanos e agrícolas daquela região:

A Caravana avança – Sobe-se a Amazonia e encontra-se populações miseráveis, vivendo nus á beira do rio gigante. Milhares de famílias moram em choças construídas dentro da lama – nas fabricas trabalha-se sem luz e sem hygiene, os barqueiros do São Francisco passam uma vida de escravos, o pequeno commercio definha sob o fisco, os estudantes agitam-se revoltados ante os entraves oppostos á instrucção, a miséria é geral. Nesse ambiente de pobreza não ha logar para a acção de intellectuaes e techicos – os médicos, advogados, engenheiros não vivem geralmente de sua profissão, visto não haver campo para isso. Pernambuco tem em sua capital a maior concentração de miseráveis do mundo – dos 450.000 habitantes da cidade, 300.000 são miseráveis, moram nos mocambos que são a mais triste expressão de miséria do povo trabalhador. Encontra-se em Alagoas a mesma situação desgraçada de ordenados de \$500 diarios, os camponezes expulsos e maltratados pelos latifundiários, as classes medias cahindo cada vez mais no pauperismo e encaminhando-se todos os oprimidos para a rota revolucionaria de libertação. E é isso o norte do Brasil.¹⁵⁰

Não há como saber se esse documento serviu politicamente à ANL. Mas as observações feitas por Lídia só podiam confirmar o longo trabalho de politização que era necessário construir, antes de incitar qualquer tentativa de rebelião armada, numa população extremamente carente, majoritariamente analfabeta, sem acesso à cidadania e que estava em grande medida vulnerável às chantagens e manipulações do poder local. O histórico de penúria e exclusão do Norte e Nordeste ultrapassava em proporções qualquer outra região do território brasileiro, o que acabou sendo lembrado pelos aliancistas como mais um fator de vantagem daquela região para atingir o próximo estágio revolucionário. Ao romantizar a pobreza, a análise precipitada da ANL exagerou no nível de conscientização política, concluindo que as massas oprimidas do Norte, pelo grau extremo de miséria em que viviam, eram as mais preparadas para desencadear e dar fôlego à revolução.

¹⁵⁰ O material contém quatro folhas, onde as informações estão apresentadas de forma descontínua. Este trecho é uma compilação do documento. Cf. Prontuário n. 19.355 – Newton Freitas. Doc. 47. “Especial para A Manhã”. Fundo Polícias Políticas/DESPS – APERJ.

Olhando mais de perto, a participação de Lídia e Newton nas caravanas aliancistas se destaca como um dos eventos mais marcantes da militância comunista do casal, exemplo que melhor comunica o nível de envolvimento político dos dois naquele período.

2.2 As “jovens turcas” da União Feminina do Brasil

A trajetória de militância política que Lídia Besouchet construiu para si, independente da posição e do lugar de Newton Freitas, tem uma das faces voltada para a sua participação na União Feminina do Brasil, uma organização fundada em 11 de maio de 1935 por um grupo de mulheres intelectuais que se posicionavam ideologicamente à esquerda ou numa linha de pensamento político mais progressista. Dentro da UFB, o trabalho de Lídia foi intenso e central, de onde pôde exercer sincronicamente uma militância feminista associada ao idealismo marxista. Preocupada com estas duas teorias desde os primórdios de sua juventude no Espírito Santo, quando já manifestava um ponto de vista crítico ao feminismo considerado burguês, foi somente durante sua atuação na UFB que desenvolveu de forma mais sistemática reflexões que dialogavam com os princípios feministas de esquerda, período em que se concentra a maior parte dos textos que escreveu sobre o assunto.

O compromisso de Lídia com a UFB extrapolou o curto período de tempo em que a organização funcionou na legalidade. Depois de fechada por um decreto do governo, publicado no Diário Oficial em 11 de julho de 1935, o qual ordenou a suspensão das atividades de todos os núcleos políticos considerados “subversivos”, Lídia continuou mobilizada, cooperando com algumas das representantes da UFB que se mantiveram articuladas e que iniciaram de maneira independente campanhas e protestos contra o fascismo e o autoritarismo de Estado. Impedidas judicialmente de dar continuidade as tarefas que vinham desenvolvendo por intermédio de uma modesta estrutura montada em um prédio de escritórios da Avenida Rio Branco, as integrantes da União Feminina decidiram se reorganizar em torno de um ativismo exclusivamente antifascista. Essa mobilização residual das mulheres remanescentes da UFB durou até o desmantelamento definitivo do núcleo com a prisão de algumas de suas associadas, que caíram na malha da repressão logo após os acontecimentos insurrecionais de novembro. Acusadas de praticar crimes políticos “contra a

segurança nacional”, algumas foram processadas, outras retidas por meses sem qualquer denúncia formal, enquanto a maioria delas sumiu na clandestinidade.

Por ter se tratado de uma das poucas tentativas de organização de caráter feminista das mulheres de esquerda que se tem registro nas primeiras quatro décadas do século XX, é curioso quando se constata que a historiografia brasileira sobre o feminismo até agora quase não aprofundou a análise sobre esta associação. A dificuldade em rastrear referências sobre a UFB na produção acadêmica levou a pesquisa a buscar informações em documentos da época, já que as econômicas menções trazidas por algumas estudiosas do campo nos pareceram insuficientes. Percorrido este caminho, notou-se a discrepância entre a brevidade das referências e o volume considerável de textos que os jornais produziram sobre a organização no decorrer de sua efêmera existência. Esta zona de sombra em que se encontra atualmente a União Feminina do Brasil, dentre outros prejuízos, turva o fato de que os formadores de opinião de seu tempo, por terem manifestado um agudo interesse pela entidade, contribuíram para gerar um acervo numeroso de fontes impressas, as quais, abordadas com o devido filtro metodológico, podem fornecer elementos para a elaboração de um conhecimento melhor fundamentado sobre essa instituição.

De fato, nos meios jornalísticos daquele ano de 1935, a notícia do surgimento da UFB causou interesse. Na sociedade carioca, o novo agrupamento feminista ganhou uma boa repercussão. Isso se deveu em grande medida à veia polêmica de suas integrantes, mulheres que se posicionavam como rivais da linha sufragista que preponderava no feminismo brasileiro, mas principalmente mulheres com aspirações revolucionárias, que cultivavam um estreito diálogo com as ideologias socialistas. A reputação de rebeldes que acompanhava as fundadoras da UFB era anterior ao fato que as unia. Individualmente, essas mulheres que passaram a liderar uma organização feminista pautada em princípios da esquerda, eram conhecidas pelo arrojo de suas opiniões e ações. Cada uma delas defendia publicamente ideias inovadoras em suas respectivas áreas de atuação – no magistério, no teatro, na psiquiatria, na literatura. A audácia atraía a curiosidade dos jornais, dos conservadores aos esquerdistas, que munidos de certo sensacionalismo contribuíam para espalhar sobre elas a fama de “radicais”.

Indesejáveis em muitos meios, as ideias “ousadas” que distinguiam as fundadoras da UFB dos modelos convencionais de feminilidade não impediu que conquistassem respeito como profissionais competentes, nem barrou sua entrada no restrito universo intelectual. Mas embora tenham desfrutado deste reconhecimento, especialmente entre seus pares, que seguiam a mesma linha progressista, para a moral conservadora o “vanguardismo” de suas

ideias era um escândalo, um sinal de declínio, uma ameaça perniciosa aos costumes e à família. Em contraste com as feministas “bem comportadas”, a exemplo de Bertha Lutz e suas seguidoras, que obedeciam a uma perspectiva liberal e reformista, as feministas da UFB encarnavam o símbolo do outro extremo: eram vistas como “degeneradas”, “fanáticas” e “extremistas”. A diferença no discurso e na atitude de uma vertente para a outra era considerável. Em particular, no tocante ao enfrentamento das questões que diziam respeito ao patriarcado e à opressão feminina, as sufragistas, de um modo geral, faziam vista grossa para as causas sociais e culturais que determinavam a exclusão da mulher.¹⁵¹ Já entre as associadas da UFB, para além de constatar a submissão feminina, interessava denunciar o elo histórico da dominação masculina, responsável por perpetuar o discurso aceito de que a “inferioridade” das mulheres decorria de sua condição biológica.

A iniciativa de combater o determinismo biologizante, usado como recurso de legitimação para as desigualdades instituídas entre os sexos, somado ao fato de que o feminismo que propunha era um feminismo vinculado à luta de classes, constituíram fatores que, naquele tempo, proporcionaram certo ineditismo à UFB. Até então, com exceção de algumas feministas que escreviam isoladamente textos que contestavam a essencialização dos sexos,¹⁵² nenhuma manifestação minimamente organizada de mulheres havia enfrentado abertamente a problemática das relações de poder que, no interior da mentalidade patriarcal, destinavam à mulher uma posição subalterna. Não que as mentoras da UFB tenham sido sistemáticas nesta tarefa – de desnudar a ideologia por trás da segregação feminina –, na verdade, estiveram muito longe disso, mas é preciso reconhecer a presença embrionária destas questões nos artigos e manifestos que publicaram.

Talvez um dos textos mais ilustrativos e esclarecedores deste posicionamento crítico assumido pela União Feminina do Brasil seja um artigo que Lúcia Besouchet publicou como sua representante no jornal *A Manhã*, quase às vésperas de a UFB ser cassada. O texto é uma espécie de libelo feminista, onde Lúcia se esforça em desconstruir histórica e filosoficamente os argumentos que naturalizavam o modelo feminino de subserviência. Apesar das limitações próprias à perspectiva marxista que adota, hoje bastante contestada e debatida pelas teóricas do feminismo, seu texto é uma reação corajosa ao atavismo conservador, com uma

¹⁵¹ BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 213; PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 36.

¹⁵² Tais como Patrícia Galvão (Pagu), Maria Lacerda de Moura, Eneida de Moraes, Ercília Nogueira Cobra etc.

profundidade crítica raramente encontrada na produção escrita das feministas liberais, tal como pode ser observado no trecho a seguir:

Uma das doutrinas mais difundidas acerca da inferioridade da mulher é aquella que afirma que a mulher historicamente sempre desempenhou um papel subalterno na sociedade. [...] Para compreender a contradição existente entre a liberdade econômica da mulher e sua escravidão e servidão social, é necessário acompanhar as diferentes etapas por que tem passado a família desde os primórdios da humanidade. [...] Os estudos de Morgan e Engels sobre a família falam na derrota histórica do sexo feminino [...] foi esta passagem aparentemente tão simples e fundamentalmente tão revolucionária, que deu ao homem a supremacia que goza até hoje. [...] enquanto o trabalho do homem se tornava um trabalho social, o trabalho da mulher era cada vez mais um trabalho privado, familiar, apertado entre as fronteiras da casa [...] Ella tinha deixado de ocupar um lugar social na produção e por isso mesmo, passou á categoria de propriedade privada do homem. Até a era burguesa, a mulher continuou, através dos tempos, sempre desempenhando esse papel de escrava. [...] Só a explicação materialista da família actual [...] esclarece o antagonismo existente para a mulher moderna de ter independência econômica e continuar a ser escrava do homem.¹⁵³

As feministas da UFB penetravam mais a fundo no debate sobre a opressão da mulher também porque dispunham de uma margem de discurso mais ampla, já que, ao contrário das feministas que lutavam pelos direitos políticos, não possuíam compromissos com a ordem estabelecida, estavam justamente ao lado dos que pretendiam romper com esta ordem.

Já na escala social, as feministas de esquerda da UFB e as feministas liberais, organizadas em torno da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), eram indistintas. Os dois grupos se formaram primordialmente como organizações lideradas por mulheres da classe média alta, bem instruídas, bem relacionadas e com carreiras profissionais em ascensão. O corte que as diferenciava era ideológico e este se exprimia na questão da representatividade. No âmbito das reivindicações das sufragistas, as mulheres pobres e operárias eram um ponto cego. As metas que as feministas da FBPF pretendiam cumprir para colaborar na emancipação feminina não chegavam a considerar que as mulheres das camadas populares sofriam uma opressão específica decorrente da condição de classe. Por outro lado, as feministas de esquerda que fundaram a UFB buscaram reconhecer essa especificidade e a tomaram como emblema. Se apresentaram assim como uma organização que falava em nome dos interesses das mulheres de todas as classes, mas que cuidava especialmente dos direitos das mulheres trabalhadoras.

¹⁵³ BESOUCHET, Lúcia. “Sobre a inferioridade da mulher”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1935.

Suas dirigentes eram de origem mais abastada, mas a UFB acabou reunindo um número expressivo de trabalhadoras do comércio e da fábrica, que ao lado das intelectuais compuseram seus quadros. O esforço para tentar aproximar da entidade essas mulheres de condição social modesta era feito de maneira contínua por sua liderança, geralmente por meio de reuniões em sindicatos e associações trabalhistas. Devagar, esses apelos contribuíram com o aumento de afiliadas de outros estratos sociais, o que não quer dizer necessariamente que as operárias participaram da organização de maneira semelhante, nem que, na prática, eram vistas como iguais. As intelectuais da União Feminina, suas fundadoras e principais representantes, se viam como responsáveis pela conscientização política das mulheres pobres, desprovidas de cultura e condições materiais dignas. Assim, ainda que suas diretoras tivessem orgulho em afirmar que em sua associação as operárias falavam por si, nos artigos e demais textos onde este esforço de comunhão e protagonismo aparece registrado, a “mulher do povo” é encarada com distanciamento. O universo de carência social ao qual *ela* “pertence”, desconhecido em suas verdadeiras cores pelas militantes da classe média, cria no imaginário dessas mulheres uma figura quase mítica do que seja a mulher pobre, trabalhadora. A imagem que se faz é revestida de estereótipos. Ao mesmo tempo em que são infantilizadas, são vistas como heroínas do cotidiano, ignorantes e ao mesmo tempo sábias.

Sara Novak, escritora comunista que se associou à UFB dias após seu lançamento, pode ser adotada como um bom exemplo deste olhar indulgente e fascinado que as intelectuais costumavam pousar sobre as mulheres humildes. No artigo que escreveu para o jornal *A Manhã*, com o intuito de promover a organização, a autora afirma que sua decisão em ingressar na UFB só foi tomada após a palestra que ouviu de “uma figura simples que falou em nome da operaria brasileira”, de onde extrai razões para explicar sua escolha:

Todas as minhas duvidas se dissiparam [...]. As palavras saíam da profundidade de um coração magôado, saíam apressadamente, isoladas e em conjunto [...]. E na ansia de contar, de explicar tudo, os pensamentos daquela dra. diplomada por todas as “Universidades” baralhavam-se, confundiam-se, chocavam-se e produziam explosões de palavras que transbordavam para fóra e enchiam a sala com uma abundante lava de protestos contra a ordem actual. Via diante de mim uma menina ainda, mas o rictus amargo dos lábios, trahia um século inteiro de sofrimentos [...]. A União Feminina do Brasil (se fôr composta de um numero maior de elementos como a referida operaria), se corporizará num monumento symbolico da luta pela verdadeira liberdade! ¹⁵⁴

¹⁵⁴ NOVAK, Sara. “Na União Feminina do Brasil”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1935.

Era legítimo para as feministas da UFB incorporar ao seu programa as demandas das mulheres trabalhadoras, porque, segundo julgavam, as únicas vítimas da “verdadeira opressão” eram as mulheres pobres, social e economicamente desprotegidas, que viviam sufocadas por um duplo sistema de exploração, sofrido tanto no seio das relações familiares, quanto no interior do regime capitalista de trabalho. Por sua vez, essas intelectuais que haviam tomado a iniciativa de inaugurar um reduto feminista para lutar pelos direitos das mulheres consideravam que a condição privilegiada da classe social a que pertenciam garantia para suas vidas possibilidades de escolha mais flexíveis, ampliando o horizonte de suas experiências e perspectivas para além do estreito mundo da burguesia patriarcal.

No entanto, e nem sempre as feministas “burguesas” percebiam, elas também estavam submersas nas relações de poder que instituíam a dominação masculina, sofriam como aquelas a quem pretendiam “salvar” com as discriminações de gênero e tinham que lutar diariamente pelo direito de transgredir as fronteiras de uma vida tradicional, domesticada e passiva. Por mais que tivessem consciência de fazerem parte de uma categoria socialmente oprimida, no modo como estruturavam seus discursos subjazia a ideia de que, por serem oriundas de uma elite culta, e acreditarem que estavam habilitadas a representar os interesses das mulheres pobres no árido campo da política, não eram um alvo fácil dos homens e suas redes de domínio. Escravas eram as mártires “dos lares sem pão”, “a mãe-preta que vende aos outros o leite que deveria ser para seu filho”, era “a camponesa”, “a jovem operaria”, “a prostituta”.¹⁵⁵ Embora fosse um passo importante para o feminismo brasileiro da década de 1930 o reconhecimento de que a opressão masculina possuía diferentes estatutos e efeitos variáveis conforme a classe social, a noção estava confinada a uma atitude protecionista. Para a historiadora Céli Regina Pinto, “esse foi um lento aprendizado no Brasil para as mulheres de esquerda: poderem se identificar como oprimidas sem pertencer ao proletariado”.¹⁵⁶

Donas dessa opinião, nos bastidores de criação da UFB estiveram nomes como Arminda Álvaro Alberto, Maria Werneck de Castro, Nise da Silveira, Eugênia Álvaro Moreyra, Eneida de Moraes, Heloísa Alberto Torres, Beatriz Bandeira, Iveta Ribeiro, Maria Lacerda de Moura, Catharina Landsberg, Luiza Barreto Leite, Norma Moniz, Mary Mercio e, claro, Lúcia Besouchet. Com exceção da psiquiatra Nise da Silveira e da escritora anarquista Maria Lacerda de Moura, essa é uma constelação de nomes ainda praticamente desconhecidos, não só do público em geral, como também do especializado. Revirando papéis em busca de informações biográficas – entre artigos, notas de rodapé, pequenos verbetes,

¹⁵⁵ “A União Feminina do Brasil aderiu à A.N.L”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1935.

¹⁵⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. *Op. cit.*, p. 62.

notícias de jornal e outras breves referências – foi possível coletar fragmentos de vida dessas mulheres que, por mais incompletos que se apresentem, nos auxiliam na busca por uma compreensão aproximada do lugar que elas ocupavam no debate feminista e político antes de a UFB existir. Localizá-las neste contexto pode ser relevante para elucidar questões que ainda não foram interrogadas com o acento devido. Pode, por exemplo, abrir espaço para versões menos conformadas com a ideia de que a União Feminina surgiu como uma organização auxiliar do Partido Comunista e da ANL.¹⁵⁷

As leituras realizadas até hoje difundem amplamente esta noção: de que a UFB nasceu como um apêndice de organizações de esquerda maiores, tal como a Aliança Nacional Libertadora. O problema não é tanto concluir que esta organização de mulheres foi de fato criada para preencher uma necessidade política de ampliar a base de apoio da esquerda num momento político extremamente crítico, mas admitir que esta conclusão oculte ou limite demasiadamente o debate positivo feito por essas mulheres no campo da política feminista, deixando de considerar seu engajamento no movimento emancipatório feminino, independente de suas atividades terem sido de curta ou longa duração. A opacidade desta ideia dificilmente permite considerar a UFB como uma entidade que nasceu da filiação de um

¹⁵⁷ Os poucos trabalhos já publicados que mencionam a União Feminina do Brasil adotam esta versão para explicar a razão e o contexto do seu surgimento. Em nenhum deles, a UFB é o foco principal de estudo, o que acaba contribuindo para que as informações sejam retiradas das mesmas fontes. Ao que parece, essa leitura vem sendo aceita desde 1969, quando a pesquisadora Heleieth Saffioti registrou pela primeira vez numa produção acadêmica a existência dessa associação, em seu livro *A Mulher e a sociedade de classes*. O pouco de informação que a autora nos oferece sobre esta entidade não excede um parágrafo. O que a faz ser tão breve tem a ver, segundo ela, com a dificuldade que encontrou para reunir documentos sobre esta e outras organizações femininas e feministas de esquerda, devido ao processo de apagamento que as mulheres revolucionárias que delas fizeram parte sofreram durante os regimes de ditadura no Brasil. Sem sustentar materialmente o fato, Saffioti afirma que a União Feminina surgiu em 1934 “como parte integrante da Aliança Nacional Libertadora”, a qual “se desenvolveu, precipuamente, em torno de acontecimentos políticos” e só “secundariamente em prol dos direitos das mulheres”. Apoiada em Saffioti, Zuleika Alambert, militante comunista e estudiosa da relação entre o feminismo e o marxismo, reforçou treze anos mais tarde a mesma ideia, afirmando, em seu livro *Os comunistas e a questão da mulher*, que a UFB nasceu como um núcleo feminino da ANL. Daí por diante, tornou-se recorrente o uso desta interpretação. Lúcia Helena Vianna, em um importante artigo em que trata das mulheres que militaram politicamente durante a década de 1930, também atrela a UFB à ANL e ao PCB, passando ao largo dos diálogos feministas estabelecidos pelo grupo. Um sinal de mudança nesta perspectiva aparece somente com a biografia sobre Armanda Álvaro Alberto. Ana Chrystina Mignot, autora do livro, foi bem mais a fundo na pesquisa sobre a União Feminina, por conta da relação de sua personagem com a associação. Armanda Álvaro Alberto foi presidente da UFB e em seu acervo pessoal conservou papéis que documentam o início e a crise pela qual passou a entidade até seu desaparecimento. Com o acesso a este material, a pesquisadora pôde reconstruir grande parte da história desta organização, e em nenhum momento concluiu que a mesma pertencera desde o princípio a ANL, tampouco ao PCB, o que houve foi um período de colaboração. Neste trabalho, finalmente se desvela uma versão que coloca a UFB na órbita dos discursos feministas, embora a autora esteja mais interessada em descrever do que problematizar tais questões. Para outros detalhes, Cf. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 384; ALAMBERT, Zuleika (apres.). *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa – Novos Rumos, 1982. p. 40; VIANNA, Lúcia Helena. “Mulheres revolucionárias de 30”. In. *Revista Gênero*, v.2, n.2, p. 27-34, 2002; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Armanda Álvaro Alberto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

número restrito de mulheres que tiveram uma trajetória anterior de militância no movimento feminista, a qual não pode ser desprezada.

Vários nomes que compõem a lista de fundadoras da União Feminina são de mulheres que atuaram primeiramente ao lado de Bertha Lutz no movimento sufragista no decorrer da década de 1920, e que, com a efervescência política que marcou a virada para os anos 1930, se viram envolvidas com questões que tornavam mais agudas as incompatibilidades e cisões com a ala moderada do movimento. Esta parceria anterior de algumas das sócias-fundadoras da UFB com a vertente sufragista, interrompida com o aprofundamento do fosso ideológico entre a esquerda e a direita e também em consequência da lenta desmobilização sofrida pelo “feminismo cívico e político” após 1932, quando o sufrágio feminino entrou no novo Código Eleitoral, nos obriga a lidar com a ideia de que a dissidência foi um dos fatores, dentre outros, que motivaram a sua criação. Se realmente a UFB foi fundada num contexto de crise política, de disputas acirradas entre as facções mais conservadoras e as mais progressistas, ela igualmente emerge numa conjuntura de encolhimento do ideário feminista liberal, surgindo como um espaço propositivo e de formulação de críticas ao que havia sido realizado ou ignorado até ali pelo feminismo defensor do sufrágio.

Há, portanto, um claro movimento de transição ideológica que deve ser acompanhado para dar maior sentido à trajetória de algumas feministas de destaque da UFB, as quais tiveram enorme influência na consolidação de seu nascimento. A advogada que liderou o Departamento de Inquérito da União Feminina do Brasil, por exemplo, foi aliada de Bertha Lutz por alguns anos antes de vincular-se às feministas de esquerda. Mulher do também advogado e militante comunista, Luis Werneck de Castro, Maria Werneck de Castro foi sócia da FBPF até o início da década de 1930, data em que começou a se aproximar politicamente do PCB. Outra figura de destaque na associação, a jornalista e atriz Eugenia Álvaro Moreyra, que foi considerada *a posteriori* um dos símbolos femininos mais transgressores da época, também atuou na campanha sufragista, para a qual deixou igualmente de contribuir em princípios de 1930, período em que se filiou ao Partido Comunista juntamente com seu marido, o poeta modernista Álvaro Moreyra. A estudante de direito, Norma Moniz, irmã do jornalista Edmundo Moniz, nome fortemente articulado à intelectualidade de esquerda do Rio de Janeiro, foi secretária da Federação de Bertha Lutz até praticamente às vésperas de fundação da UFB. Nesta posição, chegou a participar ao lado de Bertha Lutz e Carmem Portinho da 2ª Convenção Nacional Feminista, ocorrida em Salvador, em 1934. Atuando principalmente como representante da ala universitária, a futura advogada rompeu com as

feministas liberais para incorporar a comissão organizadora da União Feminina do Brasil, desta vez acompanhada da irmã, Diva Moniz, que também militou na UFB. Iveta Ribeiro foi outra associada que teve no curso de sua militância passagem pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Sua história com Bertha Lutz começou em 1930 e, após altos e baixos, a escritora se desligou da FBPF, depois de assumir publicamente, já em 1935, sua discordância em relação às ambições políticas da líder sufragista, a qual acabara de se eleger como suplente ao cargo de deputada federal.

Na ponta desta lista está a última personalidade da UFB que se tem notícia de ter mantido contato estreito com Bertha Lutz antes de integrar o novo agrupamento feminista, trata-se de Armanda Álvaro Alberto, sócia e idealizadora que se tornaria presidente da União Feminina do Brasil. A educadora, conhecida por ser uma das assinantes do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, começou a atuar em associações femininas em 1920, na companhia de Carlota Pereira de Queiroz, com quem fundou a Associação Cristã Feminina, uma entidade que tinha por objetivo prestar assistência aos jovens de todas as religiões com base cristã. Apesar de não haver registros que confirmem se Armanda Álvaro Alberto aderiu à FBPF, o diálogo entre a educadora e Bertha Lutz existiu e foi longo e profícuo. As duas formaram parcerias em algumas ocasiões, sendo a primeira delas na Associação Brasileira de Educação. Em 1924, no mesmo ano de surgimento da ABE, as duas integraram o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, dirigindo a colaboração especificamente para as causas que envolviam os direitos das mulheres. Daí até 1931 a cooperação entre elas deve ter sido frequente, já que no I Congresso Internacional Feminista, organizado e liderado por Bertha Lutz, Armanda Álvaro Alberto participou, contribuindo com propostas em defesa do ideal de cidadania para a mulher, frisando a importância do voto nesta conquista.¹⁵⁸ Mas, assim como as feministas anteriormente citadas, Armanda se divorciou ideologicamente de Bertha Lutz em 1934, no justo momento em que o antifascismo passou a ser uma de suas mais ardentes preocupações, ao lado do papel político da mulher no combate à tirania.

Os exemplos acima deveriam formar prova suficiente de que a UFB não pode ter surgido de um impulso puramente político, no ventre de um partido como o PCB ou como um braço dependente de uma organização como a ANL. A matriz motivacional de sua fundação foi seguramente a insatisfação com os rumos assumidos pelo movimento feminista brasileiro, sem a qual não se explica o fato de tantas mulheres, com ideias que um dia foram tão afinadas com as propostas de Bertha Lutz, terem se unido para formar uma organização feminista que

¹⁵⁸ MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Armanda Álvaro Alberto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

tinha um perfil oposto ao da FBPF, e que frequentemente, por ser pautada numa linha progressista, se identificava com a ideologia revolucionária da esquerda. Uma leitura atenta ao seu programa também revela que os interesses primordiais da União Feminina do Brasil estiveram atrelados e comprometidos com a “crise” que afetava o movimento feminista. Dos dez pontos que compõem o documento, nove diziam respeito diretamente à luta pela igualdade de direitos para as mulheres e apenas um deles conjugava esse tema específico a um assunto de ordem mais geral, focado no combate ao fascismo e à guerra.¹⁵⁹ Este item, embora sinalizasse a vizinhança da UFB com interesses e metas que estavam ao abrigo das bandeiras da esquerda, era uma presença discreta no corpo de seus objetivos, tanto que antes de o nome da organização se ver envolvido em polêmicas e escândalos políticos, acusada de conspirar contra o governo e a favor da revolução comunista, a querela que ocupava as páginas dos periódicos era entre as sócias da UFB e as “feministas veteranas”, especialmente Bertha Lutz.

A desavença pública entre a União Feminina e as adeptas do feminismo liberal durou todo o mês de maio, rendendo o bastante para sufocar controvérsias que pudessem surgir do inequívoco engajamento político da maioria de suas associadas. Nem mesmo o primeiro passo da UFB em direção a uma militância confessa em benefício das causas populares e democráticas foi notado pela imprensa. A iniciativa, tomada em 23 de maio de 1935, quando a entidade aderiu à Frente Única Popular Contra o Imperialismo e o Fascismo, constituída ainda de outros organismos que viviam sob suspeita do Estado, como a própria ANL e dezenas de sindicatos de trabalhadores, não obteve grande repercussão; a 30 deste mês o que continuava circulando pelos jornais era o “duelo” entre as duas gerações de feministas.

A imprensa deu espaço para acusações e defesas vindas de ambas as partes, e embora a rivalidade não tenha cessado, depois de publicadas as últimas declarações, o tema perdeu força. No limite da contenda, Bertha Lutz deu uma entrevista para *A Nação* onde declarou oficialmente o que pensava do novo grêmio feminista. Provocativa, a experiente líder da

¹⁵⁹ Segue, na íntegra, a reprodução do manifesto-programa da UFB, publicado no dia 25 de maio de 1935, no jornal *A Noite*: “A União Feminina do Brasil reunirá em seu seio todas as mulheres que estiverem dispostas a trabalhar sinceramente na defesa dos seguintes principios basicos: 1º) Luta pelos direitos políticos e civis da mulher no Brasil; 2º) Reivindicar egualdade economica em relação ao homem e melhoria de vida (salarios ou vencimentos, syndicalisação e demais leis trabalhistas); 3º) Elevar o nível cultural da mulher por meio de cursos, conferencias, bibliothecas, escolas, audições musicaes e artísticas, theatro, cinemas, etc.; 4º) Proporcionar assistencia medica, dentaria, juridica e economica á mulher; 5º) Promover inqueritos sobre as condições de vida das mulheres em diversos setores de trabalho; 6º) Preparar a mulher para collaborar com o homem em suas actividades sociaes e com elle participar na vida publica; 7º) Attender o problema da creança como inseparavel do problema da mulher; 8º) Incentivar a educação physica e sanitária; 9º) Lutar contra as guerras de destruição e os massacres que as attingem directa e indirectamente e contra os regimes que restringem os direitos femininos roubando-lhe suas conquistas; 10º) Ligação com as organizações femininas de finalidades identicas em qualquer parte do mundo”.

campanha pelo sufrágio chamou a UFB de uma “imitação descuidada e vulgar” da FBPF, fazendo um paralelo ponto a ponto entre a finalidade de seu programa e o manifesto que as feministas de esquerda haviam lançado, concluindo não passar de “mera transposição” do seu documento.¹⁶⁰ Poucos dias mais tarde, em uma nota publicada em *A Manhã*, a União Feminina se defendeu, fazendo uso das seguintes palavras:

Está muito enganada a sra. Bertha Lutz quando diz que aspiramos a “liderança”; não somos políticas, nem candidatas a cadeiras de deputado [...] E se ha algum ponto de contacto com o nosso e seu programma, é prova de que as necessidades femininas são ainda as mesmas que antes da fundação de sua Federação, e, a prova de que nada foi feito, pela satisfação desses desejos, apesar da amplitude de lindos programmas, é que as mulheres resolveram se unir, e ellas mesmas lutar pela conquista de seus direitos, sem esperar por associações inocuas.¹⁶¹

Importante lembrar que os dois pronunciamentos foram publicados em jornais com tendências esquerdistas e progressistas, o que implica dizer que a cobertura ao assunto poderia ter sido outra dependendo da linha editorial do jornal que o divulgasse. E foi o que de fato aconteceu. A tônica usada pelos jornais conservadores e os de oposição para noticiar o surgimento da UFB foi bem diferente uma da outra. *A Manhã*, *A Nação* e *Diário Carioca*, para citar alguns dos quais seguiam a linha opositora ao governo, foram elogiosos e receptivos, e deram pouca ênfase ao fato de suas fundadoras serem próximas ou mesmo filiadas ao Partido Comunista, preferindo antes destacar o seu caráter dissidente em relação às feministas organizadas do que escancarar a sua afinidade com a ideologia de esquerda. Por sua vez, *O Globo* e *A Ordem*, representantes do que havia de mais conservador e reacionário na imprensa, foram desde o primeiro momento mordazes e hostis, acusando o grupo de forjar uma associação feminista como tela para a prática de atividades comunistas.

Enquanto os jornais trabalhavam com essas duas versões controversas, a UFB crescia. Nem tanto numericamente, mas em termos simbólicos alcançava maior amplitude como “o principal canal de expressão das mulheres progressistas do país”.¹⁶² Embora tenha havido, de início, o esforço da imprensa conservadora em vincular o seu nome à organizações e partidos de esquerda, o grupo foi persistente em orientar suas primeiras ações para iniciativas que não expusessem seu compromisso com pautas políticas mais amplas, as quais poderiam

¹⁶⁰ “Elas apelam para os homens...”. *A Nação*. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1935.

¹⁶¹ “Uma nota respondendo á sra. Bertha Lutz”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1935.

¹⁶² BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernanda. *As mulheres e os 90 anos do comunismo no Brasil – Primeira Parte*. In. Centro de Documentação e Memória Fundação Mauricio Grabois. [consultado em 16 de novembro de 2015]. Disponível em: < http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=30&id_noticia=8998>

inviabilizar o seu objetivo de expansão. Durante os primeiros dois meses de funcionamento, a entidade dedicou-se a construir a fiel imagem de uma associação feminista dissidente, levando a cabo um programa que privilegiava, como vimos, metas muito específicas relacionadas à ascensão social das mulheres. Mas na medida em que o ano de 1935 avançou e a resistência ao fascismo e ao imperialismo recrudesceu, a sua liderança decidiu assumir a vocação revolucionária que também a movia, tornando público seu apoio à ANL.

Esta decisão, divulgada em 22 de junho de 1935, funcionou como um divisor de águas em sua breve trajetória, separando-a em duas fases: a direcionada com mais ênfase para a militância feminista, e a voltada para o entrelaçamento entre o feminismo e a militância política. O contexto preciso de seu surgimento ajuda a entender a tensão que determinou tal passagem. A rigor, a União Feminina do Brasil caracterizou-se, desde o princípio, como já deve ter ficado claro, como uma organização que trabalhava na intersecção das ideologias feminista e marxista, na imbricação entre os antagonismos de gênero e de classe. Ela nasceu num contexto tanto de refluxo do movimento feminista brasileiro, quanto num período de extrema polarização ideológica. Logo, a conjuntura de sua criação esteve impregnada de situações e problemáticas singulares, que lhe conferiram um sentido único, norteador por esse duplo horizonte. Talvez por isso, as minguidas referências feitas à União Feminina do Brasil, que acabaram caindo na armadilha de reproduzir a versão adotada pelos agentes da repressão, raramente a situa como uma experiência refletora desta dobradura ideológica e política, deixando com isso escapular a oportunidade de enriquecer o debate sobre o feminismo de esquerda no Brasil, ainda hoje bastante negligenciado.¹⁶³

¹⁶³ A produção historiográfica brasileira que toma a história do feminismo como objeto de estudo, além de menos abundante do que se imagina, via de regra, mantém longe de seu horizonte de análise experiências que foram vividas por feministas que pensaram e agiram, sozinhas ou em grupo, a partir de uma relação de empatia com a ideologia da esquerda revolucionária ou de compromisso e pertencimento com organizações e partidos que representavam essa ideologia. Em 1996, Margareth Rago afirmou, em artigo publicado no *Cadernos AEL*, que, no Brasil, os estudos no campo da disciplina histórica voltados especificamente para a história do feminismo eram ainda relativamente poucos. No contexto dos anos 1990, a historiadora constatou a baixa produtividade de trabalhos preocupados com as origens, as lideranças, as reivindicações e as conquistas do feminismo brasileiro, legando-nos um preocupante diagnóstico. De lá para cá, decorridos quase vinte anos, não se pode dizer que a bibliografia sobre a história do feminismo, no Brasil, tenha crescido de maneira exponencial. Apesar do surgimento de importantes trabalhos, que contribuíram com a história do movimento feminista desde uma perspectiva biográfica até uma abordagem mais ampla, dedicada ao próprio movimento, no conjunto das produções acadêmicas, a história do feminismo ainda é um objeto pouco privilegiado. Além disso, há certa predileção pela história dos movimentos feministas contemporâneos, sendo ainda menos volumosos os estudos voltados para os feminismos menos recentes, que datam do século XIX ou da primeira metade do século XX. Sobre esse período, a história já feita sobre o feminismo brasileiro contempla quase que integralmente a luta das mulheres por seus direitos políticos, enquanto os movimentos feministas de esquerda e os feminismos libertários passam ao largo dessas análises, aparecendo, quando muito, achatados entre uma e outra referência. Com efeito, se nos impuséssemos a tarefa de acrescentar à tímida lista iniciada por Margareth Rago, naquela ocasião, novos títulos que atualizassem a relação de estudos elencados pela autora, todos produzidos na década de 1980, talvez meia dúzia de trabalhos pudessem ser destacados, sendo que em praticamente nenhum deles seria possível

De qualquer modo, a guinada à esquerda dada pela UFB mudou sensivelmente o tom de seu discurso, carregado agora de palavras mais vibrantes e combativas. A mudança também afetou a prioridade de seus objetivos. A luta pelos direitos das mulheres, que dominou os princípios da UFB no início do movimento, acabou perdendo centralidade para a luta de classes. Esse deslocamento de uma origem feminista mais direta para uma orientação política de esquerda marcou a transição de uma abordagem estratégica, que evitava tocar em pontos nevrálgicos da política, para outra mais agressiva e franca, porque falava sem o uso de filtros ou camuflagens discursivas em miséria, exploração, imperialismo, opressão, fascismo e, principalmente em culpa do Estado e do grande capital pela situação escravizada em que viviam as mulheres, em particular as operárias. Ao enfrentar de maneira enérgica os temas que mobilizavam a esquerda a UFB suspendeu as condições mais ou menos estáveis de sua sobrevivência até ali, ficando exposta a possíveis represálias por parte da política repressora.

Lídia Besouchet, ao lado de Beatriz Bandeira, Eugênia Á. Moreyra, Mary Mércio e outras associadas da União Feminina que mantinham uma ativa militância comunista, foram personagens que exerceram um papel crucial na campanha interna que levou a maioria de suas sócias a optar pela adesão ao movimento libertador. De acordo com o relatório policial, quase todas as associadas presentes na assembleia convocada para tal fim votaram a favor de que a UFB se filiasse à ANL, com exceção de uma professora do Colégio Anglo-Brasileiro, que julgou inconveniente porque “ouvira dizer que a ANL era comunista”.¹⁶⁴

Apesar de a organização ter deixado pegadas firmes de sua simpatia e envolvimento com as causas populares muito antes de aderir publicamente à Aliança Libertadora,¹⁶⁵ o cerco

encontrar a história dos “outros” feminismos, a não ser nas pesquisas futuras da própria Margareth Rago, que dedicou parte de sua carreira a pesquisar a relação entre feminismo e anarquismo. Por outro lado, sem pesquisas pioneiras como a de Rachel Soihet sobre Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mesmo a vertente “mais comportada” e organizada do movimento sufragista estaria comprometida, reduzida à referências superficiais. Cf. RAGO, Margareth. “Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil”. In. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 3/4, 1995/1996; _____. *Entre a história e a liberdade*: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2001; SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

¹⁶⁴ Cf. Dossier n. 5 – União Feminina do Brasil (U.F.B.). Fundo Polícias Políticas/DESPPS – APERJ.

¹⁶⁵ A União Feminina do Brasil, desde os primeiros dias de atividade, demonstrou que estava aberta e interessada ao diálogo com as bases do movimento de esquerda que operava em várias frentes. Os núcleos abertos pela UFB na região do Rio de Janeiro, por exemplo, geralmente eram instalados nas sedes de associações proletárias, como foi o caso dos núcleos que funcionaram em São João de Meriti, Nilópolis e Mesquita. Além disso, a intromissão da União Feminina em greves e crises trabalhistas também foi comum, tornando ainda mais indisfarçável sua posição na dicotomia política da época. O caso mais chamativo deste tipo de interferência realizada pela UFB deu-se com os trabalhadores do Lloyd Brasileiro, companhia estatal que atuava no serviço de transporte marítimo. Rumores de que a empresa seria privatizada causou uma série de conflitos, e vários funcionários ficaram sob a ameaça de demissão. Frente à crise, as líderes da UFB encaminharam um ofício solicitando uma reunião com as esposas, irmãs e filhas dos trabalhadores, visando contribuir com a mobilização contra a venda da companhia nacional. As sócias da UFB operavam assim simultaneamente em assuntos politicamente delicados enquanto promoviam encontros litero-musicais e outras atividades consideradas “inofensivas”.

policial só começou a se fechar em seu entorno depois de a UFB ter feito a declaração que solenizou o apoio que já dava ao movimento aliancista. A partir daí os acontecimentos se precipitaram numa rapidez talvez inesperada para o grupo. Pela primeira vez, suas representantes começaram a ser formalmente perseguidas pela polícia política, que prendeu várias delas, em dias e ocasiões diferentes, como que para emitir um sinal de alerta, enquanto o governo dava início às manobras jurídicas que promoveriam o fechamento de várias associações de esquerda, também da UFB, que não demoraria a ser posta na ilegalidade.

Dentre todas as sócias da União Feminina, Lídia Besouchet era uma das únicas conhecidas da polícia política, com ficha aberta na Delegacia de Segurança Social. Lídia foi a primeira dirigente a ser presa, na noite do mesmo dia em que circulou na imprensa a nota de adesão do grupo à ANL. A prisão não durou mais de vinte e quatro horas e aconteceu quando Lídia se dirigia ao Congresso da Juventude Comunista. A repercussão de sua captura foi grande e serviu de argumento central para o chefe de polícia justificar a ordem de fechamento da UFB, emitida três semanas mais tarde. No jornal *A Manhã*, um artigo foi escrito para protestar contra as acusações que recaíam sobre Lídia, as quais, de acordo com o texto, foram engenhosamente usadas para incriminar e obstruir as atividades da União Feminina:

O capitão Felinto e seus “rapazes” estão ficando celebres... passarão á Historia [...] principalmente por suas “mancadas”. A ultima, a da União Feminina do Brasil, é de se tirar o chapéo. Prender-se uma moça na rua, quando ella ia representar a União Feminina, numa reunião a que essa instituição fôra convidada, leval-a á Polícia e lá, como si tratasse de uma criminosa, fichal-a, para, dias depois, justificar o fechamento da União Feminina por ter “uma de suas directoras ficha na Policia como comunista”... É ou não engenhoso o capitão? ¹⁶⁶

Antes deste protesto, bastante irônico no que dizia respeito à reputação da polícia, outros haviam aparecido nas páginas do mesmo jornal, a pedido das próprias representantes da UFB. Alguns foram publicados antes e outros depois de a entidade ser fechada, já que o caso continuou a impactar negativamente a tentativa de suas associadas em reverter o decreto que proibia o seu funcionamento. Em defesa de Lídia, as diretoras da organização se declararam indignadas não só com a abordagem violenta da polícia, como também com as “acusações infundadas” que pretendiam enquadrá-la como comunista:

A prisão da sra. Lydia de Freitas foi uma acção inqualificável da policia politica do capitão Muller. Pelo simples facto de pertencer á UFB, teve seus

¹⁶⁶ “Lydia Freitas e a União Feminina do Brasil”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1935.

passos embargados por agentes da Ordem Social, na rua da Carioca e foi levada para uma das salas da rua da Relação, onde a submeteram a um interrogatorio estúpido e a ficharam não se sabe em que categoria de criminosos. Além disso, fizeram com que deante della desfilassem dezenas de investigadoras, encarregadas de “manjal-a”, como se diz nos círculos policiaes [...]. As representantes da União Feminina do Brasil, que é uma associação destinada a batalhar pelos direitos reais da mulher, profligaram com veemência a attitude da policia e não estão dispostas a consentir que suas associadas sofram vexames iguaes.¹⁶⁷

Em todo o caso, não foi aleatória a prisão de Lídia Besouchet. Além de os investigadores conhecerem há algum tempo as atividades políticas tanto dela como de Newton Freitas, Lídia tinha se tornado uma das vozes mais críticas da UFB desde que a associação radicalizou sua postura. A partir deste momento, os artigos mais retintos eram escritos por ela, que também havia se tornado uma das representantes assíduas da organização quando se tratava de comícios, reuniões ou protestos que envolviam a ANL ou outra organização vinculada ao movimento libertador, embora a representante oficial fosse a advogada Maria Werneck de Castro. Seja assinando como secretária do Departamento de Publicidade da UFB, seja como um nome jornalístico independente, tudo que escreveu nesse período esteve carregado de palavras divergentes e explosivas, no sentido que desafiava a ordem posta e a doutrina autoritária, que ganhava adeptos no país e ameaçava a combalida ideia de democracia. Nos momentos mais críticos enfrentados pela UFB era seu nome ou o de Beatriz Bandeira, principalmente, que estampavam os jornais, dando autoria às ideias que eram proclamadas em nome da União Feminina, o que facilitou que se tornassem alvos concorridos dos agentes da repressão.

Num intervalo de menos de uma semana, o jornal aliancista *A Manhã* publicou dois artigos assinados por Lídia, e que tratavam do delicado tema da adesão da UFB à Aliança Libertadora. No primeiro, Lídia anuncia e justifica os motivos que levaram a entidade a filiar-se à ANL. No segundo, a necessidade maior parece concentrar-se em responder as críticas que surgiram após a publicação do primeiro texto, de que a UFB estava desviando o foco de sua atenção para causas distantes dos problemas enfrentados pelas mulheres. No mesmo passo, Lídia aproveitou para defender a entidade das acusações que a polícia secreta de Vargas ventilava na imprensa de que a União Feminina não passava de “um robô seguindo ordens de um centro subversivo”, o Partido Comunista.¹⁶⁸ Também nas duas oportunidades, Lídia

¹⁶⁷ “A União Feminina do Brasil protesta contra a prisão de uma de suas adherentes”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1935.

¹⁶⁸ WERNECK, Maria. *Sala 4: primeira prisão política feminina*. Rio de Janeiro: Cesac, 1988. p. 35.

Besouchet aproveitou para atacar Bertha Lutz e a deputada Carlota Pereira de Queiroz que, segundo ela, fora eleita como produto de uma campanha sufragista vitoriosa “por benevolência dos homens”, e não pela luta “das massas femininas”.¹⁶⁹

Num apanhado dos dois artigos, nota-se o quanto Lídia e as fundadoras da UFB se esforçavam por manter unida a associação depois de dissolvê-la ideologicamente no movimento aliancista, explicando que, embora estivessem ao lado “das lutas populares pela emancipação do Brasil”, não tinham fantasias de que a ANL e nenhum outro partido ou governo resolvessem as “reivindicações puramente femininas”, que esta deveria ser uma luta feita pelas mulheres, “pela libertação da mulher”:

Portanto, o programma porque se bate a U.F.B. continua cada vez mais de pé [...] Nosso programma de elevação cultural [...] de libertação econômica, politica e social da mulher, torna-se cada vez mais actual, á medida que o Brasil caminha para uma outra phase [...]. Há muitas feministas que se dão por satisfeitas deante deste apoio. É um erro. A par de toda luta politica, apparece entrelaçada a luta feminina.¹⁷⁰

Figura 4 – Integrantes UFB. O círculo branco em torno do rosto de Lídia Besouchet indica para o leitor qual das associadas havia sido presa no último dia 22. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1935. Fonte: Acervo BNDigital.

¹⁶⁹ “A questão da adesão da U.F.B. á A.N.L e as reivindicações femininas”. *A Manhã*. RJ, 27 de junho de 1935.

¹⁷⁰ “A questão da adesão da U.F.B. á A.N.L e as reivindicações femininas”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1935.

Figura 5 – Matéria sobre a detenção de algumas associadas da UFB. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1935. Fonte: Acervo BNDigital.

Aplanar as dúvidas das associadas reticentes e conquistar mais adeptas que estivessem dispostas a contribuir com os elementos democráticos do grande bloco antifascista que faria a revolução no Brasil eram os objetivos de Lídia ao escrever estes artigos-panfletos. O jornal em que foram publicados, dirigido pelo jornalista Pedro Motta Lima, era um dos jornais de esquerda mais influentes da época. Além de ser o porta-voz da ANL, *A Manhã* (que circulou de março a novembro de 1935) foi também uma publicação articulada ao Partido Comunista, com uma linha editorial sistematicamente antgetulista. Por conta do seu ponto de vista ideológico, tornou-se igualmente o principal órgão de divulgação das atividades da UFB. Por isso, Lídia Besouchet sabia exatamente a que público se dirigia quando lançava seus argumentos no jornal. Agora que a União Feminina era uma associação oficialmente ligada à ANL era preciso intensificar a campanha de popularização da entidade, que pretendia atrair como nunca a massa de trabalhadoras que, sob sua orientação, fermentariam o movimento pró-liberdade. Em um dos artigos, Lídia explica que a UFB merece a confiança das operárias e de todas “as camadas femininas exploradas” porque provou ser capaz de coordenar o seu programa às suas atitudes, e o fez quando aderiu à frente antifascista. E reforça:

A U.F.B. estaria fadada ao fracasso si, desconhecendo a actual situação do Brasil, tentasse recuar, estabilizar-se, estratificar-se dentro dos estreitos limites de uma luta reformista. [...] Deixaria de ser um organismo que avança, que acompanha o rythmo acelerado dos movimentos populares do Brasil, si procurasse firmar-se num postulado reaccionario qualquer. A U.F.B. trahiria suas finalidades e se desagregaria si tal acontecesse.¹⁷¹

Mesmo que modestamente a estrutura da UFB continuou a crescer depois que as ações ameaçadoras da polícia lhe impôs no caminho maiores dificuldades. Sua expansão se deu especificamente com a abertura de filiais nos núcleos aliancistas, para a qual Lúcia colaborou deixando seções montadas em algumas cidades litorâneas do Norte e Nordeste, quando viajou como representante da União Feminina do Brasil na caravana aliancista que percorreu aquela região, caso do núcleo aberto na Bahia e no Rio Grande do Norte. No Rio de Janeiro, foi fundada uma seção da UFB dentro do núcleo aliancista de Madureira, “um dos grandes centros mobilizadores do Rio”,¹⁷² também um dos mais visados pela polícia política. Poucos dias depois desse núcleo ser instalado, uma diligência policial foi enviada, o saldo desta operação foi a prisão de uma só vez de duas representantes da diretoria da UFB daquela seção e várias sócias que estavam presentes. No dia seguinte, *A Manhã* notificou as prisões e protestou contra a arbitrariedade do ato.¹⁷³

As tentativas de articulação da UFB com as ações políticas monitoradas pela ANL foram poucas e sem grandes resultados. Ainda que o contato com os membros da frente popular antifascista tenha se dado imediatamente após o anúncio da adesão, “o cerco contra essas sociedades”, como lembra Maria Werneck de Castro, “começou a impedir qualquer reunião, convites ou panfletagem”,¹⁷⁴ encurtando o tempo de militância da União Feminina na arena das lutas contra o integralismo e o imperialismo. O pouco tempo que tiveram para agir foi usado, contudo, de maneira intensiva. A UFB se envolveu desde então em todas as atividades promovidas pela ANL. Participou dos comícios, das diversas ações mobilizadoras e, como já descrito, foi uma das associações filiadas à Aliança Libertadora a mandar representantes para integrar o audacioso empreendimento que foi a caravana nortista.

Em vários dos eventos mais lembrados pela historiografia que estuda o movimento revolucionário de 1935 a União Feminina esteve presente. Na campanha aliancista em Petrópolis, que ganhou fôlego e repercussão após um comício que foi violentamente

¹⁷¹ “União Feminina do Brasil”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1935.

¹⁷² MARTINS, Ivan Pedro de. *Op. cit.*, p. 124.

¹⁷³ “A União Feminina do Brasil e as façanhas policiaes de ante-hontem”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1935.

¹⁷⁴ WERNECK, Maria. *Op. cit.*, p. 38.

dissolvido pelas forças integralistas, culminando no assassinato do operário Leonardo Cantú (convertido em um dos símbolos do movimento libertador), a UFB foi uma das entidades que incorporaram totalmente o protesto e auxiliaram na convocação de uma greve geral. Lídia Besouchet, acompanhada de Amélia Cavalcanti, Abigail Miranda e a professora do Colégio Pedro II Judite Gouveia, foram em comitiva até Petrópolis e, após um discurso entusiasmado e emotivo feito por Lídia em apoio à viúva de Cantú, fundaram um núcleo naquela cidade.¹⁷⁵

Outra participação importante da UFB como instituição agregada à ANL se deu no grande “Comício de 5 de Julho”, marcado para acontecer no Estádio Brasil, na data comemorativa à Revolta do Forte de Copacabana (1922), primeiro levante tenentista. A UFB convocou com veemência suas associadas a comparecer ao evento,¹⁷⁶ que contaria com a presença maciça de todos os núcleos, associações e partidos afinados com o movimento popular. Para a polícia que vigiava o local e identificava os participantes, certamente a presença das feministas da União Feminina foi registrada e serviu como mais um agravante na estratégica manobra do governo gestada para suspender as atividades de todas as agremiações com discurso de esquerda. Este comício, de acordo com Marly Vianna, foi o pretexto que faltava para colocar estes grupos na ilegalidade, pois se tratou da primeira demonstração pública de grandes proporções feitas pela ANL em que palavras de ordem chamando para a insurreição foram explicitamente ditas e aclamadas, eco produzido pela leitura do manifesto arrebatador escrito por Prestes dando a entender que o Brasil estava já no caminho irreversível de uma mudança política radical, que seria promovida pela revolução.¹⁷⁷

Dáí em diante pouco pôde ser feito pelas militantes da UFB, pois esta associação tornou-se presa fácil no contexto da vaga repressora que fechava sindicatos, prendia jornalistas, dirigentes partidários e ativistas democráticos, em nome do “perigo vermelho” e da “segurança nacional”. O decreto ordenando o fechamento da sede da União Feminina do Brasil e de seus núcleos em todo o território nacional veio a galope dias depois do decreto que proibiu a ANL de funcionar.¹⁷⁸ Não faltou esforço para tentar reverter a medida. Suas diretoras fizeram uma cruzada pelas redações dos jornais denunciando “o atentado innominável que foi o fechamento da U.F.B. sob o pretexto de extremismo”. Eugenia Alvaro Moreyra protestou na imprensa por vários dias, dando entrevistas e fazendo declarações estrondosas, como esta em que afirma que a União Feminina continuaria a apoiar “todas as

¹⁷⁵ “União Feminina do Brasil”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1935.

¹⁷⁶ “Mais uma secção da União Feminina do Brasil”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1935.

¹⁷⁷ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op. cit.*, p. 191.

¹⁷⁸ BRASIL. Decreto n. 246, de 19 de Julho de 1935. *Senado Federal*. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=12572>>. Acesso em 28 de outubro de 2014.

lutas sinceras pela liberdade do Brasil e dos brasileiros”, porque, ao contrário de outros grupos, não fingia que o Brasil era livre, “nem que os brasileiros têm seus direitos respeitados. [Pois] de que valeria fingir, se o povo está vendo os seus direitos negados, a Constituição desmentida, e todo o poder acumulado na mão dos agentes imperialistas?”.¹⁷⁹ Eugenia era uma escritora e jornalista aguerrida e, nesta altura, era uma das líderes da UFB que mais desafiava a violência praticada pelo Estado, e como demonstra a figura 5, foi uma das fundadoras da União Feminina presa após o Levante Comunista de novembro de 1935.

Além de fazer amplo uso da imprensa, a UFB tentou por caminhos jurídicos retomar o direito de existir: entrou com Mandado de Segurança, exigiu explicações na Câmara dos Deputados e apelou à Corte Suprema. Até final do mês de setembro, suas representantes buscaram por meios legais suspender a cassação do seu registro. O pedido foi negado por diversas vezes até que o Procurador Geral da República decretou a sua dissolução definitiva. Vicente Rao, Ministro da Justiça na época, responsável não só pela elaboração da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935, como por outras medidas com fundo ideológico anticomunista, como os decretos que fecharam a ANL e a UFB e, mais tarde, em janeiro de 1936, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, que oficializou a caça aos opositores de Getúlio Vargas,¹⁸⁰ enumerou em uma breve declaração os motivos que fundamentaram a ordem de fechamento da instituição. Segundo consta no documento, os motivos foram os seguintes:

1º - A União [...] aderiu ao partido extremista Aliança Nacional Libertadora; 2º - as atividades da União já eram conhecidas da Polícia Política, onde uma das componentes da referida União é fichada como agitadora comunista; 3º - Tendo a União se integrado na Aliança [...] demonstrou a intenção de desenvolver atividades subversivas de acordo com as finalidades publicadas no manifesto de Luiz Carlos Prestes; 4º - O governo federal, fundado na Lei de Segurança, ordenou a 11 de junho e a 9 de julho, últimos, o fechamento de todos os núcleos da Aliança, não sendo lícito, portanto, excluir a União Feminina do Brasil [...].¹⁸¹

Os órgãos da imprensa que haviam dado suporte e espaço de divulgação à UFB, enquanto a entendiam como uma entidade de caráter exclusivamente feminista, retirou o seu apoio assim que a associação foi acusada de pertencer ao Partido Comunista. Artigos irônicos, violentos e misóginos foram escritos para desmerecer a luta dessas mulheres, chamadas então

¹⁷⁹ “Não será esmagada a União Feminina do Brasil”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1935.

¹⁸⁰ SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 126.

¹⁸¹ “Motivos do fechamento da União Feminina do Brasil”. *A Nação*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1935.

de “paladinas do credo rubro de Moscou”, “representantes da esquerda”, “energúmenas”, “sanguinárias”, “ferozes”, etc. O feminismo que professavam, antes respeitado, foi apelidado de “blague”, e por que a sua entidade malogrou? Porque, segundo os defensores da situação, a mulher “se quizer preencher ampla e conscientemente a sua missão social [de ser mãe, esposa e dona de casa], não tem tempo nem jeito para ler Karl Marx”.¹⁸² Também a Federação de Bertha Lutz tomou posicionamento, lançando uma nota pública em que afirmava não manter qualquer relação com a UFB, ou suas representantes, e nem com a Aliança Nacional Libertadora, declarando que os seus treze anos de feminismo organizado tinham sido promovidos dentro da lei e por reivindicações feministas, “não se dedicando á atividades estranhas á defesa da mulher e da criança”.¹⁸³

A declaração da FBPF veio no momento em que as representantes da União Feminina começaram a ser presas, acusadas de conluio com os rebeldes que deflagraram a insurreição de novembro. Apesar de a UFB ter sido fechada há meses, algumas de suas ex-sócias continuaram atuando no cenário das lutas políticas, por meio de artigos na imprensa, assinatura de manifestos e apoio à mobilização antifascista. A polícia política manteve a investigação ao redor dos nomes mais polêmicos e chegou a produzir um relatório minucioso sobre a reunião organizada pelas ex-integrantes da União Feminina, convocada com o intuito de formar um comitê de propaganda e luta contra a guerra. O relatório do agente n. 588, infiltrado na reunião, “vazou” na imprensa no começo do ano de 1936, sendo que fora escrito em outubro de 1935, quando ocorrera a assembleia. Os jornais usaram as palavras da autoridade policial para reforçar os argumentos que incriminavam as mulheres da UFB de praticarem atos subversivos. Conforme relata o agente, Eugenia Alvaro Moreyra, Lúcia Freitas, Armanda Alvaro Alberto, Maria Lacerda de Moura, Itala Fausta e Ivetta Ribeiro chefiaram a reunião, e em companhia de mais dez mulheres, dentre as quais estavam Maria Werneck de Castro, Beatriz Bandeira e Nise da Silveira, formaram o Comitê Feminino Contra a Guerra, em Defesa da Paz Universal, da Cultura e da Humanidade. Para além desta reunião, não se tem notícias de que o comitê tenha seguido adiante, apenas que sua formação ressoou como prova de que as líderes da UFB não haviam interrompido a “militância extremista”.

Lúcia Besouchet não havia, de fato, se afastado do projeto revolucionário da ANL e, afora o contato permanente que mantinha com os militantes da extinta organização, Lúcia trabalhou fielmente, até a rebelião armada dos militares comunistas, pela causa que Luís Carlos Prestes simbolizava, de libertar o Brasil do fascismo e da influência imperialista e

¹⁸² “A blague do feminismo”. *A Nação*. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1935.

¹⁸³ “O movimento feminino”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1935.

fundar uma nova nação baseada na justiça social. Firme nesta convicção, escreveu três artigos que foram publicados em *A Manhã*, nos quais insistia na importância do movimento libertador e democrático e erguia críticas ao modelo autoritário de política que o presidente havia instituído no Brasil, massacrando a oposição e impondo um regime de exceção.¹⁸⁴

A experiência vivida pelas “jovens turcas”¹⁸⁵ da União Feminina do Brasil, apelido dado pela imprensa, foi amputada da história depois de a ideologia da guerra, do fascismo e da ditadura terem saído vitoriosos da batalha política que a esquerda protagonizou com a direita nesta primeira metade da década de 1930. Muitas dessas mulheres permaneceram nos presídios até que o rumo do país fosse definido, o que se deu com a instauração do Estado Novo, indicando que o país embarcaria no caminho avesso ao sonhado pelos revolucionários.

2.3 Clandestinos e prisioneiros

“Um colar de montanhas, em forma de ferradura, aperta um pequeno vale. No vale algumas casas de caipiras, pescadores e lavradores, formam um conglomerado de habitações pobres. A isto as cartas geográficas denominam ‘Vila do Abraão’”.¹⁸⁶ Foram estas as palavras escolhidas por Newton Freitas para iniciar o relato que escreveu sobre alguns episódios que considerou marcantes de sua passagem como preso político nas casas de detenção do Rio de Janeiro. O trecho descreve a visão contraditória e paradisíaca que Newton teve ao desembarcar do navio que o levava, e mais de quinhentos detentos, para a Colônia Correcional de Dois Rios, situada em Ilha Grande. O navio-presídio que transportava em sua

¹⁸⁴ Os artigos foram publicados com os respectivos títulos e datas: “Política Capichaba”, de 4 de setembro de 1935; “Carta á Geny”, de 12 de setembro de 1935; “Fontamara De I Silone”, de 26 de outubro de 1935.

¹⁸⁵ “Jovens Turcos” foi um termo apropriado em diferentes circunstâncias, especialmente pela crítica conservadora, para definir, principalmente de forma pejorativa, grupos e movimentos identificados com posturas combativas e divergentes, consideradas, por isso, radicais. Sua origem remonta ao movimento político que dominou a Turquia, no início do século XX, e que provocou a ruína das antigas instituições monárquicas absolutistas para inaugurar a primeira experiência democrática no país, dando início a uma série de reformas que culminou com o fim do Império Otomano. No Brasil, o termo foi usado em várias ocasiões, algumas podem ser consideradas apropriadas, outras nem tanto, como foi o caso do grupo de militares que, na década de 1910, ficaram conhecidos por “jovens turcos” por defender ideias patrióticas que atribuíam ao Exército o papel de instituição unificadora do Estado Nacional, por meio da participação política dos militares enquanto corporação. Menos distante talvez de seu sentido original, também os entusiastas da Escola Nova, na década de 1920, foram apelidados por críticos desta nova pedagogia de “jovens turcos”. Mas a expressão, esvaziada de seu teor ofensivo, ao adquirir um sentido popular como sinônimo de grupo ou indivíduo progressista, revolucionário ou rebelde talvez não tenha desagradado tanto as fundadoras da União Feminina, já que um número expressivo delas militava na esquerda.

¹⁸⁶ “Colônia [relato dos dias como preso político]”. Fundo Newton Freitas. Caixa 4. Ensaios e Crônicas. NF(4) 2-28. Arquivo IEB/USP.

maioria presos por crimes comuns levava, naquela ocasião, um dos primeiros agrupamentos de presos políticos para uma das instituições prisionais mais temidas do estado, conhecida pelos requintes de tortura e maus-tratos que dispensava à sua população carcerária.¹⁸⁷ Quando foi expedida a ordem que transferiu Newton, e mais 33 presos políticos, da Casa de Detenção, na rua Frei Caneca, para a Colônia Correcional, ele mal havia completado um mês de estadia na prisão.

A captura de Newton pela polícia política ocorreu em 20 de fevereiro de 1936. É ele mesmo quem conta como foi os primeiros dias como preso político:

Numa prisão comum do Rio estava eu jogado há cinco dias. Esperava que me ouvissem, que o delegado dissesse alguma coisa. O que havia contra mim, quantos dias ainda iria passar alí, si seria removido de presidio ou posto em liberdade. Mais alguns sujeitos aguardavam como eu, na mesma angustia e na mesma ansiedade, o destino de suas situações. [...]. Todos detidos, e presumivelmente implicados no Movimento de Novembro de 1935 [...]. O terror campeava. Homens arrebatados pelas torturas apresentavam eschimoses pelo corpo. Suicídios suspeitos eram anunciados pela imprensa. Vivia-se horas inquietas de terror. Cinco dias depois me fui familiarizando com o ambiente. [...]. Porem, o meu estado nervoso não permitia, que o meu organismo cansado e mal alimentado repousasse [...]. Dois dias depois fui transferido de presidio [...]. O novo presidio era maior, e éramos mais de duzentos prisioneiros.¹⁸⁸

Interceptado em plena via pública, Newton foi levado diretamente para o prédio da Polícia Central, na rua da Relação, para onde eram encaminhados os presos antes de serem distribuídos entre a Casa de Detenção, a Casa de Correção e a Colônia Correcional de Dois Rios. Enquanto Newton passava pelos procedimentos burocráticos, o quarto de pensão em que morava com Lídia, em Botafogo, era revistado por policiais à procura de material “subversivo”. Em informe assinado pelo chefe da Seção de Segurança Social, Seraphim Braga, responsável pela apuração e prisão dos civis suspeitos de envolvimento no Levante Armado, da diligência na casa de Newton “foi apprehendida vasta documentação de caracter comunista, tanto de sua propriedade como pertencente a sua esposa”.¹⁸⁹ Livros, cartas, folhetos, boletins, circulares, cartilhas, tudo que aparentava possuir um conteúdo suspeito foi recolhido; os papeis julgados mais comprometedores foram parar nos anexos de seus

¹⁸⁷ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os porões da república: a barbárie nas prisões da Ilha Grande, 1894-1945*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

¹⁸⁸ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos autobiográficos. NF(3) 1-17. Arquivo IEB/USP.

¹⁸⁹ Cf. Prontuário n. 19.355 – Newton Freitas. Fundo Polícias Políticas/DESPS – APERJ.

prontuários. Esse mesmo documento redigido por Seraphim Braga trazia a informação de que Lídia Besouchet, não encontrada durante a busca da polícia, poderia ser considerada foragida.

Tanto Lídia, quanto Newton já eram fichados na DESPS desde 1935. Apesar de não terem participado da insurreição comunista deflagrada em novembro, seus nomes constavam na lista de suspeitos de colaboração com o levante. Para a polícia, bastava que em seus registros os dois aparecessem identificados como ativos militantes do PCB e da ANL para saberem que estavam autorizados a prendê-los. Logo após ter sido desmantelada a sublevação nas unidades militares cariocas, rebeladas em apoio aos movimentos do Nordeste, Lídia e Newton, preocupados com a repressão, deixaram o Rio de Janeiro por aproximadamente dois meses. Assim como a revolta no Regimento de Infantaria da Praia Vermelha foi recebida com surpresa pela maioria dos ex-militantes aliancistas que pertencia à ala civil do movimento, também Lídia e Newton foram surpreendidos pela iniciativa. Ter sido derrotada no mesmo dia em que eclodiu foi motivo de desapontamento para alguns, pois indicava o quanto a ação era resultado de uma política mal planejada e insensata. O casal tinha tomado conhecimento de que o PCB e os militares de esquerda planejavam um movimento rebelde, mas não sabiam exatamente para quando, apenas que pretendiam que fosse o quanto antes. Ao lado de seus irmãos, Lídia chegou a assinar um documento informando ao Comitê Central sua discordância à tentativa apressada de tomada do poder. Em virtude dessa manifestação oposta à tática pecebista, foi expulsa do Partido.

O impacto negativo da malograda insurreição foi logo percebido pela militância de esquerda e opositores de Vargas devido à radicalização das medidas repressivas. Além da prisão e morte de muitos dos militares rebelados, líderes sindicais, jornalistas, políticos, professores e estudantes estavam clandestinos, foragidos ou presos. O quadro geral era preocupante. Nitidamente, o governo dava passos largos em sua intenção de transformar o regime numa ditadura. A criação, em janeiro de 1936, da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), ligada ao Ministério da Justiça, era prova cabal de que o Executivo não afrouxaria o cerco. Para reforçar essa certeza, em março desse ano, o governo declarou Estado de Guerra, que trouxe como principal consequência a suspensão das imunidades parlamentares.¹⁹⁰ Vários deputados e senadores de oposição foram presos após instituído o decreto. Com o precedente, outros tantos políticos (democratas, liberais e progressistas), contrários à política de Getúlio Vargas, ficaram expostos à arbitrariedade do Estado. Em pouco tempo, autoridades políticas, como o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, e o

¹⁹⁰ KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003. p. 35.

deputado federal Maurício de Lacerda, foram presos sob a acusação de colaborarem com a eclosão das “atividades subversivas”. Vargas calava a oposição fora e dentro do parlamento.

Dois dias depois de derrotada a rebelião de 27 de novembro, na capital, Lídia e Newton se viram numa situação de risco que os colocou em contato com a gravidade dos acontecimentos. Não há certeza se o incidente em que se envolveram fora armado pela polícia, se não, tratou-se de uma infeliz coincidência. O episódio prova que o casal estava desprevenido e ainda descrente na possibilidade de uma prisão que viesse em decorrência de uma revolta da qual não participaram. O caso se deu no apartamento do casal Maria e Luis Werneck de Castro. Os dois eram advogados e militantes. Ele era membro de uma família conhecida no Rio de Janeiro, sobrinho do deputado Maurício de Lacerda, primo de Carlos Lacerda, ela, oriunda de uma família tradicional de São Paulo, filha do advogado e deputado Justo de Moraes. Os dois desfrutavam de um lugar relativamente confortável, com relações estreitas com o poder. De acordo com Maria Werneck, pelas mesmas razões que acabamos de descrever, sua casa costumava ser escolhida pelos amigos militantes quando estes precisavam de refúgio. Mas em pleno estado de exceção, nenhum lugar era seguro, nem mesmo a casa de filha e sobrinho de deputados. Na verdade, este foi um dos primeiros lugares visitados pela polícia. O raciocínio do delegado José Picorelli, que teve papel relevante nas investigações sobre a insurreição armada,¹⁹¹ deve ter seguido nesta mesma direção. Além disso, ele certamente esperava encontrar uma vasta papelada no escritório de Luis Werneck, imaginando que muito documento apreendido serviria para incriminar vários comunistas “implicados” no Levante.

A polícia já estava no apartamento de Maria e Luis Werneck quando Newton e o irmão de Luis, o jornalista Moacyr Werneck de Castro chegaram, seguidos minutos depois de Di Cavalcanti, sua esposa Noêmia Mourão e Lídia Besouchet. Os cinco foram detidos pela polícia. Os donos da casa não estavam. Até segunda ordem, todos iriam para a delegacia. A situação parecia uma emboscada. De qualquer maneira, o casal foi avisado da presença da polícia em sua casa e providenciou os meios necessários para que tudo se resolvesse sem maiores transtornos. Maria Werneck acionou o seu pai, que por sua vez entrou em contato com o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Herbert Moses, que impediram, no final das contas, não só a prisão do casal, como dos amigos.

Este dia e a véspera foram narrados por Moacyr Werneck de Castro numa crônica de jornal dias depois que soube da morte de Newton Freitas. Sua intenção era relembrar a

¹⁹¹ RESNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 24.

amizade dos velhos tempos, quando conviviam na redação dos jornais e nas reuniões políticas. Na época, ele tinha apenas 20 anos:

A rebelião do quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, nos tomou de surpresa. Éramos naturalmente suspeitos de alguma ligação com o movimento, a polícia poderia estar de olho em nós, mas não achávamos que fosse o caso de passar desde logo à clandestinidade. [...] Newton e eu nos encontramos no Catete, no fim da tarde de 28 de novembro, e peregrinamos juntos pela noite da Lapa. Procurávamos não nos alarmar demais [...]. Comentávamos o risco que podiam estar correndo os nossos companheiros mais expostos, e já sumidos: Osvaldo Costa e Pedro Motta Lima, diretores de *A Manhã*, o jornal da Aliança; Aparício Torelli, o Barão de Itararé; Carlos Lacerda, Chico Mangabeira, Medeiros Lima [...]. Cansados, tomamos um bonde da Light de volta ao Catete. Marcamos encontro para a tarde do dia seguinte. Foi então que a realidade nos surpreendeu. [...]. Em 29 de novembro [...], Vagueamos pelo Centro da cidade [...]. Nisso nos veio a ideia de fazer uma visita ao meu irmão Luis [...]. Tocamos a campainha, a porta se abre, e o que nos espera? A Polícia. Tiras de revolver em punho, ameaçadores. [...]. Os donos da casa não estavam. Outros visitantes foram aparecendo [...]. A boa surpresa foi a chegada do pintor Emiliano Di Cavalcanti. Di era considerado subversivo pelas suas conhecidas ligações com o Partido Comunista, mas gozava de certa tolerância, dada a sua condição de famoso artista do Modernismo [...]. algumas horas depois, a situação teve um desfecho surpreendente, só possível porque a polícia ainda estava muito perdida na confusão. Mobilizado a tempo, o doutor Herbert Moses, presidente da ABI, amigo de meu irmão e relacionado nos altos círculos do governo, fez valer o seu prestígio e conseguiu que fossemos libertados, para grande desgosto de Picorelli e seus tiras.¹⁹²

Também sua cunhada, Maria Werneck de Castro, dedicou um trecho de seu livro sobre as experiências políticas vividas nos anos 1930 a este episódio. Segundo suas lembranças, no dia 29 de novembro:

Quando chegamos a nosso apartamento, tivemos a surpresa de encontrar visitas, amigos que, com a ideia de que filha de deputado não seria incomodada, ali se refugiaram. Lá estavam ressabiados, Di Cavalcanti, Noêmia Mourão, Newton e Lídia Besouchet de Freitas e meu cunhado Moacir. Lídia escapou, pois teve a ousadia de pular de uma das varandas para o apartamento vizinho, que estava vazio, isso num 8º andar.¹⁹³

Os dois relatam o que aconteceu naquele dia, mas enquanto Moacyr sugere que todos foram parar lá sem querer, por obra de coincidências, Maria Werneck diz que a casa foi usada como refúgio. Pensando na questão, o grupo pode ter combinado um encontro no apartamento

¹⁹² CASTRO, Moacyr Werneck de. “Nos dias da intentona (I, II)”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 e 24 de setembro de 1996.

¹⁹³ WERNECK, Maria. *Sala 4: primeira prisão política feminina*. Rio de Janeiro: Cesac, 1988. p. 26.

dos Werneck, talvez para consultá-los sobre as atitudes que deveriam adotar daquele momento em diante. Lídia conhecia Maria Werneck desde que militaram na União Feminina do Brasil. Luis Werneck era o advogado mais procurado quando o caso era defender comunistas presos, especialmente os de seu círculo de amizade. Newton, Di Cavalcanti e Noêmia Mourão se conheciam do PCB. Havia trabalhado juntos no semanário político e cultural chamado *Marcha*, que Di e Newton fundaram em outubro de 1935 junto com Rubem Braga, Carlos Lacerda e Caio Prado Junior. A relação entre eles era de proximidade, senão íntima.

Independente, porém, de qual tenha sido a motivação da presença desse grupo no apartamento do casal, depois deste fato Lídia e Newton se deram conta dos perigos que corriam permanecendo no Rio de Janeiro, também Di Cavalcanti e Noêmia Mourão. Em dezembro 1935, os dois casais viajaram para Mangaratiba, a 85 quilômetros da capital, com o intuito de passarem uma temporada na casa do advogado e intelectual antifascista, Líbero Battistelli.¹⁹⁴ Italiano exilado no Brasil desde fins da década de 1920, Battistelli era uma das figuras-chave do movimento antifascista organizado no Rio de Janeiro.¹⁹⁵ Representante do antifascismo democrático, enquanto esteve no Brasil pouco dialogou com o PCB, sendo mais frequentes as conversas com anarquistas, socialistas e trotskistas. O asilo na casa de Battistelli, muito ligado a Plínio Melo e Mário Pedrosa, expoentes do trotskismo nacional, diz muito do posicionamento político do casal neste momento, principalmente de Lídia Besouchet, pois ela, assim como seus irmãos, após ter sido declarada “inimiga da classe operária”, caiu numa fase de má relação com o Partido.

Na volta para o Rio de Janeiro, em fevereiro de 1936, Di Cavalcanti e Noêmia Mourão foram presos. Newton foi detido no mesmo mês. Lídia foi a única que escapou da prisão, saindo clandestina do Rio, provavelmente intercalando temporadas em São Paulo e no Espírito Santo. O casal Cavalcanti ficou pouco tempo no presídio. Já Newton Freitas teria longos dias de angústia pela frente. De sua peregrinação pelas carceragens getulistas, o período de maior padecimento físico e mental foi durante os quase sessenta dias em que foi mantido na Colônia Correccional de Ilha Grande. Lá foi submetido a um rigoroso tratamento, que incluiu trabalho forçado e eventuais castigos na solitária. Assim que retornou ao Pavilhão dos Primários, em 7 de junho de 1936, começou a escrever o relato que intitulou “O Porão”.

¹⁹⁴ GULLAR, Ferreira (Org). *Di Cavalcanti, 1897-1976*: Pinturas, desenhos, jóias. Rio de Janeiro: Pinakothek, 2006.

¹⁹⁵ BERTONHA, João Fábio. “Libero Battistelli e *Giustizia e Libertà* no Brasil: um aspecto da luta antifascista italiana na América do Sul”. In. *Diálogos*, vol. 3, n. 1, p. 213-234, 1999.

No livro *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos, que esteve preso com Newton Freitas, conta que o companheiro ao retornar de Dois Rios “anunciou o propósito de narrar em livro a viagem no porão do Campos”, no que julgou ser uma “excelente ideia”, embora ele mesmo, até aquele momento, não desejasse escrever sobre o assunto.¹⁹⁶

“O Porão” foi escrito, portanto, no calor dos acontecimentos. A vida torturante que levou na Colônia Correcional estava muito recente em sua memória, e a rotina da Casa de Detenção, embora menos severa, não o deixava perder a vivacidade do que sentiu na escuridão do navio-carcerário, onde compartilhava um pequeno espaço com mais de quinhentos homens, sendo que os presos políticos eram a minoria, de setenta a cem no total. A versão a que tivemos acesso é a tradução para o espanhol do relato, que foi publicado no Uruguai, mesmo assim, vale a transcrição de alguns trechos:

Subí lentamente la escalera del navío. Las emociones que sentí de la Casa de Detención a las muelles, volvían tardo mi raciocinio. Me siento incapaz de preocuparme sobre lo que me sucederá más tarde. Preocúpame únicamente la hora próxima [...]. En la cubierta corrida del navío, Nos hacen pasar. Miro por la boca de la bodega aun más negra en esta noche sin estrellas [...]. Poco a poco las figuras van tomando formas y una infinidad de señores van apareciendo [...]. Del ángulo en que me encuentro, veo un pedazo de cielo [...]. A la claridad baja de los faroles podemos colocarnos mejor y observar el ambiente [...]. Somos ahora (con la última leva que llega) cerca de 500 hombres. Todo esto dentro de un agujero cerrado. A cada instante oyese un grito de dolor o una protesta sofocada a golpes. Aquí un grupo de malandras apreta un menor llevándolo a la fuerza a un rincón oscuro, donde la luz del único farol no alcanza. Todos los presos, exceptos los políticos, detenidos hace algunos meses, están en estado deplorable [...]. Un enorme montón de excrementos exhala un olor insoportable [...]. Amanece. El sol consigue burlar la vigilancia del centinela y penetra mansamente en la bodega.¹⁹⁷

Quando foi libertado, em março de 1937,¹⁹⁸ entregou os originais para alguns amigos escritores, como Graciliano Ramos, que fora solto na mesma época, e José Lins do Rego. Os dois publicaram notas críticas sobre o relato. Graciliano foi mais detalhista na análise do texto do que Lins do Rego, que apenas fez uma breve apresentação do que se tratava a história. Graciliano Ramos, por ter passado pelos mesmos horrores que Newton na prisão, pôde

¹⁹⁶ RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 44ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 379.

¹⁹⁷ FREITAS, Newton. “La Bodega: impresiones de la carcel”. *Justicia*. Montevideo, 25 octubre de 1937. Fundo Newton Freitas. Caixa 4. Ensaio e Crônicas. NF(4) 2-29. Arquivo IEB/USP.

¹⁹⁸ A liberdade de Newton Freitas foi concedida antes da lei, assinada pelo então Ministro da Justiça Macedo Soares que determinou a soltura de mais de quatrocentos presos políticos acusados de envolvimento no Levante Armado de 1935. A lei, que ficou popularmente conhecida como “macedada”, passou a valer a partir de maio de 1937, e beneficiou somente os presos que não sofreram processo judicial. Newton seria de qualquer modo libertado nesta ocasião, mas uma intensa campanha promovida na imprensa por Herbert Moses, presidente da ABI, a favor dos jornalistas presos sem denúncia, inquérito ou processo, foi responsável por sua liberação.

aprofundar o assunto e fornecer junto à crítica um depoimento do que também viu e viveu. Lastimou principalmente a narrativa de Newton ter sido demasiado objetiva e curta, quando o que se passou na Colônia Correcional de Dois Rios daria “livros, livros que poder[iam] ser escritos por ele [...] e outros que lá viveram”. A concisão de Newton ao escrever sobre a prisão, quando sua experiência havia sido tão profunda e rica em eventos que mereciam ser narrados, leva Graciliano a insistir que ele não abandone a tarefa até reunir material suficiente para um livro. E aconselha, dizendo que sua história, mesmo excelente:

[...] precisa continuação. [Pois], encerra apenas os sucessos de dois dias, e Newton passou meses na Colônia Correcional, conheceu as galerias da detenção, o pavilhão dos militares, o pavilhão dos primários e o depósito da Polícia Central. Viu coisas que, sem serem ampliadas, causarão arrepios cá fora. Naturalmente irá contá-las.¹⁹⁹

Newton estava há quatro meses livre quando a crítica de Graciliano Ramos foi publicada, o que se deu no mês de julho de 1937. Nessa época, Newton provavelmente já tinha começado a redigir o segundo relato, em que descreveu a rotina presidiária de Dois Rios, as tormentas e injúrias, sem ocultar as cenas de agonia e martírio, os constrangimentos morais, as violências físicas e as mortes que presenciou na “ilha infernal”. Esse segundo texto recebeu o título de “Colônia – relato dos dias como preso político”, o qual saíra tão sucinto quanto o primeiro, apenas com uma estrutura narrativa melhor ordenada.

Entre a produção de um e outro relato houve um intervalo de meses. Esse “tempo de cicatrização” acabou atribuindo características distintas aos dois textos. “O Porão”, por exemplo, escrito no presídio poucos meses depois de Newton regressar de Ilha Grande, tem um dinamismo e uma vivacidade que “Colônia” não possui. Esta, por ter sido escrita em outras circunstâncias, com Newton em liberdade, longe da atmosfera sufocante da prisão, tem uma narrativa melhor arquitetada, uma preocupação técnica, e, diferente de “O Porão”, traz descrições menos apressadas e superficiais dos lugares e das personagens, o que revela um trabalho mais acurado de seleção e organização da memória, que a distância temporal entre a narrativa em si e os eventos vividos costuma proporcionar.

¹⁹⁹ RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 96.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANILHA DE REGISTRO

Nome **NEWTON DE FREITAS**

Nacionalidade **Brasileiro**

Naturalidade **Estado do Espírito Santo**

Filho de **José Freitas**
e de **Carmelina Freitas**

Idade **anos**. Nascido em **6** de **outubro** de **1909**

Estado Civil **casado** Instruções

Profissão **jornalista**

Residência

Motivo

Notas Cromáticas

Cutis Cabelos

Olhos Bigodes

Barba Como usa

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1.^a cent.

Fronte: Altura Inclinação

Largura Sobrancelhas

Palpebras

Nariz: dorso

Base

Boca Labios Queixo Orelhas

Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens

Assinatura do Identificado Identificado em de de 19

Identificador

SÉRIE	Mão direita					
		POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MÍNIMOS
SEÇÃO	Mão esquerda					

1015-1940

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANILHA DE REGISTRO

Nome **LYDIA DE FREITAS ou LYDIA BESOUCHET DE FREITAS ou LYDIA BESOUCHET**

Nacionalidade **Brasileira**

Naturalidade **Porto Alegre.**

Filho de **Elvécio Renato (Major)**

e de **Julia Bomilca**
(em 1935)

Idade **27** anos. Nascido em de de 1

Estado Civil **Casada** Instruções

Profissão **Professora particular**

Residência **Praia do Botafogo nº 206**

Motivo

Notas Cromáticas

Cutis Cabelos

Olhos Bigodes

Barba Como usa

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1.^a cent.

Fronte: Altura Inclinação

Largura Sobrancelhas

Palpebras

Nariz: dorso

Base

Boca Labios Queixo Orelhas

Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens

Assinatura do Identificado Identificado em de de 19

Identificador

SÉRIE	Mão direita					
		POLEGARES	INDICADORES	MEIROS	ANULARES	MÍNIMOS
SEÇÃO	Mão esquerda					

Figuras 6 e 7 – Ficha de registro dos prontuários policiais de Lúcia Besouchet e Newton Freitas.
Fonte: Fundo Polícias Políticas/DESPS – APERJ.

Apesar de Newton ter manifestado desde o início a intenção de transformar seu relato em livro, o projeto não se concretizou. Segundo notícia extraída de *O Jornal*, de propriedade de Assis Chateaubriand, e do periódico literário *Dom Casmurro*, para o qual Newton começou a colaborar depois de deixar o cárcere, o livro sobre sua experiência como preso político seria publicado ainda em 1937, pela Editora Moderna,²⁰⁰ o que sabemos, não aconteceu. Na verdade, somente uma de suas histórias ganhou repercussão, a outra ficou engavetada. “O Porão” foi o único relato que saiu a público, por intermédio de jornais que o publicaram como uma novela-reportagem, tanto no Brasil como no Uruguai. “O Porão” foi publicado primeiro por um jornal de São Paulo, chamado *O Dia* (1933-1956), sobre o qual pouco sabemos, e depois pelo diário *Justicia* (1919-1956), órgão oficial do Partido Comunista

²⁰⁰ “Letras e Arte”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1937; *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1937.

uruguaio,²⁰¹ com o título “La Bodega: impresiones de la carcel”. As duas publicações saíram uma seguida da outra. No Brasil, entre junho e julho de 1937, no Uruguai, no final do mês de outubro.

Na ocasião em que seu primeiro relato foi impresso nestes dois jornais, Newton morava no Rio Grande Sul. Depois que saiu da prisão, deixou imediatamente o Rio de Janeiro e foi para a sua casa no Espírito Santo, onde permaneceu por pouco tempo, mudando-se com Lídia para Porto Alegre. A temporada no Rio Grande do Sul fazia parte do plano que os levaria ao exílio. A previsão era de que mais cedo ou mais tarde os dois precisassem deixar o país, e a proximidade com a fronteira facilitaria a fuga em caso de urgência. Assim, de junho de 1937 a janeiro de 1938, o casal viveu em terras gaúchas. Neste período, enquanto preparavam os detalhes da viagem, trabalharam para o *Diário de Notícias*, jornal adquirido por Assis Chateaubriand em 1929 e que, naquele momento, estava engajado na oposição a Getúlio, tal como outros veículos da rede *Diários Associados*.²⁰²

Na capital gaúcha, o casal se esforçou em manter uma vida discreta, dificilmente assinando os artigos que escrevia e mantendo uma rala e cautelosa correspondência com amigos e familiares que continuavam morando no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Tal atitude era necessária devido à vigilância exercida pela polícia política sobre os militantes de esquerda que se deslocavam, com o intuito de fugir, para esta região de fronteira. Lídia e Newton estavam ali com este propósito, cruzar os limites do Brasil com o Uruguai. Com o desfecho golpista que implantou o Estado Novo a necessidade de deixarem o país foi reforçada. O cerco se estreitava nitidamente. Sobre Newton já pesava nova ordem de prisão. A peça teatral “O Genial Rebouças”, de sua autoria, encenada pela Companhia de Teatro de Álvaro Moreyra e Eugenia Álvaro Moreyra, desde agosto de 1937, foi retirada de cartaz pela censura, sinal claro de que a situação iria piorar. Getúlio deu o golpe de Estado em novembro de 1937 e em janeiro de 1938 o casal migrou para o Uruguai.

Uma vez em Montevideú, Newton Freitas voltou a pensar na publicação de seus relatos como preso político. É possível que o trabalho de elaboração do livro pela Editora Moderna tenha sido suspenso não só por conta da fuga de Newton para o Uruguai, mas principalmente pela dificuldade que as editoras, a imprensa e os meios de entretenimento e cultura em geral encontraram para furar o bloqueio imposto pela censura estadonovista. Os

²⁰¹ Referências detalhadas ao diário comunista *Justicia*, que circulou no Uruguai entre 1919 e 1956, poderão ser encontradas em LEIBNER, Gerardo. *Camaradas y compañeros: una historia política y social de los comunistas del Uruguay*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2011.

²⁰² WAINBERG, Jacques Alkalai. *Império de palavras*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 58-60.

relatos de Newton eram contrapropaganda para o governo e dificilmente seria permitida sua circulação. Assim, não houve espaço nem condições para que o depoimento de Newton viesse à luz em forma de livro. Mas sabemos que ele deu continuidade ao propósito de editar sua narrativa do cárcere quando já estava do outro lado da fronteira. Em seu acervo pessoal foi encontrado um texto datilografado que, ao que tudo indica, foi escrito para ser publicado como prólogo do livro. Embora seja complicado identificar sua autoria, uma vez que está assinado apenas com as iniciais A.N.D., o idioma, além da data e do local nele inscritos – Montevideu, 1938 –, ²⁰³ não deixam dúvidas de que uma das primeiras preocupações de Newton ao chegar em terras uruguaias foi providenciar a tradução dos seus dois relatos e procurar editoras interessadas em editá-los. Como “O Porão” tinha sido há poucos meses publicado no jornal *Justicia*, talvez Newton tenha guardado expectativas de que naquele país, que permitia a um jornal comunista funcionar na legalidade, as condições de realização de seu projeto fossem mais tangíveis. Contudo, no Uruguai, os esforços de Newton para publicar seu depoimento também não deram resultado.

Muitos devem ter sido os motivos que impediram o livro de Newton Freitas de ser publicado no Uruguai. Mas, para entender este pequeno fracasso editorial no currículo de Newton talvez faça sentido pensá-lo em relação com o fato de ele ter se desligado do Partido Comunista imediatamente após sua chegada a Montevideu. Na época em que “La Bodega”, como foi trazido para o espanhol o relato “O Porão”, foi publicado em *Justicia*, Newton ainda não havia rompido com o PCB. Os rumores de sua aproximação com os trotskistas, engrossados após a expulsão de Lídia e seus irmãos das fileiras do Partido, o que se deu em dezembro de 1935 como represália às críticas que fizeram ao Levante Armado, foram de certo modo ignorados pela cúpula partidária. Parece que sua vinculação ao PCB não era um problema, ao contrário, não ter havido nenhuma crise pública forçando a ruptura de Newton Freitas com os quadros do Partido Comunista pode ter contribuído para que a rede de articulações comunistas entre o Brasil e o Uruguai se dispusesse a mediar a publicação do seu relato no jornal que era porta-voz do Partido Comunista do Uruguai (PCU). ²⁰⁴

²⁰³ “Prólogo”. Fundo Newton Freitas. Caixa 5. Ensaios e Crônicas. NF(5) 6-4. Arquivo IEB/USP.

²⁰⁴ De acordo com o historiador Carlos Roberto da Rosa Rangel, o intercâmbio entre os comunistas brasileiros e uruguaios foi frequente e teve início assim que o PCB foi fundado, iniciativa que recebeu enorme apoio do PCU. Além disso, o Bureau Sul Americano (BSA), que representava a Internacional Comunista no continente, sediado em Montevideu, estimulava a aproximação dos dois movimentos, favorecendo a ação recíproca, o que também acontecia devido à “constante presença de exilados políticos uruguaios no Brasil e de exilados brasileiros no Uruguai”, tornando esses dois países espaços políticos complementares. Cf. RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) – 1930/1942*. 2007. 338 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 3-4.

A publicação da pequena novela testemunhal de Newton nesse periódico também tinha o propósito de legitimar a campanha que vinha sendo promovida em suas páginas “pela libertação dos presos políticos brasileiros”,²⁰⁵ encarcerados em grandes levadas desde a rebelião de 1935. O relato de Newton daria verossimilhança às críticas sistemáticas que o jornal destinava ao governo brasileiro, incluindo-o no rol dos países corroídos pela doutrina fascista. Nesse sentido, Newton seria a voz dos prisioneiros políticos silenciados pela repressão. Já no contexto discursivo do jornal, a função do relato de Newton Freitas era prevenir a sociedade uruguaia quanto às medidas repressoras aplicadas em seu próprio país pelo presidente Gabriel Terra, a quem a linha editorial do periódico fazia forte oposição. Para Newton, que desde o cárcere planejava fugir do Brasil em direção aos países do Prata, a publicação não deixava de ser bem vinda, era uma oportunidade que poderia futuramente ser útil, caso necessitasse do apoio que os comunistas locais davam aos militantes do Partido que ali se refugiavam, ainda que, pelo visto, tenha aberto mão desta alternativa assim que pisou em Montevidéu.

A opção de Newton Freitas em não romper com o Partido Comunista antes de ir para o exílio encontra suas razões muito provavelmente no fato de que pretendia evitar o isolamento social e a coação psicológica que os “comunistas renegados” sofriam após serem expulsos ou saírem por conta própria do PCB. Nos presídios políticos em que esteve, Newton testemunhou a péssima convivência entre comunistas e trotskistas, e sabia qual o tipo de tratamento era reservado aos “contrarrevolucionários” “seguidores de Trotsky”. A paranoia do PCB em relação aos trotskistas só cresceu após a insurreição de 1935. A Oposição de Esquerda condenou não só o plano, mas principalmente o “desvario” que foi a sua eclosão, que passou a ser responsabilizada pela maré de prisões, mortes e expatriações que o governo desencadeou com o intuito de punir “os revoltosos” e seus aliados. Os trotskistas foram atingidos em cheio pela repressão, indo quase todos os militantes da Liga Comunista parar atrás das grades. A culpa pela situação terrível em que se encontravam era vista pelos trotskistas como sendo exclusivamente do PCB. O ressentimento alimentado de ambos os lados inflou ainda mais os ânimos dos dois grupos rivais.²⁰⁶ Enquanto, de um lado, os

²⁰⁵ Cf. RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op. cit.*, p. 146; 275.

²⁰⁶ Segundo os historiadores Foster Dulles e Osvaldo Coggiola, “depois do malogro dos levantes, os trotskistas foram presa fácil para a polícia”. E, mesmo sem ter nada a ver com a tentativa insurrecional, praticamente “todos os dirigentes trotskistas foram presos”, com exceção de Mário Pedrosa, que conseguiu fugir do país. A Liga Comunista Internacionalista (LCI), primeira organização independente dos trotskistas brasileiros depois de terem deixado de ser uma fração interna do PCB, fundada em 1933, era formada por um número pequeno de militantes, se comparado às centenas de filiados do PCB. Por se tratar de um grupo com pouca adesão, assim que a repressão arrastou seus representantes para os presídios políticos, o grupo enfraqueceu e se desagregou. De mãos atadas, presos lado a lado com os pecebistas e tendo de suportar a sua hostil presença, pouco restava a ser feito naquele momento, de modo que a atitude tomada pelos militantes trotskistas foi a de se entregar a uma tarefa

trotskistas acusavam Luis Carlos Prestes e os oficiais militares que executaram a “aventura golpista” de “irresponsáveis”, culpando-os por expor todo o movimento democrático de oposição à sanha repressora de Vargas, do outro, os pecebistas acusavam os “amantes de Trotsky” de “sabotadores”, de “covardes fracionistas”, que só queriam desarticular o movimento revolucionário. As acusações apontavam para um desentendimento de difícil conciliação, que foi de certo modo mais desvantajosa para o grupo trotskista, que em menor número e com menos expressividade política, acabou sofrendo o dobro com as perseguições, tendo em seu encalço não só a polícia, como o partido que os execrara.

Newton, com a decisão de só formalizar o seu desligamento do PCB quando estivesse fora do Brasil, quis com isso evitar os comunistas. Evitá-los parecia sensato, visto que Lúcia Besouchet, desde que fora banida pelo Comitê Central, pertencia ao grupo dos “maus comunistas”, daqueles que o Partido havia elegido como alvo privilegiado de sua campanha contra a quebra da coesão partidária. Vulnerável às armadilhas que o PCB usava para punir os dissidentes, como as denúncias, as sabotagens e o isolamento, que era quando o Partido proibia seus membros de se relacionarem com os militantes expulsos, Lúcia tinha que manter uma atenção redobrada sobre os seus passos, assim como seus irmãos, que estavam igualmente na mira da ameaça representada pelos ex-companheiros de militância.

Os irmãos Besouchet caíram em desgraça com o Partido Comunista pouco tempo antes de estourar a rebelião dos militares comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, ocorrida em 23, 24 e 27 de novembro de 1935. Os boatos sobre a preparação do movimento armado no Nordeste começaram a se espalhar cerca de um mês antes de ser concretizada a tentativa de golpe. A notícia não foi bem recebida por alguns setores do PCB, principalmente pela ala sindical, que discordou da ideia de conspiração e fez chegar a Prestes e ao restante do Comitê Central sua opinião contrária à insurreição. Dessa divergência surgiu a Oposição Classista, que reunia sobretudo os militantes comunistas do setor sindical do Partido, em que

copiosa de crítica às decisões que eles consideravam imaturas e mal direcionadas dos stalinistas que dominavam o PCB. Do porão do navio “Pedro I”, habitado por presos políticos, Plínio de Mello redigiu um longo texto de análise sobre os últimos acontecimentos, fazendo críticas diretas ao diretório do Partido pela estratégia golpista, manuscrito que contou ainda com a assinatura de Barreto Leite e Febus Gikovate. Por meio das páginas de *A Luta de Classe*, jornal que há quatro anos fazia a propaganda trotskista, Mário Pedrosa fez circular uma série de artigos em que atacava a linha tática e teórica do PCB, crucificando Prestes e enumerando todos os “erros inescrupulosos” que desmascaravam o Partido Comunista do Brasil como um partido pequeno-burguês. Obviamente que a avalanche de críticas não agradou, e os dirigentes do Partido, seguindo a orientação da Internacional Comunista, determinou que os trotskistas fossem “severamente punidos”. A perseguição foi enérgica e o antitrotskismo se estabeleceu como a principal munição de ódio dos comunistas, não só do Brasil, mas de todo o mundo. Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984; DULLES, John W. Foster. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

o médico Febus Gikovate, o jornalista Barreto Leite Filho e Augusto Besouchet, que era bancário na época, tinham papel de destaque. Marino e Lídia também se aliaram à fração oposicionista que enxergava no levante militar uma má ideia, concordando que a ação era prematura e que, sem a participação popular, ao invés de uma revolução, como deveria ser, o Brasil assistiria a um motim, que seguramente traria consequências para toda a militância de esquerda. Ao manifestarem discordância no uso imediato da política de luta armada, o grupo da Oposição Classista foi hostilizado pela direção do PCB e expulso dias depois, com base na acusação de que cada um dos envolvidos era um agente infiltrado do trotskismo.²⁰⁷

A posição dissidente dos irmãos Besouchet em relação ao plano insurrecional de novembro foi reforçada às vésperas da sublevação nos quartéis, quando decidiram encaminhar novos protestos reafirmando o não compromisso e a posição obstinadamente contrária à orientação *putchista* adotada pelos ex-aliancistas e pela cúpula do PCB, considerada um equívoco que anteciparia não só os planos, como desviaria talvez de maneira permanente o caminho para o “alvorecer” da revolução. Com o apoio de Lídia e Marino, Augusto Besouchet encabeçou a assinatura de uma carta aberta que foi entregue ao Bureau Político do CC. Nesse documento, eles desaprovavam a mobilização rebelde nos meios militares, fazendo uso de um tom exaltado e alarmista, expondo uma perspectiva muito semelhante a que fundamentava a crítica dos militantes trotskistas à ampla política de alianças da ANL, desenvolvida em numerosos artigos publicados em *A Luta de Classe* ao longo de toda a existência dessa organização.²⁰⁸ Nestes termos, dizia:

Estamos informados que o partido prepara, de comum acordo com Prestes e numerosos militares e políticos burgueses e pequeno-burgueses, um golpe de quartel para as próximas semanas. Consideramos isso um erro aventureiro que poderá trazer consequências mortais para a revolução e instalar por anos inteiros a mais negra reação no Brasil, com o desmantê-lo completo das organizações operárias.²⁰⁹

A leitura desse trecho demonstra o quanto o discurso divergente da Oposição Classista estava próximo das análises que os trotskistas vinham divulgando sobre a ANL desde que a

²⁰⁷ Cf. DULLES, John W. Foster. *Op. cit.*, p. 47; RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 128.

²⁰⁸ ALMEIDA, Miguel Tavares de. “Os Trotskistas Frente à Aliança Nacional Libertadora e aos Levantes Militares de 1935”. In. *Cadernos AEL*, v. 12, n. 22/23, p. 82-119, 2005.

²⁰⁹ BESOUCHET, Augusto e outros. Carta aberta ao Bureau Político do CC do PC do Brasil, Rio de Janeiro, 20/11/1935. Original datilografado, 6 página, Arquivo DOPS-RJ. Documento consultado por Luis Siebel e citado em seu texto “Introdução sobre o trotskismo brasileiro”, disponível em <www.ler-qi.org/Introducao-sobre-o-trotskismo-brasileiro> Acesso em 10 de janeiro de 2014.

organização surgira. Basicamente, o que ambos rejeitavam era a visão etapista do processo revolucionário que o PCB tinha assumido em resposta à tática stalinista, a qual orientava os países considerados semicoloniais, como o Brasil, a passar primeiro por uma revolução nacional-burguesa para só depois dirigir as massas para uma revolução de caráter socialista.

²¹⁰ Assim como a oposição trotskista, os militantes que formaram a nova cisão com base na crítica ao levante militar acusavam o Partido de enfraquecer as organizações sindicais em benefício dos interesses da burguesia, retirando do proletariado o papel de vanguarda e desvirtuando o sentido da revolução.

Depois desses acontecimentos, e tal como era comum aos processos de expurgo realizados pelo Partido Comunista, o sobrenome dos Besouchet perdeu credibilidade para aqueles que permaneciam fiéis às diretrizes stalinistas do PCB. Dali por diante, Lídia, Augusto e Marino tornaram-se *personas non gratas* para o reduto ortodoxo do Partido, que estava disposto a punir, caluniar, delatar e “extinguir” “os inimigos da Revolução Libertadora”. ²¹¹ O que os irmãos Besouchet experimentaram nesse momento era o reflexo do sentimento antitrotskista que começava a se enraizar como uma profunda convicção ideológica e, por seu caráter vingativo, representava sérios perigos para quem tivesse sido rotulado pela orientação partidária com a alcunha de “traidor”.

Uma boa análise sobre como o imaginário político stalinista se fortaleceu na construção de um inimigo universal, encarnado na figura de Trotsky e seus adeptos, pode ser encontrada no livro de Jorge Ferreira, *Prisioneiros do Mito*. O autor nos fornece uma dimensão intrincada da simbologia do medo e do terror manipulada pela Internacional Comunista – que o disseminou para os PCs de todo o mundo – para criar uma cultura de obsessão que escolheu como seu principal oponente a dissidência trotskista, “um inimigo sombrio e ameaçador, verdadeiro espectro do mal”. ²¹² Assim, “aos militantes que divergiam da orientação política estabelecida, pervertendo e infectando o ambiente partidário”, eram dirigidas as piores acusações, “sempre em tom desmerecedor e difamatório”. ²¹³ A ideia de que o partido do proletariado deveria ser protegido da deslealdade dos “antibolchevistas”, acusados de deformarem os princípios da Revolução de 1917, alcançou níveis alarmantes, criando uma potente engrenagem de marginalização.

²¹⁰ KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003. p. 94.

²¹¹ “Expulsões”. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, n. 196, 25 de dezembro de 1935.

²¹² Cf. FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 160.

²¹³ *Idem*, p. 157.

A perseguição aos trotskistas existia antes de 1935, ao menos desde que Stálin determinou a proscrição de León Trotsky, fazendo dele referência e justificativa para todas as medidas repressoras que desencadeou para manter a supremacia de sua política no quadro do regime socialista soviético. Mas, entre 1936-1938, o antitrotskismo atingiu o seu ponto de culminância. Trotsky foi expulso do Partido Comunista russo em 1927, foi exilado em 1929 e, em 1940, assassinado na cidade de Coyoacán, o México. Durante o percurso que marcou o esforço de Stálin em exterminar a figura política de Trotsky, os métodos de perseguição aos dissidentes foram sendo aprimorados, tornando-se mais enfáticos e cruéis. Os “Processos de Moscou”, como ficou conhecida a grande empreitada de Stálin no sentido de aniquilar os seus opositores, fuzilando centenas de militantes no final da década de 1930 para legitimar o seu poder, baseado na ditadura do partido único e no monolitismo ideológico,²¹⁴ foram cruciais para estimular a política de terror “nos países aliados ou dependentes da União Soviética”.²¹⁵ No Partido Comunista brasileiro, embora “as punições, expulsões e execrações públicas” tenham sido adotadas como práticas durante toda a sua trajetória, foi somente a partir da virada da década de 1920 para 1930 que em suas fileiras começou a ser difundida “a imagem de um inimigo sombrio e ameaçador”, e assim como ocorria na pátria bolchevique, os comunistas brasileiros “transformaram os trotskistas na própria personificação do Mal”.²¹⁶

Foi em meio a este ambiente que hostilizava qualquer militante que fosse crítico ou questionasse a linha estratégica do Partido que os irmãos Besouchet contrariaram a direção partidária, defendendo uma perspectiva que seguia na contracorrente da tática que se tornou hegemônica nos partidos comunistas a partir de 1928, quando Stalin se consolidou no poder. Nas fímbrias desta oposição declarada dos Besouchet pulsava valores anti-stalinistas que acabaram ajudando na aproximação dos irmãos com o grupo de Oposição de Esquerda, cujos principais nomes eram Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Hílcar Leite, Plínio Melo, Raul Karacik, Fúlvio Abramo, Álvaro Paes Leme e Aristides Lobo. Ao longo do ano de 1936, os remanescentes da Liga Comunista Internacionalista (LCI), que o impacto da repressão pós-rebelião de 1935 enfraquecera, e os membros da Oposição Classista (OC), que haviam sido expulsos do PCB por se oporem aos levantes, se atraíram mutuamente. Lídia, Augusto e Marino faziam parte do segundo grupo, bem como Barreto Leite Filho e Febus Gikovate, todos eles aderiram à ideia, manifestada pelas duas correntes, de fundar um novo partido de

²¹⁴ TRAGTENBERG, Maurício. *A falência da política*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 164-166.

²¹⁵ KAREPOVS, Dainis. “O ‘caso Besouchet’ ou o lado brasileiro dos ‘Processos de Moscou’ pelo mundo”. In. *O olho da história*, ano 12, n. 9, dezembro de 2006.

²¹⁶ FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 160; 165.

orientação trotskista, que passou a se chamar Partido Operário Leninista (POL). Com a fusão entre a LCI e a OC, os irmãos Besouchet concluíram a sua aproximação com o trotskismo e passaram a militar nessa nova organização.

O único irmão que no auge da crise dos Besouchet com o Comitê Central não alterou sua posição política foi Alberto. Quando se filiou ao PCB, aos 23 anos, Alberto ainda era cadete na Escola Militar do Realengo, à época um lugar onde era grande o número de oficiais simpatizantes da esquerda. Ali modelou suas inclinações políticas e passou a militar na célula do PCB ativa no quartel, operando como divulgador dos princípios revolucionários. Com o surgimento da ANL, em 1935, tornou-se aliancista. A historiadora Thaís Battibugli, que estudou a trajetória de militância do grupo de comunistas brasileiros que lutou na Guerra Civil Espanhola, entre os quais está Alberto Besouchet, explica que o fascínio que a ANL exerceu nos jovens oficiais do Exército tinha relação com o apelo nacionalista, democrático, antifascista e patriótico que dominava seu discurso. Em especial, o sentimento nacionalista que impregnava as ideias da ANL despertava paixões e criava laços de afinidade ideológica, atraindo aqueles jovens identificados com a ala esquerda do tenentismo.²¹⁷ Respondendo ao estímulo do ambiente politicamente inquieto em que se encontrava, Alberto tornou-se um comunista aliancista, logo conquistando uma posição de liderança no movimento, participando como um dos chefes da rebelião em Recife.

Até a sua ida para a Espanha, para incorporar as Brigadas Internacionais, Alberto não havia se convencido ainda a passar para o lado da corrente trotskista. Desde que a Revolta Armada em Pernambuco falhou, com os militares mal resistindo a três dias de enfrentamento, Alberto só tivera tempo de se esconder e planejar a fuga para a Europa, que lhe permitiria escapar da prisão e continuar atuando na militância antifascista. Ocupado em sobreviver à perseguição desencadeada por Getúlio, Alberto ou não teve tempo ou não quis aliar-se à dissidência, a qual seus irmãos haviam se juntado, mantendo-se assim sem rupturas a sua relação com o PCB.

O fato de Lúcia, Augusto e Marino terem se aproximado do trotskismo num momento bastante crítico para a Oposição de Esquerda, justo quando o Estado soviético começou a implantar uma dura política de perseguição aos opositores do regime de Stalin, fez com que a situação de Alberto se tornasse bastante delicada após a sublevação de novembro. Naquele ano de 1935, mais especificamente no mês de julho, Alberto, que havia sido promovido a 2º Tenente, fora designado para ocupar o posto no 29º Batalhão de Caçadores da Vila Militar

²¹⁷ BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora USP, 2004. p. 14.

Floriano Peixoto, em Recife. A saída do Rio de Janeiro provocou um relativo afastamento entre ele e seus irmãos, que já não sabiam com detalhes em quais atividades Alberto estava envolvido. É quase certo que a comunicação tenha sido esporádica e superficial enquanto Alberto morava em Pernambuco, devido à natureza secreta do trabalho que realizava junto com o grupo de militares comunistas que formavam o Comitê “Antimil”.²¹⁸

Por três ou quatro meses esse grupo se empenhou em discutir e elaborar o plano de ação para o movimento armado. Ao lado de Alberto Besouchet nos preparativos para o levante em Recife estavam Silo Meirelles, José Caetano Machado, Lamartine Coutinho e Gregório Bezerra.²¹⁹ Os documentos contrariando a ideia de uma revolta armada que foram assinados pelos Besouchet e enviados ao diretório do PCB nos leva a acreditar que os irmãos de Alberto não sabiam de seu envolvimento na conspiração militar que deflagrou a rebelião de novembro. Ao discordarem da orientação política do PCB e manifestarem esse ponto de vista seus nomes ganharam uma exposição que provavelmente evitariam, sabendo que isso tornaria mais arriscada a participação de Alberto no levante pernambucano.

Portanto, Lúcia, Augusto e Marino só devem ter descoberto que o irmão caçula era um dos oficiais insurgentes de Recife quando Alberto chegou ferido ao Espírito Santo para se esconder na casa de Esther, a irmã mais velha. O perigo de ser capturado por sua participação de liderança no movimento de Recife o forçou a circular anonimamente, sem as insígnias que o identificavam como um militar. Acontece que mesmo assumindo uma atitude contrária aos levantes, Lúcia, Augusto e Marino também corriam o risco de serem presos. A necessidade de dispersão e fuga dificultou ainda mais a frequência do contato entre os irmãos, que poderia ter sido crucial para Alberto decidir de qual lado da batalha ideológica iria lutar, se com os stalinistas, como pressupunha sua filiação ainda não desfeita no PCB, ou se daria um giro a favor da IV Internacional, tornando-se um trotskista.

Após conseguir escapar da polícia de Recife, Alberto iniciou sua jornada em direção ao Sul do país, trajeto que demorou cerca de sessenta dias ou mais para ser cumprido. Quando conseguiu chegar ao Rio de Janeiro, para de lá seguir até Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, onde atravessaria a fronteira para o Uruguai, Alberto não conseguiu encontrar nenhum de seus irmãos, pois todos, a não ser Lúcia, estavam presos. Na data em que Alberto passou pelo Rio, Lúcia provavelmente estava fora da cidade, escondida na casa de familiares ou amigos. De qualquer modo, foram esses desencontros que devem ter impedido que a

²¹⁸ Setor militar do Partido que se tornara uma das organizações mais importantes dos comunistas no estado de Pernambuco, ligada ao Secretariado do Nordeste e com vínculo direto com o Comitê Central.

²¹⁹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op. cit.*, p. 292-317.

aproximação de Alberto com os trotskistas avançasse, pois naquelas circunstâncias seria ingênuo pensar que seus irmãos, já em estreita articulação com os trotskistas da LCI, não tentariam persuadi-lo a abandonar o PCB e a corrente stalinista.

Figura 8 - Alberto Besouchet.
Fonte: Fundo Polícia Política DESPS – APERJ

Figura 9- Matéria Levante Armado publicada em *Diário de Pernambuco*, em 19 de maio de 1936.

Na verdade, é possível afirmar que o posicionamento político de Alberto, antes de sua partida para a Espanha, estava longe de ser consistente. Pela leitura que se pode fazer de alguns episódios controversos que envolveram seu nome dias antes de deixar o Brasil, como, por exemplo, o da carta que escreveu para ser originalmente publicada no jornal *A Classe Operária*, mas que, no final das contas, saiu em *A Luta de Classe*, veículo oficial dos trotskistas, revelam que Alberto manifestava sobre sua filiação ideológica uma postura dúbia e vacilante. Embora não tenha rompido com o PCB, sua relação com o Partido estava estremecida, principalmente pela desconfiança dos comunistas de que os irmãos pudessem tê-lo influenciado. Ao menos parecia ser intenção do Comitê Central testar a sua lealdade. De acordo com Karepovs, foi o Partido Comunista quem o enviou, a pedido do próprio tenente, para lutar na Espanha, mas ao mesmo tempo em que Alberto saiu para combater na Guerra Civil com todos os contatos para sua travessia e permanência em território espanhol

vinculados aos comunistas, o jornal *A Luta de Classes* anunciou que a viagem de Alberto fora financiada em sua maior parte com recursos obtidos pela LCI.²²⁰

A publicação dessa notícia saiu na edição de novembro de 1936 de *A Luta de Classe* junto com a reprodução da carta de Alberto, aquela que o Partido Comunista, de acordo com a nota, havia se negado a divulgar. Na ocasião em que circulou a carta, Alberto já não estava no Brasil, tinha iniciado a jornada que o levaria a Espanha. Seu conteúdo não tinha nada de dramático e confessional, era apenas o anúncio de sua viagem para integrar as forças antifranquistas e um chamado para que os companheiros seguissem firmes na luta revolucionária. Como não existem outros registros além deste que fora produzido pelos trotskistas da LCI, não se sabe exatamente se a carta chegou às mãos do diretório do PCB, se houve negativa em publicá-la e se Alberto, de fato, fora desqualificado pelos comunistas como um militante de fé. Talvez para preservar Alberto, os trotskistas tenham frisado que o tenente Besouchet tinha uma postura intermediária, pois embora se declarasse stalinista, ele, no fundo, não havia decidido se colaborava efetivamente com a política de classes da IC ou se somava seu entusiasmo à linha proletária dos bolcheviques-leninistas.²²¹

Os comunistas brasileiros, principalmente durante o ano de 1937, se empenharam em construir para ser exportada aos países aliados da Espanha uma imagem estigmatizada de Alberto como trotskista, porque eles acreditavam que o tenente brasileiro tinha passado, durante o conflito, para o lado da dissidência. Emitindo comunicados secretos e internos, o PCB pretendeu com isso alertar os partidos comunistas francês e espanhol da periculosidade de Alberto, acusando-o de ser um oposicionista infiltrado. A principal orientação encaminhada pelo PCB aos contatos na Europa era de que Alberto fosse preso assim que encontrado, para evitar que continuasse a circular livremente com a identificação de comunista, que já não era reconhecida pelo diretório. Todas essas informações foram repassadas pela artista italiana Tina Modotti, que atuava naquele período como agente da polícia secreta soviética na França, ao Comitê Central do Partido Comunista da Espanha, na data de 24 de janeiro de 1937. Em setembro do mesmo ano, um membro do Bureau Político do PCB em Paris, que Karepovs identificou como sendo Honório de Freitas Guimarães, enviou ao “camarada” responsável pelo setor de recrutamento das Brigadas Internacionais uma carta detalhada narrando as atividades de Alberto no Brasil e as “provas” de que era um trotskista, ou seja, a carta publicada em *A Luta de Classe*, a correspondência trocada com os

²²⁰ KAREPOVS, Dainis. *Op. cit.*, 2006.

²²¹ “Aos companheiros do PC e da ANL encarcerados nas masmorras getulianas”. *A Luta de Classe*, novembro de 1936, n. 33. Citado por Dainis Karepovs, em seu artigo sobre “O caso Besouchet”, publicado em 2006.

irmãos e o contato que ele supostamente estabeleceu na França com a cantora Elsie Houston, cunhada de Mario Pedrosa e ex-mulher do poeta trotskista Benjamin Péret.²²²

A única coisa clara na penumbra que encobre a história de Alberto Besouchet na Espanha é que ele foi perseguido pelos comunistas naquele país com o apoio e a campanha do PCB. Nem mesmo a data e o local de sua morte são exatos. Existem versões que afirmam que Alberto morreu nas “jornadas de maio” de 1937, marcada por uma série de confrontos na cidade de Barcelona entre pousistas e anarquistas contra comunistas, ocasião em que muitos membros da corrente anti-stalinista foram abatidos. Outras, que acreditam que sua morte só ocorreu em fins de 1938, na leva de fuzilamentos de presos anarquistas e trotskistas que se deu com a retirada das Brigadas Internacionais do território espanhol. Há ainda aquelas que situam o fim de Alberto nos expurgos praticados a partir de junho de 1937, com a supressão do POUM. Nenhuma versão é definitiva, mas a de Foster Dulles, que foi um dos primeiros a perseguir vestígios mais concretos sobre o caso de Alberto Besouchet, até pesquisas mais recentes, como a do historiador Marco Antônio Machado Lima Pereira,²²³ há um ponto de concordância, a ideia de que Alberto fora assassinado pelos stalinistas na perseguição que eles empreenderam na Espanha aos trotskistas; agora, em quais circunstâncias, até hoje não se sabe ao certo.

Da parte de alguns pesquisadores que investigaram a participação dos voluntários brasileiros na Guerra Civil Espanhola houve um esforço em lançar clareza sobre a vida de Alberto Besouchet, especialmente no intervalo que vai do seu protagonismo no combate armado de 1935 nos quartéis de Recife ao intrigante episódio do seu desaparecimento enquanto lutava ao lado das tropas republicanas contra Franco. Vários desses estudiosos enxergaram o caso de Alberto como exemplar para discutir uma série de questões ligadas às tensões políticas da época, envolvendo especialmente a esquerda comunista. Apesar das controvérsias de opiniões e hipóteses elaboradas por esses autores, a versão que predomina e a que melhor se sustenta, levando em consideração a carência documental com a qual foi, e ainda é, necessário lidar, é a que acredita na ideia de que Alberto foi vítima da política de extermínio do regime de Stálin.

²²² Informe confidencial de “Maria” ao CC do PCE, 24/01/1937. Arquivo da IC, microfilme número 10, AEL. Ver Anexo E. Carta-dossiê de “Castro” para “Jack”, 24/09/1937. Arquivo da IC, microfilme número 10, AEL. Ambos os documentos foram transcritos pelo historiador Dainis Karepovs.

²²³ PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. *“Las armas y las letras” dos voluntarios brasileiros na guerra civil española: identidades, memorias e trajetórias*. 2015. 246f. Tese (Doutorado em História). IH/UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

A desventura de Alberto na Espanha, com o fim trágico de sua morte, é representativa para muitos historiadores de como “atuava a complexa rede de informações que sustentava o aparato repressivo dos PCs e da IC”.²²⁴ Para nós, além disso, é um elo importante para compreender não só os meandros da aproximação dos irmãos Besouchet com a dissidência trotskista, mas especialmente para elucidar os motivos que fizeram com que lentamente eles se afastassem da militância partidária. Essa questão, do entrelaçamento entre as complicações vividas por Alberto na Espanha e a transição ideológica de seus irmãos para o trotskismo, será aprofundada no próximo capítulo, pois se relaciona com as atividades políticas que Lídia e seus irmãos desenvolveram no exílio.

²²⁴ FERNANDEZ, Jorge Christian. *"Voluntários da Liberdade": militares brasileiros nas Forças Armadas Republicanas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. 2003. 392f. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2003. p. 303.

CAPÍTULO III

Um mundo em transição: o ponto de encontro entre a política e a cultura

Todos os exilados afinal têm direito a recordações e esperanças.

Mário de Andrade ²²⁵

*Lo raro lo increíble es que a pesar de mi desamparada expectativa
No sé qué dice el viento del exilio.*

Mario Benedetti ²²⁶

Nos últimos anos de permanência em Buenos Aires, entre 1947 e 1949, Lídia Besouchet escreveu um romance autobiográfico que intitulou “Cidade-Pampa”. O texto narrava as aventuras vividas nos primeiros tempos do exílio na Argentina, as dificuldades financeiras, os esforços em busca de trabalho, as tensões com os comunistas brasileiros exilados na capital portenha, a aproximação com o círculo de escritores e intelectuais que eram daquele país ou de outras partes do mundo, alguns também ali refugiados, e outras experiências relacionadas àquela fase de transição e adaptação. Quando terminou de escrevê-lo, Lídia entregou os originais a alguns amigos, entre eles Luiz Baudizzone e Eduardo Mallea, que destinaram boas críticas ao livro e aconselharam sua publicação. Lídia chegou a anunciar em uma entrevista concedida a um jornalista do Diários Associados, em 1947, que seu romance “Cidade-Pampa” estava quase pronto e seria publicado em castelhano por uma editora argentina. ²²⁷ No entanto, conforme explica em carta que enviou a Augusto Besouchet, em janeiro de 1980, quando morava na Espanha, por se tratar de uma narrativa muito pessoal declinou da ideia de publicá-lo. Segundo afirmou na carta ao irmão, escrita mais de trinta anos após ter deixado a Argentina, lembrava-se de ter rasgado os originais ainda em Buenos Aires e há muito tempo não pensava na história e já não sabia como a havia escrito. ²²⁸

Após três décadas, para sua surpresa e curiosidade, soube por intermédio de familiares no Espírito Santo que uma cópia havia sido encontrada em meio a papeis guardados em

²²⁵ ANDRADE, Mario. *Amar, verbo intransitivo*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2002.

²²⁶ BENEDETTI, Mario. *Poemas reunidos...*?

²²⁷ LEITE, Ascendino. “Uma romancista brasileira que mora e escreve em Buenos Aires”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 de maio de 1947.

²²⁸ Carta de Lídia a Augusto Besouchet. Madri, 9 de janeiro de 1980. Fundo Lídia Besouchet. Caixa 3. LB(3) 8-94. Arquivo IEB/USP.

Vitória. Quando escreve a Augusto é para pedir-lhe que recupere o material e o envie para sua casa em Madri, prometendo em troca não destruí-lo. Pela ausência de uma resposta de Augusto ao pedido da irmã e por Lúdia não ter acusado em nenhuma das cartas seguintes o recebimento do volume, não sabemos se voltou a pôr as mãos no romance e nem, se o tendo feito, foi fiel à sua promessa.

Das tentativas feitas para localizar a cópia do livro inédito que Lúdia Besouchet afirma ter escrito sobre suas primeiras memórias como exilada na Argentina, nenhuma obteve sucesso. Mas, ainda assim, é interessante pensar sobre sua pretensa rejeição ao que escreveu. A escolha de Lúdia em destruir o original daquela que seria sua “autobiografia do exílio” nos força a refletir sobre algumas questões consideradas significativas. Acredita-se, por exemplo, que há na sequência de seus gestos: escrever, submeter à apreciação de seus pares e desistir da narrativa, uma forte questão simbólica. A decisão por apagar os rastros de sua memória do exílio sugere que Lúdia escreveu, em primeiro lugar, ainda que de forma inconsciente, para lidar com uma situação traumática, com rupturas mal digeridas e com os sentimentos estranhos advindos do isolamento da pátria, da família e dos amigos. Sem conhecer o romance, sabendo por meios indiretos de sua existência, ou ao menos de que um dia existiu, nos guiamos pelo que Lúdia disse ao irmão. Os temas que rememora ter abordado no livro remetem todos ao período mais penoso de sua experiência do exílio: o princípio de tudo, a chegada a um país desconhecido, a falta de referências, o medo quanto ao futuro, a instabilidade de viver num lugar onde não se tem casa, nem trabalho, nem certezas.

Lúdia Besouchet, pelo que se entende, decidiu trabalhar com suas lembranças recentes do exílio como quem se esforça para fechar um ciclo. Eram seus últimos anos na Argentina e recontar, ainda que para si mesma, com pinceladas ficcionais que buscavam disfarçar as figuras e os acontecimentos concretos, as tragédias pessoais e coletivas que marcaram a ida e a permanência no país de asilo, foi talvez o único método que encontrou para cortar as arestas e disfarçar as feridas antes de um novo salto incógnito: a vida depois do exílio.

As diferentes fases pelas quais Lúdia e Newton passaram durante os doze anos que viveram na Argentina são representativas do percurso que a maioria dos exilados experimenta ao deixar sua pátria. Primeiro é o rompimento com a antiga morada e tudo a ela vinculado; depois é a sobrevivência, a necessidade de adequação, o combate diário para integrar-se o quanto possível na nova dinâmica social; em último, a expectativa do retorno (quando há retorno), os preparativos para uma nova separação, o olhar cansado, mas ainda apegado à

paisagem estrangeira de acolhida. Em nenhum desses momentos deixam de estar presentes o medo, a angústia, o estranhamento, a melancolia.

Apesar dos traços comuns, cada exilado vive, evidentemente, de maneira diversa o desterro. Para Lília e Newton, o exílio foi uma época dolorosa, aflitiva, mas ao mesmo tempo prazerosa, estimulante, afortunada em muitos aspectos, com um lado positivo transformador.²²⁹ Em termos profissionais, o exílio foi para o casal uma experiência determinante, o período mais produtivo de suas vidas, etapa em que os círculos de amizade e sociabilidade intelectuais se ampliaram, em que a cultura tomou a dianteira de seus interesses, enquanto a dimensão política encolheu, ou melhor, foi redefinida pelo contexto do exílio. O envolvimento muito próximo que tinham com a militância partidária foi aos poucos abandonado e a esfera do trabalho intelectual, voltada com especial ênfase para a produção e divulgação da cultura brasileira, passou a ocupar o centro de suas ações. O exílio foi, portanto, crucial para a redefinição de seus projetos. Devagar, as filiações ideológicas, antes entendidas como sólidas e absolutas, foram sofrendo um denso processo de revisão. As rupturas aconteceram e a crise que havia começado dentro do Partido Comunista acabou avançando, até afetar boa parte das crenças políticas que sustentaram o casal na militância até aproximadamente o ano de 1940.

O próximo passo foi o deslocamento de um projeto político para outro, predominantemente cultural. Esta foi, na verdade, uma transição sutil, já que a política e a cultura estiveram imbricadas na trajetória intelectual de Lília Besouchet e Newton Freitas desde o princípio, e continuou assim depois de rompidos os laços com a política partidária. As duas esferas continuaram convergindo no exílio, agora de um ângulo menos dogmático, mais focado no que o contato da cultura com a política poderia oferecer para a questão das identidades nacionais e dos vínculos de pertencimento, eixos em que estiveram centrada suas reflexões no exterior. Essa necessidade de pensar e sistematizar as raízes culturais veio justamente da situação de exílio. O “Brasil”, sua história, cultura e formação social, ganhou então nova dimensão no universo de interesses do casal, que buscou entender as particularidades socioculturais do país de origem muito por intermédio da ideia de comparação e integração com a unidade e a multiplicidade da cultura latino-americana, que se apresentava rica por oferecer outros pontos de referência para pensar a cultura nacional.

Afastados, portanto, da luta política propriamente dita, Lília e Newton adotaram a cultura como o campo primordial de militância. A partir de então, o recorte político, que antes do exílio predominava na maioria dos textos que escreviam, deixou o lugar de centralidade

²²⁹ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

para tornar-se um aspecto textualmente implícito, passível de ser observado e identificado na escrita, embora não estivesse mais nitidamente anunciado. Logo, os temas que passaram a concentrar a atenção do casal giravam em torno da literatura, das artes plásticas, da história, também das diferentes manifestações culturais que ocorriam no Brasil, ligadas ao folclore, à religiosidade e à mestiçagem. Alguns desses temas eram objeto de interesse de Lídia e Newton há bastante tempo, e estavam presentes em vários textos que publicaram na imprensa brasileira antes de irem para a Argentina. No exílio, porém, essas questões se aprofundaram, resultando em dezenas de ensaios, artigos e livros. Mas por mais que a cultura fosse o destaque em suas reflexões não era difícil identificar no que escreviam, e também a partir dos suportes usados para divulgar a produção, a qual posicionamento político-ideológico estavam alinhados. Observados esses aspectos, fica claro que, mesmo rompidos com o PCB, o casal manteve uma postura intelectual norteada pelo pensamento de esquerda.

Na espiral de suas relações sociais e intelectuais, o círculo mais próximo também era formado por escritores e artistas que politicamente defendiam o antifascismo e a ideia de democracia, e que se identificavam, em linhas gerais, com os princípios da esquerda. Além disso, mesmo sendo bastante heterogênea a orientação editorial dos jornais e revistas argentinas em que colaboraram, desde os liberais aos socialistas, era igualmente mais estreito o vínculo que o casal mantinha com periódicos que expressavam maior afinidade com a esquerda, perceptível não só pela frequência de suas colaborações, pelo envolvimento editorial dos dois brasileiros em alguns casos, como também pela aparição numerosa, no núcleo de colaboradores desses jornais, de intelectuais que eram próximos a eles e que combatiam no campo da cultura orientados por uma “ética de esquerda”, ou seja, por uma atitude moral que se opunha criticamente às injustiças e desigualdades do mundo capitalista.

Como Lídia e Newton deslizaram de uma conduta política de ação revolucionária para uma postura de afastamento da política de militância é o que este capítulo pretende discutir, dando ênfase a acontecimentos marcantes que ajudaram na transição. Ainda que não tenha sido um deslocamento linear, de um extremo a outro, já que durante a década vivida na Argentina existiram momentos em que o engajamento partidário voltou a fazer parte do cotidiano do casal, como foi o caso mais específico do envolvimento de Newton na fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1947, os laços com a política militante definitivamente se afrouxaram. Mas até que deixasse de desempenhar um papel vital houve um período intermediário em que a atividade política do casal foi marcada pelo esforço, especialmente da parte de Lídia, em estabelecer contato com as lideranças trotskistas

argentinas visando à coordenação de ideias e ações com o movimento no Brasil e em outros países da América. Este trabalho de mediação foi realizado durante os dois primeiros anos no exílio. Ainda que seja pouco detalhada documentalmente, sabe-se que foi uma tarefa com a qual estiveram comprometidos, além de ter sido a tentativa derradeira de construir algo significativo ao lado da esquerda comunista (trotskista, neste caso), relação que, depois disso, esmoreceu pelo acúmulo de críticas e decepções.

A seguir falaremos sobre os aspectos políticos que cercaram a trajetória do casal no exílio, concentrando a atenção no estudo dos elos e tensões, das continuidades e intermitências, dos rompimentos e sobreposições que conduziram a relação de Lídia e Newton com a política durante o tempo que passaram em Buenos Aires. Uma vez elucidados esses aspectos, abre-se o caminho para compreender e esmiuçar a militância cultural a que ambos se dedicaram no decorrer da década de 1940, vivida de maneira tão intensa quanto a militância política na década anterior.

3.1 Montevideu, primeiro refúgio

A chegada de Lídia Besouchet e Newton Freitas ao Uruguai aconteceu em janeiro de 1938, numa viagem que se concretizou após meses de espera e preparo. O casal vivia no Rio Grande do Sul desde junho do ano anterior, para onde foram pouco tempo depois de Newton ter sido libertado da prisão. A mudança de Lídia e Newton para Porto Alegre era sugestiva de que estavam se prevenindo para o pior, já que após o fatídico novembro de 1935, com a derrocada da insurreição comunista, a situação da esquerda havia se tornado bastante grave, enquanto o governo impunha medidas cada vez mais restritivas às liberdades políticas e civis. A notícia do golpe que implantou o Estado Novo selou as expectativas pessimistas do casal. Newton, que havia amargado treze meses nos presídios políticos, vítima da represália à rebelião de novembro, não teve dúvidas, quando a nova ordem se impôs, da necessidade de partir para o exílio. A decisão fora tomada ainda no cárcere, mas a ditadura e a ameaça latente que ela representava reanimou o propósito de atravessar a fronteira.

A ida para Porto Alegre foi, portanto, estratégica. No contexto da escalada golpista de Getúlio Vargas, o Rio Grande do Sul se apresentava como um dos poucos estados dispostos a resistir à sedução de um governo de unidade nacional, vendido como solução para o “caos social e político” do Brasil, o que o transformou em rota certa para muitos perseguidos

políticos. Naquele momento específico, a liderança de Flores da Cunha no enfrentamento ao governo fez dele o maior adversário de Vargas em seu intuito centralizador e ditatorial, e isso serviu de barricada para a tentativa da esquerda de retomar a mobilização. Por parte dos comunistas e ex-aliancistas, que começaram a se aproximar do governador gaúcho, atraídos por sua expressiva força política e pela guinada de seu governo para a linha de oposição a Getúlio, não havia inocência quanto ao fato de Flores da Cunha ter sido por muitos anos aliado do então presidente, de ter figurado ao seu lado no jogo político até metade da década de 1930, emprestando apoio em diferentes situações, como na revolta constitucionalista de 1932 e na contenção à rebelião armada de 1935. Depois disso, no entanto, a relação política dos dois entrou em processo de desgaste, devido ao conflito de interesses que tornou-os rivais. Enquanto Vargas estava cada vez mais empenhado em fundar um regime político de cunho autoritário, Flores da Cunha enxergava nesse propósito não só o achatamento preocupante do seu poder nos limites regionais, mas a anulação de seus planos para alcançar a presidência com sua candidatura no pleito de 1938.

Sem horizonte de reconciliação, Flores da Cunha virou-se definitivamente contra o governo federal e passou a trabalhar para fortalecer a oposição. Ao passar para o outro lado da trincheira, o interventor gaúcho foi contumaz em usar o discurso antigetulista para atrair para o seu centro de influência grupos políticos insatisfeitos com o rumo antidemocrático que estava sendo traçado para o país. Não fez distinção entre os opositores que começaram a se concentrar à sua volta: integralistas, comunistas, liberais, importava somente o exército de apoiadores que desejava formar para derrubar Vargas.²³⁰ Muitos militantes de esquerda, que não foram presos ou que haviam sido soltos recentemente, em especial depois do episódio conhecido como “macedada”,²³¹ foram para o Rio Grande do Sul esperando encontrar proteção para continuar os planos insurrecionais, ou simplesmente para se esconderem ou ficarem mais próximos da fronteira. Vários oficiais do comando militar que participaram da

²³⁰ Sobre a oposição de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, ler BELLINTANI, Adriana. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002 e ABREU, Luciano Aronne. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

²³¹ “Macedada” foi como ficou popularmente conhecido o decreto do então ministro da Justiça, Macedo Soares, que logo após ser nomeado, em maio de 1937, concedeu liberdade para mais de 400 presos políticos acusados de envolvimento com o Levante Comunista de 1935. A medida beneficiou especialmente aqueles que não haviam sofrido nenhum processo no decorrer do tempo em que estiveram presos. Essa iniciativa fez parte do conjunto de ações levadas a cabo pelo novo ministro para amenizar os abusos de poder do executivo, que governava por meio de atos inconstitucionais. Para introduzir um ar de normalidade, no mesmo período o estado de guerra foi suspenso, o qual havia sido prorrogado sucessivamente desde março de 1936. Mas esse recuo das medidas repressivas foi uma ilusão que durou pouco. Em setembro de 1937, um documento que “provava” que os comunistas estavam prestes a desencadear uma rebelião foi forjado pelos integralistas. O chamado “Plano Cohen” acabou servindo de pretexto para a volta do estado de guerra, usando novamente o fantasma do comunismo para agrupar os mais variados setores sociais em apoio à decretação do Estado Novo.

rebelião de 1935 também migraram para a região, pretendendo organizar nova frente de combate.

O antagonismo do interventor rio-grandense com o regime de Vargas veio a calhar para Lídia e Newton quando decidiram se refugiar em Porto Alegre. O período em que desembarcaram na capital gaúcha coincidiu com o rompimento definitivo entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, o que foi providencial, pois o Rio Grande do Sul passou a oferecer um ambiente político mais aberto se comparado com o cerco que no restante do país se fechava ao redor da esquerda. Para Lídia e Newton, além da oportuna oposição “florista” a Getúlio, fazia sentido ir para o estado gaúcho especialmente por conta da proximidade com os países do Rio da Prata, onde pretendiam se refugiar. A mudança para o sul também criava a perspectiva de que poderiam escapar à perseguição sistemática da polícia, que queriam evitar a todo custo, razão porque não permaneceram no Rio de Janeiro, onde a repressão era mais intensa, e nem no Espírito Santo, onde também poderiam ser capturados com maior facilidade. A vida clandestina ou semiclandestina que planejavam levar era igualmente menos complicada nos limites de um estado governado por um opositor de Vargas. Mas apesar de a rivalidade do interventor gaúcho com o presidente ter auxiliado de certa forma na permanência do casal em Porto Alegre, não houve comprometimento da parte de Lídia e Newton com a política que Flores da Cunha começava a pôr em prática.

A esquerda comunista, da qual estavam afastados, foi quem estabeleceu um contato mais estreito com o governador do Rio Grande do Sul dando suporte aos seus planos conspiratórios, em articulações políticas motivadas pelo interesse mútuo de destituir Vargas do poder. Contudo, por mais que a aproximação do general Flores da Cunha com os militares aliancistas e membros do PCB pudesse ser justificada pela postura antigolpista defendida pelos dois lados, esse foi um diálogo conduzido de forma discreta. Primeiro, porque era importante evitar atrito com a opinião pública, “visto que o comunismo era o mal do momento, o inimigo comum de todas as classes”,²³² segundo, porque Flores da Cunha jamais foi simpático ou adepto das ideias comunistas, pelo contrário, considerava a esquerda inimiga, e sob seu comando reprimiu por várias vezes, e de maneira violenta, greves e mobilizações articuladas por comunistas de seu Estado.²³³ Mas naquela conjuntura específica, sentindo-se

²³² BELLINTANI, Adriana. *Op. cit.*, p. 53.

²³³ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 160.

ameaçado pela manobra centralizadora de Vargas, Flores da Cunha preferiu o pragmatismo ao anticomunismo, agindo em defesa exclusiva de seus interesses.²³⁴

A esquerda também tinha interesses muito particulares ao decidir pela aliança com um general a quem acusava de “fascista”. Essa aproximação bizarra, ideologicamente incoerente, e não isenta de contradições, correspondia ao objetivo da esquerda de retomar a organização do movimento e o espaço político perdido depois de ter sido esmagada pela repressão. De acordo com o estudo de Karepovs, que se dedicou a entender os conflitos e debates que agitavam o PCB no período de consolidação da ditadura estadonovista, a ação opressora do governo de Vargas durante o ano de 1936 causou um imenso desfalque no contingente da militância comunista, chegando este a praticamente desaparecer no período. Mas, quando, em 1937, a corrida pela sucessão presidencial reacendeu os ânimos e providenciou um cenário mais favorável à ação política da oposição, o PCB aproveitou o momento de relativa liberdade, de uma volta fugaz à normalidade constitucional, para reagrupar a sua militância, ou o que havia sobrado dela.

São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, como demonstrou um balanço feito pelo Diretório Nacional, concentravam a maior parte dos militantes comunistas em atividade.²³⁵ Os três estados também tinham na liderança política governadores que não compactuavam com a tendência centralizadora de Getúlio Vargas e que se declaravam contrários ao seu projeto de perpetuação no poder, o que pode ter contribuído para que esses estados se transformassem em centros onde a militância comunista pôde atuar de maneira mais persistente, subsistindo, mesmo que fragilizada pelo grande número de prisões e medidas de segurança, ao quadro desolador de desmobilização.²³⁶

Havia duas principais linhas de opinião e atuação dentro do PCB neste momento de recomposição da direção partidária, a que defendia a via democrática e a que continuava acreditando no movimento armado como melhor alternativa. Em São Paulo, ficou reunido especialmente o grupo de comunistas que pretendia dar novo impulso à frente antifascista, por meio de uma mobilização ampla e legal das massas em nova aliança com os setores da “burguesia”, cujo objetivo era “defender a democracia e a realização das eleições” de 1938. A este grupo interessava “participar ativamente da campanha sucessória”, “pressionando” os candidatos, ou o mais progressista dentre eles, a defender o país do fascismo, no âmbito da

²³⁴ FERNANDEZ, Jorge Christian. “História e memória de um exílio esquecido: os militares de esquerda brasileiros na Argentina e Uruguai, 1936-1942”. In: *Historia, Voces y Memoria*. Buenos Aires, n. 8, p. 21-36, 2015.

²³⁵ KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003. p.187-189.

²³⁶ CARONE, Edgard. *Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 220.

institucionalidade, por isso a importância dada à sucessão presidencial.²³⁷ Já o grupo que se reuniu no Rio Grande do Sul, formado em sua maior parte de oficiais comunistas, militares que fizeram parte da ANL e que tiveram participação ativa no levante de 1935, estava ocupado principalmente com o trabalho de formação de uma nova frente de resistência armada que pudesse avançar na tentativa de tomar o poder. Os militares rebeldes contavam com a proteção do governador Flores da Cunha, que em troca do trabalho de militarização das milícias civis que pretendia formar no Estado, para enfrentar as tropas do governo federal, oferecia enorme quantidade de armas, conseguidas clandestinamente por meio de contrabando. O arsenal reunido por Flores da Cunha, e colocado à disposição das forças revolucionárias no Rio Grande do Sul, serviria para evitar o golpe ou, sem poder impedi-lo a tempo, para derrubar a ditadura assim que fosse instaurada.²³⁸

A aliança entre os comunistas e o governador gaúcho ajudou a converter o Rio Grande do Sul “num espaço de convergência, articulação e resistência política” à cruzada autoritária de Vargas.²³⁹ Muitos comunistas que acreditavam na possibilidade de reação ao golpe foram se unir a Flores da Cunha, motivados “pelas circunstâncias de oposição mútua”.²⁴⁰ Lídia Besouchet e Newton Freitas foram para Porto Alegre obedecendo ao mesmo fluxo, mas os motivos para estarem ali eram outros e suas alianças nada tinham a ver com as atividades da esquerda militar ou com o Partido Comunista. Na verdade, o casal foi para o Rio Grande do Sul em busca de sobrevivência, porque tornara-se insustentável conciliar militância e liberdade no circuito onde eram conhecidos pela polícia de Filinto Muller.

Antes da viagem acontecer, já tinham garantido trabalho num importante jornal portoalegrense, o *Diário de Notícias*, de propriedade de Assis Chateaubriand, que o comprara em 1929, numa fase em que além de estar empenhado em expandir seus negócios, também apoiava Getúlio Vargas e a Aliança Liberal. A rede Diários Associados ainda estava em formação na década de 1930, mas já contava com dezenas de jornais e emissoras de rádio. De um modo geral, Chateaubriand buscava imprimir um formato mais ou menos padronizado de cobertura do cenário político nos seus jornais, mas como sua empresa possuía veículos em diferentes regiões era comum que a tonalidade variasse de jornal para jornal conforme exigências das disputas políticas locais, e também dessas tendências domésticas em relação à política nacional. No caso do Rio Grande do Sul, o *Diário de Notícias* definiu sua posição

²³⁷ CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 205.

²³⁸ BELLINTANI, Adriana. *Op. cit.*, p. 159.

²³⁹ FERNANDEZ, Jorge Christian. *Op. cit.*, p. 26.

²⁴⁰ BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora USP, 2004. p. 96-97.

contrária a Vargas a partir de 1932, quando Chateaubriand se indispôs pela primeira vez com o presidente, ficando a favor dos constitucionalistas de São Paulo. Depois disso, a relação entre Getúlio Vargas e o dono dos Diários Associados nunca mais foi a mesma. O conflito se instaurou entre eles, e Chateaubriand, guiado pela sede de influência e poder, oscilou entre o apoio e a oposição, assumindo por diversas vezes posições ambíguas, como, por exemplo, em relação ao Estado Novo, “ora aproveitando-se, ora criticando o ditador e seu regime”.²⁴¹

A linha política do jornal de Porto Alegre *Diário de Notícias*, no entanto, ondulou pouco, permanecendo antigetulista na maior parte do tempo em que Getúlio Vargas governou. Esse jornal, além de uma forte veia adversária ao presidente, tinha um discurso anticomunista estabelecido, postura que Chateaubriand não negociava, tornando-se mesmo uma marca de todos os jornais da sua cadeia de notícias, o que nunca impediu que intelectuais que já tinham pertencido ao Partido ou mesmo que ainda eram filiados entrassem para o seu time de colaboradores.²⁴² Foi onde Lídia e Newton trabalharam durante os seis meses que viveram em Porto Alegre, antes de seguirem a rota para o exílio. Porque normalmente não assinavam os artigos que publicavam nesse jornal não se pode saber qual era a natureza de suas colaborações, se versavam sobre política ou não. O certo é que foram os contatos profissionais do Rio de Janeiro que providenciaram o emprego que os ajudou financeiramente a cumprir a curta temporada no Rio Grande do Sul. Newton Freitas conhecia muita gente nos meios jornalísticos, tanto de São Paulo quanto do Rio, pois escrevia para vários jornais ao mesmo tempo, com orientações políticas não raro bem diferentes. Na imprensa carioca, por exemplo, enquanto colaborava com artigos de militância para *A Manhã*, órgão oficial da ANL, mantinha um trabalho fixo como redator dos Diários Associados, prestando serviço para vários jornais e revistas da rede.²⁴³ Portanto, não foi difícil uma posição num jornal gaúcho como o *Diário de Notícias*.

Os contatos políticos e de amizade, contudo, tinham origem um pouco distinta. Lídia Besouchet, embora tenha nascido em Porto Alegre, viveu pouco tempo naquela cidade, o que não contribuiu para estabelecer vínculos duradouros. Os laços de proximidade que o casal manteve na capital gaúcha eram fruto basicamente de suas relações fora dali, de amigos e camaradas que tinham feito nos anos de jornalismo e militância passados no Rio de Janeiro. A principal família com quem se relacionaram foi a família Echenique, proprietária de uma casa editora, em Porto Alegre, chamada Universal, e de uma importante livraria, que levava o

²⁴¹ WAINBERG, Jacques Alkalai. *Império de palavras*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 58-61.

²⁴² *Idem*, p. 57.

²⁴³ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos biográficos. NF(3) 2-26. Arquivo IEB/USP.

mesmo nome. Lídia e Newton eram amigos do jornalista Carlos Echenique Junior, filho do comerciante que fundou a empresa. Na época, Carlos Echenique vivia no Rio de Janeiro e conheceu o casal nos dois principais espaços de sociabilidade que frequentavam, as redações dos jornais e as reuniões políticas. Tinham em comum ideologias e compartilhavam do mesmo círculo político-intelectual. Depois da rebelião comunista de 1935, Echenique também se bandeou para as fileiras da militância trotskista. Com o período mais agudo da repressão, a estância de sua família, no Rio Grande do Sul, acabou se tornando um lugar de refúgio, para onde iam alguns dos amigos que precisavam escapar da perseguição política. Augusto Besouchet, irmão mais velho de Lídia, depois que saiu da prisão, em 1938, foi um dos que se hospedaram na fazenda. Lídia e Newton também devem ter desfrutado alguma vez da hospitalidade da família Echenique.

Em grande medida, foi Carlos Echenique uma fonte fundamental de apoio para Lídia e Newton durante a fase em que se preparavam para deixar o Brasil. Filho de uma família respeitada na sociedade gaúcha, garantiu ao casal uma cadeia de contatos para ajudar nos arranjos necessários para cruzar a fronteira. Por quatro meses, eles puderam organizar com relativa tranquilidade o plano de viagem para o exílio: juntar algum dinheiro, conseguir documentos falsos, pensar no modo como fariam a travessia, além de estudarem possíveis contatos que seriam imprescindíveis no exterior para começarem uma nova vida.

Ocupados com as providências da viagem, e já desiludidos com a direção do PCB, o casal se manteve alheio à movimentação da esquerda comunista que acontecia naquele Estado, guardando distância dos planos conspiratórios que ocupavam o bloco de oposição a Vargas no Rio Grande do Sul. Embora Newton Freitas ainda estivesse oficialmente filiado ao Partido, na prática não partilhava mais de suas orientações políticas e, enquanto não se desligava, evitou ao máximo o contato com os núcleos comunistas, e já não desempenhava nenhuma obrigação na frente de militância. A princípio, Newton não definiu claramente se deixaria o PCB para integrar o grupo dos trotskistas, posição que parece não ter assumido em nenhum momento, apesar de, mais tarde, já no exílio argentino, ter sido acusado por comunistas brasileiros de ser um seguidor das ideias de Trotsky. Ao contrário do que fez Lídia Besouchet, que assim que foi expulsa iniciou uma aproximação efetiva com Mário Pedrosa e demais representantes do trotskismo nacional. Provavelmente, Newton tenha participado desse diálogo, mas não a ponto de se comprometer, como fez Lídia e seus dois irmãos, Augusto e Marino, que começaram muito jovens na militância comunista.

O período em que viveram em Porto Alegre, ou seja, de junho de 1937 a janeiro de 1938, foi uma das épocas mais agitadas e decisivas para a política nacional daquela década, envolta num clima de euforia e preocupação que rondava a questão da sucessão presidencial. A conjuntura ao mesmo tempo que parecia ser a mais favorável para lutar legalmente pela democracia, era assombrada pela ameaça de um golpe de estado. Lídia e Newton acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos de longe, neste momento mais como espectadores do que participantes, ainda que tão sensíveis quanto às consequências do que pudesse suceder como resultado daqueles dias de incertezas políticas. Lídia, antes ainda de se juntar a Newton, após este ser libertado da prisão, apoiou a criação do Partido Operário Leninista (POL), fundado em fins de 1936, mas oficialmente anunciado em janeiro de 1937.

²⁴⁴ Participaram da fundação militantes de linhagem trotskista, organizados anteriormente na Liga Comunista Internacionalista (LCI), e um grupo de comunistas recém rompidos com o PCB, por discordarem dos métodos golpistas que desembocaram nas revoltas de 1935. ²⁴⁵ Da fusão dessas duas correntes surgiu o POL, onde prevaleceu a tendência trotskista. Lídia Besouchet foi uma entusiasta do novo partido, mas praticamente não participou de suas atividades, pois a organização, encabeçada por Mario Pedrosa, só passou a interferir publicamente no debate político após junho de 1937, quando Lídia já estava praticamente fora de alcance, vivendo no Rio Grande do Sul.

Numericamente, o POL era um partido pequeno, mas possuía um alcance nada desprezível, especialmente se observado como alternativa à hegemonia do PCB, fazendo um contraponto teórico ao que a crítica trotskista considerava um “desvio à direita” dos comunistas, que seguindo a política de alinhamento do proletariado com a burguesia nacional, encarava esta última como força motriz da revolução, arriscando novamente degenerar os propósitos da luta revolucionária, reforçando o “erro” de análise cometido em 1935. Dentro

²⁴⁴ O Partido Operário Leninista surgiu como resultado de duas cisões, uma no interior da Liga Comunista Internacionalista (LCI), até então a única representante das ideias de Trotsky no Brasil, e outra no interior do PCB, com a Oposição Classista (OC), da qual Lídia e os irmãos faziam parte. A aproximação entre esses dois grupos, insatisfeitos com a política de alianças do Partido Comunista e da III Internacional, acabou gerando uma nova organização, o POL, de orientação trotskista. Os principais militantes eram Mário Pedrosa, Plínio Gomes de Melo, Hilcar Leite, Febus Gikovate, Álvaro Paes Leme, Barreto Leite Filho e Augusto Besouchet. Há poucos estudos sobre o Partido Operário Leninista (POL), a maioria dos trabalhos acadêmicos e memorialísticos que citam a sua formação são geralmente sucintos quanto ao desenvolvimento de suas atividades. Alguns autores afirmam que este agrupamento, na prática, não se constituiu como um verdadeiro partido, devido a sua estrutura precária e pouca expressividade, refletida em sua breve existência, de pouco mais de dois anos. Para os interessados em referências um pouco mais completas sobre o POL, recomenda-se a leitura de: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Coleção As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁴⁵ KAREPOVS, Dainis. *Op. cit.*, p. 281.

do próprio PCB esta linha de orientação vinda da Internacional Comunista (IC) não era um consenso, e outra cisão se anunciou quando um grupo decidiu tomar posição a favor da candidatura de José Américo de Almeida para presidente, enquanto outro discordou, negando a necessidade de aproximação com qualquer candidato, defendendo que o PCB deveria formar uma frente única antifascista para só depois, de posse de um programa próprio, identificar o candidato ideal para apoiar.

O primeiro grupo era liderado por Bangu, nome pelo qual ficou conhecido o militante Lauro Reginaldo da Rocha, na época secretário-geral do Partido, e uma segunda ala contava com a liderança de Hermínio Sacchetta, do Comitê Regional de São Paulo (CR-SP), que naquele período era o CR que “agrupava o maior contingente militante comunista do país”.²⁴⁶ Essa divergência começou a ganhar forma a partir de agosto de 1937, quando as candidaturas estavam definidas e a campanha sucessória passou a ditar a pressão em torno das disputas políticas. O Partido Operário Leninista adotou a sugestão de Mario Pedrosa e anunciou apoio à candidatura simbólica de Luis Carlos Prestes nas eleições presidenciais, lançando, no mês de junho, um documento justificando a alternativa. De tudo o que estava redigido, não havia nenhum elogio a Prestes, mas o inverso disso. O POL o acusava de não passar de “um pequeno caudilho delirante”. No entanto, diante do quadro geral das candidaturas, a “figura mais representativa do comunismo no Brasil” poderia ser usada como uma opção tática, permitindo avaliar qual era a força da esquerda naquele momento e demonstrar, nas urnas, “a vontade das massas”.²⁴⁷

Nem todos os membros do POL aceitaram a indicação de Pedrosa, que julgaram estapafúrdia e fora de ordem, considerando as duras críticas que o grupo realizara recentemente às polêmicas decisões do famoso líder tenentista à testa do PCB, preso desde março de 1936. Alguns dos que discordaram preferiram deixar a organização, como foi o caso de Aristides Lobo e Edmundo Moniz. Os irmãos de Lúcia ficaram ao lado de Pedrosa, assim como a maioria dos militantes do POL. Mas as discussões internas terminaram por enfraquecer o partido, que chegou ainda a ter uma sobrevida quando retomou a publicação, mesmo que esporádica, do jornal trotskista *A Luta de Classe*, e, um pouco mais tarde, quando conseguiu que um expressivo número de militantes da dissidência paulista, ligado a Sacchetta, se aproximasse da linha da IV Internacional, abandonando a corrente stalinista. A tudo isso, Lúcia Besouchet acompanhou a distância, sem que nos seja possível saber se manteve o apoio

²⁴⁶ KAREPOVS, Dainis. *Op. cit.*, p. 205.

²⁴⁷ DULLES, John W. Foster. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 128-130.

ao partido depois de informada da postura no mínimo contestável que a liderança do POL assumiu em momento de imensa fragilidade para a esquerda, que mal começava a se reorganizar. Na verdade, o tempo não foi suficiente para propor um realinhamento das ideias e das estratégias, já que o pesadelo do golpe se concretizou poucos meses depois de iniciada a corrida presidencial, enforcando todas as esperanças democráticas e instaurando um regime de força que, por meio da repressão, se apressou em retomar as rédeas da situação política.²⁴⁸

Para Lídia e Newton, que se encontravam no Rio Grande do Sul, o alarme soou quando Getúlio Vargas assinou, em 14 de outubro de 1937, o decreto ordenando uma intervenção federal no Estado, para garantir que a Brigada Militar, que até então tinha sido o sustentáculo do poder de Flores da Cunha, ficasse à disposição do Exército. O golpe desfechado contra o governador gaúcho foi definitivo. Sem o apoio das armas, a única saída foi ceder à pressão. Neutralizado, Flores da Cunha renunciou quatro dias depois da intervenção militar. Fora do governo, partiu imediatamente para o exílio na capital uruguaia, enquanto o Rio Grande do Sul passou a ser território controlado pelos interesses varguistas, tornando vulnerável a situação de todos os comunistas e opositores do regime ali refugiados. A iniciativa “natural” da maioria dos perseguidos políticos naquela região foi abandonar o país usando a mesma rota, pois a ditadura despontava no horizonte como um fato consumado, uma vez que Vargas conseguira derrubar a última muralha de resistência aos seus planos com a “expulsão” de Flores da Cunha.²⁴⁹ A onda de prisões voltou a atormentar a vida dos militantes de esquerda. Obrigados a dispersar, uns aguentaram em esconderijos dentro do país, outros escapuliram pela fronteira em direção ao exílio.

Tortura, prisões, perseguição, exílios, tudo isso Vargas instituiu em seu regime como uma prática de contenção dos opositores bem antes do golpe que o coroou ditador. Contudo, a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, apoiada pela cúpula das forças armadas, deu novo ímpeto à repressão, estabeleceu a censura e endureceu os métodos de atuação da polícia, tornando a opressão intolerável, início de uma fase nebulosa na política brasileira. A histeria anticomunista, que Vargas e sua base de apoio no governo alimentavam com a intenção de facilitar seus projetos de continuidade no poder, se espalhou com grande eficiência nos anos anteriores e posteriores ao golpe, contribuindo para promover uma sensação de insegurança social que legitimou a face personalista e autoritária do seu novo governo. O uso político da perseguição aos comunistas foi o bode expiatório que permitiu acelerar os planos em direção a um regime de ditadura. Com a desculpa de salvar a nação do

²⁴⁸ DULLES, John W. Foster. *Op. cit.*, p. 146-147.

²⁴⁹ BELLINTANI, Adriana. *Op. cit.*, p. 59-61.

“perigo vermelho”, Vargas resolveu a questão da sua permanência na chefia do estado, suspendendo a ordem constitucional e governando absoluto por mais oito anos.

Naquele primeiro instante, nada parecia poder interferir no rumo dos acontecimentos. Todo o processo democrático fora paralisado. Pouco restou em termos legais para enfrentar o desmonte das instituições democráticas após Vargas fechar o Congresso Nacional, cancelar as eleições presidenciais, extinguir os partidos políticos, esvaziar as fileiras da oposição, sequestrar as liberdades políticas e substituir, por fim, a Constituição de 1934 pela Carta antiliberal de 1937, ficando o país à mercê das medidas de emergência decretadas pelo presidente. No campo da militância de esquerda, houve um declínio das organizações, que já vinham acumulando prejuízos desde 1935. A maior parte dos militantes ficou fora de circulação, presos ou exilados. O que sobrou do núcleo em atividade do PCB se ocupou mais das disputas e trocas de acusações internas do que do empenho em fortalecer o movimento de resistência e protesto. O POL também caiu no isolamento, colhendo o impacto negativo da repressão, que levou para a cadeia a maior parte da sua militância, deteriorando a estrutura já pouco consistente do partido. Além disso, Mário Pedrosa, sua principal liderança, antecipando os propósitos da polícia em prendê-lo, viajou para a Europa para participar da fundação da IV Internacional e colocar o pequeno movimento trotskista brasileiro no mapa, ficando toda a responsabilidade por manter o partido em funcionamento nas mãos de Febus Gikovate. Este, com a ajuda de Plínio Melo, “buscou persuadir os dissidentes do PCB a se tornarem trotskistas”, ²⁵⁰ fazendo um paciente trabalho de recrutamento, a que o POL se dedicou durante praticamente todo o ano de 1938.

Diante dos fatos, Lúcia e Newton decidiram não mais adiar a saída do país. As últimas providências para a viagem foram tomadas entre fins de novembro e dezembro de 1937. Era urgente deixar Porto Alegre, onde a polícia política tinha começado a agir, efetuando várias prisões. É bem provável que poucos dias depois do golpe o casal tenha saído da capital em direção às cidades de fronteira. Newton registrou em um de seus textos autobiográficos que em Santa Maria da Boca do Monte Ihe foi arranjada uma carteira falsa de jornalista fornecida pelo diretor de um jornal daquela cidade. ²⁵¹ Santa Maria ficava a meio caminho de Santana do Livramento, cidade gêmea do município uruguaio de Rivera. Imagina-se que Lúcia e Newton tenham deixado o Brasil usando esta que era a principal rota de trânsito entre os dois países.

²⁵⁰ DULLES, John W. Foster. *Op. cit.*, p. 166-169.

²⁵¹ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos autobiográficos. NF(3) 1-18. Arquivo IEB/USP.

Quando finalmente chegaram a Montevideu, em janeiro de 1938, já havia um grande número de brasileiros exilados do Estado Novo vivendo na capital, boa parte era de comunistas e ex-militantes da ANL. Havia também, como reflexo da presença do político gaúcho Flores da Cunha naquele país, uma intensa atividade de oposição a Vargas em curso, a qual contava com o apoio não só dos que já estavam envolvidos no Brasil com os planos conspiratórios para derrubar o presidente, e que deram continuidade ao propósito no exílio, como novas adesões acabaram reforçando a relevância deste bloco de resistência à ditadura getulista. Era bastante diversificada a orientação político-ideológica dos que aderiram a esse movimento de luta contra o governo brasileiro no Uruguai. Em sua composição estavam antigos adversários e inimigos políticos que se uniram nessas circunstâncias específicas motivados pelo comum interesse de depor Vargas do poder.²⁵² Lídia e Newton durante o tempo em que ficaram em Montevideu não estabeleceram contato ou relação com esse grupo mais organizado de opositores que, articulado a Flores da Cunha, trabalhou pela viabilização de um contragolpe que suspendesse o Estado Novo.

Na verdade, desde o Rio Grande do Sul o casal enfrentava uma fase de relativo isolamento político. Lídia não teve mais nenhum diálogo com o PCB após sua expulsão, e Newton, assim que saiu da prisão, deixou de demonstrar interesse em manter uma troca frequente de ideias com os dirigentes comunistas, sendo evasivo para não esfacelar as relações que, uma vez rompidas, tornariam sua posição certamente mais vulnerável. A militância trotskista a que estavam ligados, Lídia particularmente, era uma fração muito reduzida no cenário político da época e muitos de seus representantes estavam presos. Do ponto de vista da esquerda, o casal pertencia a uma minoria renegada, perseguida e politicamente frágil. Por mais que o PCB não pudesse ser chamado literalmente de um partido de massas, os trotskistas estavam longe de poder competir numericamente. Aqueles que formavam coro com os trotskistas ganhavam uma exposição negativa instantânea, podendo sofrer graves retaliações. Mas, Newton, decidido a não mais arrastar a sua situação partidária,

²⁵² O movimento de oposição à ditadura de Getúlio Vargas promovido no Uruguai, com articulações também em países como a Argentina e a França, iniciado a partir de outubro-novembro de 1937, foi um movimento que gravitou principalmente ao redor do nome de Flores da Cunha, que havia sido forçado a renunciar à interventoria do Rio Grande do Sul por ter se tornado um forte combatente às aspirações centralizadoras e autoritárias do atual regime. Uma vez no exílio, Flores da Cunha imediatamente “passou a conspirar contra o governo brasileiro”. Seu propósito era mobilizar as forças “revolucionárias” dispersas para invadir o Brasil e derrubar Vargas. Focado em tal ideia, atraiu para junto de si aliados ocasionais das mais diferentes, e por vezes antagônicas, vertentes ideológicas, tais como comunistas, liberais, democratas, integralistas, progressistas, que por objetivos distintos se uniram para combater Getúlio, transformando Montevideu na “capital da conspiração contra o Estado Novo”. Para saber mais sobre o papel dos brasileiros exilados no Uruguai e sua participação num dos poucos focos de resistência contra o Estado Novo ativos naquele período, consultar: BELLINTANI, Adriana. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

assim que pôs os pés em Montevideu anunciou a sua desfiliação, rompendo definitivamente com o PCB. Como dito antes, seu desligamento não o levou necessariamente a comungar com o trotskismo, não de imediato, mas para todos os efeitos, o ato era interpretado como dissidente, tornando mais aguda para ele e Lúdia a sensação de isolamento.

No decorrer desta primeira etapa da vida do casal no exílio, os contatos políticos tiveram de ser provisoriamente suspensos, pois em termos de militância não havia muito que fazer. Lúdia não se comunicava com os irmãos desde o momento em que teve de deixar o país. Sobre os dois só voltaria a ter notícias mais tarde, quando soube que Augusto passara um tempo escondido no Rio Grande do Sul e que Marino, acompanhado de sua mulher, Inês Besouchet, vivia exilado na Bolívia. Também não tinha informações precisas sobre as atividades do POL, se o partido sobrevivera ou se tinha se desintegrado por conta da repressão. Sabia que vários companheiros do movimento trotskista estavam presos e também do exílio de Mário Pedrosa em Paris, mas ainda não tinha dimensão do que havia sobrado do grupo e de suas ações à dispersão geral.

Um nevoeiro cobria as certezas sobre o que esperar politicamente do exílio. Lúdia e Newton ainda estavam dispostos a militar pela revolução socialista e provavelmente aguardavam alguma abertura para voltar a trabalhar neste sentido. Para a estadia no Uruguai não havia grandes expectativas, já que ali o movimento trotskista era incipiente. De fato, o primeiro grupo uruguaio ligado à Oposição de Esquerda Internacional (OEI) surgiu exatamente naquele ano de 1938 e, portanto, ainda não era algo com o que se poderia tentar uma articulação, já que sequer se tratava de uma organização independente do Partido Comunista do Uruguai (PCU).²⁵³ A prioridade para Lúdia e Newton naquele primeiro instante passou a ser então tatear caminhos que pudessem levá-los a ocupar uma posição menos instável no contexto do exílio, e o mais viável e coerente dentre todos foi buscar estabelecer contatos intelectuais por onde as chances de iniciar um trabalho permanente de produção cultural se apresentassem mais palpáveis. O sucesso da empreitada ajudaria a conquistar não só um nível de *status* e reconhecimento que poderia ser útil para garantir uma mobilidade social e política no país de asilo, que o anonimato naquelas circunstâncias talvez dificultasse, como de modo mais urgente resolveria o problema da sobrevivência material.

²⁵³ A consulta bibliográfica não localizou nenhuma pesquisa dedicada a estudar especificamente o movimento trotskista no Uruguai. As informações sobre a presença da Oposição de Esquerda e da IV Internacional entre os grupos políticos daquele país foram encontradas em trabalhos que enfocam o trotskismo na América Latina, sendo as duas principais referências neste campo os seguintes autores: COGGIOLA, Osvaldo. *Historia del Trotskismo en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: RyR, 2006; BROUÉ, Pierre. "O movimento trotskista na América Latina até 1940". In. *Cadernos AEL*, vol. 12, n.22/23, p. 169-191, 2005.

Foi pensando em ampliar as possibilidades de trabalho que Newton Freitas deixou Montevideu, depois de um mês vivendo na capital uruguaia, para “tentar a vida na *grande metrópole portenha*”, como ele mesmo denominou a cidade de Buenos Aires.²⁵⁴ Do outro lado do Rio da Prata havia mais gente conhecida com quem esperava entrar em contato. Lídia não o acompanhou imediatamente, permanecendo ainda por alguns meses no Uruguai. Com pouco dinheiro, o plano era Newton assentar as mínimas condições de vida na Argentina antes que ela pudesse segui-lo. Além disso, Lídia passou a ter um interesse especial em prolongar sua estadia em Montevideu quando surgiu a oportunidade de pesquisar um conjunto de documentos inéditos sobre o Barão de Mauá. Parte do material a que teve acesso estava conservada na antiga estância adquirida na década de 1850 por este importante empresário brasileiro da época do Império e que, no início dos anos 1910, passara a ser propriedade de Buenaventura Caviglia, um imigrante italiano que fez fortuna no Uruguai. A fazenda, batizada de “Santa Blanca” pelo novo dono, localizada na cidade de Mercedes, era famosa pelo imponente casarão, o qual existe até hoje, e que na época era rodeado por aproximadamente 3.600 hectares de terra produtiva. Por algum tempo, Lídia ficaria hospedada ali para realizar a pesquisa. Já a outra parte da documentação pertencia à família do então presidente Gabriel Terra, cuja ligação com Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, ultrapassava a política e os negócios, por se tratar de um amigo íntimo que até sua morte manteve uma estreita ligação com a família.

Pelo visto, a tensão que havia entre o governo de Gabriel Terra, de tendência autoritária, e os exilados brasileiros no Uruguai, especialmente os que conspiravam contra Vargas, não afetou a aproximação de Lídia, ainda uma militante de esquerda, com a família do presidente, tampouco com a família Caviglia, também muito próxima ao poder. O interesse de Lídia em estudar a documentação de Mauá parece não ter esbarrado em nenhum motivo político aparente que pudesse gerar um mal-entendido, mas poderia significar uma barreira (das que já existiam) entre ela e alguns dos antigos companheiros de militância que, vivendo o exílio em Montevideu, tramavam para derrubar o Estado Novo. Mas não só, como alguns dos grupos de opositores ao regime terrista apoiavam a causa dos brasileiros de restaurar a democracia no Brasil, também os brasileiros respaldavam as críticas feitas pela oposição ao governo autoritário do general Gabriel Terra. Diante dessa reciprocidade, poderia configurar razão de desconfiança para a esquerda exilada a notícia de que Lídia mantinha qualquer tipo

²⁵⁴ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos autobiográficos. NF(3) 1-18. Arquivo IEB/USP.

de diálogo com pessoas de estreita ligação com o governo conservador daquele país, o que a afastava ainda mais de suas antigas relações políticas.

De certo modo, por não frequentar os espaços de reunião da militância de esquerda no Uruguai, Lídia não fora submetida ao tipo de vigilância estrita e detalhada que a polícia secreta de Gabriel Terra exercia sobre os exilados políticos do Brasil, em particular os que traficavam ao redor de Flores da Cunha. Apesar de ser aquele um momento de transição no Uruguai, em que o presidente se preparava para deixar a cadeira que ocupou de 1931 a 1933, eleito pelo Congresso, e de 1933 a 1938, como ditador, e de estar em processo de recuo várias medidas de censura e repressão em vigor desde o golpe, a perseguição e a vigilância praticada pela polícia uruguaia sobre os exilados brasileiros era intensa e severa, não correspondendo muitas vezes ao próprio discurso de abertura do regime.

Por trás de tal empenho estava Getúlio Vargas, que continuou forçando a colaboração do presidente uruguaio no monitoramento das atividades “subversivas” de seus inimigos naquele país, mesmo quando a orientação de seus governos começava a se distanciar progressivamente, com o Uruguai abrindo cada vez mais “as vias de comunicação com a oposição, enquanto no Brasil imperava os piores momentos repressivos do recém-implantado estado ditatorial”.²⁵⁵ Vargas pressionava usando o artifício da boa cooperação diplomática que ele e Gabriel Terra estabeleceram, principalmente de auxílio mútuo no controle das forças revolucionárias exiladas de um lado e outro da fronteira. Dentro das regras de asilo político de seu país, Terra negociava e permitia, com algum limite, que sua polícia política coordenasse ações de vigilância e controle com a rede de espionagem de Vargas, o que era suficiente para prejudicar a liberdade de ação dos que conspiravam para derrubar o ditador brasileiro.²⁵⁶

²⁵⁵ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) – 1930/1942*. 2007. 338f. Tese (Doutorado em História). IFCH/Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 272.

²⁵⁶ Jonathan Hartlyn e Arturo Valenzuela, num longo texto publicado no volume doze da clássica coleção dirigida por Leslie Bethell sobre a História da América Latina, ao analisarem as experiências democráticas em vários países latino-americanos, e suas oscilações, retrações e tensões ao longo de quase sete décadas, afirmam que, durante o decênio de 1930 muitos países do continente, no contexto da Grande Depressão, passaram a ser governados por regimes ditatoriais, como foi o caso do Brasil, da Argentina, do Peru, do Uruguai e da Venezuela. O fato de haver concomitância na formação de governos autoritários nestes países, alertam os autores, não deve homogeneizar a leitura dos períodos em que os golpes de Estado foram instituídos. No caso do Brasil e do Uruguai, especialmente devido ao alinhamento político que ocorreu entre os governos de Getúlio Vargas e Gabriel Terra, é ainda mais necessário marcar as peculiaridades que deram feições distintas aos dois períodos de ditadura. Segundo constata, o golpe militar uruguaio, desferido em 31 de março de 1933, não rompeu efetivamente com o passado político do país, o que foi crucial para garantir que não houvesse o desmantelamento geral de várias instituições democráticas, como os partidos políticos, que não foram colocados na ilegalidade, e o Parlamento, que voltou a funcionar após um curto período de suspensão, além de as eleições nacionais sequer terem sido suspensas. No Brasil foi diferente. O golpe getulista pretendeu soterrar de vez a “República Velha” instaurando um estado corporativista e autoritário que restringiu os direitos civis e políticos e centralizou todo o poder ao fechar o Congresso Nacional, comprimindo qualquer vestígio de democracia ao

A preocupação exacerbada de Vargas com os exilados brasileiros no Uruguai, a ponto de dispor de muitos recursos para manter em funcionamento naquele país uma fiscalização ininterrupta sobre seus passos, que cobria especialmente as atividades de Flores da Cunha e seus seguidores, diz muito do potencial revolucionário desse grupo e do perigo que ele representava para o Estado Novo antes de o regime se consolidar. A vigilância de Vargas aos conspiradores afetou os exilados de um modo geral, que raramente se deslocavam de um lugar para outro sem que o governo brasileiro tomasse conhecimento, tal era o nível de infiltração do serviço de espionagem do Brasil em território uruguaio.

Lídia Besouchet deixou o Uruguai quando os planos do ex-governador gaúcho de conduzir um levante armado contra o Estado Novo ainda estavam no auge. Demorou quase cinco anos até que Flores da Cunha reconhecesse que, apesar de todos os esforços, o tempo e as circunstâncias favoráveis à deflagração de um golpe contra Vargas tinham ficado para trás.²⁵⁷ Aos poucos, o movimento que ele habilidosamente conseguira articular, em colaboração com uma rede de aliados dentro e fora do Brasil, foi perdendo consistência, enfraquecido pelas pequenas derrotas que impossibilitaram que o planejamento virasse ação, levando-o, em 1942, a negociar a volta para o Brasil. Muitos dos exilados políticos, tanto os que residiam no Uruguai, e estavam em contato mais direto com Flores da Cunha, como os que viviam na Argentina e ainda os que o apoiavam desde Portugal e França, foram desertando lentamente da ideia de derrubar Vargas por meio de um ataque frontal conduzido por milícias rebeldes.

Para a maioria dos que sofriam com a perseguição do governo brasileiro, o retorno à democracia continuava sendo uma questão vital, mas a tática que empregava o discurso da “revolução” pelas armas pareceu esgotada depois de um determinado momento. Logo, a conspiração de Flores da Cunha perdeu força devido a um conjunto de adversidades, a mudança no cenário político uruguaio foi uma delas. A transição do governo de Gabriel Terra para o seu sucessor provocou alterações substanciais nas regras do jogo político do país. Alfredo Baldomir, que era cunhado do ex-presidente, e que recebeu a patente de General quando ocupava a chefia de polícia de Montevidéu à época da ditadura terrista, sendo um dos colaboradores do golpe e uma das mãos de ferro da repressão, ficou responsável por diluir o regime de exceção transformando-o em algo mais próximo do liberalismo político, e a desobstrução do diálogo com a oposição foi uma das primeiras iniciativas. Contudo, o medo

interromper o processo eleitoral. Por essas características percebe-se de que maneira a esquerda brasileira encontrou recursos mais maleáveis para continuar a praticar a resistência no exílio. Cf. HARTLYN, Jonathan; VALENZUELA, Arturo. “La democracia en América Latina desde 1930”. In. BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina. Política y Sociedad desde 1930*. Vol. 12. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1997. p. 46.

²⁵⁷ BELLINTANI, Adriana. *Op. cit.*

de que a influência nazifascista que acompanhava o conflito mundial crescesse no país levou o governo uruguaio a restringir a liberdade de associação e organização entre os estrangeiros, policiando os grupos que declarassem disposições antidemocráticas ou que sinalizassem qualquer ensejo de ação contra os países de origem, especialmente se se tratassem de países vizinhos, como era o caso do Brasil. As medidas de contenção das práticas conspiratórias e dos discursos revolucionários que feriam a noção de soberania nacional acabaram prejudicando Flores da Cunha e sua derradeira esperança de suplantar o Estado Novo.²⁵⁸

A rigorosa aplicação dessas leis no Uruguai fez com que Buenos Aires, a partir de 1940-1941, substituísse Montevideu como polo de concentração dos exilados da ditadura brasileira no Rio da Prata. A transferência de muitos exilados políticos para a cidade portenha facilitou a formação do último foco de resistência ao regime de Vargas suficientemente combativo, o único que sobrou após a trama conspiratória de Flores da Cunha se desfazer por completo.²⁵⁹ Não obstante algumas atividades ainda se desenrolassem na capital uruguaia, a concentração se transferiu para Buenos Aires, onde um grupo com ideias não totalmente coesas, mas relativamente unido, retomou por outro viés o movimento antigetulista e passou a denunciar o autoritarismo e a repressão que haviam se institucionalizado no Brasil a partir de 1937. Participavam deste bloco alguns dos mesmos comunistas que trabalharam no Uruguai em aliança com o líder gaúcho, além de ex-tenentes chegados do conflito na Espanha, lideranças do PC da Argentina, como Vittorio Codovilla e Rodolfo Ghioldi, este recém-liberto dos porões da ditadura estadonovista, e os liberais Armando Salles e Júlio de Mesquita Filho, que voltavam da França, onde tinham vivido o primeiro exílio.²⁶⁰ Era um grupo com menos contrastes ideológicos do que aquele formado por Flores da Cunha, mas ainda assim

²⁵⁸ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op. cit.*, p. 300-304.

²⁵⁹ No Brasil, entre 1939 e 1941, o PCB praticamente deixou de existir. As prisões e o grande número de militantes que abandonou suas fileiras enfraqueceu o movimento. As organizações que mal e mal sobreviveram estavam fragmentadas em Comitês Regionais, como os da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, que agiam de maneira independente e dissonante. Os exilados tinham, nesse momento, mais poder de mobilização do que aqueles que permaneceram no Brasil. Somente a partir de fins de 1941 o movimento comunista nacional começa a renascer. De acordo com Edgard Carone, isso só foi possível devido à guerra, “que permite as forças internas da oposição se manifestarem, mesmo contra a vontade do governo”. Cf. CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 235.

²⁶⁰ Participaram deste grupo, dentre outros, os militares Dinarte da Silveira, Eliézer Magalhães, Delcy Silveira, Celso Tovar Bicudo de Castro, Paulo Machado Carrion, Alcedo Cavalcanti, Roberto Sisson, José Gay da Cunha e Carlos da Costa Leite, que vindos da Espanha desembarcaram na Argentina com o propósito de planejar a entrada ilegal no Brasil. Entre os civis, podemos citar os comunistas Pedro Motta Lima, Tomas Pompeu Acciolly Borges, Jorge Amado, Fernando de Lacerda, Brasil Gerson, Ivan Pedro de Martins, Mary Mercio e Rosa Meirelles, esposa do Major Costa Leite, cuja casa em Buenos Aires tornou-se referência de encontro entre os exilados comunistas, aliancistas e liberais que trabalhavam contra Vargas e pelo retorno das liberdades individuais e políticas no Brasil. Essas informações podem ser consultas em: DULLES, John W. Foster. *Op. cit.*, p. 222-224; BATTIBUGLI, Thaís. *Op. cit.*, p. 169; RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op. cit.*, p. 300.

heterogêneo, embora nele fosse majoritária a presença de exilados comunistas e ex-militantes da ANL.

Seja como for, a relação de Lúdia e Newton com o PCB continuava se deteriorando. O exílio tornou o fosso que os separava ainda mais profundo. Quando Newton anunciou a ruptura com o Partido, nos primeiros dias de sua chegada ao Uruguai, a notícia só ajudou a erguer a barreira construída anos antes, quando Lúdia sofreu o expurgo junto de seus irmãos. Mas na Argentina a situação se agravava. Instalados definitivamente em Buenos Aires desde 1939, o casal viu crescer a população de comunistas brasileiros na capital portenha nos dois anos seguintes, por conta dos fatores já mencionados, sem que pudessem evitar totalmente o reencontro com velhos amigos, muitos ainda fiéis ao stalinismo, e com um grande número de desafetos, que não nutriam nenhuma simpatia pelo casal e ainda formavam um cordão de isolamento. É importante observar que, mesmo se tratando de um grande centro, as pessoas circulavam mais ou menos pelos mesmos espaços em Buenos Aires, moravam em bairros próximos, frequentavam as mesmas ruas e avenidas, especialmente os estrangeiros que tinham alguma vocação intelectual e política. Os exilados brasileiros, jornalistas e escritores, por exemplo, se encontravam quase sempre nas mesmas livrarias, cafés e oficinas de jornal, que eram pontos de apoio, lazer e trabalho. De acordo com Newton Freitas, Lúdia e ele não tinham muito para onde escapar, pois como carregavam o estigma de “renegados”, de “inimigos da causa operária”, que os comunistas de seu país faziam questão de propagar, foi complicado por algum tempo estabelecer relações de confiança e conseguir trabalho.²⁶¹ No entanto, diferente da breve experiência em Montevideu, onde o casal viveu um inevitável isolamento, em Buenos Aires não só a incorporação com o ambiente social foi maior como também houve uma discreta retomada das atividades políticas, assunto de que falaremos no próximo tópico.

Lúdia desembarcou na capital portenha entre julho e agosto de 1938, apenas alguns meses depois de Newton. O encerramento de sua pesquisa sobre o Barão de Mauá nos arquivos uruguaios finalmente esgotou os motivos que prolongavam sua estada naquele país. Durante o tempo de distância e ausência entre o casal, Newton se empenhou, de um lado, em conquistar espaço como jornalista em Buenos Aires, escrevendo colaborações que oferecia de redação em redação, enquanto Lúdia, paralelamente à pesquisa histórica, escreveu seu primeiro romance, intitulado *Condición de Mujer*. Esta novela, iniciada e concluída no Uruguai, só foi publicada cinco anos depois do livro *Mauá y su época*, que ganhou uma edição pela América Económica, em 1940. Este trabalho, resultado direto de suas

²⁶¹ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos autobiográficos. NF(3) 1-18. Arquivo IEB/USP.

investigações com a documentação pessoal de Mauá, foi todo escrito em Buenos Aires. O livro marcou a estreia de Lília no ensaio histórico-biográfico e seu sucesso levou-a a ampliar a pesquisa para acervos e arquivos da Argentina.

3.2 Buenos Aires, segundo refúgio

As más circunstâncias que empurraram Lília e Newton para o exílio, provocadoras de rupturas, desapontamentos, traumas, dilacerações, em certa medida foram recompensadas por um horizonte de possibilidades que o casal soube aproveitar durante o tempo em que esteve em Buenos Aires. A angústia de viver fora da pátria se transformou para eles, e para tantos outros intelectuais exilados, em força produtiva, tornando a experiência da distância e do deslocamento menos vazia e penosa. No caso específico de Lília e Newton, não se corre nenhum risco ao afirmar que a fase de desterro foi a mais abundante em termos de produção. Não houve em outro momento de suas vidas um período tão fértil em atividade intelectual e cultural. Em Buenos Aires eles realizaram importantes projetos, desempenharam papéis fundamentais de aproximação entre pessoas, textos e ideias, estreitando as trocas culturais entre o país de origem e o país de acolhida, e, como poucos brasileiros que viveram na capital argentina na mesma época, ocuparam posições estratégicas e privilegiadas no universo portenho das letras, oferecendo uma contribuição valiosa, ao longo dos anos 1940, para o aumento significativo da presença do Brasil no cenário artístico-literário daquele país.

Bem antes do exílio, no decorrer da década de 1930, a convivência do casal com escritores e artistas se deu mais por intermédio do Partido Comunista e outras organizações de esquerda, como a ANL, do que pela via literária propriamente dita. A produção escrita de Lília e Newton se restringia basicamente a artigos publicados na imprensa. Mais do que Newton, Lília ainda permitia que sua escrita transbordasse dos temas políticos e com referências na realidade para criar versos e pequenas obras de ficção, que publicou especialmente em periódicos do Espírito Santo. Em jornais e revistas cariocas, Lília também chegou a divulgar alguns trabalhos ficcionais, na maioria das vezes encoberta por um pseudônimo, mas em outros casos, como o da publicação de sua novela infantil “A grande aventura de Julita”, distribuída em série nas edições da revista *O Tico Tico*, entre agosto e outubro de 1934, Lília não só assinou como foi apresentada aos leitores como uma “ilustre escritora”. Ao redor de Lília, neste período, existia, portanto, certa reputação indicando o reconhecimento de sua atividade como escritora, embora limitado à opinião de um universo

restrito de intelectuais e público. Já Newton Freitas só experimentaria a fama de escritor na Argentina, antes disso, era por meio do trabalho jornalístico que era respeitado e conhecido.

Como exilados recém-chegados a Buenos Aires, contudo, Lídia e Newton não passavam de personagens desconhecidos, sobre os quais ninguém tinha ouvido falar. O papel social que exerciam no Brasil, as práticas e o movimento de ideias a que pertenciam e estavam integrados, nesse primeiro contato com a cidade não faziam grande diferença, era um mundo inalcançável dentro de outro de que era preciso se apropriar, para sobreviver e resistir. O exílio era permissão para um recomeço e este partia sempre de experiências anteriores, de habilidades já aprendidas, de vocações existentes. No entanto, e ao mesmo tempo, era o marco zero, o ponto de partida, lugar que exigia reinvenção do caminho percorrido. Nesse sentido, a trajetória intelectual de Lídia e Newton na Argentina não foi construída com base em uma reputação anterior, como eventualmente ocorreria a escritores aplaudidos em seu próprio país e que, em situação parecida, poderiam ver essa notoriedade refletida em um contexto totalmente novo. Foi bem ao contrário, Lídia e Newton se tornaram efetivamente escritores no exílio.

Pensando no todo, não foi longa a espera do casal até que seus nomes começassem a ganhar projeção na paisagem intelectual de Buenos Aires. Ainda em 1938, apareceram artigos assinados por eles em jornais como *La Prensa* e *La Capital*, e aproximadamente um ano depois conseguiram a publicação do primeiro livro, escrito em coautoria.²⁶² Esses êxitos iniciais foram importantes, mas não suficientes para melhorar a situação precária em que viviam, contando apenas com a remuneração paga pelos jornais por cada contribuição feita, ou seja, um dinheiro que não vinha com a necessária regularidade. Até que os dois conseguissem posições mais sólidas e assíduas de trabalho foi preciso lidar com percalços e privações. O ano de 1938, o primeiro no exílio, foi naturalmente o mais penoso e complicado. Newton Freitas, por ter sido o primeiro a chegar à capital argentina, enquanto Lídia permaneceu em Montevideú, encarou talvez momentos de maior contingência, de não saber o que esperar para o dia seguinte. Sem falar uma palavra de espanhol, portando um passaporte falso, sem fazer a mínima ideia de onde ficar, Newton atravessou o Rio da Prata e chegou àquela que para ele era a “terra prometida” da América do Sul:

²⁶² A coletânea de textos *Diez escritores del Brasil* foi lançada em 1939 pela Editora M. Gleizer e recebeu boa atenção da crítica, que considerou o livro imprescindível para aqueles que pretendiam conhecer um pouco da literatura brasileira. A maioria dos textos reunidos se tratava de artigos que já havia sido publicada na imprensa. No próximo capítulo, serão abordados mais detalhes desta e de outras publicações do casal.

Com documento de identidade falso, tomei um navio que fazia a travessia Montevideu-Buenos Aires [...]. Viajava curto de dinheiro, talvez o suficiente para passar uma semana. A espera na Aduana me parecia enorme, principalmente para mim que não levava documentação legal [...]. Tentava passar a vigilância da alfândega. Nesse momento, ao entregar meus documentos, fui retirado da fila e introduzido numa sala ao lado. Tremi nos alicerces mas sem dar o menor sinal de nervosismo. Já no outro compartimento para onde me levaram, um medico perguntou-me se era a primeira vez que entrava na Argentina e diante de minha resposta positiva [...] mandou que entrasse o seguinte [...]. Assim, estava livre dos tramites aduaneiros.²⁶³

A maior preocupação de Newton Freitas era ser reconhecido pelas autoridades argentinas como fugitivo político, o que poderia levá-lo para a prisão ou, considerando opção mais drástica, de volta ao Brasil. Poucos dias antes, um grupo de brasileiros formado por militares comunistas, que pretendia embarcar rumo à Espanha a partir de Buenos Aires, foi preso ao desembarcar em território argentino. Dinarco Reis, os irmãos Delcy e Eny Silveira, Homero Jobim e Nelson de Souza Alves, os oficiais capturados, conseguiram fazer chegar à redação do jornal *Crítica*, de Natalio Botana,²⁶⁴ um bilhete explicando as circunstâncias da prisão e alertando que o desaparecimento de qualquer um deles seria de responsabilidade da polícia daquele país. A publicidade do caso surtiu efeito, e os militares foram soltos em 23 de janeiro de 1938, não sem antes assinarem um termo de compromisso certificando que não trocariam de endereço sem aviso prévio.²⁶⁵ Isso aconteceu menos de um mês antes de

²⁶³ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos autobiográficos. NF(3) 1-18. Arquivo IEB/USP.

²⁶⁴ O uruguaio Natalio Botana chegou a Argentina em princípios da década de 1910. Em Buenos Aires, por conta dos contatos familiares, conseguiu ingressar no periodismo, como redator do importante diário *La Razón*. Passou ainda pela redação de outros jornais, até decidir fundar o seu próprio veículo. Em 1913, aos 25 anos, Botana inaugurou *Crítica*, que passou a competir com grandes jornais como *La Nación* e *La Prensa*, que tinham uma orientação conservadora e se dirigiam especialmente às elites e à alta sociedade da capital. *Crítica* surgiu como um diário popular, que misturava política, crônicas policiais, sensacionalismo, esportes e um suplemento cultural de excelente nível, que contou com colaborações de escritores como Jorge Luis Borges, Roberto Arlt, Ulyses Petit de Murat, Conrado Nalé Roxlo, Enrique González Tuñón e outros nomes de igual relevo. Em sua primeira fase, de 1913 a 1922, o jornal seguiu uma linha conservadora de base popular. Mais tarde, o diário começou a se interessar pelas ideologias de esquerda, e passou a publicar tanto Trotsky, quanto autores anarquistas, numa confusa alternância de ideias, sem deixar de apoiar totalmente os políticos conservadores. Somente em fins da década de 1920 o jornal *Crítica* assumirá uma preferência política, que se confirma na década seguinte, se aliando à corrente socialista. Com a Guerra Civil Espanhola, Natalio Botana, proprietário e diretor do jornal, fará dedicada campanha a favor da causa republicana, tornando-se o principal defensor dos exilados políticos espanhóis na Argentina. Também nesta mesma época, *Crítica* abriu espaço para a colaboração de brasileiros que defendiam a queda de Getúlio Vargas, sendo igualmente um forte opositor do governo de Gabriel Terra no Uruguai. Para conhecer mais sobre o jornal *Crítica* e seu fundador, segue indicação de leitura: SAÍTTA, Sylvia. *Regueros de tinta: el diario Crítica en la década de 1920*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998. SEBRELI, Juan José. *Crítica de las ideas políticas argentinas: los orígenes de la crisis*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2011. Sobre o envolvimento de Natalio Botana com a causa republicana, ler: SCHWARZSTEIN, Dora. “La llegada de los republicanos españoles a la Argentina”. In. *Proyecto Clío*, n. 19, 2000. Este artigo pode ser consultado no sítio eletrônico: <http://clio.rediris.es/exilio/argentina/exilio_argentina.htm>

²⁶⁵ BATTIBUGLI, Thaís. *Op. cit.*, p. 127.

Newton chegar à Argentina. O episódio deve ter alcançado o conhecimento da maioria dos exilados brasileiros em Montevideu, de onde vinham os tenentes. Newton provavelmente soube antes de embarcar, mas apesar dos riscos não adiou a viagem.

Tal como ocorria no Uruguai, também com o governo da Argentina o Brasil manteve uma política de cooperação visando à repressão ao movimento comunista. As polícias políticas dos dois países trabalhavam de maneira coordenada na vigilância e controle dos exilados. Havia agentes brasileiros atuando diretamente no país vizinho, coletando informações sobre a movimentação dos comunistas brasileiros que viviam em Buenos Aires, as quais chegavam até o presidente Vargas por meio de relatórios enviados ao chefe da Delegacia de Segurança Política e Social, no Rio de Janeiro (DESPS). A polícia política argentina recebia orientações específicas que geralmente eram repassadas pela Embaixada do Brasil, expedidas como conteúdo secreto, solicitando que esta focasse em tal ou qual pessoa ou grupo. Dependendo da situação, quanto mais suspeita, a ordem poderia ser, além de uma vigilância meticulosa, a prisão ou a repatriação. Os agentes da polícia argentina eram especialmente sensíveis a qualquer sinal que indicasse aproximação entre comunistas brasileiros e a militância de esquerda do próprio país, o que fazia aumentar a vigilância. Toda a atividade que o governo brasileiro realizava de monitorar os exilados do Brasil na Argentina era, a princípio, sigilosa. Acreditava-se que toda a operação era feita sem que os alvos soubessem que eram vigiados de tão perto, quando, na verdade, ninguém ignorava a atuação conjunta do aparelho repressor dos dois países, embora não pudessem evitar.²⁶⁶

Devido à atuação revolucionária do grupo de militares comunistas no Brasil, a qual continuou no Uruguai, e suspeitava-se que a mesma não se interromperia na Argentina, foi que Vargas concentrou esforços em vigiar este grupo, mantendo um pouco mais frouxa a supervisão aos brasileiros civis ou entre aqueles que não tinham mais um contato tão direto com o PCB. Esses eram menos visados e não retinham tanto a atenção da polícia. Já os militares, grande parte que se refugiara na região do Prata tinha sentenças de condenação a cumprir no Brasil, em virtude dos processos abertos contra os envolvidos no Levante Comunista de 1935. A prioridade de Getúlio era não perder este grupo de vista.

Portanto, pode-se dizer que o nome e o rosto de Newton Freitas não estavam entre os primeiros da lista do sistema de vigilância da polícia argentina.²⁶⁷ Assim, apesar da carência

²⁶⁶ Citar Battibugli (p. 55). CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: UNB, 1993. Falar da ramificação da DESPS na Argentina.

²⁶⁷ Mais adiante falaremos das informações encontradas nos prontuários policiais de Lúcia Besouchet e Newton Freitas, e outros documentos produzidos pela DESPS, que mostram que o casal também teve seus passos vigiados pelo serviço secreto da polícia de Vargas na Argentina. Os registros apontam que nada escapava: o

de recursos, seu desembarque em Buenos Aires aconteceu sem sobressaltos no dia 18 de fevereiro do ano de 1938. A primeira semana na capital portenha Newton passou em companhia de dois brasileiros que conheceu ainda na fila da alfândega. Um deles, que havia trabalhado no jornal *A Platéia* (1888-1942), de São Paulo, o reconheceu por conta de suas visitas à redação deste periódico, durante o ano de 1935, para tratar da revisão de material junto com Brasil Gerson, então diretor do diário. Neste ano, *A Platéia*, jornal que se intitulava independente e de oposição, apoiava abertamente a ANL. Muitos dos que apareciam nas páginas de *A Manhã*, de Pedro Motta Lima, jornal comunista e aliancista do Rio de Janeiro, também faziam presença neste órgão paulista que se ocupava da campanha da frente popular. Para este jornal, Newton escreveu uma reportagem de página inteira sobre o sistema carcerário no Brasil, tomando por exemplo as prisões das grandes capitais, que foi publicado em edição de setembro de 1935. Lídia também publicou em *A Platéia*, como representante da União Feminina do Brasil.

Newton não conhecia nenhum dos dois brasileiros que estavam entrando legalmente na Argentina para tratar de negócios, mas foi convidado a trabalhar com eles durante o tempo em que estivessem na capital. Além do dinheiro para as despesas de primeira necessidade, a dupla pagou o seu alojamento no mesmo lugar em que ficaram instalados, “um hotel velhusco, porém confortável”, na Avenida de Mayo. De acordo com Newton, a oferta foi muito bem-vinda, era a brecha que precisava “para tomar contato com alguns amigos que já estavam ambientados em Buenos Aires”.²⁶⁸

Sua primeira tentativa de conseguir trabalho fixo em um jornal argentino aconteceu por meio do jornalista Barreto Leite Filho, companheiro de militância de longa data. Juntos estiveram presos por mais de um ano na Casa de Correção da rua Frei Caneca. Os dois foram capturados pela polícia no mesmo período, logo depois da insurreição armada. Barreto Leite deixou a prisão em julho de 1937, após ser absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Livre, voltou à militância política, apoiando o trabalho desenvolvido pelo Partido Operário Leninista (POL), que contava com a participação do grupo de adeptos de León Trotsky no Brasil, inclusive Lídia, Augusto e Marino Besouchet, como já mencionado. Às vésperas do golpe que implantou o Estado Novo, Barreto Leite deixou o Brasil para se exilar pela segunda vez em Buenos Aires, a primeira havia sido poucos anos atrás por ocasião da “Revolução de 1930”, que o manteve fora do país até 1934. Quando Newton Freitas chegou à

endereço de residência, o local de trabalho, com quem falavam ou trocavam correspondência, tudo era anotado e notificado às autoridades brasileiras.

²⁶⁸ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos autobiográficos. NF(3) 1-18. Arquivo IEB/USP.

Argentina, o amigo jornalista, que também vinha se afastando lentamente do engajamento político, já estava acomodado à nova situação, trabalhava numa agência que lhe proporcionava ordenado suficiente para que levasse “a mesma vida que levara no Rio, de jornalista bem pago”. Newton por um tempo se apegou à esperança de que o amigo pudesse lhe arranjar uma colocação no mesmo jornal em que trabalhava ou em algum outro com o qual tivesse relações, o que não aconteceu. A convivência com Barreto Leite, no entanto, com quem Newton “costumava conversar até tarde da noite, depois de jantar num restaurante da Corrientes e ir ao cinema”, lhe permitiu ir pouco a pouco frequentando a mesma roda de camaradagem, onde conheceu alguns jornalistas argentinos e o tradutor Benjamin de Garay,²⁶⁹ de quem logo se aproximou após este aceitar a incumbência de dali por diante traduzir alguns de seus trabalhos, que escrevia e “ia apresentando nas redações e revistas locais”.²⁷⁰

Assim foi que Newton Freitas começou a penetrar no ambiente intelectual portenho. Uma relação acabava levando a outra e, apesar de Newton circular e frequentar lugares com certa classe e luxo, vivia ainda em condições bem modestas. Antes de Lídia chegar a Buenos Aires, Newton dividia um pequeno quarto com um garçom de origem galega que trabalhava no Café Tortoni, na época um dos mais famosos pontos de encontro de escritores, músicos, pintores, jornalistas e celebridades. Há nos breves textos autobiográficos que Newton escreveu, mas não publicou, especialmente naqueles em que conta um pouco sobre os primeiros dias na terra de exílio, um ponto de pensamento e lembrança que se repete: “a falta de dinheiro”, “os dias amargos”, “a fome”, “as provações”, “as misérias”, “a pobreza”, “a urgência por conseguir trabalho”. Por um bom tempo, Newton se sentiu frustrado com o insucesso de suas tentativas para publicar artigos com sua assinatura nos jornais de Buenos

²⁶⁹ Benjamin de Garay foi, na década de 1930 e 1940, o principal tradutor de autores brasileiros para o mercado editorial argentino. Neste período, esteve empenhado em vários projetos que visavam à difusão da literatura do Brasil na Argentina, um dos mais importantes se deu pela editora Claridad, onde dirigiu a coleção “Biblioteca de Novelistas Brasileños”. O seu interesse pelo cenário literário e artístico do Brasil o levou a viver em São Paulo na década de 1920, quando conheceu Mário de Andrade, Afonso Schmidt, Menotti del Pichia, Monteiro Lobato e muitos outros escritores ligados à vanguarda modernista. Monteiro Lobato foi um dos primeiros autores brasileiros apresentados por Garay em seu país. Para o antropólogo social Gustavo Sorá, que se debruçou sobre o tema das relações culturais entre o Brasil e a Argentina por meio da tradução de autores brasileiros para o espanhol, Benjamin de Garay foi hábil em mobilizar o capital de relações e as trocas que estabeleceu com o mundo literário do Brasil nos anos 1920 porque foi o que lhe proporcionou nas décadas vindouras uma posição de destaque na área. O seu nome, aliado ao reconhecimento do seu trabalho, criou condições para que a literatura produzida no Brasil fosse recebida e apreciada na Argentina. E ao que tudo indica a via contrária também se deu. Garay foi bastante produtivo nas traduções que realizou de autores argentinos para o português, fechando o ciclo do seu empenho em estimular o intercâmbio cultural e editorial entre os dois países. Cf. SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003. p. 114-120. A duradoura relação de amizade e trabalho entre Benjamin de Garay e Graciliano Ramos pode ser conhecida pela correspondência que este último trocou com o tradutor argentino entre 1935 e 1938, a qual foi organizada, comentada e publicada pelo escritor Pedro Moacir. Cf. MAIA, Pedro Moacir. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Bahia: EDUFBA, 2008.

²⁷⁰ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos autobiográficos. NF(3) 1-18. Arquivo IEB/USP.

Aires. Segundo ele, esta dificuldade era imposta pela interferência direta e negativa dos comunistas brasileiros que se encontravam na Argentina, os quais, por considerá-lo um “traidor da classe operária”, faziam com que não só ele como muitos outros ex-militantes do PCB taxados de “inimigos” e “trotskistas”, no pior sentido do termo, tivessem que tomar caminhos mais longos para concretizarem um projeto. Newton afirma que era comum o método da calúnia e da intriga. Uma delas era bastante grave, acusava-o de ser um agente infiltrado da polícia brasileira. Sobre esses obstáculos, detalha:

Eu já estava sem centavo e pobre tem muita pressa! Havia nessa época muitos exilados brasileiros em Buenos Aires. Aliás, exilados de toda a América. A luta pela vida era enorme porque esses exilados eram, na sua maioria, escritores e jornalistas. Apesar de estarmos na cidade mais rica da América Latina, a luta era dura. Havia muitos exilados brasileiros, mas eu não estava em boas graças com o Partido Comunista. Era, pois, um renegado [...]. Contava, portanto, com inimigos poderosos. Era-me difícil evita-los, pois todos nós procurávamos o mesmo fim, que era colaborar na imprensa argentina. Às vezes eu conseguia furar a rede, a barreira dos inimigos, acobertado sob pseudônimo. Mas em seguida eles estavam lá para destruir-me. Às vezes eu era um agente da polícia de São Paulo. Outras vezes, da polícia do Rio. Assim me afastaram por algum tempo dos exilados que me poderiam ser úteis [...]. E a luta pela vida era cada vez mais dura.²⁷¹

Era realmente abundante a presença de escritores e artistas exilados na cidade de Buenos Aires, mas Newton acreditava que sua situação era pior do que deveria ser não por conta da comunidade de estrangeiros que abrigava muitos intelectuais, os quais também buscavam um meio de sobrevivência condizente com suas aptidões, e sim por culpa dos comunistas que o perseguiram por associar a sua identidade a de um inimigo político, indigno de confiança. Sabemos que o PCB, “seguindo orientação internacional, proibiu qualquer contato, inclusive de amizade, de seus militantes com os seguidores de Trotsky”, e que mesmo após o fim dos Processos de Moscou as perseguições aos opositores continuaram. Jorge Ferreira diz que, no Brasil, o mito da personificação do mal que envolvia a imagem que os comunistas tinham dos trotskistas não era tão insanamente terrível e demoníaca como a que povoava o imaginário dos soviéticos.²⁷² Os medos e os receios eram os mesmos, mas os comunistas brasileiros não se nutriam de um “ódio” extremo, a ponto de existir entre nós massacres físicos aos trotskistas. Eram feitas campanhas nos órgãos oficiais, usando palavras repulsivas, inflamadas, atacando a reputação dos acusados de dissidência, esses eram expulsos

²⁷¹ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Textos autobiográficos. NF(3) 1-18. Arquivo IEB/USP.

²⁷² FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2002. p. 162-165.

do Partido, às vezes denunciados aos agentes da repressão, também era comum as expressões *trotskistas* e *policiais* serem usadas como sinônimas, mas nada além. Se a hostilidade dos comunistas causou, como deve ter causado, os prejuízos que Newton acredita em sua vida de exilado recém-chegado ao destino, dificultando a publicação de seus trabalhos na imprensa, isto durou poucos meses, afetando apenas esta fase inicial e crítica de adaptação e transição.

O primeiro artigo que publicou na imprensa argentina sem fazer uso de codinomes saiu num grande jornal. Era um texto biográfico sobre Euclides da Cunha e entrou no suplemento literário de *La Prensa*, na edição de 5 de junho de 1938. Foi para Newton motivo de orgulho e expectativa ver um trabalho seu aceito e publicado em um diário que era, ao lado de *La Nación*, o de maior vendagem e circulação na Argentina. Depois disso, acompanhando o registro de sua produção, nota-se que o tempo de publicação entre um artigo e outro foi se tornando cada vez menos espaçado. Além de continuar publicando nos jornais de Buenos Aires, a partir de dezembro do mesmo ano suas colaborações passaram a alcançar também a imprensa de outros países, como Colômbia, Chile, México e Peru. Aos poucos, seu nome se tornava conhecido. Mas segundo o próprio Newton pondera em sua narrativa de memória, ainda que a partir de determinado momento os “inimigos” não pudessem mais prejudicá-los economicamente, a má vontade, a rejeição e alguns constrangimentos continuaram regulando sua relação e a de Lídia com os militantes do PCB.

A grande dificuldade que os dois encontraram de se socializarem com os exilados do Estado Novo em Buenos Aires, por conta desta tensão com os comunistas, com o tempo acabou levando-os a uma integração maior com os próprios argentinos e a uma aproximação muito mais efetiva com outro grupo de refugiados políticos, os espanhóis republicanos. Isso não significa que o grau de isolamento ou as barreiras de aproximação com a comunidade de brasileiros exilada na Argentina tenha chegado, obviamente, ao extremo de impedir ou privá-los do convívio com pessoas da mesma nacionalidade, estivessem essas desterradas ou só de passagem pelo país. A relação de Newton com Barreto Leite e sua amizade com Júlio de Mesquita Filho ²⁷³ são bons exemplos disso, e também é preciso mencionar os frequentes

²⁷³ Newton Freitas e Júlio de Mesquita Filho se tornaram amigos em Buenos Aires, nos tempos de exílio. A admiração de Newton pelo então jornalista, que era diretor e proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, o levou a buscar com ele relações mais estreitas. Mesquita Filho era conhecido por sua convicção antigetulista. Seu jornal refletia essa orientação, era um dos poucos veículos da grande imprensa a ter uma postura de aberta oposição a Vargas. Apenas por um curto período, que vai do deflagrar da “Intentona Comunista” ao golpe de novembro de 1937, *O Estado de S. Paulo* abrirá mão do seu tradicional discurso legalista e democrático para apoiar Vargas em sua caça aos comunistas, fazendo concessões e defendendo como necessárias as medidas de segurança nacional que serviriam para conter o avanço dos bolchevistas no Brasil. Segundo Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, “essa situação de conciliação em que, de um lado, em nome do perigo comunista, o governo central se fortalecia e, de outro, em nome do mesmo perigo comunista os liberais transigiam em suas

encontros com amigos e conhecidos que chegavam do Brasil geralmente para participar de conferências, exposições e outros eventos na capital portenha e que eram recepcionados pelo casal, como foi o caso de Orígenes Lessa, Gilberto Freyre e Augusto Frederico Schmidt. Essa questão, a de estabelecer uma boa convivência com os brasileiros exilados no Prata, tentando ao máximo superar as vibrações hostis e as situações inoportunas, que o estigma da condição de ex-pecebistas provocava, foi incômoda para Lídia e Newton até aproximadamente o ano de 1942, quando a maioria dos militantes do PCB e demais lideranças políticas de oposição à ditadura no Brasil iniciaram o processo de retorno ao país.

A volta de muitos exilados entre 1942 e 1943, portanto antes da anistia, foi motivada principalmente pelo realinhamento do discurso de Vargas como um reflexo da conjuntura internacional. Pressionado a assumir um posicionamento claro diante das forças polarizadas no conflito europeu, Vargas finalmente declarou, em agosto de 1942, que seu governo apoiaria as potências democráticas. O anúncio de que o Brasil entraria na guerra contra os países do Eixo colocou a luta antifascista novamente no centro tático da esquerda. O resultado disso foi a substituição de um discurso revolucionário, que já estava enfraquecido, por uma política de “União Nacional”, que previa a retomada estratégica da aliança entre o proletariado e todos os setores que se dispusessem a combater o reacionarismo.²⁷⁴

Os comunistas brasileiros, abrigados em Buenos Aires e Montevideu, acompanhando a reorientação do PCB nesse sentido, quer dizer, concordando em assumir incondicionalmente a questão da *democracia* como pauta dominante, no lugar da via insurrecional, e influenciados igualmente pelo anti-totalitarismo que se generalizava em boa parte do continente americano, decidiram regressar ao Brasil para apoiar a política externa do presidente. Tudo, de certa

posições, teve seu desfecho no golpe de 1937” (p. 55). Depois disso, desafiando a censura, o jornal voltou a atacar a plenos pulmões o governo de Vargas. Preso por diversas vezes durante o ano de 1938, em novembro Mesquita Filho foi expatriado. Viajou primeiro para a França, onde permaneceu por pouco tempo. De lá, foi para os Estados Unidos, deixando este país em julho de 1939 para ir viver na Argentina. No exílio, Mesquita Filho continuou a luta política. Do exterior, manteve farta correspondência com família e amigos, que o informavam detalhadamente de tudo o que acontecia no Brasil. É assim que fica sabendo da invasão da polícia ao seu jornal, em março de 1940, e da transferência logo em seguida de sua propriedade para o domínio estatal. Seu jornal só seria devolvido em dezembro de 1945, após ser ocupado por cinco anos por representantes do governo. Sobre o jornal *O Estado de S. Paulo* e seu posicionamento político na transição da Primeira República para a Era Vargas, recomenda-se a leitura de CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia Coelho. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. Para uma análise sobre o jornal no período subsequente, marcado pela Segunda Guerra Mundial, ler COSTA, Alexandre Andrade da. *Caleidoscópio político: as representações do cenário internacional nas páginas do jornal O Estado de São Paulo (1938-1945)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

²⁷⁴ Para detalhes sobre a política de “União Nacional” assumida pelo PCB a partir de 1939 até o fim da Segunda Guerra Mundial, e os antagonismos que regeram a adoção dessa linha tática pelos comunistas, recomenda-se a leitura da tese de doutorado do historiador Carlos Zacarias de Sena Júnior. Cf. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível, 1936-1948*. 2007. 463f. Tese (Doutorado em História). CFCH/UFPE, Recife, 2007.

forma, era resposta à comoção que pairava em torno da luta contra o regime de terror nazifascista, aprofundada após os Estados Unidos entrar na guerra ao lado da URSS. Defender o Brasil e a “pátria socialista” da agressão germânica era o que embasava a trégua que os comunistas ensaiavam em relação ao governo de Vargas. Na verdade, mesmo conscientes dos riscos que espreitavam a decisão de voltar ao país, muitos exilados se prontificaram a fazer a travessia de retorno movidos pelo entusiasmo de contribuir com o governo brasileiro na campanha contra o Eixo, o que significava uma improvável e contraditória aproximação de um partido ilegal e seus militantes, alvos prediletos da repressão, com o chefe da ditadura.

Em sua maioria, os exilados entraram em território nacional clandestinamente, por meio das mesmas rotas que lhes serviram de fuga anos atrás. O grupo de opositores que, por um tempo, fez de Buenos Aires o único lugar de onde era possível ouvir vozes combativas ao Estado Novo, denunciando os métodos violentos e autoritários do regime, se dissipou depois de 1942, induzido pela nova conjuntura. Praticamente ninguém desse núcleo permaneceu no exílio após o Brasil pactuar com as forças democráticas. Os comunistas aderiram à ideia do retorno impelidos por uma única lógica: ajudar a pôr em prática a estratégia da frente ampla contra o fascismo, já considerando Vargas um aliado. Outros, como os liberais, que também faziam parte do bloco de resistência à ditadura getulista no exterior, viram no momento uma oportunidade de reaver os seus lugares no palco dos acontecimentos nacionais, assim não voltavam necessariamente carregando a bandeira da “União Nacional”.

Muitos dos que retornaram, no entanto, talvez ao contrário do esperado, logo que pisaram em território brasileiro, ou pouco tempo depois, foram capturados e encaminhados para a prisão, assim foi com vários oficiais e ex-aliancistas, como Roberto Sisson, Carlos da Costa Leite, David Capistrano, José Correa de Sá e José Gay da Cunha, e assim foi com o empresário e jornalista Júlio de Mesquita Filho, que após breve passagem por um presídio do Rio de Janeiro foi enviado para São Paulo e mantido até o fim do Estado Novo em prisão domiciliar. No mesmo período, Barreto Leite também deixou a Argentina, voltando para o Brasil para se tornar o primeiro correspondente de guerra na Europa.

Ao contrário da grande leva de brasileiros que decidiu voltar para casa, Lídia e Newton permaneceram em Buenos Aires. Politicamente não havia nenhuma motivação para o retorno, pois além de continuarem discrepando da linha do PCB, discordavam em particular da posição polêmica que o Partido assumira naquele momento, ou seja, de apoiar Vargas como líder democrático na luta antifascista. A abertura política, prometida para acontecer de modo gradual, não promoveu nenhuma mudança significativa na estrutura que o governo

consolidara, pois o país continuava sendo regido por uma ditadura que impunha as regras por meio da repressão e da censura. Muitos dos que voltaram, e foram presos, só teriam a liberdade novamente com o fim do estado de exceção, o que prova que Vargas não encarou o fator “união” sob a mesma ótica dos comunistas. Além disso, a vida do casal no exílio finalmente ganhava prumo e alguma estabilidade. Em 1942, foi lançado por editoras argentinas um total de cinco livros do casal, um deles era a segunda obra de Lília sobre Mauá e os outros quatro se tratavam de volumes escritos por Newton. Também neste ano *Mauá y su época* ganhou edição em português, tornando-se o primeiro livro de Lília a ser publicado no Brasil. Tal produtividade refletia o vínculo cada vez mais estreito dos dois com o ambiente intelectual portenho. Assim, quanto mais suas perspectivas profissionais se alargavam, menos atraente e viável parecia a ideia de retornar ao Brasil, ao menos dentro de um futuro próximo.

Figura 10 – Lília Besouchet. Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Buenos Aires. 1940.
Fonte: Acervo pessoal de Augusto Newton Goldman.

Os quatro anos que se passaram entre a chegada de Lília e Newton à Argentina e o movimento de regresso de boa parte dos brasileiros que se exilaram no Cone Sul foram suficientes para determinar duas coisas no percurso de exílio do casal: o afastamento

progressivo da militância política – e de um engajamento cultural pautado prioritariamente nesta lógica – e a imersão numa atividade intelectual que tinha como principal prerrogativa divulgar os aspectos culturais do Brasil no exterior. Esta iniciativa de apresentar ao público argentino a cultura brasileira, especialmente as artes e a produção literária, por meio de artigos na imprensa, conferências e projetos editoriais, tinha num primeiro momento finalidades mais práticas do que subjetivas ou ideológicas. Bem no princípio, projetar o Brasil como tema de análise e reflexão, ainda que fosse uma escolha óbvia de afinidade e interesse, foi talvez, e, além disso, uma questão de necessidade, de estabelecer uma estratégia de trabalho que, por sua relevância, pudesse criar uma dinâmica de produção, publicação e renovadas demandas que bastasse para garantir aos dois as condições materiais de que dependiam para sobreviver no exílio.

Com o correr do tempo, as atividades culturais de Lídia e Newton na Argentina foram se coordenando com visões e projetos mais sistemáticos de cooperação cultural. O período de 1938 a 1942 foi definitivo para firmar as condições que permitiram ao casal alinhar esse trabalho independente e de certo modo avulso de divulgação e intercâmbio cultural, que vinham realizando desde que chegaram a Buenos Aires, a um movimento anterior e mais abrangente de trocas culturais que era promovido não só pelo governo dos dois países, por meio de suas respectivas diplomacias, como também por intermédio de instituições e atores sociais que, em colaboração com as políticas de Estado ou individualmente, também se envolveram com os projetos de aproximação cultural entre o Brasil e a Argentina, e de integração da cultura brasileira com o universo cultural latino-americano.²⁷⁵

O entrelaçamento de suas ações com iniciativas estratégicas, voltadas pontualmente para a intensificação do fluxo das relações culturais entre os dois países, teve íntima relação com o fato de os dois terem passado a ocupar cargos públicos em órgãos do governo brasileiro instalados em Buenos Aires. Em 1940, tanto Lídia quanto Newton foram nomeados para desempenhar funções nos quadros do serviço de relações internacionais do Brasil na Argentina. Lídia entrou para o Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Buenos Aires, órgão que era ligado ao antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e Newton foi admitido para o Serviço de Imprensa da Embaixada do Brasil. Apesar de serem entidades independentes, submetidas a dois ministérios distintos, em essência, o escritório comercial e o setor de imprensa do Itamaraty realizavam atividades bem semelhantes, atuando

²⁷⁵ A relação diplomática entre os governos do Brasil e da Argentina passou por uma revisão de postura a partir da crise de 1929. CAVLAK, Iuri. *A política externa brasileira e a Argentina peronista (1946-1955)*. São Paulo: Annablume, 2008.

de modo complementar na tarefa de difundir os valores da cultura, da política e da economia brasileiras no exterior. Com isso, o casal se apropriou também de um lugar de fala oficial, de onde se expressavam como porta-vozes de um interesse que estava acima de suas pretensões pessoais, o que não deixou de ser um passo importante para consolidar o papel de promotores e mediadores de cultura, os quais ambos assumiram praticamente como uma situação inseparável de suas vidas no exílio.

Foi daí em diante que o trabalho que já faziam desde que desembarcaram em Buenos Aires, de apresentar a literatura brasileira, de trabalhar pela tradução e publicação de obras de autores destacados do Brasil em língua espanhola, de estimular o trânsito e o contato de escritores, ampliando e fortalecendo os laços intelectuais dos dois lados da fronteira, de assumirem eles próprios a tarefa de intérpretes da cultura nacional, ganhou novo fôlego e maior evidência. Mais do que isso, quando se trata de analisar o movimento de encontro e diálogo entre a produção cultural brasileira e argentina, sobretudo se se toma como critério o caráter contínuo, diversificado e duradouro das ações dos intelectuais que contribuíram nesse sentido ao longo da década de 1940, Lídia e Newton acabam se destacando como uma das referências principais. Apesar de o esforço de aproximação cultural entre a Argentina e o Brasil ter envolvido uma complexa rede de colaboradores, incluindo de modo especial os setores da intelectualidade, naquele decênio o casal foi sem dúvida um dos protagonistas deste empenho de disseminar na Argentina o conhecimento sobre a cultura brasileira.²⁷⁶

O desempenho eficiente da dupla nesta função estratégica de intermediários culturais no contexto da capital portenha tem a ver com uma série de fatores, mas um deles foi essencial, a relação de intimidade, e a livre circulação, que Lídia e Newton conseguiram manter com os meios artísticos e literários tanto da região do Rio da Prata, consolidada ano a ano no exílio, quanto com o reduto da arte e da escrita do próprio país. O cuidado em manter sempre ativa estas conexões intelectuais facilitou que o casal tivesse uma participação de relevância na confluência das manifestações culturais dos dois países, ajudando a criar novos laços e a reforçar os já existentes, como foi o caso exemplar de Mário de Andrade, que após um contato inicial com escritores e artistas da vanguarda argentina na década de 1920, retomou sua relação com o universo literário argentino por intermédio particularmente de

²⁷⁶ Além de Lídia Besouchet e Newton Freitas, outros escritores brasileiros cumpriram a função de divulgar a literatura e as artes brasileiras durante o tempo de exílio em Buenos Aires. Gustavo Sorá cita, além do casal, o exemplo de Monteiro Lobato e Jorge Amado, e define o conjunto da colaboração desses intelectuais, no esforço de fazer a ponte entre as duas culturas, de “exilios productivos”. Esta menção é apenas um registro, já que aprofundaremos este debate no capítulo seguinte. Cf. SORÁ, Gustavo. *Op. cit.*, p. 142-152.

Newton Freitas, como ressalta em sua pesquisa a historiadora da arte Patrícia Artundo.²⁷⁷ Portanto, sem essa relação cotidiana, prolongada e estreita do casal com escritores, tradutores, jornalistas e editores do mundo da intelectualidade rioplatense, que durou por mais de uma década, não seria possível para o casal assumir essa posição central e privilegiada como interlocutores entre as duas fronteiras culturais.

Mas para entender como as condições ideais se formaram ao redor dos dois, propiciando que desenvolvessem com entusiasmo a tarefa de divulgação e integração do Brasil em relação à Argentina, mas também da cultura brasileira com o todo latino-americano, é preciso olhar de volta para o ano de 1938, para o primeiro ano de exílio, quando outro personagem de singular importância apareceu na vida do casal.

Depois do escritor e tradutor Benjamín de Garay, o segundo encontro definitivo e marcante de Newton Freitas com um argentino foi com o ilustrador e artista plástico Héctor Bernabó, mais conhecido como Carybé (1911-1997). Enquanto Garay teve um papel fundamental na estreia de Newton Freitas na imprensa argentina, ao assinar com seu prestígio de maior tradutor de obras brasileiras para a língua espanhola vários artigos de Newton que saíram nos jornais da capital, Carybé, por sua vez, foi uma presença e uma influência constante durante toda a fase produtiva de Newton no exílio. A relação de amizade e de trabalho que os dois estabeleceram foi praticamente instantânea. Newton conheceu Carybé numa de suas peregrinações rotineiras pelas avenidas onde se concentravam as redações de revistas e jornais, lugares por onde passava, mesmo sem conhecer ninguém, para se apresentar e oferecer colaborações. Na verdade, Newton conheceu os irmãos Bernabó, Héctor, Arnaldo e Roberto, todos artistas plásticos, no mesmo dia, na oficina do diário *El Pregón*, um jornal recém-fundado que os havia contratado para realizar os trabalhos de ilustração e diagramação do periódico. Carybé também trabalhava para outros jornais, como *Crítica*, de Natalio Botana, e foi onde Newton se lembra de tê-lo reencontrado pouco tempo depois de se conhecerem:

²⁷⁷ A professora e investigadora da Universidad de Buenos Aires, Patrícia Artundo, dedicou um livro à análise sobre o interesse e o relacionamento de Mário de Andrade com a produção cultural argentina, perseguindo os rastros deste diálogo dos anos 1920 até a morte do escritor em 1945. O passo adiante que dá o seu estudo em relação a outros autores que discutiram o encontro intelectual de Mário de Andrade com a cultura hispano-americana acontece no preâmbulo cronológico, mas igualmente nas perguntas que se coloca. Indo um pouco mais além do que a maioria dos trabalhos que se debruçaram sobre este tema, a autora consegue descobrir que o contato do escritor brasileiro com o mundo da literatura e das artes argentino não cessou na década de 1920. Segundo ela, a reaproximação de Mário de Andrade com o circuito da intelectualidade portenha se deu em fins dos anos 1930 e início da década de 1940, e esta retomada de contato foi responsabilidade em grande medida de Newton Freitas, escritor que nas palavras de Artundo se constituiu “em uma *ponte sobre o pântano* no ponto de contato talvez mais importante entre Mário e os argentinos”. Esta nota também remete a uma discussão que será detalhada no próximo capítulo, mas desde já vale conhecê-la. Cf. ARTUNDO, Patrícia. *Mário de Andrade e a Argentina: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.

“Vejo ainda minha cara magra nos vidros da *Crítica* e os olhos de águia de Carybé penetrando minha figura de esquálido refugiado sem saber falar nenhuma palavra de espanhol”.²⁷⁸ Havia muitas afinidades entre eles, além de terem idades aproximadas, de serem viajantes inveterados e possuírem interesses políticos e artísticos parecidos, os laços culturais com o Brasil os aproximavam mais do que qualquer outro aspecto.

Carybé conversava com Newton Freitas em português, língua que aprendera a falar com sua mãe, uma gaúcha de fronteira que passou a viver na Argentina depois que se casou com o pai de Carybé, um imigrante italiano de quem teria herdado a pulsão aventureira. O interesse do artista argentino pelo Brasil, pela cultura popular, pelos aspectos pitorescos do país, coisas que o atraíam também por serem um ramo de sua origem, ganharam amplitude e profundidade depois que passou a conviver com Newton Freitas. Newton o estimulou de várias formas a se aproximar cada vez mais do Brasil. Carybé conhecia bem o país, pois morou na cidade do Rio de Janeiro boa parte da infância e da juventude, onde chegou a cursar por dois anos a Escola de Belas Artes, antes de sua família decidir retornar em definitivo para a Argentina. Carybé se estabeleceu em Buenos Aires durante os anos trinta e não voltou ao Brasil até 1938. A oportunidade surgiu quando o jornal em que trabalhava com os irmãos, o já citado *El Pregón*, propôs ao ilustrador que ele viajasse como emissário do periódico por algumas cidades do Uruguai e do Brasil e enviasse de cada uma delas desenhos e comentários que comporiam reportagens. Carybé passou por Montevideu, Paranaguá, Rio de Janeiro, algumas cidades históricas de Minas Gerais, Vitória e desembocou, por fim, na Bahia.²⁷⁹

Sua estadia em Salvador se prolongou por mais tempo do que esperado, o que acabou se revelando essencial para a sua formação artística. O motivo de sua permanência por seis meses na Bahia se deu por conta da interrupção dos recursos enviados pelo jornal que havia lhe encomendado as reportagens, o qual faliu antes mesmo que Carybé pudesse voltar para a Argentina. Quando finalmente retornou a Buenos Aires, em 1939, o Brasil, e em especial a Bahia, se tornaram temáticas recorrentes de sua produção, impregnando a maior parte de sua obra. Com Newton trocou várias impressões do que viu, e os dois, que dialogavam na mesma frequência, passaram a realizar projetos em parceria. Carybé começou a ilustrar os trabalhos de Newton, artigos e livros. Newton, por sua vez, intermediava contatos para Carybé no

²⁷⁸ Fundo Newton Freitas. Caixa 4. Ensaios e Crônicas. NF(4) 2-20. Arquivo IEB/USP.

²⁷⁹ Informações biográficas consultadas no verbete online do Dicionário Manuel Querino de Arte na Bahia. Cf. FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro; HERNANDEZ, Maria Hermínia Oliveira. *Carybé*. In. Dicionário Manuel Querino de Arte na Bahia. Disponível em < <http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/carybe/>>. Acesso em 26 de abril de 2016.

Brasil, de modo a estimular a circulação de suas pinturas e ilustrações no país vizinho, fosse por meio da imprensa, em edições de livros, fosse ainda pelas galerias de arte.

Interessante que Carybé, até 1939, não era conhecido por suas telas, e sim pelos trabalhos de ilustração e gravura. Foi deste ano em diante que ele assumiu a faceta de pintor e passou a produzir quadros e a realizar exposições. Pode-se dizer que Newton acompanhou toda a evolução do trabalho de Carybé. Em sua primeira exposição, realizada em 1939, logo após o retorno do Brasil, Newton esteve presente. A mostra aconteceu no Museu Municipal de Belas Artes e foi realizada em conjunto com as obras do artista plástico suíço radicado na Argentina Clement Moreau. Para Newton, e claro, para outros críticos e mesmo para o público da época, parecia evidente a influência da cultura brasileira, mais propriamente da baiana, naquilo que Carybé apresentou em sua estreia. Sobre isso Newton escreveu:

Da primeira exposição de Carybé em Buenos Aires guardamos a lembrança das janelas vistas, por antecipação, de antigas ruas da Bahia. As mulheres finas e ariscas, e as gordas sem drama encostadas aos taboleiros fartos de acarajé. Guardamos [...] humildes cores de uma autenticidade profunda enfeitando as cabeças em torsos das negras da Bahia. As praias, os capoeiras, os tipos quase índios a força de sua mestiçagem, os rios, o bestiário de nossa flora começa a povoar seus quadros, surgem com intensa presteza.²⁸⁰

Para Newton, além de todos os benefícios da amizade com Carybé, ela também foi importante por ser outro passe de entrada para o círculo da intelectualidade portenha. Assim, quando Lídia finalmente desembarcou em Buenos Aires, vinda de Montevideu, por volta do mês de junho ou julho de 1938, Newton já tinha obtido um considerável progresso no que se referia às tentativas de frequentar e participar dos mesmos redutos de sociabilidade de escritores, jornalistas e artistas que viviam na capital. Nos poucos meses ali, já somava uma dezena de artigos publicados em jornais de Buenos Aires e de outros centros, como Córdoba, Rosário e Tucumán. A fotografia estampada na página anterior, publicada na edição de 15 de agosto de 1938 do jornal matutino *El Diario*, é uma excelente representação do modo como Newton conseguiu, em pouco tempo, se sustentar, na condição de exilado, como um intelectual em ascensão no cenário argentino. Nela, vemos, ao fundo, Newton Freitas acompanhado de Carybé e Benjamín de Garay, enquanto no plano da frente, sentados, estão Lídia Besouchet e o casal de escritores Orígenes e Elsie Lessa, que estavam de visita à capital argentina. A data em que a foto foi publicada no jornal revela que entre a chegada de Newton a Buenos Aires e a captura da imagem transcorreram apenas seis meses, e o que dela se

²⁸⁰ Fundo Newton Freitas. Caixa 5. Ensaios e Crônicas. NF(5) 6-24. Arquivo IEB/USP.

projeta é mais do que um encontro entre duas nacionalidades de escritores, temos a nítida percepção de que Newton é o vetor, a figura de coesão entre uma e outra expressão cultural.

Durante a estadia de Orígenes Lessa em Buenos Aires, Newton escreveu um artigo para a revista *Mundo Argentino* com o propósito de divulgar o lançamento recente do livro *O*

Figura 11 – Da esquerda para a direita, sentados, Lídia Besouchet, Orígenes Lessa e Elsie Lessa. Ao fundo, de pé, Carybé, Benjamin de Garay e Newton Freitas. Fonte: El Diario, 15 de agosto de 1938. Biblioteca Nacional da Argentina.

feijão e o sonho, publicado pela Cia. Brasil Editora. A obra era o primeiro romance de Orígenes Lessa e já fazia bastante sucesso de público e de crítica. A passagem do escritor brasileiro pela Argentina pode ter sido programada justamente para promover o livro inaugural de sua carreira, o qual havia sido indicado para receber o importante prêmio Alcântara Machado da Academia Brasileira de Letras, distinção que receberia no ano seguinte. O texto de Newton teria servido para introduzir o autor ao público do periódico, situando-o no quadro do movimento literário brasileiro. Isso explicaria o aparecimento na mesma revista, poucos números depois, de um conto de Orígenes Lessa, “La muerte a plazo fijo”. Além disso, na mesma sequência, *Mundo Argentino* também publicaria um conto de

Newton Freitas, “El amor viene del mar”, na edição de 27 de julho de 1938, cuja ilustração foi feita por Andrés Guevara, mesmo desenhista que ilustrou o conto de Orígenes Lessa. O que se deve notar, portanto, é que por trás dessas publicações, havia uma teia de relacionamentos intelectuais que se entrecruzava criando novos vínculos, permanentes ou temporários.

Newton Freitas, por exemplo, conhecia o ilustrador e caricaturista paraguaio Andrés Guevara desde os tempos em que o artista havia morado no Rio de Janeiro, o que se deu durante a década de 1920.²⁸¹ Sua relação com o desenhista foi restabelecida por intermédio de Carybé, que repartia com ele a mesma profissão em várias oficinas de jornais de Buenos Aires. Possivelmente, foram Guevara e Carybé que conseguiram espaço na revista para que Newton pudesse publicar um texto que puxasse a âncora permitindo a Orígenes Lessa apresentar seu trabalho literário.

De modo habilidoso e sutil, Newton Freitas foi se entrosando com aquele ambiente desconhecido e estrangeiro, dentro do qual Lídia e ele lutavam para se sentirem confortáveis, considerando a condição de forasteiros e exilados políticos. No esforço para existir no exílio, contra o apagamento de suas identidades, e ao mesmo tempo estimulados pela diversidade e pelo contraste da paisagem, das pessoas e das ideias, Newton e Lídia se apegaram aos temas que remetiam ao país de origem, à nação, às “raízes” de um lugar de pertencimento, um pertencimento interrompido, suspenso, irrecuperável em seu aspecto primordial, mas possível do ponto de vista da criação e da reflexão. Embora o exílio tenha multiplicado, ou ao menos duplicado, os pontos de referência do casal, foi sempre em relação à pátria distante que eles buscaram se apropriar dos elementos exógenos para reivindicar sentido à sua alteridade. Como sujeitos desta experiência de deslocamento, tratava-se de converter o Brasil da perda e do dilaceramento em fonte de inspiração, metamorfose e descoberta.

Assim, alternando com os artigos que escreviam para a imprensa, Lídia e Newton também começaram a divulgar os temas que diziam respeito ao Brasil por meio de palestras e conferências. Foi especialmente intensa esta atividade do casal entre os anos de 1938 a 1943. Era outro modo de levar a efeito o projeto de intercâmbio cultural. A maioria das palestras e conferências ocorreu em Buenos Aires e La Plata principalmente, mas, no mesmo período,

²⁸¹ Depois de reencontrar Andrés Guevara na Argentina, após dez anos sem se verem, Newton escreveu um pequeno artigo para a revista *Dom Casmurro*, do Rio de Janeiro, contando da sua amizade com o artista: “Ainda me lembro do Guevara de 1929 no Rio. Inquieto, boêmio. Hoje ele é a coqueluche de Buenos Aires”. No mesmo artigo, Newton aproveita para informar que o desenhista visitaria em breve o Brasil, país onde havia residido por oito anos, para matar a saudade e realizar uma exposição dos seus mais recentes trabalhos, que para Newton “tão bem explicam o êxito” que ele tem na capital portenha. Cf. FREITAS, Newton. “Andrés Guevara”. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, março de 1939.

Newton Freitas também participou de eventos em Montevideu e promoveu cursos universitários sobre arte e cultura brasileiras na Universidade de Santiago do Chile.

Figura 12 – Newton Freitas no Instituto de Cultura Brasileña, de Buenos Aires, após ministrar a Conferência “Impresiones de la literatura brasileña moderna”. Fonte: Fundo Newton Freitas. Arquivo IEB.

Para além da literatura, o casal analisou sob vários ângulos a realidade brasileira, sua identidade, formação e cultura, se embrenhando não só pelos aspectos sociais e econômicos, como também históricos e geográficos, tendo como horizonte a reflexão sobre as questões nacionais também em face de sua relação com a América espanhola. Em seus roteiros de conferência, esses últimos aspectos acabaram predominando, embora tenha sido em torno da literatura que Newton Freitas organizou o conteúdo de sua primeira apresentação. Foi entre agosto e setembro de 1938, no salão do Instituto de Cultura Brasileña de Buenos Aires, que Newton proferiu sua primeira palestra, ele tinha aproximadamente 29 anos. A ocasião se deu em concomitância com a visita de Orígenes Lessa e também na sequência de sua estreia, e aparição cada vez mais frequente, nos jornais e revistas da capital argentina. A repercussão de sua fala levou o Museo Social Argentino ²⁸² a convidá-lo para dissertar sobre o mesmo tema

²⁸² O Museo Social Argentino, inspirado no Musée Social du Paris, foi fundado em 1911, em Buenos Aires, por um grupo de acadêmicos e intelectuais da elite portenha. A instituição, que tinha o propósito de desenvolver estudos interdisciplinares sobre a realidade econômica e social argentinas, surge como resposta às necessidades de modernização do país, que deseja alcançar o nível das principais cidades europeias. Sua função é propor soluções aos diferentes problemas que afetam a sociedade. O trabalho ali desenvolvido passa a servir de base para os projetos reformistas do Estado, influenciando em temas tais como população, urbanismo, educação, política agrária, higiene e imigração. Em 1927, o Museo Social se incorporou como instituto autônomo à Universidad de Buenos Aires e, em 1956, se converteu em Universidade, passando a se chamar Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Informações mais detalhadas sobre esta entidade e o trabalho que ela desenvolveu na primeira metade do século XX, podem ser encontradas em BRAGOS, Oscar. “O Museo Social Argentina e a

para uma plateia selecionada pela instituição. A imprensa portenha registrou os dois momentos. Além disso, uma versão resumida da conferência, que levava por título “Impresiones de la literatura brasileña moderna”, foi publicada em forma de artigo em dois jornais ainda naquele ano, em *La Capital*, de Buenos Aires, e, percorrendo muitos quilômetros, no suplemento cultural do diário *El Nacional*, da cidade do México.

Em 1941, Newton voltou a participar de um novo ciclo de palestras. Desta vez, Lídia o acompanhou, apresentando uma conferência que ela dedicou ao tema do desenvolvimento industrial do Brasil. O convite para que ambos falassem partira da Universidad Popular Alejandro Korn,²⁸³ de La Plata. Esta instituição, que fora fundada em 1937, promovera naquele ano uma série de conferências abarcando o assunto “Vida y cultura de América en los siglos XIX y XX”. Newton, nesta ocasião, deixou o círculo da discussão literária e realizou uma palestra sobre os rios brasileiros, problematizando sobre sua influência na formação social e econômica do país, sem deixar de explorar os aspectos da sua geografia. As duas conferências saíam em formato de livro poucos meses após serem apresentadas. Sua publicação se daria por iniciativa do próprio casal. *Los ríos del Brasil* e *Desarrollo Industrial del Brasil*, pronunciadas respectivamente em 10 de julho e 28 de agosto de 1941, seriam os livros inaugurais da coleção “Problemas Americanos”, projeto que Lídia e Newton idealizaram e cuja realização foi patrocinada pelo Escritório Comercial do Brasil em Buenos Aires, órgão em que Lídia havia sido recentemente admitida como funcionária.

formação e difusão das ideias do urbanismo”. In. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996 e BIERNAT, Carolina. *¿Buenos o inútiles? la política inmigratoria del peronismo*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

²⁸³ Fundada em 1937 na cidade de La Plata, a Universidad Popular Alejandro Korn (UPAK) começou suas atividades em abril de 1938. Entre os seus fundadores estavam acadêmicos, intelectuais e cientistas ligados à figura do filósofo Alejandro Korn (1860-1936), principal referência no movimento bonaerense da reforma universitária, de 1918. Sua criação, em homenagem ao fundador do pensamento filosófico na Argentina, respeitava o anseio de seus seguidores de pôr em funcionamento um novo espaço cultural autônomo e crítico da orientação assumida pelo Estado. Sua organização foi conduzida por aqueles que há duas décadas recebiam uma influência direta de Alejandro Korn no campo artístico, literário e filosófico, que eram também militantes da causa reformista e divulgadores do idealismo filosófico de Korn, dentre eles estavam Guillermo Korn, Arnaldo Orfila Reynal, Julio Sánchez Viamonte e o advogado Alfredo Palacios. Outros nomes importantes que também participaram desta experiência foram os de Américo Ghioldi, Dardo Cúneo, Mario Bravo, Francisco Romero, José Luis Romero, Horacio Coppola, Roberto Giusti, Pedro Henríquez Ureña, Jorge Romero Brest, Ezequiel Martínez Estrada, Julio Payró, Maria Rosa Oliver e Oliverio Girondo. Com o decorrer dos anos, a UPAK se converteu em um verdadeiro ateneu de reflexão dos principais problemas nacionais e internacionais, os quais eram abordados por um notável corpo de conferencistas cuja orientação política extrapolava, como vimos, a corrente socialista, a qual lhe dera impulso. Os intelectuais envolvidos com suas atividades compartilhavam não só de um compromisso com a modernidade, mas principalmente representavam ideais democráticos e desprezavam o fascismo. Sobre a Universidad Popular Alejandro Korn e o contexto de seu funcionamento, ler: VALLEJO, Gustavo. *Escenarios de la cultura científica argentina: ciudad y universidad (1882-1955)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007.

Newton dirigiu esta coleção por três anos. Lídia também esteve envolvida com a tarefa. Além dos dois livros citados, mais quinze títulos seriam lançados entre os anos de 1941 e 1943, a maioria de autores brasileiros. Durante este período, nomes consagrados como os de Mário de Andrade, Jayme de Barros, Gilberto Freyre, Astrojildo Pereira, Afonso Arinos, Sergio Milliet, além do argentino Eduardo Mallea e do paraguaio Natalicio González apareceriam na coleção.²⁸⁴ Lídia publicou três títulos pela série. Newton chegaria a publicar apenas mais um, o segundo pela coleção e o sexto exemplar de sua carreira. Lançado em 1942, numa brochura de pouco mais de noventa páginas, “Brasil-Argentina: breve esbozo histórico-comercial” foi um livro que teve como função adensar algumas considerações já iniciadas por Newton Freitas sobre o tema em um pequeno livro de sua autoria que a Ediciones América Económica havia publicado em 1940. A análise, baseada nos tratados comerciais entre os dois países, fora feita de modo a discutir a natureza das relações econômicas entre os governos brasileiro e argentino, englobando um século de perspectiva.

Diferente dos exemplos anteriores, foi a partir deste livro que Newton elaborou outra

Figura 13 – Estancia Alejo Lecube. Província de Entre Ríos.
C. 1941. Fonte: Acervo pessoal Newton Goldman

de suas conferências. O tema atraiu o interesse da Câmara Argentina de Comércio, que o convidou a falar sobre o tema das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina em um evento programado para acontecer em março do ano de 1943. Esse assunto provavelmente cativou a atenção de Newton por conta do seu trabalho no serviço de imprensa da Embaixada do Brasil e por conta de sua colaboração também no Escritório Comercial e seu departamento de propaganda na Argentina. O trabalho requeria relatórios e estudos, e esses acabaram entrando no rol das preocupações intelectuais de Newton e

²⁸⁴ Sobre a coleção “Problemas Americanos”, falaremos dela mais detidamente no próximo capítulo, enfatizando sua importância para a repercussão dos nomes de Lídia e Newton no cenário intelectual de Buenos Aires.

Lídia. Sua aproximação com o tema se deu logo que foi contratado como redator e depois como adido de imprensa pelo Ministério das Relações Exteriores. O pequeno livro de Newton, intitulado *Las relaciones comerciales argentino-brasileñas a través de un siglo*, de umas 20 páginas mais ou menos, fora escrito para ser publicado no âmbito das cotas de publicação do escritório de propaganda do Brasil, que além de promover conferências, também se dedicava à edição de livros, folhetos e monografias sobre assuntos brasileiros.

O livro de Lídia Besouchet, *Mauá y su época*, fruto de sua pesquisa no Uruguai, também fora publicado pelo Escritório Comercial neste mesmo ano de 1940. A densidade do livro de Lídia, com cerca de 230 páginas, contrastava com o folheto de Newton, mas os dois trabalhos saíram pela Ediciones América Económica, financiados pelo setor cultural deste órgão de informações do Brasil em Buenos Aires. Depois disso, o casal passou a trabalhar para o governo brasileiro na Argentina, indicados por amigos do Brasil que tinham influência para tanto, como fora o caso do escritor Augusto Frederico Schmidt, que providenciou o contato com o chefe do Escritório Comercial, Octávio Botelho, para intermediar o emprego de Lídia naquele departamento.

Figura 14 – Newton Freitas (primeiro no canto esquerdo da imagem) e a Companhia de teatro Carmen Amaya. Buenos Aires. c. 1940. Fonte: Acervo pessoal Newton Goldman

A nomeação foi oportuna. Havia a necessidade de lidar com um pouco de burocracia, mas a nova posição compensava financeiramente, além de existirem outras contrapartidas, como a que possibilitava o acesso maior aos investimentos destinados à promoção cultural. Pois, como dissemos em momento anterior, as únicas fontes de renda de que dispunham o casal no princípio eram esporádicas, tinham origem apenas no que recebiam por seus artigos e por outros trabalhos ocasionais. Newton, nos primeiros anos na Argentina, voltou a praticar aquela espécie de ecletismo que marcara as atividades profissionais de sua juventude, durante a época em que vivera em São Paulo e no Rio Janeiro. Além de escrever, traduzir, editar e publicar, arranjou maneiras alternativas de complementar a renda, assumindo determinados trabalhos sempre por um curto período. Newton foi artista de rádio, extra de cinema, agente teatral, e ainda, ao intermediar a publicação de livros e artigos de escritores brasileiros em Buenos Aires, eventualmente recebia alguma comissão por isso.²⁸⁵ Lúcia, por seu tempo, atribuiu a si própria à tarefa de continuar a pesquisa em torno do Barão de Mauá, a qual realizava de modo independente, sem qualquer auxílio oficial.

Motivada pela importante projeção que o empresário e industrial brasileiro tivera no Rio da Prata, constatada depois de sua primeira imersão no tema, Lúcia decidiu expandir suas investigações. A pesquisa que havia feito nos arquivos da família Caviglia e Terra em Montevideu lhe deram pistas substanciais a seguir em Buenos Aires. Por dois anos, trabalhou sobre uma documentação inédita coletada em acervos e arquivos, tanto da Argentina, quanto do Uruguai, para onde fez breves viagens com vistas a concluir sua busca. O material mais importante sobre o qual se debruçou nesta segunda empreitada foi sobre o epistolário de Mauá. No Archivo General de la Nación, Lúcia encontrou diversas cartas trocadas entre o banqueiro brasileiro e figuras de expressivo valor na política rioplatense do século XIX, como Andrés Bamas, Juan José Herrera, D. Luis José de la Peña, Bartolomé Mitre e o presidente uruguaio Gabriel Pereyra. Viajou ainda até a província de Entre Ríos para consultar a correspondência entre Mauá e o General Urquiza, preservadas no arquivo histórico do Palácio San José, antiga residência deste político argentino. A vasta documentação a que teve acesso, após ser selecionada e analisada, resultou em seu segundo livro sobre esse personagem, o qual novamente foi publicado sob os auspícios do Escritório Comercial onde trabalhava. A obra, intitulada *Mauá en el Río de la Plata: correspondência política 1850-1885*, saiu pela coleção “Problemas Americanos”, em 1942.

²⁸⁵ Fundo Newton Freitas. Caixa 3. Texto biográfico. NF(3) 2-28. Arquivo IEB/USP.

Como vimos, foi com pouco tempo de residência em Buenos Aires que o casal conseguiu se integrar ao meio artístico-literário portenho. Contudo, mesmo sob tais circunstâncias, a sensação de banimento foi inescapável ao menos durante os primeiros anos de exílio. Isso se deu por conta da impossibilidade de voltar ao país, não só porque não tinham mais passaporte e nem dinheiro para realizar a viagem de ida e volta, mas especialmente devido à vigilância da polícia. A distância da terra natal, por ter se tornado intransponível, forçou a um exercício de compreensão do mundo ao redor. Com isso, as rupturas com parte do mundo conhecido também foram inevitáveis. Assim foi em relação, sobretudo, ao universo de suas convicções políticas.

3.3 A ideologia que um dia foi nossa: da crise ao afastamento político

Desde que tiveram de deixar a cidade do Rio de Janeiro, em 1937, para tomar como destino o exílio, Lídia e Newton evitaram qualquer envolvimento direto com a militância política. O rompimento anterior de Lídia com o PCB e a iminente desvinculação de Newton colocava a ambos, naquele momento de transição, em situação bastante delicada. Até que pudessem estar em relativa segurança fora do país, o casal adotou uma atitude cautelosa. Newton só oficializaria a sua saída do PCB depois de ter cruzado a fronteira, já em sua passagem por Montevidéu. Por quase dez anos, ele não voltaria a militar em nome de um partido. E, apesar de ter mantido o antifascismo em perspectiva, como uma causa pela qual lutar valia sempre se posicionar, ele só voltaria a trabalhar novamente numa organização política, em 1945, quando então participou da campanha da Esquerda Democrática (ED) que daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Lídia, diferente de Newton, havia sido expulsa do PCB anos antes, devido à crítica que fizera, junto de seus irmãos e outros militantes insatisfeitos, contra a tentativa de insurreição armada dos militares comunistas. O seu rompimento abrupto com o Partido levou-a imediatamente a aderir às fileiras do trotskismo, com a qual seu irmão Augusto Besouchet já estava em estreita aproximação desde o início de 1935. Lídia apoiou a fundação do Partido Operário Leninista (POL) antes de deixar o Rio de Janeiro e, embora durante a sua temporada em Porto Alegre e depois em Montevidéu tenha se mantido deliberadamente afastada dos contatos políticos, acompanhava as informações que circulavam sobre o movimento,

mantendo aceso seu interesse e atualizada as coordenadas do que se passava dentro e fora do Brasil. Mas foi somente após deixar o Uruguai para ir viver com Newton na Argentina, o que se deu por volta do mês de julho de 1938, que Lília decidiu retomar sua posição na militância. Segundo uma carta importante encontrada na documentação privada do casal, pertencente ao acervo do IEB, Lília teria iniciado uma aproximação com os líderes do movimento trotskista argentino assim que chegou a Buenos Aires. A carta, remetida dos Estados Unidos por Mario Pedrosa, datada de 10 de outubro de 1938, se tornou uma referência importante da pesquisa, por ser um dos poucos documentos sobreviventes a dar um testemunho sobre a participação política de Lília no exílio. A carta é extensa e bem detalhada, informa Lília das últimas notícias e traz uma série de orientações sobre o que ela deveria fazer pelo movimento na Argentina, convocando-a para reassumir o seu lugar na luta.

Apesar de a assinatura do remetente e do trecho em que deveria constar o ano e o local de origem da carta estarem mutilados, provavelmente retirados por Lília para impedir que a correspondência fosse facilmente rastreada, caso viesse a cair nas mãos da polícia, pelo conteúdo e referências nela inscritos foi possível, cruzando com a bibliografia, identificar de onde a carta foi enviada e o seu autor. Mario Pedrosa tinha chegado há poucos dias em Nova York quando escreveu à Lília em resposta a uma primeira carta enviada por ela de Buenos Aires para Paris, e que Mario Pedrosa conseguiu ler antes de embarcar para os Estados Unidos, em fins de setembro de 1938. A carta de Lília não foi localizada nos acervos consultados, mas o fato de ela ter escrito a Mario Pedrosa assim que passou a morar na Argentina, provavelmente dando notícias de seu paradeiro, indica que ela estava a par dos acontecimentos e das decisões que envolviam o grupo de trotskistas no Brasil.

A retomada de seu contato com Pedrosa se deu no contexto dos últimos preparativos para o Congresso de Fundação da IV Internacional, com os quais o brasileiro estava inteiramente envolvido desde que chegara a Paris, em dezembro de 1937. A presença de Mario Pedrosa na Europa neste momento decisivo, mais especificamente na França, onde estava instalado o Secretariado Internacional (SI), órgão que dirigia o movimento de criação da IV Internacional, não era coincidência. Sua saída do país fora cuidadosamente pensada e planejada pelo Comitê Central do POL para retirá-lo da linha de fogo da repressão e colocá-lo numa posição estratégica de onde pudesse auxiliar e fortalecer o movimento trotskista brasileiro. A decisão foi tomada logo após o golpe do Estado Novo ter sido instaurado por Getúlio Vargas, numa fase bastante crítica para Pedrosa, que corria, naquela época, o grave

risco de ser preso, não só de maneira preventiva, mas principalmente porque estava sendo julgado pelo TSN, com sentença que previa até oito anos de prisão.

As tarefas que ficaram a cargo de Mario Pedrosa desenvolver no exílio envolviam não só o compromisso de estudar e discutir teoricamente os problemas da revolução brasileira, divulgando-os por meio de publicações no exterior e por meio de colaborações que deveriam ser enviadas ao Brasil, mas incluíam principalmente o esforço de estreitamento das ligações do Partido Operário Leninista (POL) com o movimento trotskista internacional, com o propósito de tirá-lo do isolamento ao qual, de acordo com seus representantes, o partido estava confinado. O trabalho de Pedrosa, contudo, ganhou uma proporção muito maior depois de ter se tornado membro do Secretariado Internacional (SI), indicado pelo escritor Pierre Naville, com quem mantinha contato desde sua primeira passagem pela França em fins da década de 1920. Sua responsabilidade foi ampliada ao receber, na conjuntura de organização da Conferência da IV Internacional, a incumbência de cuidar das questões referentes à América Latina. A tarefa obrigou Pedrosa a mergulhar numa pesquisa abrangente sobre os grupos de orientação trotskista em atividade nos países latino-americanos.²⁸⁶

Por conta desta função que vinha exercendo junto ao Secretariado, e por ter sido o único representante das dez seções latino-americanas filiadas (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, México, Porto Rico, São Domingos, Uruguai e Venezuela),²⁸⁷ a comparecer ao Congresso de Fundação da IV Internacional, que ocorreu nos arredores de Paris em 3 de setembro de 1938, Mario Pedrosa foi eleito delegado da América Latina no Comitê Executivo Internacional (CEI), criado naquela ocasião. Antes que pudesse começar a funcionar efetivamente, o Comitê Executivo foi transferido para os Estados Unidos, devido à sombra da Segunda Guerra Mundial que avançava firme pela Europa e que anunciava o estalar do conflito a qualquer momento. Pedrosa, que já planejava seguir para a América do Norte, mudou-se para Nova York, onde passou a fazer parte do Comitê Pan-Americano (PAC), que funcionava agregado ao CEI. A função deste departamento era “manter correspondência com as seções da América do Sul e editar boletins em espanhol com as traduções dos textos mais importantes publicados na imprensa trotskista”.²⁸⁸ Assim, quando Mario Pedrosa escreve à Lídia de Nova York seu discurso está vinculado ao novo papel que assume como principal articulador do trotskismo sul-americano.

²⁸⁶ KAREPOVS, Dainis. “Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940)”. In. NETO, José Castilho Marques (Org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

²⁸⁷ KAREPOVS, Dainis. *Op. cit.*, p. 107.

²⁸⁸ *Idem*, p. 109.

Na carta, Pedrosa não esconde sua expectativa em relação à amiga, deixa claro que, embora não conheça “exatamente as suas disposições, espera que, não desmentindo as tradições, [ela] esteja disposta a continuar na activa”.²⁸⁹ Antes de saber até que ponto Lúdia estava empenhada em ajudar, solicita que ela realize inúmeras tarefas que visavam precisamente à sua aproximação com as diferentes lideranças da corrente trotskista na Argentina, de modo que entre ela e esses grupos pudesse ser estabelecida uma relação de confiança que lhe possibilitasse atuar como um elo no processo de unificação continental do movimento. O que pode ter levado Pedrosa a intuir que era isso o que Lúdia queria ao entrar em contato com ele, após o tempo em que estiveram sem nenhuma comunicação, parece ter sido uma carta que recebera de Buenos Aires, já quando estava nos Estados Unidos, de um militante trotskista chamado José Abelardo Ramos que, no meio de outros assuntos, incluiu a informação sobre a presença de Lúdia entre eles, dizendo que ela havia entrado em contato com “alguns camaradas”. A iniciativa de Lúdia certamente foi interpretada por Mario Pedrosa como um sinal de engajamento, o que lhe deu a liberdade de encorajá-la com bastante ênfase a fazer uso de sua posição estratégica em benefício da revolução socialista no hemisfério sul.

Apesar de não termos elementos concretos que nos subsidiem avaliar até que ponto Lúdia aceitou a convocação de Pedrosa, ou o quanto ela se envolveu com o movimento trotskista argentino e mesmo em que medida teria reestabelecido o contato com os companheiros no Brasil, sabemos que, naquele momento, ela estava interessada em reatar os vínculos com a política, enfraquecidos desde que o casal tivera de lidar com uma sucessão de eventos que acabou empurrando-os para o exílio. Também não é fácil conhecer, com base na documentação consultada, tampouco por meio da carta de Pedrosa, o quanto Newton se envolveu ou apoiou a decisão de Lúdia de voltar a interagir ativamente com grupos e partidos de esquerda. A carta de Mario Pedrosa não menciona em nenhum trecho o nome de Newton Freitas. Embora parte da correspondência esteja faltando, a última ou as últimas páginas, o que se perdeu não é possível saber ao certo, as três folhas datilografadas que foram preservadas não contêm nenhuma referência ao seu nome. Igualmente não encontramos indícios de sua aproximação com o movimento trotskista na Argentina em nenhum dos documentos a que tivemos acesso, o que reforça nossa ideia de que, em verdade, Lúdia embarcou sozinha nesta nova fase de sua militância.

Se Lúdia esperava receber de Mario Pedrosa instruções específicas sobre como ela poderia tornar sua presença na Argentina útil para o movimento, foi o que obteve como

²⁸⁹ Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 3. LB-PED001. Arquivo IEB/USP.

resposta. Pedrosa estava em um estado mental de efervescência e entusiasmo que sua carta mal conseguia disfarçar. Sua prosa é afoita e demonstra o quão intensamente ele estava envolvido com os planos de cooptar os agrupamentos de tendência trotskista dispersos filiando-os à IV Internacional, para formar um movimento coeso na América Latina. Suas orientações entoam certo caráter de urgência, e ele começa solicitando à Lídia:

Eu desejava que v. entrasse em contacto com todos os grupos “trotskystas” ou por tal conhecidos existentes ahi e me mandasse sua opinião e um quadro deles: quantos grupos existem; que órgãos publicam; que especie de membros tem (intellectuaes, obreiros); que ligações externas com o movimento operario (influencia nos sindicatos, dentro ou fora dos partidos reformistas, P.S, P.O.S., etc.); quaes as divergencias que separam esses grupos; e também a sua opinião pessoal sobre os lideres desses grupos.²⁹⁰

Mario Pedrosa, que já tinha elaborado um relatório anterior a respeito da Argentina, conhecia os principais grupos de inclinação trotskista daquele país. O pedido que faz à Lídia se firma antes na necessidade de atualizar os dados que possuía do que de obtê-los por completo, justificando que a distância dificultava enxergar com clareza o que se passava por trás da “barafunda imensa” que eram as divisões e sub-divisões do movimento argentino. Ele identifica três formações distintas sobre as quais Lídia deveria se concentrar: uma primeira, formada por antigos membros da Liga Comunista Internacionalista (LCI), que praticavam a “táctica de entrada nos partidos reformistas para fazer dentro deles um trabalho revolucionário”, experiência conhecida pelo nome de “entrismo”; uma outra, que ele reconhece como sendo o grupo mais numeroso, formada por militantes com uma postura “antientrista”; e, por último, uma corrente que havia se estruturado em torno da revista *Inicial* depois de ter se despregado do grupo anterior. Pedrosa dá o nome dos expoentes de cada uma dessas linhas de militância, incluindo o endereço de alguns deles, para que Lídia possa realizar a sondagem que, ele espera, vá ajudar na “divulgação de nossas ideias e na formação de um movimento bolchevique leninista sério” na Argentina.

A grande preocupação de Mario Pedrosa era a de conseguir fazer um trabalho que fosse eficaz a ponto de superar a “imaturidade política [que lhe parecia natural] dos camaradas” argentinos, a qual se revelava no modo disperso com que o movimento havia se apresentado quase que permanentemente desde seu surgimento. Ele admite que se havia diferença numérica e de possibilidades entre o movimento trotskista argentino e brasileiro, com vantagem para o país vizinho, não era possível compará-los em termos de tradição e de

²⁹⁰ Fundo Lídia Besouchet. Caixa 3. LB-PED001. Arquivo IEB/USP.

preparo na prática militante. Em parte, esta leitura de Pedrosa sobre o “atraso político” dos seguidores das ideias de Trotsky na Argentina se confirma na análise de alguns historiadores. Osvaldo Coggiola fala nas divergências insolúveis dentro do movimento trotskista argentino, no combate de ideias, nas disputas pessoais e na luta ideológica que teria marcado toda a sua história. Na pesquisa que realiza, ele demonstra como esta debilidade refletia uma situação geral do movimento operário do país, que não gozava de uma tradição revolucionária como a que possuía a classe proletária russa.²⁹¹

Coggiola atesta que, quando o primeiro agrupamento trotskista de cunho mais organizado nasceu na Argentina, em fins da década de 1920, ele já se apresentava como uma fração limitada, inexperiente, bastante minoritária e marginalizada, embora tenha sido notável seu esforço para se estabelecer entre os grupos de esquerda da época. De acordo com seus apontamentos, ainda que, no contexto do movimento trotskista sul-americano, o grupo argentino tenha sido o precursor, o primeiro no continente a se filiar à Oposição de Esquerda Internacional (OEI), isso não lhe distinguiu em importância. Comparado ao movimento trotskista chileno e brasileiro, os dois de maior projeção na América Latina no período entre guerras, o argentino ficou longe de possuir o mesmo impacto, principalmente pelo seu “fracionismo” quase congênito, que fez com que praticamente todas as suas energias se dispersassem, até 1945, em querelas pessoais, confusões políticas e debates inférteis.

Por sua vez, Pierre Broué, militante trotskista e estudioso do movimento, em sua investigação sobre o movimento trotskista latino-americano, traça alguns paralelos que relativizam esta diferenciação entre países onde existiam grupos defensores das posições de Trotsky. O autor demonstra como alguns aspectos de sua formação foram idênticos em todas as partes desta região do globo. Seja na Argentina, seja no Brasil, Chile, Uruguai, Colômbia, Venezuela, Bolívia, a aparição da oposição de esquerda no seio do Partido Comunista foi consideravelmente tardia em todos eles, independente da experiência, da bagagem política, do grau de organização, a fragilidade destes primeiros agrupamentos afetou a todos igualmente. Além disso, como lembra Broué, o Chile e o Brasil não tiveram, na verdade, condições gerais mais favoráveis do que a Argentina para desenvolver seus núcleos trotskistas, acontece que as rivalidades e o choque de ideias prevaleceu no movimento argentino, o que minou fortemente a sua capacidade de união.²⁹²

²⁹¹ COGGIOLA, Osvaldo. *Historia del Trotskismo en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: RyR, 2006.

²⁹² BROUÉ, Pierre. “O movimento trotskista na América Latina até 1940”. In. *Cadernos AEL*, vol. 12, n.22/23, p. 169-191, 2005.

Diante deste cenário, Mario Pedrosa, como um ator de sua época, considerava o Brasil uma liderança política no subcontinente, um centro de militância que havia alcançado desde a LCI até o POL uma importância estratégica em nada desprezível. Por isso, a sua participação no Bureau Pan-Americano parecia tão valiosa para a tentativa esquemática da IV Internacional de transformar o esmigalhado movimento latino-americano em uma organização única e centrada. No tabuleiro do Cone Sul, justamente pelas questões políticas e organizativas implicadas, pelo caráter demasiadamente fragmentado, a Argentina acabou se convertendo no país onde a necessidade de intervenção parecia mais urgente. Daí se pode ter uma medida do tamanho do desafio, do quanto as tarefas atribuídas por Pedrosa à Lúcia Besouchet eram difíceis. O enredo no qual ela teria de se meter era bastante intrincado e imprevisível. Embora Mario Pedrosa previsse uma fase de ajustamento, onde a tendência era os grupos se posicionarem de forma cada vez mais clara, a situação era complexa. Lúcia teria que começar entrando em contato, direta ou indiretamente, com figuras que, embora fizessem parte do mesmo movimento, ocupavam lados rivais, alguns haviam se tornado inimigos ou mantinham acesa uma polêmica que dividia intensamente as opiniões, como era o caso de Liborio Justo e Antonio Gallo.

O quanto fosse possível à Lúcia avançar na conversa com esses líderes seria, conforme acreditava Pedrosa, uma das primeiras vitórias no sentido de finalmente estabelecer uma ponte mais firme entre o movimento trotskista daquele país e a direção internacional. Mas, voltando ao conteúdo propriamente dito da carta, dentre todos os nomes que surgem, Mario Pedrosa confessa à sua interlocutora ter maior curiosidade em relação ao militante sindical Mateo Fossa. Seu interesse pelo dirigente operário argentino tinha a ver com a repercussão instantânea de seu nome após este ter feito uma série de entrevistas com Trotsky, publicadas no periódico *Socialist Appeal*, que circulava nos Estados Unidos. Até então, Pedrosa diz que ninguém do diretório internacional o conhecia, e que por isso era tão importante apurar os fatos sobre ele. A única coisa de que todos haviam tomado conhecimento era de que o “camarada” solicitara pessoalmente a Trotsky a sua adesão à IV Internacional, logo de ser expulso do Congresso de fundação da central sindical latino-americana, evento encabeçado pelos stalinistas. Mateo Fossa viajou ao México, portanto, como representante de 24 sindicatos argentinos, especificamente para participar do evento, mas o boato de que era simpático ao trotskismo se espalhou e ele foi impedido de tomar parte na programação. Embora estivesse ainda filiado ao Partido Socialista Obrero (PSO), Mateo Fossa tomou a decisão de declarar publicamente a sua filiação ao movimento trotskista, o que fez por meio

de artigos e folhetos que circularam em inglês e espanhol ainda quando estava no México. Todo o episódio lhe deu visibilidade, e o fato de ter encontrado o líder bolchevique, por mais de uma vez, na casa em que vivia em Coyoacán, lhe “benzeu” de um prestígio que automaticamente atraiu a atenção das lideranças do movimento.

Mario Pedrosa foi categórico ao instruir Lúdia que fizesse um levantamento detalhado sobre a história de Mateo Fossa e que, de preferência, o encontrasse pessoalmente, se apresentando como representante dos trotskistas brasileiros e como alguém em ligação direta com o Secretariado da IV Internacional, pois era bem possível que, com o seu retorno para a Argentina, o “camarada” Mateo Fossa assumisse um papel de relevância no movimento. Com isso, Pedrosa encerrou as primeiras orientações e insistiu que Lúdia não se retraísse em colocá-las em prática, porque sendo uma “bolchevique leninista do Brasil”, os trotskistas argentinos possivelmente não hesitariam em levá-la a sério. Por fim, explica:

Estou com uma grande responsabilidade sobre os ombros; quero ver se consigo fazer alguma coisa para o nosso movimento na America Latina: principalmente Mexico, Chile, Cuba, Argentina e Brasil. Mas temos que começar do começo: principiar por garantir uma ligação regular e constante entre os nossos paizes; constituir em cada paiz uma única organização, por modesta e pequena que seja, mas cohesa e disciplinada; plantear e discutir os problemas fundamentaes da Am. Latina e dos principaes paizes em particular.²⁹³

Algumas evidências indicam que Mario Pedrosa também manteve algum contato com Marino Besouchet, que estava exilado na Bolívia, enquanto trocava correspondência com Lúdia em Buenos Aires. Mas, ao que parece, não havia uma ligação coordenada entre os três, ao menos nas poucas cartas que Lúdia e Augusto trocaram entre si, neste período, fica a referência de que nenhum dos dois chegaram a receber notícias de Marino ao longo do ano de 1938, e que só depois de muita insistência as tentativas de contato tiveram retorno, já em fins de 1939. No entanto, Mario Pedrosa, que havia adotado nesta época o pseudônimo Lebrun, havia imposto como uma de suas principais tarefas, à frente do Comitê Pan-Americano, estabelecer uma comunicação com representantes de confiança em cada país onde lhe parecia mais favorável a conjuntura para a organização da IV Internacional. E a Bolívia era um deles.

Marino e sua mulher, Inês Besouchet, chegaram a Santa Cruz de la Sierra no mesmo período em que Lúdia e Newton chegaram a Montevideú, em janeiro de 1938. Contudo, as circunstâncias da travessia foram bem diferentes. O irmão de Lúdia e sua cunhada saíram de

²⁹³ Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 3. LB-PED001. Arquivo IEB/USP.

improviso do Brasil, acompanhados de mais dois amigos, Fulvio Abramo e Fernando Bertolotti, também perseguidos políticos. A história que envolve a cruzada dos quatro militantes trotskistas é curiosa e passou para o imaginário da esquerda como um episódio lendário. Fulvio Abramo, em entrevista de 1987, conta como tudo se passou:

Saímos a pé de São Paulo, às cinco horas da manhã, para pegar um táxi em Juqueri, disfarçados de camponeses. Tudo isso para escapar da polícia [...]. Em Corumbá, para conseguir entrar na Bolívia, precisamos subornar um cônsul. Era o senhor Ernesto Monasterios, que depois foi senador, que cobrou todo o dinheiro que tínha[mos]. O que nos salvou foi ter encontrado Miguel Costa Júnior. Ele era da juventude comunista, em São Paulo, e estava escondido em Corumbá, como professor [...]. Saímos de Corumbá e chegamos a Roboré, na Bolívia. Foi em Roboré que começou a história dos 400 quilômetros a pé. Lá ficamos uns oito dias e a prefeitura, que tinha ordens para receber os exilados brasileiros, nos deu um carro de boi, muito pequeno, dois bois, arroz, carne seca, sal, laços, fuzil de caça, um fuzil 42 fabuloso, facas, munição, quatro redes de dormir, e mais alguma coisa. Foi aí que eu fui a pé, de Roboré até Santa Cruz, 400 quilômetros. O Marino não podia porque era tuberculoso, tinha de viajar deitado. A Inês era doente, também tinha alergias terríveis. O Fernando Bertolotti estava com uma luxação no pé, não podia andar [...]. Era janeiro de 1938. E eu fui a pé, andando 400 quilômetros por 25 dias, até chegar em Santa Cruz.²⁹⁴

Sobre a atividade política deste grupo na Bolívia quem nos dá notícia é o militante de esquerda boliviano Guillermo Lora (1922-2009). No livro que escreveu sobre a história do Partido Obrero Revolucionário (POR), ele se refere à presença dos brasileiros em seu país e revela a importância que tiveram na formação de toda uma nova geração de trotskistas (da qual ele próprio fazia parte), cuja atuação seria determinante nas décadas seguintes para reestruturar o então debilitado POR, colocando-o novamente entre as principais vertentes políticas bolivianas.²⁹⁵ Mas, segundo afirma Guillermo Lora, optando por trabalhar às margens do POR, partido que representava a corrente mais ortodoxa do trotskismo boliviano naquele momento, e que enfrentava justo neste período uma fase de conflitos e disputas, os brasileiros preferiram iniciar, “por su cuenta y riesgo”, algumas atividades revolucionárias independentes, ocupando-se principalmente de organizar oficinas e cursos para pequenos grupos de militantes interessados em estudar a cultura política marxista. Marino Besouchet²⁹⁶

²⁹⁴ AZEVEDO, Ricardo; MAUÉS, Flamarion. *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 20-21.

²⁹⁵ LORA, Guillermo. *Historia del P.O.R.: contribución a la Historia Política de Bolivia*. La Paz: Ediciones Isla, 1978.

²⁹⁶ Marino Besouchet esteve em várias cidades durante seu período de exílio na Bolívia, em cada uma delas realizou tarefas importantes. Além de Santa Cruz de la Sierra, também em Cochabamba ministrou cursos de

e Fulvio Abramo ²⁹⁷ realizaram esta tarefa durante todo o tempo que passaram no exílio, firmes no propósito de que estariam colaborando para melhorar o nível teórico dos quadros de esquerda do país que os acolhera. Para todos os efeitos, não se tratavam de cursos para formar militantes trotskistas, mas, como Lora explica, os brasileiros “seguramente proporcionaban informaciones sobre el trotskysmo e influenciaban en favor de esta tendencia”. ²⁹⁸

Acontece que, politicamente, os trotskistas brasileiros exilados na Bolívia agiam por conta própria, mas ao mesmo tempo estavam sob impacto e influência de Mario Pedrosa, atentos às suas decisões e declarações. No início, a relação do grupo brasileiro com o partido trotskista boliviano não era de colaboração e parceria, mas eles também não se ignoravam. Porém, a crise que irrompe dentro do Socialist Workers Party (SWP), o partido que propagava as ideias de Trotsky nos Estados Unidos, e que se estende pela IV Internacional, atinge as posições de Mario Pedrosa, e esta situação se refletirá na conduta dos exilados brasileiros na Bolívia, intensificando a discrepância já existente entre eles e o Partido Obrero.

O que causou o mal-estar e suscitou um debate acirrado nas fileiras do movimento trotskista foi a polêmica sobre o papel da URSS na guerra, surgida após a assinatura, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, do pacto de não-agressão, conhecido como pacto germano-soviético ou Tratado Molotov-Ribbentrop (nome dos chefes da diplomacia dos dois países). Para uma ala minoritária do movimento, encabeçada pelos militantes da SWP, Max Shachtman e James Burnham, o acordo ou, melhor dito, a aliança entre a Alemanha e a Rússia era sintomática do estado avançado de burocratização a que chegara o governo operário soviético. Para este grupo, o princípio da defesa incondicional da União Soviética deveria ser revisto e subtraído nestes termos das diretrizes da IV Internacional. Trotsky descartou totalmente esta possibilidade e continuou convicto nos posicionamentos fundantes do movimento, rechaçando a proposta e iniciando um duro combate contra os que disseminaram a postura “antidefensista”, já que, para ele, o pacto era irrelevante diante do papel progressista da União Soviética para o mundo. Mario Pedrosa foi um dos que concordaram com a minoria do partido norte-americano, e como membro do Comitê Executivo Internacional, decidiu levar para dentro desta organização o debate. A polêmica se arrastaria de agosto de 1939 a maio de 1940, culminando na contestada decisão de Trotsky de substituir os membros

formação política e, em La Paz, foi um dos colaboradores na reorganização do acervo da Biblioteca del Congreso, hoje convertida em Biblioteca y Archivo de la Asamblea Legislativa Plurinacional.

²⁹⁷ Fulvio Abramo (1909-1993) foi um dos fundadores do movimento trotskista brasileiro. Fez parte do primeiro agrupamento de Oposição de Esquerda no Brasil. Mais tarde, seria, ao lado de Mario Pedrosa, Aristides Lobo, Hilcar Leite e Rodolfo Coutinho, um dos criadores da Liga Comunista Internacionalista (LCI).

²⁹⁸ LORA, Guillermo. *Op. cit.*, p. 30.

“antidefensistas” do CEI por novos integrantes. Mario Pedrosa estava oficialmente desligado da direção da IV Internacional.²⁹⁹

A ressonância desses acontecimentos dividirá as opiniões entre os adeptos brasileiros do trotskismo. Os membros do Partido Socialista Revolucionário (PSR), fundado em agosto de 1939 como seção brasileira da IV Internacional, resultado da aproximação entre o POL e os líderes da cisão comunista de 1937 (Sacchetta, Rocha Barros e Ferreira Lima), vão se declarar, no auge da crise, favoráveis à atitude defensiva, repreendendo Pedrosa, logo em seguida, pelo comportamento negligente. Mario Pedrosa, que até então estava vinculado ao PSR, deixou o partido e continuou defendendo o seu ponto de vista, mas não sozinho, ao seu lado ficariam reunidos principalmente militantes que eram, como ele, da primeira geração de trotskistas, como Fulvio Abramo, por exemplo, Marino Besouchet, e outros que, com o correr do tempo, foram aderindo à tal posição, como Plínio de Mello e Febus Gikovate.

Quando as opiniões sobre o problema da defesa incondicional da URSS chegaram a um ponto crítico, os brasileiros na Bolívia passaram a discuti-lo abertamente com os militantes que estavam ao seu redor. Logo, Fulvio e Marino se converteram em fervorosos adeptos da linha “antidefensista”, seguindo de perto a combatividade de Mario Pedrosa na tentativa de provocar uma reação efetiva de indignação e ruptura dos trotskistas com o Estado soviético, em face da situação desmoralizadora que era o pacto de Stalin com a Alemanha nazista de Hitler. O fato de também terem perdido a fé na viabilidade da IV Internacional fez com que eles se afastassem cada vez mais dos militantes do POR.

Os períodos de maior agitação da causa “antidefensista” Marino e Inês viveriam na Bolívia. Contudo, quando o debate resvalou para a expulsão de Pedrosa e de outros dirigentes da IV Internacional, o casal já tinha regressado ao Brasil, não presenciando como a crise teria sido administrada pelos brasileiros que lá permaneceram, como foi o caso de Fulvio Abramo. A partida foi necessária. O agravamento da saúde de Inês obrigou-a a deixar La Paz antes de Marino. Embora seu estado de saúde também estivesse debilitado, Marino insistiu em permanecer para dar continuidade ao trabalho de militância. Inês chegou a Buenos Aires em dezembro de 1939, e Marino faria o mesmo trajeto poucos meses depois. Na Argentina, o casal se hospedou com Lúcia e Newton, ali permanecendo só o tempo suficiente para se recuperarem e arranjar os detalhes da viagem. A travessia de retorno se deu pela fronteira uruguaia. Por volta de maio-junho de 1940 o casal já estava no Rio de Janeiro.

²⁹⁹ KAREPOVS, Dainis. *Op. cit.*, p. 110-119.

Certamente, quando Marino e Lúdia se encontraram, após um hiato de mais de três anos sem se verem, todas as questões políticas pelas quais eles haviam se debatido por todo aquele tempo vieram à tona. Lúdia não via o irmão desde que ele fora preso, em outubro de 1936, e, descontando os rumores de notícias que lhe chegavam, não sabia quase nada do que se passara com o irmão desde que ele deixara o presídio e se exilara do país. Nesta altura do reencontro, Lúdia provavelmente já não estava mais em contato com nenhum dos líderes do movimento trotskista argentino. Não sabemos por quanto tempo pode ter durado sua correspondência com Mario Pedrosa, tampouco dizer precisamente o quanto de sua atividade política na Argentina foi empregada em cumprir as tarefas que o “camarada Lebrun” lhe designara, mas assentindo que tenha levado adiante o empenho em ajudar na estruturação do movimento trotskista argentino, sua disposição em seguir militando pela causa da “revolução permanente” deve ter minguado junto com a primeira grande crise da IV Internacional. No entanto, este não foi o único motivo que a afastou da militância política. Uma série de acontecimentos foi se acumulando até que, desiludida e desapontada, Lúdia encerrou definitivamente seu envolvimento com a política partidária e ideológica.

Ao fim, o afastamento de Mario Pedrosa do movimento trotskista, que teve mais a ver com sua saída da organização do que propriamente com o seu abandono em relação às ideias de Trotsky,³⁰⁰ foi, para quem o acompanhava e acreditava em sua referência, um mau sinal. O assassinato de Trotsky a mando de Stalin, em 21 agosto de 1940, seria outro grande golpe, que afetaria Lúdia assim como afetou toda a fileira de seus seguidores. Augusto Besouchet, que tinha militado no POL, mas que optou por manter certo distanciamento em relação ao partido trotskista liderado por Sacchetta, citou a morte do líder bolchevique, em carta escrita a Lúdia poucos dias após o acontecido, como uma tragédia anunciadora de que tempos piores estavam por vir, declarando o seu desgosto e também o fim de sua trajetória militante:

Olho para atrás e vejo uma vida inútil, apesar das lutas e sofrimentos. Nada ficou. Tudo, tudo inútil. E o meu passado pesa justamente porque está vazio. Prisioneiros de Dostoiévsky carregando pedra de um lado para outro. Você deixará alguma coisa e isso me reconforta. Estude e escreva. E converse comigo [...]. Fale sobre os livros publicados e a publicar. As forças do mal e da nação continuam vencendo. E isso dura há quase 20 anos! Até quando? Tenho uma preguiça e um cansaço mortais. Só tenho vontade de nada fazer, de dormir, de descansar. Custei a entregar os pontos mas entreguei. Era um

³⁰⁰ KAREPOVS, Dainis. *Op. cit.*, p.119.

moinho rodando no vácuo. A morte do Ogum pareceu-me uma indicação de que a reação vencerá. O milagre de sua sobrevivência dava esperanças.³⁰¹

É resignada e taciturna a carta de Augusto, refletindo o choque que lhe causara a notícia da morte de Trotsky, a quem ele chama de “Ogum”, se referindo ao codinome do político russo. O peso que ele parece sentir sobre os ombros e a decepção manifesta em cada palavra, levando-o a afirmar que “entregou os pontos”, que desistiu de lutar, não é fruto apenas desses episódios mais amplos, que trazem consequências para um grande número de pessoas, também são sentimentos e emoções ligadas a fatores de ordem pessoal, os mesmos que igualmente influenciaram Lúdia a renunciar à política. A confirmação da morte de Alberto, o irmão caçula que fora lutar na Guerra Civil Espanhola, possivelmente vítima de um crime político, morto pelos stalinistas, gerou na família e nos irmãos militantes um trauma, considerando que eles jamais desistiram de tentar apurar os fatos por trás de seu desaparecimento na Espanha. A informação que validou a hipótese de que Alberto realmente havia morrido veio de um dos ex-combatentes que voltaram do conflito. Augusto toma conhecimento de alguns dos detalhes e escreve a Lúdia:

Minha querida amiga: Faz meses que não recebo nenhuma carta tua [...]. A minha ultima carta não tinha grande importância. Tratava do Garibaldi [e] a notícia de seu desgraçado fim [...]. [Afirmam que ele teria sido] preso na sede do Poum, com armas na mão, e fuzilado. Isso em maio de 1937. Embora se possa duvidar seriamente da data – pois tivemos muitas notícias dele, parecendo pouco provável que todas elas se referissem ao curto período de Janeiro a Maio de 1937 [...]. Todas as tentativas que fiz para apurar a verdade fracassaram. O que me relatou a referida notícia disse que ele estava em Barcelona no hospital nessa ocasião. Outros cantantes dão versões diversas: morto em combate; preso e processado por ter abandonado a frente de Aragão em sinal de solidariedade com o coronel Rovira (um dos poucos oficiais de alta categoria provindos diretamente do meio operário), etc. etc. Mas ninguém afirma direito... E a gente nunca pode saber se algumas dessas versões não foram forjadas aqui para apagar a péssima impressão causada [...]. De tudo isso, duas coisas: que está morto e que foi uma das inúmeras vítimas dos republicanos.³⁰²

Para preservar a sua identidade e a de Alberto, Augusto Besouchet assinou a carta usando o pseudônimo de Eduardo e apelidou o irmão de “Garibaldi”. Pelo que consta, o extravio de uma primeira carta que ele endereçara a Lúdia meses antes relatando os

³⁰¹ Carta de Augusto Besouchet para Lúdia. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1940. Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 7. LB(7) 3-174. Arquivo IEB/USP.

³⁰² Carta de Augusto Besouchet para Lúdia. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1939. Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 6. LB(6) 4-199. Arquivo IEB/USP.

pormenores do caso de Alberto levou-o a tomar alguma precaução, considerando que o motivo de a carta não ter chegado ao seu destino pudesse ter a ver com a interceptação da polícia. O tema ainda era delicado. A polícia política brasileira não acreditava na versão da morte do ex-tenente e achava que Alberto estava ou escondido em Pernambuco, onde participara da rebelião de 1935, ou exilado. Para o governo, Alberto era um foragido. O Tribunal de Segurança Nacional tinha julgado o seu processo em agosto de 1938 e sua sentença fora determinada em oito anos de prisão. Mesmo em 1945, quase dez anos depois de seu desaparecimento, em resposta a um pedido de revogação da pena, que visava a restituir a sua patente militar, a justiça negaria o processo observando que se tratava de um condenado em situação de fuga.³⁰³ Neste mesmo ano, o decreto de anistia promulgado pelo presidente Vargas incluía entre os militares anistiados o nome do Tenente Besouchet, o que levou Lília dias depois a encaminhar para o Cônsul do Brasil na Espanha uma carta solicitando informações seguras sobre a morte do irmão, visto que já não havia impeditivos para que a diplomacia brasileira deixasse de intervir no caso.³⁰⁴ Nenhuma autoridade deu qualquer depoimento satisfatório e por muitos anos Lília continuaria buscando respostas.

Apesar de já esperarem pela notícia, a certeza sobre a morte de Alberto e a permanência do enigma sobre como teria ocorrido a sua execução, por quais razões, “se ele foi sacrificado por suspeitas, por denúncias, ou por um facto local ou circunstancial”, causou grande abalo em Lília. Tanto ela quanto Augusto, após o assassinato de Alberto ter sido confirmado, passaram a expressar suas angústias e decepções, e o desejo de abandonar tudo, de “tratar da vida”. A motivação política, a possível traição da cúpula do PCB, que teria levado Alberto a uma emboscada, o fundamentalismo ideológico, e, de certo modo, a culpa que sentiam por Alberto ter sido considerado suspeito de “heresia”, de ser um dissidente, porque os irmãos haviam aderido à corrente trotskista, geravam certa amargura e contribuíam para aumentar o descontentamento com a militância. Os acontecimentos seguintes, ou seja, a crise na IV Internacional e a morte violenta de Trotsky, só reforçariam a frustração, a descrença e a certeza do rompimento.

Para Lília, a tentativa de atuar junto aos grupos trotskistas argentinos foi seu impulso derradeiro para retomar a causa revolucionária. Quando julgou que nada disso fazia mais sentido, se afastou definitivamente da militância política. A partir de 1940, Lília e Newton resolveram se dedicar inteiramente ao trabalho cultural. Foi neste ano que conseguiram uma

³⁰³ Cf. Prontuário n. 1753 – Alberto Bomílcar Besouchet. Fundo Polícias Políticas/DESPS – APERJ.

³⁰⁴ Cf. Carta de Lília Besouchet ao Dr. Roberto Mendes Gonçalves, Cônsul Geral do Brasil na Espanha. Buenos Aires, 24 de abril de 1945. Fundo Lília Besouchet. Caixa 6. LB(6) 4-204. Arquivo IEB/USP.

colocação no quadro de serviço das relações internacionais do Brasil na Argentina e foi daí em diante que suas vidas tomaram um novo rumo. A mudança de perspectiva e de situação permitiu que o casal planejasse a primeira viagem de volta ao país desde que partiram. Ainda havia receio quanto à ofensiva da polícia, pois circulavam vários relatos de exilados brasileiros que foram presos assim que cruzaram a fronteira. Lídia e Newton tinham motivos para serem cautelosos. Em carta de 22 de agosto de 1940, Augusto avisou a Lídia que não achava conveniente que ela visitasse o país naquele momento, uma vez que ainda era visada como “comunista”.³⁰⁵ O emprego público era um respaldo, mas não uma garantia.

Talvez para não levantar suspeitas, o casal decidiu viajar em datas diferentes. Newton foi em junho de 1940 e ficou por pouco tempo, apenas o suficiente para encontrar familiares e amigos. Já Lídia chegaria ao Brasil em 19 de novembro do mesmo ano com um passaporte turístico expedido em Buenos Aires. Seu tempo de permanência foi bem maior, cerca de três a quatro meses. De acordo com registros encontrados em seus prontuários, a polícia manteve os dois sob vigilância constante durante o tempo em que passaram no Brasil. Relatórios foram produzidos e enviados ao serviço de informação da Delegacia de Segurança Política e Social (DESPS) detalhando seus passos: se participaram de reuniões, com quem se encontraram, onde ficaram hospedados, se saíram do Rio de Janeiro, e outras menções do tipo. Na pasta policial de Lídia encontramos mais detalhes sobre o inquérito aberto pelo chefe de Segurança Social, Seraphim Braga, para apurar se sua visita tinha propósitos “subversivos”.

A sindicância em torno de Lídia começou desde o momento em que ela passou pela imigração. A polícia foi avisada e a partir daí investigadores foram designados a vigiar sua movimentação no país. Toda sua correspondência foi espionada. Encontramos cópias de cartas que ela teria enviado do Rio e de São Paulo para Newton em Buenos Aires. Numa delas, deixa claro que está inquieta e tensa: “continuo mesmo preocupada porque apareceram 2 tipos estranhos me procurando em casa e uns telegramas misteriosos; quando me vir em alto mar respirarei [...]. Ando preocupada porque tudo me alarma”.³⁰⁶ De fato, Lídia deve ter notado que era observada, mas não com tanta minúcia. O tempo que ficara no Rio, a passagem por Vitória e a viagem para São Paulo foram todos percursos monitorados. Na conclusão do inquérito aparece a informação de que uma busca rigorosa fora feita em sua bagagem por ocasião de seu embarque para a Argentina, “nada se encontrando de

³⁰⁵ Cf. Fundo Lídia Besouchet. Caixa 7. LB(7) 3-174. Arquivo IEB/USP.

³⁰⁶ Carta de Lídia Besouchet para Newton Freitas. Ipiabas, São Paulo, fevereiro de 1941. Cf. Prontuário n. 16.599 – Lídia Besouchet. Fundo Polícias Políticas/DESPS – APERJ.

comprometedor”.³⁰⁷ A troca epistolar de Lídia e Newton com o Brasil continuaria sendo inspecionada pela polícia durante aquele ano de 1941, como provam as cópias das cartas originais anexadas em suas fichas. Daí por diante, no entanto, pelo que indica a leitura dos prontuários, o casal deixou de ser foco de investigações. O último registro que aparece na documentação de Lídia da DESPS data do ano de 1943, e se refere a um memorando expedido pela polícia repassando para outra seção da delegacia os “antecedentes da prontuariada”. As anotações no prontuário policial de Newton também se encerram neste período, mas um último registro ainda apareceria em 13 de junho de 1958, por meio de um comunicado que prestava informações a “Mundo Gráfica e Editora” a seu respeito.

Para o casal, os anos seguintes passariam com relativa tranquilidade. A vida em Buenos Aires transcorreria então sem grandes sobressaltos, enquanto os dois promoviam suas atividades literárias na imprensa, publicavam livros e intermediavam contatos intelectuais e editoriais. Após cinco anos que foram prósperos em vários aspectos, Lídia e Newton começaram a pensar em retornar ao Brasil. Contribuía para esta decisão a conjuntura política que se abria com perspectivas de mudanças tanto para o Brasil quanto para a Argentina chegado o ano de 1945. O clima era de agitação e conflitos políticos nos dois países, a diferença é que a fase de transição para o contexto argentino lhes parecia mais nebulosa do que o ambiente de otimismo que se instalara entre as forças democráticas brasileiras com o anúncio da abertura política e a realização de eleições diretas para todos os cargos. A boa expectativa em torno da saída de Vargas e do fim do Estado Novo e a possibilidade indesejada de que subisse à presidência o coronel Juan Domingo Perón, figura que emergia das entranhas do regime militar de 1943³⁰⁸ e que era associada por amplos setores políticos e intelectuais, especialmente de esquerda, com ideias e práticas autoritárias e fascistas, fez com que Lídia e Newton cogitassem seriamente a possibilidade de regressarem ao país ou de conseguirem transferência para algum outro país no continente ou para algum país europeu.

³⁰⁷ Informação n. 329/S-2. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1941. Cf. Prontuário n. 16.599 – Lídia Besouchet. Fundo Polícias Políticas/DESPS – APERJ.

³⁰⁸ O golpe articulado em junho de 1943 por um grupo de oficiais ligados ao Exército, centrados numa proposta política nacionalista, embora tenha sido festejado por alguns como uma solução viável para a crise que abatia o país, não foi recebido sem resistências. Não demorou a irromperem exigências em prol das eleições livres e da instauração de uma democracia sem fraudes. Sem muitas opções, o governo militar nacionalista e reacionário teve de arquitetar uma transição respaldada por medidas democráticas para evitar que os “homens comprometidos com o regime fossem banidos pela oposição”. O grande articulador dessa saída democrática foi Perón que, após uma série de desentendimentos, lutas e protestos – incluindo a manifestação popular na Plaza de Mayo em que se gritava pela libertação de Perón, preso após ser destituído de todos os cargos que possuía no governo – foi considerado o único nome em potencial para concorrer como candidato à presidência da república. Cf. PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. 5 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; FAUSTO, Boris; DEVOTOS, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

Para isso, Newton viajou ao Brasil em dois momentos durante o ano de 1945, em princípios do mês de março, numa primeira temporada que duraria até maio, e depois na primeira quinzena de novembro, quando esperava que o desenrolar favorável dos fatos levasse à concretização do projeto do casal de sair da Argentina. Nestes dois períodos longos em que Newton ficou fora de Buenos Aires ele se correspondeu frequentemente com Lídia, que só iria ao Brasil por volta de meados de dezembro daquele ano. Por meio dessas cartas ficamos a par dos planos de Newton de retomar sua participação política ao lado do movimento da Esquerda Democrática (ED). Enquanto estava no Brasil, Newton acompanhou as notícias sobre a formação da União Democrática Nacional (UDN), um partido que pretendia aglutinar sob sua legenda todas as forças e setores que tivessem uma postura de oposição a Getúlio e ao governo autoritário e populista que “resistia” a chegar ao fim. A UDN surgiu, portanto, neste contexto de redemocratização, onde a luta dos opositores do Estado Novo era para evitar que o regime continuasse mesmo sem a presença de Vargas. Como uma ampla frente pela democracia, a UDN conseguiu reunir a princípio representantes das mais variadas orientações políticas: setores da intelectualidade católica, membros da oligarquia, liberais, socialistas, que decidiram se aliar com fins eleitorais muito claros: avançar na campanha presidencial contra o candidato da situação. O consenso contra a ditadura e seus resquícios foi o bastante para transformar a UDN no grande partido de oposição daquele tempo.

A Esquerda Democrática seria criada meses depois, em agosto de 1945, por aqueles grupos que seguiam a lógica da oposição a Vargas, mas que não conseguiram se ajustar completamente ao programa liberal e burguês da UDN. A orientação socialista da Esquerda Democrática, que surgiria no Rio de Janeiro, se tornou a predominante a partir do momento em que os membros da União Democrática Socialista (UDS) de São Paulo resolveram fundir a sua organização à ED, visando aumentar a sua capacidade de mobilização e de ingerência na campanha eleitoral. Com isso, se transferiram para as fileiras da Esquerda Democrática, que ainda não tinha se constituído como um partido, militantes de esquerda com diferentes posturas de confronto com o PCB. Estiveram presentes “comunistas frustrados com as denúncias sobre o stalinismo, ex-trotskistas [e] militantes do incipiente Partido Socialista Brasileiro vigente nos anos 30”.³⁰⁹

A mobilização geral dos setores de oposição a favor da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, concorrente à candidatura oficial do general Dutra, levou a ED a se aliar à UDN, numa aliança estritamente eleitoral, mantendo-se ainda como um grupo independente.

³⁰⁹ HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 68.

Vários amigos e conhecidos de Lília e Newton se integraram à nova entidade, especialmente aqueles que haviam abandonado a diretiva da IV Internacional, passando a enxergar no socialismo democrático uma alternativa ao marxismo ortodoxo. Dentre eles, Plínio de Mello, Febus Gikovate, Aristides Lobo, Fulvio Abramo, Arnaldo Pedroso d’Horta e Mario Pedrosa, que acabava de voltar do exílio. Augusto e Marino Besouchet também militaram na Esquerda Democrática. No retorno ao Brasil, em fins do ano de 1945, Newton finalmente encontraria oportunidade de começar a atuar diretamente nesta organização, tal como informa a Lília em carta remetida do Rio de Janeiro:

Aqui tenho trabalhado um pedaço pela Esquerda Democrática. Em Março faremos uma convenção nacional e vamos concorrer a eleições municipais com muita vantagem. O melhor pessoal está conosco. Creio que a Victoria do Brigadeiro é certa, apesar de varias pessoas pensarem que o Dutra pode entrar. Prestes seguindo sua politica de burrice, divide o eleitorado, ou melhor tira do Brigadeiro talvez meio milhão de eleitores [...]. Há dias saiu uma carta aberta de Silo Meireles rompendo com Prestes e se diz que há muita gente atrás dele. O fato é que o partido ganhou muito, cresceu, é incontestavelmente um movimento de massas, porem como os lideres e principalmente o líder não está a altura desse movimento, em pouco tempo este partido naufragará. Nós nos preparamos para isto.³¹⁰

Os antigos trotskistas que estavam na Esquerda Democrática, os ex-comunistas, os socialistas históricos tinham em relação à atitude inusitada de Prestes, naquele momento, de apoiar a continuidade de Vargas no poder um profundo desprezo. O estreito relacionamento que começou a se estabelecer entre Getúlio Vargas e o PCB, a partir de abril de 1945, “coisa inimaginável nove anos antes”, era entendido por este grupo como uma estratégia conservadora e oportunista. Os comunistas pregavam que era preciso fortalecer o Estado para então promover a revolução, os membros da ED acreditavam que a luta pelo socialismo deveria ser imediata. De acordo com Dulles, certamente a legalização do PCB tinha um peso nisso. Era a primeira vez em muitos anos que o Partido Comunista tinha a oportunidade de crescer, se organizar e de buscar um efetivo contato com as massas. A esquerda não stalinista execrava o fato de Prestes, ao sair da prisão, ter rejeitado a candidatura Eduardo Gomes, embora este também não tenha apoiado Dutra.³¹¹ O antagonismo com os comunistas motivou muita gente da esquerda a voltar-se para a opção socialista, que, dentre todas as posturas de esquerda da época, era a única que oferecia aspectos realmente inovadores, por defender a

³¹⁰ Carta de Newton Freitas para Lília. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1945. Cf. Fundo Lília Besouchet. LB-FRE085. Arquivo IEB/USP.

³¹¹ DULLES, John W. Foster. *Op. cit.*, p. 266-270.

democracia em sua base popular, de modo a romper com as “propostas autoritárias, conservadoras ou regeneradoras”.³¹²

Newton criará enormes expectativas em torno da vitória de Eduardo Gomes, pois um resultado vitorioso para o general Dutra, que era visto como herdeiro do regime anterior, significava a continuidade de uma política incompatível tanto com seus propósitos pessoais, quanto com sua militância partidária. A eleição de Dutra representou, portanto, para Newton e Lúdia uma derrota. Antes de voltar para a Argentina, Newton ainda participaria dos preparativos para a primeira Convenção Nacional da Esquerda Democrática, que aconteceu em abril de 1946, ocasião em que o agrupamento se formalizou como partido político, adotando um programa próprio.

Alguns amigos estrangeiros de Lúdia e Newton se compadeceram do revés que eles haviam sofrido em seus planos. Muitos já não os esperavam de volta a Buenos Aires. Julián Urgoiti, dono e diretor da Editorial Sudamericana, amigo do casal, seria informado por Lúdia dos acontecimentos nada promissores que haviam se desenrolado no Brasil. Tratando Lúdia de “estimada amiga”, escreve:

Tanto Yvonne como yo hemos pensado mucho en Uds. estos días, al enterarnos del inesperado resultado de las elecciones en Brasil. Como Ud. dice muy bien, la contrariedad que habrán experimentado por haberse malogrado sus proyectos inmediatos, estará compensada – al menos para sus amigos – por el placer de volver a verlos en Buenos Aires.³¹³

Também: Eduardo Mallea, em resposta a uma carta que Lúdia lhe endereçou do Brasil, contando as más notícias, escreveu em resposta:

Personalmente, me alegro de que vuelvan ustedes; personalmente, egoístamente: pero esta alegría puede tener, con relación a la obra de ustedes, muy buenos frutos. Ni ustedes ni nosotros debemos excedernos en el terreno de otras ilusiones: el tiempo inmediato será el tiempo de la adversidad y de la prueba.³¹⁴

O fracasso da oposição no Brasil corria o risco de se repetir na Argentina. Ali, diferente do contexto brasileiro, a polarização e a mobilização política eram bem mais exacerbadas. O embate entre as duas coalizões, a peronista e a da União Democrática, não

³¹² HECKER, Alexandre. *Op. cit.*, p. 28.

³¹³ Carta de Julián Urgoiti para Lúdia. Uruguay, 5 de janeiro de 1946. Cf. Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 5. LB(5) 4-76. Arquivo IEB/USP.

³¹⁴ Carta de Eduardo Mallea para Lúdia. Buenos Aires, 23 de dezembro de 1945. Cf. Fundo Lúdia Besouchet. Caixa 5. LB(5) 4-82. Arquivo IEB/USP.

dava margens para posições alternativas ou negociações. Embora a vitória de Perón, no pleito realizado em fevereiro de 1946, tenha sido por uma pequena diferença de votos, seu governo obteve imenso apoio popular. Contudo, tal como temiam os intelectuais e artistas, a imprensa tradicional, e os setores liberais, por exemplo, que se posicionavam contra Perón, o regime implantado adotou uma atitude de intolerância com a oposição.³¹⁵

Eduardo Mallea alerta ao casal que o retorno a Argentina, sob essas novas circunstâncias, que ele prevê como quase concretas, não deve guardar ilusões, ainda que ele não acredite que a nova uma fase que Lúdia e Newton irão enfrentar em seu país vá ser menos produtiva do que a anterior. Mas haverá adversidades. Como de fato, se passou. Muitos exilados deixaram a Argentina nesta época, pois o governo, que fora marcado pela ruptura com o passado liberal e pela continuidade com o regime militar, começou a caminhar para um crescente autoritarismo. Um dos lados negativos do peronismo vinha a reboque das arbitrariedades cometidas contra os opositores do regime. As duras medidas repressivas afetavam especialmente a ala mais radical do grupos antiperonistas, mas deixavam de atingir de um modo ou de outro todo a oposição. A imprensa crítica e opositora ao governo ficou sujeita a todo tipo de interferência, que vinha “por meio de práticas de sabotagem, corrupção, desrespeito às leis, restrições de papel, corte de subsídios, suspensão de direitos”,³¹⁶ tornando-se refém do amplo controle exercido pelo regime sobre os meios de comunicação. Tudo isso tornava o ambiente hostil. Mesmo assim, para Lúdia e Newton retomar à vida em Buenos Aires permaneceu sendo a melhor opção.

Nos anos seguintes, Newton faria constantes viagens ao Brasil, pois Lúdia e ele continuavam buscando meios de tornar viável literária e financeiramente a saída da Argentina. Por algum tempo, Newton ainda continuaria militando na Esquerda Democrática. Havia já uma mobilização para transformar a ED em Partido Socialista Brasileiro, o que aconteceu na segunda Convenção, em agosto de 1947. Se tratava apenas de uma formalidade, uma alteração de nome, que seus membros julgavam mais adequado, mas que não alteraria “as propostas e os métodos de atuação já consolidados” do partido.³¹⁷ No entanto, Newton se afastaria paulatinamente da política. Este seria seu último sopro, a disposição derradeira em trabalhar ostensivamente por uma causa.

³¹⁵ FAUSTO, Boris; DEVOTOS, Fernando J. *Op. cit.*, p. 290-291.

³¹⁶ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 91.

³¹⁷ HECKER, Alexandre. *Op. cit.*, p. 72.

O casal viveria ainda por mais quatro anos em Buenos Aires, época em que continuaria realizando uma intensa atividade cultural.

CAPÍTULO IV

A beleza de uma pátria distante: trocas e aproximações culturais

Toda mi vida fue buscar el lugar donde quería morir. Aún sigo viajando.

Javier Villafañe ³¹⁸

Os que viajam nada mais entendem de terra firme; as amarras simbólicas da âncora se desprendem com a âncora – é uma coisa inevitável.

Newton Freitas ³¹⁹

4.1 Exílio, uma vocação de amplos horizontes

Mais do que um refúgio, o exílio foi para Lídia Besouchet e Newton Freitas uma experiência criativa e intelectual. Do outro lado da fronteira, o ato de escrever e criar se potencializou como prática de resistência, travada contra uma condição feita para excluir, marginalizar e ofuscar o indivíduo “banido” porque “desviante” da ordem instituída. Daí a busca por transformar a expressão dramática e restrita do *desenraizamento* em potência criadora e positiva, gesto de enfrentamento que permite em certa medida equilibrar a inerente dimensão destrutiva do exílio, o lado brusco da separação da pátria, do lugar, das pessoas, de toda a textura familiar da vida, com sua face mais prazerosa e fecunda, que é a possibilidade de recomeçar e reconstruir parte do que foi dilacerado. A força do exílio, portanto seu impacto como experiência deslocada, de estranhamento, distância e, ao mesmo tempo, de encontros e descobertas, como não foi raro acontecer aos intelectuais exilados, se converteu, também no caso de Lídia e Newton, em força produtiva. A justaposição e o contraste entre o passado e o presente, entre o lugar de pertencimento e o país de acolhida, onde tudo era novo e desconhecido, e em muitos aspectos estimulante, gerou um fluxo caudaloso de ideias que resultou em uma produção intelectual abundante e irrepetível no percurso de suas vidas como escritores.

³¹⁸ VILLAFANE, Javier. *Los ancianos y las apuestas*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1990.

³¹⁹ FREITAS, Newton. “A viagem – Uma viagem”. Fundo Newton Freitas. Caixa 4. Ensaio e crônicas. NF(4) 2-32. Arquivo IEB/USP.

O fato de o casal ter se posicionado não como vítimas passivas, mas como sujeitos em interação, dispostos a explorar o horizonte dos dias de exílio com curiosidade e ímpeto intelectual, abrindo canais de diálogo, foi fundamental para que este período, do ponto de vista da efervescência cultural, fosse o mais dinâmico e intenso de suas trajetórias. Para se ter uma ideia imediata do que isso significa, não só foi na Argentina que Lídia e Newton se tornaram autores publicados, como foi neste intervalo de mais de dez anos em que lá viveram que a maioria de seus livros foi editada. Em termos de produtividade e ativismo cultural, o exílio se tratou com efeito de uma fase extraordinária. No caso de Newton Freitas, o vigor intelectual e criativo do exílio foi ainda mais evidente.

Durante sua carreira, Newton publicou 37 livros, e aí incluímos também aqueles títulos em que foi tradutor, comentarista e prefaciador. A maioria de suas obras foi escrita e publicada em castelhano por editoras argentinas, com exceção de duas traduções feitas no ano de 1934 e de quatro outros livros publicados respectivamente em 1963, 1975, 1988 e 1990, em que foi colaborador, o que implica dizer que praticamente toda a sua atividade como escritor de livros se concentrou no período em que esteve exilado. Assim, passada essa temporada, já fora de Buenos Aires, depois de ter partido para outros destinos no exterior, curiosamente Newton Freitas não voltaria a publicar livros autorais. O que prevaleceu, daí em diante, foi sua atividade jornalística, mantida regularmente ao longo dos anos.

No caso de Lídia, apesar de ela também ter começado a carreira de escritora profissional na Argentina, e de o período do exílio ter sido igualmente o mais prolixo e abundante, no que se refere à produção de livros, sua experiência posterior foi bem diferente da de Newton. A produção bibliográfica de Lídia não ficou confinada ao trabalho realizado em Buenos Aires. A produção literária e historiográfica de sua autoria seguiria ininterrupta nas décadas seguintes. Mas é bastante interessante constatar que grande parte do que produziu e publicou mais tarde ou tinha ligação com temas abordados originalmente na década de 1940 ou eram traduções daquilo que havia escrito durante o tempo que viveu na Argentina, o que ajuda a reforçar a ênfase dada ao período do exílio como o mais produtivo e culturalmente marcante de suas trajetórias intelectuais.

Numericamente isto é mais do que explícito. Lídia publicou ao longo de sua vida 32 títulos, de romance e literatura juvenil a estudo histórico e ensaio biográfico, dentre os quais consideramos também aqueles em que foi tradutora, organizadora e prefaciadora e aqueles em que aparece como autora convidada, como foi o caso de algumas coletâneas de artigos de que

participou. Desse conjunto, 18 livros foram publicados ao longo dos anos 1940, contando dois livros que escrevera em coautoria com Newton, ou seja, mais da metade de sua produção corresponde à fase que viveu em Buenos Aires. Esse total é bastante representativo, principalmente se juntarmos a esse montante os livros publicados por Newton na Argentina. Assim, tomando como referência a produção do casal no exílio, juntos, eles publicaram 47 livros, entre 1939 e 1949.

Tabela I – Conjunto da produção bibliográfica do casal

Período em décadas	Livros	Artigos em livros	Prólogos	Traduções
1930	1	—	—	2
1940	33	1	9	3
1950	1	1	—	—
1960	2	—	1	1
1970	3	4	—	1
1980	2	1	—	—
1990	1	1	—	—
Total	43	8	10	7

Fonte: Dados distribuídos com base no levantamento bibliográfico reunido ao longo da pesquisa.

A tabela permite visualizar que houve uma década excepcionalmente mais produtiva na vida de Lúcia e Newton. Ao oferecer uma perspectiva comparada com os outros períodos de atividade do casal, vemos como, de fato, eles não voltariam a publicar um volume tão robusto de livros como nos anos de 1940. Sabemos que a singularidade desta década se deve ao exílio, mas a simples referência a esta situação desterrada não é bastante para compreender a dinâmica que permitiu, naquele contexto, o florescimento efusivo da criatividade vinculada à produção cultural. Será preciso fazer perguntas sobre as circunstâncias que estiveram atreladas à presença de Lúcia e Newton no cenário intelectual bonaerense, sobre o universo amplo de pessoas, ideias e instituições com as quais mantiveram laços e compromissos. Também entender a conjuntura política e como ela se refletiu na cultura, na expansão da atividade cultural argentina entre meados dos anos 1930 e no decênio de 1940, e ver como o

casal se beneficiou deste adensamento das práticas intelectuais no país de abrigo, já levando em conta que ali viveriam por quase doze anos.

A compreensão dos fatores que tornou possível à Lídia e ao Newton desenvolverem uma vasta e respeitável produção intelectual, condensada neste período relativamente curto de tempo que foram os anos de exílio, também deve passar pela compreensão de como eles exerceram o papel de intérpretes e mediadores culturais, já que essas funções ampararam de maneira central a posição de ambos no campo da intelectualidade portenha, definindo mesmo e de modo determinante as suas identidades sociais no exílio.

Os estudiosos que se dedicaram a destrinchar a experiência do exílio dando ênfase à categoria do “intelectual exilado”, e aqui damos destaque a Edward Said ³²⁰ e outros autores que se basearam em suas análises, como a historiadora Helenice Rodrigues, ³²¹ consentem que esta condição, quando vivida por um escritor, um artista, um pensador, um cientista, um acadêmico, enfim, por um intelectual, tende a projetar novas possibilidades sobre a face mais austera do exílio. Assim, o exílio, para além dos sofrimentos que ele implica, dos traumas, das mutilações e fraturas, como viemos insistindo, também seria uma experiência avassaladora do ponto de vista da descoberta, do conhecimento, da reinvenção e da amplitude de ideias. Todo sujeito do exílio estaria necessariamente obrigado a entrar em contato com uma nova cultura, uma nova linguagem, com novos costumes, devendo manipular novos signos e códigos, contudo, nem todos os exilados estariam dispostos a se deixar impregnar, para daí forjar novas identidades e novos projetos.

Segundo Denise Rollemberg, alguns exilados sucumbiram ao ressentimento, obcecados pela idealização do retorno, enquanto outros se descobriram neste processo. Para uns, a experiência levou a encontros, descobertas, aprendizados, enquanto para outros seriam “tempos de solidão e derrota”. ³²² Alguns se apoiaram no lamento e no luto da partida, ao passo que outros suportaram a falta e transformaram a si mesmos. Interferindo para a atitude de ação ou de inércia do exilado estariam vários fatores, por exemplo, “as condições materiais, a presença ou não do núcleo familiar, a constituição de uma rede de contatos, o

³²⁰ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; “Exílio intelectual: expatriados e marginais”. In. SAID, Edward. *Representações do intelectual*: as Conferências Reith de 1993. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

³²¹ RODRIGUES, Helenice. “O exílio dos intelectuais e os intelectuais exilados”. In. _____; KOHLER, Heliane (Orgs.). *Travessias e cruzamentos culturais*: a mobilidade em questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

³²² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 33; 47.

temperamento do exilado, e de seus mais próximos, e suas perspectivas”.³²³ Para Said, de toda a comunidade de exilados gerada pelo século XX, os intelectuais foram os que emergiram como os mais “excepcionais entre eles”, por terem convertido habilidosamente o exílio em “posto de observação”, em fonte inesperada de “prazer”, ligada a uma ideia de liberdade que acompanha o conhecimento desde uma existência descentrada, sentimento e iniciativa que, de fato, foram responsáveis por tornar o ambiente de exílio em lugar de ebulição, em espaço de fermentação cultural promovido pelos intelectuais. Se não todos os intelectuais, grande parte deles.

Cada aspecto ressaltado acima é entrecortado por muitas questões, mas as que nos interessam são aquelas que iluminam a porção enriquecedora da experiência do exílio, a que provoca o intelectual a mergulhar na sua vocação, a cultivar a sua subjetividade e a desenvolver algo novo, a trabalhar e a exercer seu ofício com paixão e energia, construindo férteis redes de sociabilidade e criando de modo infatigável uma relevante produção intelectual, a qual talvez não chegasse a ser tão intensa em outras circunstâncias.³²⁴ É esta a nossa chave de leitura para compreender a experiência de exílio de Lídia Besouchet e Newton Freitas. Primeiro, que o casal viveu o exílio não como um destino degradante, como afinal em certos aspectos ele não deixa de ser, mas como uma oportunidade. Como intelectuais exilados, souberam extrair do amargo e da angústia da existência desterrada condições mais afortunadas de sobrevivência, associadas à força criadora de suas vocações, as quais, ao invés de sufocarem, desabrocharam ainda com mais ímpeto em meio às condições adversas do exílio. Segundo, que esta troca promissora com mundos e culturas estrangeiras, fora do universo conhecido, embora não tenha ocorrido sem conflitos e resistências, foi o que impactou diretamente as suas produções intelectuais. Assim devemos considerar: o exílio, por si só, impactou permanentemente o roteiro de suas vidas.

O exílio também, por suas condições específicas, ofereceu ao casal a chance de definir um rumo de trabalho que acabou se constituindo em um projeto intelectual de longa duração, tornando-se uma fatia substancial de suas carreiras de escritores. A função que Lídia e Newton desempenharam, em Buenos Aires, como intermediários culturais, promotores e produtores de cultura, idealizadores de projetos que visavam incentivar as trocas e as

³²³ RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. “Intelectuais no exílio: onde é a minha casa?”. In. *Dimensões*, vol. 26, p. 152-176, 2011. p. 157.

³²⁴ RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. “Intelectuais no exílio: onde é a minha casa?”. In. *Dimensões*, vol. 26, p. 152-176, 2011.

aproximações entre o Brasil e a Argentina, e entre o Brasil e diferentes partes do continente latino-americano, esteve estreitamente ligada à experiência do exílio. É a “dupla perspectiva” imposta pelo exílio, para usar uma expressão de Said, que em geral permite aos intelectuais tornarem-se agentes de *mediação cultural* entre dois mundos. São essas circunstâncias, ou seja, a perspectiva da distância e do impedimento de retorno, a mudança de cenário, de país, a interpenetração de culturas, o movimento que tira o sujeito do “conforto” da terra natal e o lança na experiência do estranhamento, são essas as condições que tornam a tarefa do intelectual exilado mais próxima da intenção de conectar as duas realidades culturais no limiar das quais ele passa a viver. Isso porque, somente quando o indivíduo torna-se habitante de um território intermediário, espaço onde ideias e práticas se entrecruzam, se chocam e coexistem, é que se configura as condições mais favoráveis para surgir essa dupla consciência, que deve permitir, neste nosso caso, ao exilado com habilidades literárias e artísticas, por exemplo, a estimular o diálogo e o trânsito entre culturas.

Para muitos intelectuais que viveram em algum momento a condição de exilados, e que desenvolveram o papel de mediadores, esta atividade se projetou como se fosse um prolongamento da situação do desterro. O “entre-lugar” em que se encontra o intelectual no exílio, quer dizer, “nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo”,³²⁵ põe em marcha um “estilo de pensamento” que passa a ter por característica marcante a comparação e a contraposição. Toda nova experiência adquirida no exílio passará necessariamente por um rito de pensamento que tende a buscar um referente similar na sua cultura de origem, criando visões plurais e simultâneas. Assim, “para o exilado, os hábitos de vida, expressão ou atividade no novo ambiente ocorrer[ão] de modo inevitável contra o pano de fundo da memória dessas coisas em outro ambiente”,³²⁶ familiar, digamos assim. De modo que, mirando por esta perspectiva, não se pode dissociar o trabalho de mediação que o casal produziu na Argentina da conjuntura muito particular do exílio.³²⁷

Não é ao acaso que Lídia e Newton estrearão no mercado editorial argentino com um livro de ensaios que pretendia apresentar para o público daquele país uma visão de conjunto

³²⁵ SAID, Edward. “Exílio intelectual: expatriados e marginais”. In. SAID, Edward. *Representações do intelectual*: as Conferências Reith de 1993. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 57.

³²⁶ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 60.

³²⁷ Aqui devemos nos remeter à diferenciação etimológica entre os termos que designam deslocamentos humanos, traçados na introdução da tese, pois ainda que haja uma proximidade maior entre os termos *emigrado* e *exilado*, pesa ainda mais sobre este último a questão dos processos de mediação cultural como uma tarefa potencialmente associada às atividades do intelectual exilado, que guarda igualmente uma forte acepção política.

sobre a história da literatura brasileira. O livro surgiu, na verdade, como uma recompilação de alguns dos artigos que o casal havia publicado na imprensa da capital portenha principalmente durante o ano de 1938. O propósito original dos artigos, espalhados por jornais e revistas, era promover “as coisas e os aspectos da literatura brasileira”, mas que com a edição do livro ganhou um novo significado, mais formal e sistemático, de tornar acessível aos leitores argentinos uma mostra panorâmica do movimento literário no Brasil, desde um ponto determinado pelos autores como sendo de “origem” das letras nacionais, por volta de meados do século XVIII, até manifestações recentes, com os romances regionalistas. Intitulado *Diez escritores de Brasil*, o livro reuniu dez ensaios dedicados ao estudo de nomes selecionados como os mais representativos de cada período da história literária brasileira, os cinco primeiros escritos por Lúcia Besouchet e a outra metade por Newton Freitas.³²⁸ Ao final de cada artigo, aparecem os tradutores responsáveis pela versão em espanhol, são eles: Benjamín de Garay, Natalício González, Carybé e Francisco J. Bolla.³²⁹ Lançado em 1939 pela editora M. Gleizer, que tinha uma boa participação no comércio de livros em Buenos Aires, ativa há quase duas décadas no mercado, o livro foi reeditado em 1946 pela Editorial Sudamericana, com o título *Literatura del Brasil*, edição revisada e traduzida por Raúl Navarro. Nas duas ocasiões de publicação o livro foi bem recebido pela crítica, sendo alvo de resenhas elogiosas, que destacavam o quão bem a obra cumpria seu propósito de divulgar “una literatura no suficientemente conocida y apreciada como lo merece”.³³⁰ De fato, o casal apresentou o livro como um trabalho que não carregava pretensões de oferecer aos leitores uma crítica literária

³²⁸ Os autores estudados por Lúcia Besouchet foram: Tomás Antonio Gonzaga, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Raúl Pompeia e Aluísio de Azevedo, cujas obras estão situadas entre fins do século XVIII e princípios do XIX. Newton Freitas ficou responsável pela apresentação dos autores modernos, como: Euclides da Cunha, Mario de Andrade, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Lucio Cardoso. Os ensaios foram precedidos por uma introdução de treze páginas, em que Lúcia e Newton oferecem um resumo do desenvolvimento histórico da literatura no Brasil, assinalando os movimentos mais importantes bem como as características de cada autor e suas obras. A introdução, além de pretender dar certa unidade à obra, também busca compensar a ausência de alguns nomes que não puderam ser incluídos, mas que são citados como igualmente relevantes, dentre estes José de Alencar, Castro Alves e Olavo Bilac. Segue referência completa: BESOUCHET, Lúcia; FREITAS, Newton. *Diez escritores de Brasil*. Buenos Aires: M. Gleizer, 1939.

³²⁹ Benjamín de Garay, o principal e mais reconhecido tradutor de obras brasileiras na Argentina, traduziu dois artigos, um sobre Machado de Assis, de Lúcia Besouchet, e outro sobre Euclides da Cunha, escrito por Newton Freitas. Juan Natalício González, escritor e político paraguaio também exilado em Buenos Aires nesse período, traduziu de Lúcia o texto sobre Raúl Pompeia. Carybé assinou a tradução de três ensaios de Newton, “José Lins do Rego”, “Graciliano Ramos” e “Lucio Cardoso”. O último tradutor é Francisco J. Bolla, escritor e teatrólogo argentino que passa do português ao castelhano “Mario de Andrade”, de Newton Freitas e mais três ensaios de Lúcia Besouchet, o que se refere ao Tomás Antonio Gonzaga, depois o que fala sobre Gonçalves Dias e ainda um último sobre Aluísio de Azevedo, totalizando quatro ensaios, o que o torna o principal tradutor da obra.

³³⁰ ENGLEKIRK, John. “Reseña: Diez escritores de Brasil, por Lúcia Besouchet e Newton Freitas”. In. *Revista Iberoamericana*, Vol. IV, n. 7, novembro de 1941.

profunda sobre a literatura brasileira, mas apenas uma contribuição no universo de iniciativas que atuavam no sentido de expandir o conhecimento sobre o Brasil no país vizinho.

A primeira obra publicada na Argentina mais ou menos neste formato, como uma coletânea de autores brasileiros, seguindo o mesmo propósito didático, tinha sido lançada no ano de 1924 pelo poeta e ensaísta de origem espanhola Braulio Sánchez Sáenz, responsável pela seleção, tradução e notas. Estudioso da literatura do Brasil, publicou dezenas de artigos tratando deste tema em periódicos de vários países da América Latina e, conforme nota publicada na edição de 1941 da *Revista Hispánica Moderna* – boletim acadêmico editado pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, cuja atividade editorial é mantida ainda hoje –, Sánchez Sáenz passou a residir no Brasil neste mesmo ano de 1941 após se tornar professor da cátedra de Literatura Ibero-americana da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo.³³¹ Sua antologia de prosa e poesia brasileira figuraria única no índice bibliográfico argentino até 1939, data em que apareceu o livro de Lúcia Besouchet e Newton Freitas, oferecendo outra perspectiva e notícias atualizadas do movimento literário brasileiro.

No mesmo ano em que *Diez escritores de Brasil* foi reeditado com novo título e alguns acréscimos, o livro de Sánchez Sáenz ganhou nova edição pela Editora Espasa-Calpe, que o relançou em 1946 como *Primera antología de cuentos brasileños*, incluindo-o em sua prestigiosa “Colección Austral”.³³² Ao lado desses dois livros, apareceria ainda, também em 1946, com selo da Editorial Nova, incluído na coleção “Mar Dulce”, *Pequeña Antología de*

³³¹ “Notas varias sobre hispanismo”. In. *Revista Hispánica Moderna*, Columbia University, Ano 7, n. 1-2, 1941.

³³² A Editora Espasa-Calpe, a principal editora da Espanha neste período, começou a funcionar na Argentina como uma agência de distribuição e importação de livros no ano de 1928. Em 1937, a editora, que era apenas uma sucursal, passou também a editar seus próprios livros, tornando-se uma empresa independente. Essa mudança ocorreu por conta das dificuldades impostas pela Guerra Civil Espanhola, que afetou a indústria de livros de várias maneiras, principalmente pela elevação dos preços de produção, causada pela escassez de matéria-prima e de pessoal qualificado, além do controle político e da redução do mercado de vendas. À frente da Editorial Espasa-Calpe Argentina estiveram, desde 1928, os editores Julián Urgoiti e Gonzalo Losada. Com a transição, os dois se mantiveram na direção do empreendimento, e passaram a atuar de modo a centralizar todo o trabalho da companhia na América Latina, invertendo-se então a relação de abastecimento com a exportação de livros para o país espanhol. Graças a essa conjuntura favorável à indústria editorial argentina, motivada pelo refluxo da produção de livros na Espanha, a Editorial Espasa-Calpe, que surgiu acompanhada de outras editoras, fundadas na mesma época, entre fins da década de 1930 e princípios de 1940, como a Sudamericana, Emecé, Santiago Rueda e Losada, rapidamente se consolidou e, em pouco tempo, passou a dominar uma considerável fatia do mercado hispano-americano. A “Colección Austral” foi criada em 1937, ano em que a editora se converteu em sociedade autônoma. Por seu caráter popular, com boas edições, de títulos clássicos do repertório da cultura ocidental, a preços reduzidos, esta coleção foi a de maior sucesso da editora, tornando-se também a mais emblemática, já que foi fundamental não só para o fomento da indústria editorial argentina como principalmente para a formação do público leitor daquele país, tal como outras coleções similares, a exemplo da “Biblioteca Contemporánea”, editada pela Editorial Losada. Uma boa análise sobre o tema pode ser lida em: LARRAZ, Fernando. “Política y cultura. Biblioteca Contemporánea y Colección Austral, dos modelos de difusión cultural”. In. *Orbis Tertius. Revista de Teoría y Crítica Literaria*, n. 15, p. 1-10, 2009.

Cuentos Brasileños, com seleção de textos do escritor brasileiro Marques Rebelo, tradução de Raúl Navarro e notas de Luiz Baudizzone.³³³

Neste intervalo, outras obras com objetivos similares, de difundir e socializar por meio de uma abordagem geral a literatura e a produção intelectual do Brasil, apareceram no mercado argentino. O livro *Pequeña historia de la literatura brasileña*, de autoria de Ronald de Carvalho, que já passava da sexta reimpressão no Brasil (com primeira edição de 1919), foi publicado, em 1943, no catálogo da “Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano”, de responsabilidade do Ministerio de Justicia e Instrucción Publica. Esse órgão do governo, durante seis anos, de 1937 a 1943, manteve esta coleção como parte das estratégias oficiais de estreitamento cultural com o Brasil. O projeto, que foi coordenado por um corpo de acadêmicos da alçada de Ricardo Levene, Emilio Ravignani e Rómulo Zabala, tinha por meta pôr em circulação obras consideradas fundamentais do “pensamento social brasileiro”, ensaios de interpretação nacional que ainda não tinham sido suficientemente absorvidos pelo circuito comercial. Os livros da coleção, como *Historia de la Civilización Brasileña*, do historiador Pedro Calmon, eram distribuídos gratuitamente pelas escolas, instituições culturais, redações de jornais e revistas, e também chegavam à figuras da intelectualidade portenha, que recebiam os exemplares como meio de ampliar a divulgação.³³⁴

Já em 1945, no mesmo gênero de publicações, foi editado pela Universidad de Buenos Aires, por meio da coleção “Las Literaturas Brasileñas”, o livro *La literatura del Brasil*, de autoria do crítico e historiador Afonso Arinos de Melo Franco. O volume, de pequenas dimensões, tinha cerca de noventa e oito páginas, contendo esboços das reflexões desenvolvidas durante a série de palestras e cursos sobre literatura brasileira que o autor havia presidido no ano anterior na Faculdade de Letras daquela Universidade. Com esta publicação, contamos, só na virada da década de trinta e primeira metade dos anos quarenta, com pelo menos seis livros que ganharam edição na Argentina motivados pelo objetivo comum de apresentar a produção literária do Brasil aos leitores de fala hispânica.

É, portanto, a partir desta conjuntura que se abre no cenário cultural argentino, favorável à recepção de obras e autores brasileiros e mesmo de uma produção escrita por

³³³ O conto de Newton Freitas, “La edad de Paulina”, foi publicado neste livro. Outros autores selecionados foram, conforme ordem de aparição na obra: Machado de Assis, Arthur de Azevedo, Afonso Arinos, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Mario de Andrade, Ribeiro Couto, Rodrigo Melo Franco, João Alfonsus, Antônio de Alcântara Machado, Marques Rebelo, Francisco Inácio Peixoto e Murilo Rubião.

³³⁴ SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003. p. 120-121.

intérpretes estrangeiros com foco no interesse pelo Brasil e suas expressões culturais, que se deve entender a pertinência e o contexto de produção do livro de estreia de Lídia Besouchet e Newton Freitas. Aos exemplos citados se somam dezenas de outros projetos que, no decorrer das primeiras décadas do século XX, ajudaram a incrementar ações que tinham por intuito contribuir com a aproximação cultural entre a Argentina e o Brasil, esforço que, embora mútuo, nem sempre foi de igual intensidade nas duas direções. Mas, em linhas gerais, a abertura constatada, especialmente a partir de meados da década de 1930, do mercado de bens culturais argentino em relação à produção intelectual brasileira, teve seu correspondente mais ou menos equilibrado com a valorização e consequente repercussão no Brasil do que era produzido em matéria artística e literária no país vizinho, sendo ainda verdade que o Brasil, em termos culturais, e em relação à Argentina, mais exportou do que importou.³³⁵ Isso demonstra, ao mesmo tempo, não só a capacidade de absorção e o indiscutível interesse do país do Prata em “atravessar” e “consumir” livros e demais produtos culturais vindos do Brasil, mas igualmente a preocupação do Brasil, condizente com o momento político, em difundir sua imagem no exterior, mas os interesses não deixaram de ser recíprocos.

Vários fatores intervieram para que as relações literárias e editoriais e o intercâmbio artístico entre a Argentina e o Brasil se intensificassem entre fins da década de 1930 e primeira metade dos anos 1940, período que, não fortuitamente, coincide com a fase mais produtiva de Lídia Besouchet e Newton Freitas no exílio. Esses fatores foram tanto de ordem histórica e social, quanto política e econômica e, embora alguns deles tenham começado a se delinear na virada do século, apenas a partir dos anos trinta condições mais favoráveis se reuniram possibilitando aos dois países levarem adiante iniciativas efetivas de aproximação e colaboração, as quais se refletiram no incentivo mais frequente à promoção de trocas culturais. Lídia e Newton, que passaram a viver em Buenos Aires como exilados do Estado Novo justo no momento mais fecundo naquele país para a produção de escritores e artistas brasileiros, que desfrutavam então de uma acolhida notável e sem precedentes nas diferentes

³³⁵ Gustavo Sorá vai chamar a atenção para as condições desiguais da tradução cruzada em um e outro espaço nacional, concluindo que, “si en materia de bienes comerciales la balanza de cambios favorecía ampliamente a la Argentina, en materia cultural, la fuerza exportadora del Brasil o la capacidad de absorción argentina inclinaron la relación de modo inverso”. Em outros termos, quer dizer o autor que enquanto o Brasil superou a Argentina na exportação de sua produção intelectual, a Argentina, por sua vez, ultrapassou expressivamente o Brasil em quantidade de tradução (do português para o castelhano) e na exportação de livros para o país vizinho. Na verdade, o mercado editorial argentino, no período entre-guerras, substituiu o lugar até então ocupado pelas edições europeias no setor de consumo de livros brasileiro, alterando abruptamente a balança de abastecimento, passando a Argentina a ser o maior fornecedor de livros em língua espanhola para o Brasil. Cf. SORÁ, Gustavo. *Op. cit.*, p. 139; 155.

áreas da cultura no país vizinho, seja na imprensa, no mercado de tradução e edição de livros, seja em eventos e exposições de arte, se deram conta rapidamente deste fenômeno e passaram a desenvolver na Argentina uma atividade intelectual voltada para este intercâmbio, se revelando em pouco tempo personagens que, no fluxo da circulação de ideias, se tornaram cruciais para a geração de um espaço internacional de comunicação entre as duas culturas.³³⁶

Como resposta a esse empenho, o casal passou a ser reconhecido, tanto no Brasil como na Argentina, ainda que principalmente no universo restrito da intelectualidade, pelo trabalho de divulgação e mediação que exerciam por meio de suas atividades como escritores, tradutores, editores e periodistas. Na imprensa dos dois países, expressões como “embaixadores culturais”, “intermediários e promotores de cultura”, “porta-vozes da cultura brasileira” e ideias semelhantes foram usadas em algumas ocasiões para se referirem ao casal, associando o trabalho que realizavam no exílio às ações culturais que desenvolviam dentro de um ideal de aproximação, encontro e valorização da cultura brasileira em diálogo e como parte integrante das culturas latino-americanas, tendo a Argentina como portal de trocas e ressonância. Um texto publicado no *Jornal de Notícias*, do Rio de Janeiro, intitulado sugestivamente de “Embaixadores no Prata” é um exemplo. Assinado pelo jornalista e escritor Edgar Cavalheiro, o artigo, escrito em 1947, começa explorando a ideia de que parte

³³⁶ O protagonismo de Lúcia Besouchet, e especialmente de Newton Freitas, neste espaço de cruzamento cultural entre a Argentina e o Brasil durante a década de 1940 é um aspecto destacado por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento (estudos literários, história, antropologia, teoria da arte) que tomaram por objeto de análise os intercâmbios culturais entre os dois países. Na trajetória de algumas dessas pesquisas, como a do antropólogo argentino Gustavo Sorá ou a da historiadora da arte Patrícia Artundo, e ainda da filóloga hispânica María Sánchez-Élez ou da historiadora brasileira Maria de Fátima Piazza, fica nítida a forma como o casal, por vias quase sempre indiretas, se impõe como figura-chave para aqueles que pretendem compreender o elo entre determinados escritores e artistas brasileiros com o mundo da intelectualidade portenha ou latino-americana de meados do século XX. Em todos esses casos, Lúcia e Newton surgem na documentação, por exemplo, na correspondência com personagens ilustres da história da arte e da literatura no Brasil, como Candido Portinari e Mario de Andrade, deixando pistas para os investigadores que, mesmo não aprofundando a pesquisa sobre suas presenças e biografias, registram com ênfase suficiente que se trata de dois intelectuais que exerceram com grande vitalidade a tarefa de articuladores entre as duas culturas, contribuindo para o projeto de integração cultural das duas regiões. Cf. SORÁ, Gustavo. *Op. cit.*, 2003; ARTUNDO, Patrícia. *Mário de Andrade e a Argentina: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. “Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano”. In. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 222-246, jan.-jun. 2006; SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria Navas. “Relaciones entre escritores gallegos y brasileños en el exilio español: el testimonio de Lorenzo Varela y Newton Freitas”. In. *Revista de Llenguas y Literatures Catalana, Gallega e Vasca*, v. 15, p. 103-125, 2010. Também é recorrente em pesquisas que avançam sobre a compreensão das relações culturais dos exilados espanhóis com o universo cultural argentino a menção à presença de Lúcia Besouchet e Newton Freitas no trançado desses contatos intelectuais, constatando, em diferentes momentos, o papel primordial dos dois na aproximação dos refugiados galegos com a cultura brasileira, como se deu no caso de Luis Seoane, Lorenzo Varela e tantos outros. Indico sobre esta questão a leitura de VIÑUALES, Rodrigo Gutiérrez. “Seoane en el centro. Algunos itinerarios por el arte en Buenos Aires (1936-1963)”. In. VIÑUALES, Rodrigo Gutiérrez; SEOANE, Rodrigo y Seixas; ANXO, Miguel. *Buenos Aires. Escenarios de Luis Seoane*. La Coruña: Fundación Luis Seoane, 2007

significativa do trabalho de divulgação da literatura brasileira na Argentina se devia à presença de Newton e Lúcia em Buenos Aires:

Creio que nada se escreveu sobre a contribuição de Newton Freitas e Lúcia Besouchet para um melhor conhecimento da nossa literatura na América do Sul. Exilados há muitos anos [...], Lúcia e Newton realizam um trabalho inestimável, cujo resultado é a lenta mas firme penetração do livro e do escritor brasileiro nas livrarias e imprensa portenhas. Não é difícil, por exemplo, abrirmos “La Nación”, aos domingos, e encontrarmos bem lançados artigos sobre vultos das nossas letras, ou ensaios de ordem geral, nos quais ao lado dos grandes nomes da Europa ou da América do Norte, nossos escritores aparecem citados. Bastaria, aliás, percorrer qualquer livraria de “calle” Florida para termos uma ligeira ideia da popularidade dos nossos autores [...]. Não quero afirmar que tudo isso se deva a Newton Freitas, ou a Lúcia Besouchet. Mas a presença e influencia do casal em muitos planos editoriais é indiscutível.³³⁷

Apesar das viagens constantes ao Brasil, principalmente depois de 1945, período de redemocratização e ano em que foi concedida a anistia aos exilados, Lúcia e Newton viviam em Buenos Aires há quase dez anos e, de certa forma, a maior parte do que produziam ou realizavam fora do país ficava restrito àquele ambiente estrangeiro, transbordando para dentro da fronteira brasileira apenas uma parcela muito reduzida da criação intelectual de ambos. Os livros, os ensaios, as monografias, o trabalho incessante na imprensa, o envolvimento com traduções e edições de autores nacionais para o espanhol, pouco das várias facetas produtivas do casal ganharam eco entre o público de mesma nacionalidade. Os livros de Lúcia Besouchet foram os que mais tiveram êxito nesse sentido. A maioria dos títulos que publicou primeiro na Argentina ganhou versão em português por editoras como Zélio Valverde, Livraria Martins e Companhia Nacional, com edições quase simultâneas, com um ou dois anos no máximo de diferença de tempo entre a primeira publicação por editoras portenhas e os respectivos lançamentos no Brasil. Com Newton Freitas se deu justamente o contrário. Das dezenas de livros que publicou em Buenos Aires apenas um ganhou edição em português, todos os outros circularam somente em espanhol e, pela dificuldade encontrada durante a pesquisa de consultar essas obras em bibliotecas e acervos no Brasil, supomos que também não chegaram a ser vendidos aqui, o que reforça a ideia de que pouco se conheceu no país dos esforços de aproximação literária e artística realizados pelo casal, especialmente por Newton Freitas, que foi quem mais atuou na linha de frente deste trabalho de intercâmbio cultural.

³³⁷ CAVALHEIRO, Edgar. “Embaixadores no Prata”. *Jornal de Notícias*. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1947.

Seu livro de crítica literária, *Ensayos Americanos*, publicado originalmente pela Editorial Shapire, foi, portanto, o único de seus trabalhos a obter repercussão no país. O editor responsável pela publicação em português foi Zelio Valverde, com quem Newton mantinha uma relação cordial de amizade e negócios, que se estendeu por todo aquele decênio. *Ensaio Americanos*, que fora lançado em 1942, na Argentina, saiu no Brasil em 1945, com prefácio de Mário de Andrade, cuja autoridade indiscutível nos meios literários rendeu ao livro maior prestígio e evidência.³³⁸ Esta foi uma das obras mais densas escritas por Newton Freitas, se comparada com outros de seus trabalhos, volumes que não chegaram a exceder uma média de noventa a cem páginas. Para Mario de Andrade, se tratava do “mais profundo dos seus livros”, o de maior “maturidade”, expressa na “maneira livre e útil com que [Newton] viv[eu] em língua castelhana o seu Brasil nativo”. A coletânea, composta de dezoito ensaios sobre escritores de diferentes países da América Latina e do Brasil, literatos e artistas do Equador, Peru, Chile, Paraguai, Bolívia, Colômbia, México, Uruguai, com muitos dos quais Newton conviveu em Buenos Aires, como foi o caso de Natalício González, Oscar Cerruto, Enrique Amorín, para não citar os argentinos, Eduardo Mallea, Nalé Roxlo e Roberto Giusti, ou o brasileiro Gilberto Freyre, provavelmente recebeu atenção dos livreiros e editores do Brasil por conta deste caráter “americanista”, ideário em voga na época e que funcionava como chave simbólica de aproximação e cooperação entre os países ibero-americanos.³³⁹

A preocupação um tanto indignada de Zelio Valverde, manifestada em carta a Newton Freitas, de 1942, quando se refere ao tempo que vinha dedicando aos catálogos das editoras argentinas Claridad e Librería Barna, sem encontrar o retorno esperado da parte dos editores portenhos: “Esses homens parece que ainda não compreenderam que este é o *momento único* para que o livro argentino ganhe o mercado do Brasil”,³⁴⁰ encontra explicação dentro desta lógica político-cultural interamericana que marca o cenário das relações entre os países do continente a partir da década de 1930, quando a dinâmica das forças internacionais começa a se alterar devido à crise liberal-capitalista, que será reforçada mais adiante pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Esta conjuntura de crise, que enfraquecera, ou ao menos colocara em suspensão e suspeição, os laços absolutos de dependência das nações do subcontinente

³³⁸ O prólogo à edição brasileira de *Ensaio Americanos* foi publicado originalmente no *Diário de São Paulo*, em edição de 8 de janeiro de 1944, com o título “Um sul-americano”. Mario de Andrade, aceitando o convite para escrever o prefácio do livro de Newton Freitas, aproveitou o artigo introduzindo apenas algumas modificações.

³³⁹ RIPALDA, Luis Tejada. “El americanismo: consideraciones sobre el nacionalismo continental latinoamericano”. *Investigaciones Sociales*. Lima, Ano VIII, n. 12, p. 167-200, 2004.

³⁴⁰ Carta de Zelio Valverde a Newton Freitas. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1942. Fundo Newton Freitas. Caixa 2. NF(2) 3-50. Arquivo IEB/USP.

com as potências europeias, forçou os países da América Latina a uma recomposição de suas relações com o “Velho Mundo”, fazendo com que estrategicamente as atenções se voltassem para dentro, ganhando ímpeto um ideário de integração latino-americano.

A partir da necessidade de superar as dificuldades econômicas, cujos efeitos se alastraram com o conhecido episódio da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, instaurando o período da Grande Depressão, foram sendo desenhadas novas políticas visando a fortalecer os vínculos entre os países da América Latina. Paralelo aos projetos que pretendiam consolidar as alianças políticas e comerciais, com numerosas assinaturas de tratados, acordos e convênios de cooperação, se desenvolveram ações de intercâmbio cultural, que passaram a ser entendidas como imprescindíveis para consolidar os interesses nos outros planos. Nesse sentido, em que aparecem imbricadas diferentes dimensões objetivando um projeto comum de “união continental”, é que se deve compreender o impulso vindo de várias direções para engrossar as trocas culturais e o conhecimento recíproco entre os países que compunham a complexa identidade latino-americana. A ênfase dada pelo editor brasileiro ao “momento único”, que não deveria ser desperdiçado, para tornar mais conhecida a produção intelectual da Argentina no país vizinho, converge com a ideia que se generaliza nesse período de que, diante das atrocidades do conflito mundial e da crise de valores que se abate sobre o mundo convulsionado, é preciso superar as diferenças e o isolamento que até então prevalecera entre os países da região, de modo a sobrepor a face virtuosa da América Latina às suas incontestáveis limitações e deficiências, promovendo assim o desenvolvimento necessário para assumir uma posição mais autônoma no arranjo das relações internacionais.

A emergência deste projeto de integração regional, que passava pela valorização das “raízes latino-americanas”, se refletirá com toda força nas relações diplomáticas entre a Argentina e o Brasil que, nesse contexto, deveriam assumir o papel de condutoras das nações sul-americanas. Os intelectuais, particularmente, se tornarão sensíveis à esse apelo. Convergindo ou destoando das ações culturais promovidas oficialmente pelo aparato do Estado, atuando de maneira integrada ou independente das políticas governamentais, os setores da intelectualidade fizeram grande diferença no processo de intensificação do intercâmbio cultural entre os dois países. O interesse de um país pelo outro, pelo que se produzia em matéria principalmente de arte e literatura, mas também de música, teatro,

cinema, arquitetura e outras expressões culturais, como dissemos, se aprofundou a partir da década de 1930, superando um empenho de aproximação até então incipiente e limitado.³⁴¹

A historiadora Raquel Paz dos Santos, ao analisar as relações culturais entre o Brasil e a Argentina dos anos 1930 até meados da década de 1950, ampliando o círculo de sua abordagem para além do foco principal do trabalho, orientado para as ações da diplomacia estatal, nos propicia observar a existência de uma variedade de atores sociais que participaram ativamente deste esforço de cooperação e trocas culturais envolvendo os dois países. Ao documentar as diferentes formas de intercâmbio, indo desde a criação de setores e serviços especiais dentro das embaixadas do Brasil e da Argentina, dedicados especificamente às atividades de promoção da cultura, até o surgimento de órgãos de fomento cultural, como os Institutos Argentino-Brasileño e Brasileiro-Argentino, fundados concomitantemente em Buenos Aires e no Rio de Janeiro (1934), passando pelas missões intelectuais, organizadas em seminários, congressos, premiações literárias, cursos de idioma, feiras de exposições, etc., a autora apresenta outras vias de atuação, a que podemos chamar de alternativas, que

³⁴¹ Conforme apontam estudos recentes, como, por exemplo, os dedicados à análise comparada das literaturas argentina e brasileira, foi desde meados do século XIX que o Brasil surgiu no horizonte do pensamento intelectual do país vizinho como um alvo de interesse a ser culturalmente desbravado. Já nesta época, argumentava-se sobre a necessidade de se estudar o “movimento literário brasileiro” como forma de conhecer este universo próximo e de refletir, por contraste, sobre a própria constituição da identidade nacional argentina. Mas, apesar de esta vontade de enlace e de contato ter existido e mobilizado indivíduos e grupos de intelectuais no passado oitocentista, marcada em vários momentos pela presença de toda uma geração de argentinos que tomaram o Brasil como lugar de exílio, na época de Rosas (para um estudo detalhado dos laços de sociabilidade e da atuação intelectual dos escritores da geração romântica argentina exilados no Brasil, consultar AMANTE, Adriana. *Poéticas y políticas del destierro: argentinos en Brasil en la época de Rosas*. Buenos Aires: FCE, 2010), as aspirações nesse sentido foram sendo em sua maioria sufocadas. A historiografia que trata do assunto geralmente cita o livro *El Brasil intelectual*, de Martín García Mérou, publicado no ano de 1900, como um primeiro marco de ruptura desta visão hegemônica que fixava em termos de isolamento as relações culturais entre os dois países limítrofes, a começar pelo fato de o autor ter sido talvez o primeiro a assinalar e a advertir seus pares sobre o desconhecimento da vida cultural e intelectual brasileira no meio argentino e a propor esforços efetivos para reverter esta situação. O escritor-diplomata García Mérou, conforme afirma Sorá, foi o primeiro a incluir o Brasil não só como referência de alteridade para a Argentina, mas como um capítulo importante da totalidade cultural latino-americana. O caminho precursor aberto por ele nesse trajeto finisecular, favorável à intensificação das trocas culturais entre a Argentina e o Brasil, gerou a princípio alguns frutos modestos, mas que foram paulatinamente se tornando significativos, na medida em que contribuíram para adensar o fundo de autores brasileiros publicados e divulgados na Argentina ao longo do século XX. Dentre algumas dessas iniciativas citamos rapidamente o caso da “Biblioteca La Nación” (1902-1912), coleção criada pelo diretor do diário *La Nación*, Emilio Mitre, primeiro projeto a publicar, na Argentina, obras de autores brasileiros traduzidos para o espanhol. Contudo, apesar deste exemplo, o número de traduções e edições de livros de escritores brasileiros na Argentina permaneceu escasso e esporádico até 1935. Somente a partir de 1937 esta pequena porcentagem deu um salto significativo, atingindo seu ápice na década de 1940. Contribuiu para esta transformação a aparição sincrônica de duas coleções dedicadas exclusivamente à edição de livros brasileiros: a “Biblioteca de Novelistas Brasileños”, da Editora Claridad, com um sistema de publicação comercial, e a “Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano”, de natureza oficial, editada pelo Ministerio de Justicia e Instrucción Pública. Sobre este tema, ler: SORÁ, Gustavo. *Op. cit.*; CROCE, Marcela. “Intelectuales argentinos y brasileños: simetrías y variantes”. In. *El Matadero. Revista crítica de literatura argentina*. Buenos Aires, Segunda Época, n. 5, p. 63-73, 2007.

extrapolaram os projetos governamentais. Essas iniciativas privadas, levadas à cabo por indivíduos ou grupos, foram tão importantes para adensar as teias das relações culturais entre argentinos e brasileiros quanto as promovidas pelos respectivos Estados.³⁴²

Embora essas duas dimensões pareçam antagônicas, a autora levanta outro aspecto interessante da relação entre intelectuais e Estado que desloca, ao menos parcialmente, a noção de oposição para a de alinhamento, pertinente para pensar o caso de Lúcia e Newton e seus papéis como mediadores de cultura no exílio. Segundo afirma, a parceria que existiu entre os setores da intelectualidade e as esferas estatais na formulação e execução das políticas voltadas para um maior diálogo entre a Argentina e o Brasil se deu principalmente de duas maneiras, ora com os intelectuais dando apoio direto às ações do Estado, ora com estes atuando autonomamente, mas em muitos momentos influenciando, por uma via indireta, o governo a direcionar seus projetos de aproximação cultural com o país do Prata. Nesses dois exemplos, ou seja, quando intelectuais e Estado se vincularam ou quando aqueles desenvolveram suas atividades por impulso próprio, livres de qualquer enquadramento nas políticas oficiais, os objetivos, em grande medida, se espelharam. Assim, tanto os projetos do governo, quanto os não governamentais convergiram tacitamente para um mesmo ideal, que era o de “sedimentar os alicerces da americanidade” por meio da valorização da cultura brasileira, gesto percebido como basilar para promover a integração latino-americana.³⁴³

Ver as duas iniciativas como eixos complementares de um mesmo movimento de cooperação cultural é uma perspectiva fértil para entender como se deu a atuação de Lúcia e Newton como mediadores culturais entre o Brasil e a Argentina na década de 1940. Isso porque, embora tenham desenvolvido a maior parte do trabalho de divulgação da cultura brasileira no exterior de maneira espontânea, sem o patrocínio do Estado, ambos assumiram funções específicas em órgãos do governo após determinado tempo vivendo na capital portenha, o que terminou por justapor e associar as duas frentes de ação. Desse modo, ainda que a maioria das iniciativas culturais promovidas pelo casal tenham acontecido em colaboração com outros escritores, tradutores e editores, numa interlocução direta, sem estímulos oficiais, não se pode ignorar o fato de que a proximidade com o serviço de cooperação internacional do governo brasileiro – Newton com um cargo na Embaixada e

³⁴² SANTOS, Raquel Paz dos. *Um novo olhar sobre o país vizinho: a cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

³⁴³ *Idem*, p. 75; 232.

Lídia no Escritório de Propaganda e Comércio –, também ajudou a ampliar suas margens de ação, interferindo na capacidade de articular ideias e no acesso a recursos e informações.

Contudo, por mais que estes cargos protocolares tenham sido importantes para colocar em marcha alguns de seus projetos literários e culturais, era mais usual seus nomes aparecerem em revistas e notícias de jornal associados não aos cargos que mantinham no governo, mas sim às atividades profissionais que desempenhavam como escritores e jornalistas na Argentina. Somente depois de deixarem Buenos Aires, em 1950, que a identidade diplomática passará a ser citada com mais frequência, aparecendo em reportagens, notas e artigos como uma função mais diretamente encadeada ao que produziam intelectualmente. Acreditamos que a razão disso esteve no fato de Newton Freitas só ter sido nomeado para o posto de Adido Cultural do Itamaraty depois de ter saído da Argentina, onde, até então, atuara apenas como funcionário do setor de imprensa, num cargo que não possuía enquadramento diplomático. Mas, independente disso, as atividades culturais que Newton desenvolveu de maneira mais formal em vários países, durante as três décadas em que, com algumas interrupções, foi diplomata em diferentes embaixadas pelo mundo, não obstante se tratassem de atividades culturais com fins políticos mais específicos, não eram muito diferentes daquelas que desenvolveu, ao lado de Lídia, no tempo em que viveu em Buenos Aires. No entanto, o trabalho de intercâmbio que ambos promoveram depois de 1950 jamais chegou a ser tão intenso como o que tiveram oportunidade de realizar em terras portenhas.

Essa efervescência produtiva que marcou a trajetória de exílio de Lídia Besouchet e Newton Freitas na Argentina, sublinhada anteriormente, também se repetiu na trajetória de outros intelectuais exilados que tiveram igualmente uma atividade cultural incessante durante a década de 1940, caso marcante de alguns emigrados políticos da Guerra Civil na Espanha, como o pintor Luis Seoane, os poetas e escritores Lorenzo Varela, Arturo Cuadrado, Rafael Alberti, Guillermo de Torre, Rafael Dieste, Arturo Serrano Plaja, para mencionar apenas os mais próximos ao casal. Inúmeras pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, dedicadas ao estudo específico das obras e realizações destes espanhóis durante o exílio argentino, demonstram claramente o fascínio sobre esta época e em particular a fecundidade cultural única que marcou este período,³⁴⁴ e que também se constituem em fontes fundamentais que

³⁴⁴ O exílio espanhol após 1936 e, sobretudo, depois de 1939, na América Hispânica é um tema que tem atraído a atenção dos investigadores nos últimos anos, tanto de um lado quanto do outro do Atlântico. Muitos desses trabalhos têm contribuído para tornar conhecida a atividade científica, literária e cultural dos exilados da Espanha nesta parte do mundo durante os anos do franquismo, e têm, principalmente, lançado clareza sobre o impacto desta comunidade de intelectuais, escritores e artistas para a expansão da produção intelectual e artística

ajudam a conectar a intensa produção literária de Lídia e Newton nos anos quarenta a esta conjuntura de ebulição cultural que envolveu grande parte da intelectualidade da região.

Muitos autores associam esta fase peculiar de crescimento do campo cultural argentino, especialmente da indústria editorial, à presença desse grupo de exilados espanhóis que, ao trasladar uma vasta experiência literária, editorial e artística desenvolvida em seu país de origem, contribuiu de maneira determinante para fazer de Buenos Aires, naquele momento histórico, um polo de referência cultural na América Latina. Embora seja incontestável o protagonismo dos refugiados espanhóis no fomento da vida cultural argentina, entre final dos anos 1930 e a década de 1940, com a fundação de casas editoras, bem como de jornais e revistas culturais, devemos dizer que neste espaço urbano que, a partir de então, começara a se modernizar rapidamente, reafirmando sua atitude cosmopolita e assumindo um papel cada vez maior de metrópole culturalmente vibrante, conviviam múltiplos personagens, argentinos e estrangeiros (exilados ou não), que somavam força com os espanhóis conduzindo uma atividade cultural frenética, que foi o que, de fato, alçou Buenos Aires à posição de centro de integração e irradiação cultural no continente nesta etapa da história do país.

Foi fundamental para que a Argentina tivesse projeção internacional neste momento, como “capital cultural”, o exorbitante aumento na sua produção de livros,³⁴⁵ a ponto de o país substituir a Espanha em todos os mercados consumidores dedicando quase metade do que produzia ao comércio de exportação. Esse período de prosperidade na edição de livros José Luis de Diego denomina de “época de ouro da indústria editorial argentina” que, segundo sua análise, teve início aproximadamente em 1938 e se esgotou por volta de 1955.

e, por consequência, do mercado de bens culturais em países como México e Argentina. Aqui citamos apenas algumas referências de leitura que integram a bibliografia desta tese, alertando que o conjunto de livros, coletâneas e artigos que abordam este assunto transborda e muito as poucas indicações incluídas nesta nota. Seguem algumas delas: SCHWARZSTEIN, Dora. *Entre Franco y Perón: memoria y identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Ed. Crítica, 2001; VIÑUALES, Rodrigo Gutiérrez; SEOANE, Rodrigo y Seixas; ANXO, Miguel. *Buenos Aires. Escenarios de Luis Seoane*. La Coruña: Fundación Luis Seoane, 2007; VILLARES, Ramón (Ed.). *Emigrante dun país soñado. Luis Seoane entre Galicia e Arxentina*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2011; FÉRRIZ, María Teresa. “La revista literaria De Mar a Mar: la cultura española en la Argentina de los años cuarenta”. In. *Scriptura*, n. 6-7, p. 341-358, 1992; GARCÍA, Xosé López; DÍAZ, Rosa Aneiros; PÉREZ RODRÍGUEZ, María Antonia (Coord.). *Lorenzo Varela en revistas culturais de México e Bos Aires*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2005; GÓMEZ, Juana Martínez. “Alberti en la Argentina: los primeros pasos del exilio”. In. *Revista de Filología Románica*, n. 7, p. 255-264, 2011; DE ZULETA, Emilia. *Espanoles en la Argentina: el exilio literario de 1936*. Buenos Aires: Atril, 1999.

³⁴⁵ Em seu livro, Gustavo Sorá afirma que entre 1936 e 1939, início e fim do conflito espanhol, houve na Argentina um aumento na edição de livros que significou quase o triplo no decurso de um ano a outro. Número este que alcançou cifras ainda mais expressivas seis anos depois, quando se chegou a editar cerca de 30.000 exemplares por ano, até 1947. Cf. Tabela 7 em SORÁ, Gustavo. *Op. cit.*, p. 154.

É aqui, na verdade, que a relação dos espanhóis exilados, em especial os oriundos da Galícia, se concretizará de maneira mais nítida com o universo da cultura argentina. De acordo com o referido autor, ainda que não se deva desprezar a conjuntura interna favorável aos empreendimentos editoriais – favorável não só porque esse processo coincidiu com a ampliação do público leitor,³⁴⁶ como porque ante o declínio da indústria espanhola (uma das consequências da Guerra Civil), as editoras locais puderam avançar com uma incisiva política de expansão –, não há dúvidas de que os intelectuais e artistas republicanos que se fixaram em Buenos Aires foram responsáveis por potencializar o desenvolvimento da indústria de livros em solo argentino. Assim, as novas casas editoras que fundaram, embora não tenham sido “pioneiras” no sentido estrito, pois esta era uma atividade em florescimento desde princípios do século XX na Argentina, tiveram o mérito de ampliar e diversificar os catálogos e de introduzir, o que talvez seja tão ou mais importante, critérios mais modernos de produção e distribuição, o que gerou um impacto duradouro no setor editorial daquele país.³⁴⁷

Parte considerável das editoras criadas por espanhóis refugiados na capital portenha foi marcada por uma trajetória de longa duração, umas mais perduráveis, outras menos. Editoriais como Sudamericana (1938), Emecé (1939), Nova (1942), Poseidón (1942), Botella al Mar (1947) tiveram enorme importância na consolidação do mercado de livros argentino, inundando o setor com centenas de obras traduzidas e textos originais. Estiveram implicados em vários desses empreendimentos Luis Seoane, Arturo Cuadrado, Lorenzo Varela e Guillermo de Torre, como colaboradores e também como criadores dos próprios selos. Lúcia e Newton irão publicar a maioria de seus livros, na Argentina, por intermédio dessas editoras fundadas e dirigidas por espanhóis, especialmente as que pertenceram aos exilados galegos. Também será frequente a colaboração do casal nos jornais e revistas que surgiram por iniciativa deste grupo, como *De Mar a Mar* (1942-1943), *Correo Literário* (1943-1945) e *Cabalgada* (1946-1948), sobre as quais falaremos mais adiante.

³⁴⁶ Gabriela Pellegrino Soares, em estudo sobre a construção de um espaço de produção e circulação de obras literárias infanto-juvenis na Argentina e no Brasil, explica como os investimentos na educação impactaram a longo prazo na multiplicação de leitores na Argentina. Segundo suas palavras: “Os índices de desenvolvimento econômico e social da Argentina das primeiras décadas do século XX encontraram repercussão na esfera cultural. Uma sólida rede de ensino público havia sido estruturada, assegurando ao país, com 77,4% de analfabetos quando se realizou o primeiro censo nacional, em 1869, índices elevados de alfabetização em décadas posteriores” (p. 35). Mas, continua a autora, “se a escola argentina produziu um país alfabetizado, a formação de um público leitor dependeu, também, do desenvolvimento da indústria editorial e de periódicos” (p. 131). Cf. SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

³⁴⁷ Ver, DE DIEGO, José Luis (Dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: F.C.E., 2006. p. 102.

O que importa frisar neste momento é o contato muito próximo e os vínculos de trabalho e amizade que Lúdia e Newton estabeleceram com a comunidade de artistas e escritores que se reuniram na Argentina, expulsos primeiro pelo conflito e depois pelo regime de Franco. Essa relação sobreviverá ao período compartilhado em Buenos Aires e atravessará toda a vida, conforme a troca de correspondência com alguns desses personagens confirma, a qual, mesmo intercalada, não foi extinta no decorrer dos anos.³⁴⁸ Newton Freitas escreve sobre esse período de exílio como “uma época inquieta e irrepetível”:

Corriam os anos de 1939. A guerra de Espanha enterrava seus mortos. A guerra europeia ensanguentava meio mundo, e as ditaduras sul-americanas endureciam seus passos mais ou menos fascistas. Buenos Aires permanecia ainda como uma espécie de oásis, dentro daquele compasso de espera “neutralista” que presidia a entrada em cena desse gordo e grotesco demagogo que se chamou Domingo Peron. Vivíamos intensamente aquele intermezzo post-revolução espanhola, entre a guerra europeia e a ascensão das ditaduras sul-americanas. Em dado momento da Historia todos os que intentaram permanecer livres, iam caindo como moscas na fantástica cidade de Buenos Aires. A imensa cidade-pampa aceitava tudo, acolhia todos, assimilava tudo. E nós, vítimas mais ou menos sofridas daqueles fenômenos reacionários, fomos, pouco a pouco nos conhecendo uns aos outros. Espanhóis, franceses, paraguaios, brasileiros, bolivianos... Os grupos foram se fortalecendo e se fazendo cada vez mais compactos á expensas da inesgotável generosidade da Republica Argentina. As ilhas democráticas, liberais, esquerdistas, revolucionarias começavam a viver dos mecenatos das Victoria Ocampo, dos Oliveira Girondo... e dos redutos defensores das ideias progressistas.³⁴⁹

O modo radicalmente otimista e quase “canonizado” com que descreve as condições de produção em Buenos Aires, absolutamente abertas e receptivas aos exilados é, sem dúvida, exagerada, mas não chega a ser totalmente falsa. Apesar da hipérbole que perpassa a ideia de Buenos Aires como “um oásis”, uma cidade fantástica que “aceitava tudo, acolhia todos, assimilava tudo”, cuja generosidade parecia inesgotável, Newton falava desde um ponto de vista a que Beatriz Sarlo chamou de a “outra Argentina”, que seria aquela da indústria cultural, das grandes empresas editoriais, dos periódicos literários, dos teatros, livrarias, cafés, sendo sua outra face a “Argentina reacionária e antimoderna”, sustentada pelo Estado, a Igreja

³⁴⁸ A título de exemplo, citamos a troca epistolar de Newton Freitas e Lúdia Besouchet com Lorenzo Varela e Luis Seoane, que durou o tempo de vida destes dois espanhóis, falecidos, respectivamente, em 1978 e 1979.

³⁴⁹ FREITAS, Newton. “Réquiem para Luis Seoane”. Fundo Newton Freitas. Caixa 4. Ensaios e crônicas. NF(4) 2-15. Arquivo IEB/USP.

e o Governo.³⁵⁰ Essas duas Argentinas, embora frequentemente se chocassem, existiam paralelas, como dois mundos opostos e em seus princípios intocáveis. Essa Argentina conservadora era, com efeito, hostil à acolhida de exilados e foi sua intenção neste período aumentar os mecanismos de controle para restringir a entrada do que considerava “elementos politicamente indesejáveis” em seu território, caminho totalmente oposto ao que tomou, por exemplo, o México, que rapidamente abriu suas portas e ofereceu possibilidades de ingresso massivo para os espanhóis derrotados da Guerra Civil. No entanto, a despeito de o governo argentino ter optado por uma política restritiva, desde o começo do conflito se formou um amplo movimento da sociedade civil em solidariedade à frente republicana e aos seus exilados, o que em determinados momentos foi crucial para pressionar o governo a permitir que algumas levadas de expatriados se instalassem no país.³⁵¹

Na posição de escritor exilado, que deixara a terra natal em vista da perseguição política, é compreensível que, para Newton, a Argentina tenha se transmutado em “paraíso”, em espaço onde era possível realizar tudo aquilo a que estava impedido em seu país de origem. O excesso de “elogios” adveio, portanto, desta impressão inicial de deslumbre e de sedução que aquele ambiente lhe causara, a ponto de, ao narrar sua experiência, permitir o ofuscamento das dificuldades que obviamente enfrentou como parte do processo de transição e adaptação ao lugar de exílio. Falar dessas “ilhas democráticas, liberais, esquerdistas e revolucionárias” de que fez parte é registrar não a história dos reveses e sim do seu próprio mundo criativo, dele e de Lúcia, do casal, e deste conjunto de atores que interagiam por meio de inúmeros periódicos e projetos editoriais, sem esquecer dos cafés e outros redutos de sociabilidade, onde muitos desses projetos nasceram e onde os laços de afeto e cumplicidade entre os vários grupos de intelectuais se firmaram, espelhando uma vontade de convivência e colaboração. O café Tortoni ainda é o maior exemplo. Eleito pelos exilados espanhóis como lugar de encontro – entre eles mesmos, escritores e artistas argentinos e outras figuras que circulavam pela capital –, o lugar era consagrado aos “sonhos”: “Allí fundamos editoriales, revistas literárias e contábamos los días para que cayera el tirano y pudiésemos volver a nuestra Galicia”, como relatava Arturo Cuadrado.³⁵²

³⁵⁰ SARLO, Beatriz. “As Arxentinas de Seoane”. In: VILLARES, Ramón (Ed.). *Emigrante dun país soñado. Luis Seoane entre Galicia e Arxentina*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2011.

³⁵¹ Ler: SCHWARZSTEIN, Dora. *Entre Franco y Perón: memoria y identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Ed. Crítica, 2001.

³⁵² LEIRA, Lois Pérez. *Protagonistas de una epopeya colectiva*. Espanha: Galicia en el Mundo, 1999. p. 107.

Tabela II – Produção periódica em jornais e revistas (1938-1950)

Newton Freitas								
Títulos	Período	Artigos	Títulos	Período	Artigos	Títulos	Período	Artigos
<i>Argentina</i>			<i>Outros</i>			<i>Brasil</i>		
La Capital	1938-40	10	La Opinión (Peru)	1938	1	O Dia	1938	1
La Prensa	1938	2	El Nacional (México)	1938	1	O Observador	1939	1
Mundo Argentino	1938	2	Hoy (Chile)	1940	1	Dom Casmurro	1939	2
La Gaceta. Tucumán	1938	1	América Española (Colômbia)	1942	1	Planalto	1941-42	7
Córdoba	1938	1	Revista de las Indias (Colômbia)	1942	1	O Jornal	1942	2
Argentina Libre	1940-42	3	Revista Musical Mexicana	1943	1	Diário de Notícias	1945	1
Para Ti	1941	1	Cuadernos Americanos (México)	1944-46	3	Diário de Pernambuco	1945-46	2
Hombre de América	1941	1				Correio da Manhã	1945	2
De Mar a Mar	1943	1						
La Nación	1941-49	19				Revista da Semana	1948	1
Saber Vivir	1941-48	11				Letras e Artes	1949-50	5
Nosotros	1942	2				A Manhã	1949	7
El Telegrafo	1943	1				Folclore	1949	1
Correo Literario	1943-45	34				Cultura	1950	1
Notícias Graficas	1945	1				Cultura e Alimentação	1950	1
Cabalgata	1947-48	2						
Total		92			9			34

Lídia Besouchet

Títulos	Período	Artigos	Títulos	Período	Artigos	Títulos	Período	Artigos
<i>Argentina</i>			<i>Outros</i>			<i>Brasil</i>		
La Capital	1938-39	9	Cuadernos Americanos (México)	1949	1	Jornal da Manhã	1938	1
La Prensa	1938-39	2				Planalto	1941	4
Argentina Libre	1942	1				Revista do Globo	1942	1
Nosotros	1942	2				Diário de Pernambuco	1942-48	2
Libertad Creadora	1943	1				Sombra	1943	2
Saber Vivir	1944	1				Diários Associados	1943	3
Correo Literario	1944	1				O Jornal	1943	2
La Nación	1948	1				Jornal do Commercio	1946	5
						O Estado de São Paulo	1947-50	5
						Correio da Manhã	1948	1
						Jornal das Artes	1949	1
Total		18			1			27

Fonte: Total aproximado da produção escrita do casal em jornais e revistas no período correspondente ao exílio, coletados em diferentes arquivos e fontes de pesquisa.

A variada rede de conexões intelectuais que o casal construiu no exílio, por meio de tais encontros, conversas, afinidades e partilhas, foi o que lhes possibilitou ter ampla participação no campo cultural argentino. Além dos livros publicados numa média de dois por ano enquanto estiveram em Buenos Aires, Lúdia e Newton mantiveram uma ativa colaboração em jornais e revistas portenhas, como ilustra a tabela II. Além das revistas político-literárias fundadas pelos galegos, o casal escreveu para dezenas de periódicos da capital, dos grandes diários que mantinham certa perspectiva conservadora, como *La Nación* e *La Prensa*, até os mais de esquerda, como *Argentina Libre e Libertad Creadora*. Em nada surpreende, já que, nesta época, tendia a ser um aspecto mais ou menos presente em muitas publicações a presença de um pluralismo estético e ideológico que não interferia na direção política específica desses órgãos de imprensa. Foi assim que Lúdia e Newton puderam transitar sem amarras por espaços que, apesar de estarem vinculados à determinadas correntes ideológicas, também se inclinavam a receber em suas páginas a colaboração de vozes representativas de outras tendências, especialmente nos temas culturais.

4.2 Projetos editoriais: diálogos hispano-americanos

Yo me sentía en casa. La simpatía brotaba espontánea como si se tratase de hermanos en lengua y cultura.

Newton Freitas³⁵³

A aproximação de Lúdia Besouchet e Newton Freitas com o grupo de espanhóis exilados na Argentina, em especial os galegos, ocorreu, conforme afirma o próprio Newton, de maneira muito espontânea. Segundo lembra, no conjunto da vasta comunidade de exilados que caíam “como moscas” na “grande cidade platina”, os brasileiros representavam uma parcela minoritária. Buenos Aires estava cheia de escritores, ensaístas, pintores, músicos estrangeiros vindos principalmente da Espanha e da França. Era a época em que Ramón Gomez de la Serna, Rafael Alberti, Francisco Ayala, Manuel Colmeiro, Lorenzo Varela e outros espanhóis misturavam-se com exilados de todas as partes. As afinidades culturais e as

³⁵³ FREITAS, Newton. “*Requiem para Luis Seoane*”. In. *Revista de Cultura Brasileña*, n. 50, 1979.

empatias políticas providenciaram que esses grupos, “vítimas mais ou menos sofridas daqueles fenômenos reacionários”, fossem pouco a pouco conhecendo uns aos outros.³⁵⁴

Da reunião desses intelectuais galegos e brasileiros surgiram muitos projetos, desde a exposição de pinturas, desenhos e esculturas, até a edição de livros, revistas e jornais. Os nomes que fizeram parte desse universo de experimentações foram muitos, alguns deles, contudo, foram essenciais: Lorenzo Varela, Arturo Cuadrado, Rafael Dieste, Isaac Diaz Pardo, Guillermo de Torre, Luis Baudizzone, Rafael Alberti e, principalmente, Luis Seoane, que desenvolveu uma atividade febril e contínua como escritor, desenhista e editor. Aos espanhóis juntaram-se Lúcia e Newton, os únicos brasileiros, além do pintor italiano Attilio Rossi. Parcerias intermitentes também ocorreram com os escritores Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e a ensaísta e crítica literária Lúcia Miguel Pereira. Os argentinos Caribé, Raúl Navarro e Benjamín de Garay também estiveram presentes em muitos projetos dirigidos pelos exilados galegos.

Várias casas editoras e órgãos periódicos surgiram das mãos dos exilados espanhóis na Argentina, justamente na chamada “época de ouro” (1938-1955) da indústria editorial no país.³⁵⁵ Apesar de nem todos esses empreendimentos terem contado com a supervisão dos intelectuais galegos mencionados acima, muitos deles se alternaram na colaboração, assinando artigos, ilustrando páginas de livros e revistas, traduzindo material para publicação. Na mesma medida, Lúcia Besouchet e Newton Freitas descobriram em muitas dessas iniciativas um canal aberto para o escoamento de sua produção. Nas revistas *De mar a mar* (1942-1943), *Correo Literário* (1943-1945) e *Cabalgata* (1946-1948) – dirigidas pelo poeta Lorenzo Varela em cooperação, respectivamente, com Arturo Serrano Plaja, Arturo Cuadrado e Luis Seoane – ocuparam a função de principais interlocutores brasileiros no projeto de divulgação das culturas hispânica e latino-americana.

Além disso, dos nove livros de Lúcia Besouchet publicados na Argentina, três saíram por editoras fundadas pelos espanhóis. Já Newton Freitas vinculou a essas firmas um número significativamente maior de trabalhos. Dos vinte e três livros seus lançados em Buenos Aires, contando aqueles em que foi prefaciador, dezessete foram editados e comercializados por selos cuja criação esteve associada aos exilados galegos e catalães. Em ordem de fundação, podemos citar ao menos quatro dessas editoras, apresentando um breve histórico de cada uma

³⁵⁴ Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros USP – Fundo Newton Freitas, NF (4) 2-15.

³⁵⁵ AGUADO, Amelia. “Políticas editoriales e impacto cultural en la Argentina (1880-2000)”. In. *Información, Cultura e Sociedad*, n. 15, p. 95-105, 2006.

delas enquanto identificamos quais títulos, de autoria de Lúdia e de Newton, figuraram nos catálogos das respectivas empresas.

A editora Sudamericana foi, depois da casa editorial Losada, o empreendimento de maior sucesso no mercado cultural argentino voltado para a produção e distribuição de livros de exilados espanhóis em Buenos Aires. Nascida em fins de 1938, a partir dos investimentos de Antonio López Llausás, um importante livreiro catalão, com o patrocínio de Victoria Ocampo e do poeta vanguardista Oliverio Girondo, a Sudamericana ganhou enorme prestígio com edições de importantes obras da literatura universal, diversificando os temas de seus volumes cedendo espaço também para trabalhos de cunho científico e filosófico.³⁵⁶ Nesta editora, apenas Lúdia chegou a publicar um trabalho solo, o seu primeiro romance *Condición de Mujer*, de 1945. Na sequência, a editora negociou um contrato para lançar uma edição revista do livro de Lúdia em coautoria com Newton, o já conhecido *Diez escritores del Brasil*, que ganhou novo título, *Literatura del Brasil*, chegando às prateleiras das livrarias em 1946.

A Emecé Editores, surgida poucos meses depois da Sudamericana, em 1939, foi a responsável pela publicação do segundo romance de Lúdia Besouchet, *El mestizo*, lançado no mesmo ano que *Literatura del Brasil*. Essa editora também cuidou da publicação de dois livros de autoria de Newton Freitas, *Alôs Afro-Brasileños*, de 1942, e *Los Braganzas*, de 1943, esse último com anotações do artista plástico Carybé. O idealizador desse empreendimento foi o livreiro catalão Mariano Medina del Río, recém-chegado da Espanha. Seu propósito original era o de atuar no mercado de livros para imigrantes da Galícia. Contudo, no meio do caminho, após aceitar investimentos de capitalistas argentinos, a empresa mudou seu rumo, passando a privilegiar livros com orientação anglófila e católica. Tal como afirma Gabriela Pellegrino,

Ao contrário de Losada, o fato de Emecé e Sudamericana terem sido fundadas no calor dos confrontos políticos na Espanha não se refletiu em seus catálogos. De todo modo, ambas desempenharam um papel central para que a produção editorial argentina ultrapassasse as fronteiras nacionais à conquista dos mercados hispano-americano e espanhol, seguida, a considerável distância, pelas editoras mexicanas.³⁵⁷

³⁵⁶ CARBALLO, Antonio Lago; VILLEGAS, Nicanor Gómez. *Un viaje de ida y vuelta: la edición española e iberoamericana (1936-1975)*. Espanha, Madri: Ediciones Siruela, 2006.

³⁵⁷ SOARES, Gabriela Pellegrino. “Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel de espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México”. In. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 23, n. 38, p. 386-398, jul./dez. 2007. p. 395.

Isso demonstra que, independentemente de um possível jogo político de interesses, que poderia inibir ou mesmo interceptar a participação de Lúcia Besouchet e Newton Freitas no mercado argentino de bens culturais – uma vez que ambos já haviam pertencido e, por vezes, tiveram seus nomes atrelados ao Partido Comunista –, tanto um quanto outro se beneficiaram do crescimento da indústria editorial no país. Na verdade, a reunião de escritores com ideias divergentes num mesmo projeto não era tão incomum, pois como assegura Carballo e Villegas, a prioridade era manter as individualidades intactas, inclusive a individualidade da Argentina e do resto da América na forma com que os assuntos eram abordados, sem adentrar explicitamente no caráter ideológico que fortuitamente poderia constar por detrás de algumas publicações.³⁵⁸

Afinal de contas, havia um elemento muito sério a ser administrado pelos exilados no período em questão: o cuidado em não arranhar as relações de tolerância estabelecidas entre um governo conservador e os intelectuais estrangeiros, maioria de tendências esquerdistas e revolucionárias. O equilíbrio era mantido à custa de muitas manobras e estratégias. As tensões só aumentaram com o golpe de 1943, que marcou a ascensão de um grupo de oficiais ligados ao Exército centrados numa proposta política nacionalista e reacionária. Esse será o berço de formação do líder populista Juan Domingo Perón, que concorrerá à Presidência e sairá vencedor por vias estritamente legais em 1946.³⁵⁹

Antes, no entanto, da subida de Perón ao poder, quando ainda se desfrutava de certa liberdade de expressão na Argentina, outras casas editoras de propriedade de espanhóis exilados entraram em funcionamento. Duas delas merecem destaque devido à inclusão em seus catálogos de mais quatro trabalhos escritos por Newton Freitas. A primeira delas foi a Editorial Nova, fundada por Seoane e Cuadrado, dois intelectuais galegos que já haviam atuado como diretores de algumas coleções da Emecé. Repetindo a experiência, a empresa lançou, em 1943, sua primeira coleção, chamada “Mar Dulce”, dentro da qual Newton publicou duas obras: *Amazonia: Leyendas Nangatú* (1943) e *Garibaldi en América* (1946). Os temas da cultura e do folclore nacional também estiveram sublinhados nos livros lançados pela Editorial Botella al Mar, empreendimento que substituiu, em 1947, as atividades da editora Nova. Na esteira dos projetos já finalizados, a Botella al Mar adotou, para efeito de popularização da leitura, a edição de livros em séries. Pela coleção “La sirena escondida” foi

³⁵⁸ CARBALLO, Antonio Lago; VILLEGAS, Nicanor Gómez. *Op. cit.*, p. 97.

³⁵⁹ BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve História da Argentina*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

lançado dois interessantes trabalhos de Newton, *Flávio de Carvalho* (1948) e *Jaburuna: cuentos e relatos* (1949), com prefácio de Lorenzo Varela e ilustração de Luis Seoane.³⁶⁰

Embora nenhuma obra de Lúdia Besouchet tenha sido publicada por essas últimas editoras o intercâmbio com os intelectuais espanhóis continuou impregnando sua atividade sociocultural durante o exílio. Se, por um lado, os galegos garantiram espaço amplo de divulgação dos trabalhos assinados por brasileiros nas revistas e jornais que fundavam na Argentina, por outro, ganharam visibilidade em jornais do Brasil por meio da publicação de resenhas e comentários, muitos dos quais enviados por Lúdia e Newton Freitas diretamente de Buenos Aires. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, publicou em 1944 duas críticas literárias tratando dos mais recentes livros de Lorenzo Varela, *Catro poemas gallegos* e *Lonxe*.³⁶¹

Paralelamente aos romances e aos artigos periódicos, Lúdia Besouchet continuou a tráfegar nos acervos e a reunir documentos para análises de caráter histórico. Depois de *Mauá y su época*, Lúdia publicou mais três livros de história e um breve ensaio sobre o desenvolvimento industrial no Brasil, contando apenas aqueles lançados no período em que ainda residia na Argentina, porque, em data posterior, mergulhou numa longa pesquisa sobre o D. Pedro II. O ensaio histórico-biográfico *José Maria da Silva Paranhos* (1942) foi editado pela Viau como parte da coleção “Estudios Brasileños”, com tradução de Luis Baudizzone. Já os originais *Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)* e *O pensamento vivo de Mauá* ganharam edição somente em português.

O primeiro chegou ao público, em 1943, pela prestigiosa “Coleção Brasileira” da Companhia Editora Nacional. Em circulação desde 1931, a Brasileira já tinha em seu catálogo mais de duzentos volumes, sendo a *Correspondência política de Mauá* a publicação de número 227. Segundo Hallewell, “a inclusão de um trabalho [nessa coleção] sempre foi, na prática, uma garantia de vendas e de publicidade”, o que ajuda minimamente a medir a importância de tal evento para Lúdia na época.³⁶² O segundo, por sua vez, saiu pela Livraria Martins Editora, que comemorava apenas um ano de existência quando publicou *O pensamento vivo de Mauá* (1945), que integrou a coleção “Biblioteca do Pensamento Vivo”.

³⁶⁰ SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria Navas. “Relaciones entre escritores gallegos y brasileños en el exilio español: el testimonio de Lorenzo Varela y Newton Freitas”. In: *Revista de Lenguas y Literaturas Catalana, Gallega e Vasca*, v. 15, p. 103-125, 2010. p. 111.

³⁶¹ *Idem*, p. 110.

³⁶² Para detalhes sobre a fundação e as características da Editora Martins, consultar HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil, sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. p. 301.

No entanto, mais interessante do que unicamente registrar a produção intelectual de Lúdia e Newton é buscar compreender em que medida a conjuntura do exílio impactou as suas formações. Para tanto, torna-se necessário reincorporar à discussão a ideia do desenraizamento e do distanciamento como “situações propícias ao desenvolvimento da criatividade intelectual e do pensamento crítico”.³⁶³ Assim, para além da dimensão dolorosa da experiência do exílio, brutal em muitos sentidos, surge a imagem do indivíduo que adquire a oportunidade de reconstruir a sua existência, com o senso cognitivo agora habitando dois mundos. Por esse ponto de vista, o exílio seria também uma fonte de enriquecimento cultural. De outra maneira, como interpretar a trajetória intelectual do casal nos anos em que os dois se refugiaram na Argentina, sem considerar a relação entre o ambiente de euforia e efervescência cultural da capital portenha e o intenso envolvimento de ambos com a literatura, as artes e a produção ensaística em terras platenses, num fôlego produtivo inigualável.

Como figuras de alteridade, Lúdia e Newton souberam manipular com inteligência a condição “real” e a condição “metafórica” de intelectuais exilados. No contato com o real, eles tiveram de lidar com todo um processo de assimilação, transformação, apropriação e trânsito de culturas, e, sobretudo, de noção do espaço produtivo e interativo criado pelo distanciamento crítico. Do lado oposto, embora interno à vivência concreta, o encontro tentador com a situação ideal, metafórica, expressa na figura do pensador “sem amarras”, ou seja, sem filiação política e partidária, sem sentimento de superioridade e de nacionalismo patriótico.³⁶⁴ Talvez para equilibrar as perdas, os projetos, a lucidez e a liberdade Lúdia Besouchet e Newton Freitas tenham se debruçado na construção de um conhecimento nacional, em muitas ocasiões comparativo com a América Latina. Talvez por esse mesmo motivo os espanhóis galegos tenham feito prevalecer o regionalismo nas suas obras, nos seus inventos, nas suas existências expatriadas. Mas é fato que, independente das permanências identitárias, o exilado vive em estado de fusão, é catalisador e difusor de cultura. Por isso, é muito comum que esses intelectuais atuem como mediadores, tradutores, intermediários culturais, as ideias por eles circulem, se expandem e logo uma rede de colaboradores e interlocutores se forma, aproximando literária e artisticamente dois mundos, no caso de Lúdia Besouchet e Newton Freitas, o Brasil e a Argentina.

³⁶³ RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane (orgs.). *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 24.

³⁶⁴ *Idem*, p. 36.

EPÍLOGO

“O resto é estrada”

*O novo ano me encontra outra vez como um convalescente. Convalescência que o regresso ao Brasil me provocou, como sempre. Pouco a pouco, as feridas vão se cobrindo de pequenas capas endurecidas... Esquecidas ficam as caras dos amigos e dos parentes... Deixo para atrás, como em outras viagens, a estatura de uma criança; quando volto é quase a silhueta de um adulto que encontro. No entanto, o tempo parece correr insensível sobre mim: fecho os olhos pelo ano que terminou e nada de particular... Apenas uma imperceptível poeira de estrada...*³⁶⁵

Estudar a trajetória intelectual de Lídia Besouchet e Newton Freitas nos pareceu, desde o princípio da pesquisa, uma tarefa que deveria necessariamente passar por uma busca de documentos e por uma análise que atribuísse cores mais vivas à fase em que viveram no exílio. Isso porque, antes mesmo de pisar em terreno seguro, quando o percurso de nossa investigação mal tinha sido traçado, as informações prévias coletadas para compor o projeto instigaram a tomar como imediato rumo de hipótese a ideia de que a Argentina tinha sido o celeiro das criações intelectuais do casal, o lugar onde os dois se descobriram como escritores e onde tiveram oportunidade de desenvolver esta vocação. Em decorrência disso, o recorte cronológico se impôs como óbvio e certo, com exceção da crença inicial de que para entender as filiações político-literárias, as redes de influência e as motivações intelectuais que estiveram entrelaçadas à atuação cultural de Lídia e Newton no decorrer de suas trajetórias, bastaria isolar este período tomando-o como uma etapa excepcional e encerrada em si mesma.

Esta perspectiva limitadora e ingênua de que o exílio seria autoexplicativo, com um tradicional início, meio e fim, foi perdendo consistência na medida em que fomos compreendendo que o exílio, não só no caso específico do casal, mas de tantos outros sujeitos do desterro, tem um ponto de partida, mas não propriamente de chegada, onde em teoria tudo acaba e se pode retomar a vida de antes. Especialmente em termos metafóricos, o exílio não tem fim, pois a experiência vai impregnar de maneira irreversível a sensibilidade de quem o sofreu, fazendo com que de diferentes maneiras esta condição se reflita de modo permanente nas escolhas, projetos e atos de pensamento dos que, uma vez afastados e impedidos de voltar

³⁶⁵ Fragmento de um diário de Lídia Besouchet. Anotações datadas do ano de 1954. Acervo particular de Augusto Newton Goldman.

por larga temporada a seu país de origem, jamais o terá novamente como um lugar possível. Mesmo que aconteça o retorno, o que nem sempre se concretiza, a profunda marca deixada pela “ruptura” que é a experiência de viver no estrangeiro obrigado pelas circunstâncias políticas, faz com que este indivíduo, empurrado para fora de sua pátria um dia, jamais deixe de ser um exilado. A esta sensação interior de deslocamento perpétuo, de não-pertencimento, Claudio Guillén denominou de “exílio metafórico”,³⁶⁶ sentimento subjetivo que passa a ser válido para o sujeito arrancado de suas origens desde o momento da partida até a hora mesma em que o exílio objetivamente termina, ponto a partir do qual esta sensação realmente se instala, ou seja, quando a experiência concreta já não existe mais, só seu rastro indelével.

Ao fim da pesquisa, trilhado o caminho de nossas conjecturas, corroboradas agora por um conjunto volumoso e diversificado de fontes históricas analisado com o fito de compreender como se deu o trabalho de mediação política e cultural de Lídia e Newton entre o Brasil e o Rio da Prata, temos condições de afirmar que, embora haja marcadores no tempo determinando o início (1938) e o desfecho (1950) do exílio do casal na Argentina, tanto no sentido figurado, como em seu efeito real, o desterro para eles não se interrompeu, nem como sensação, nem como condição, já que Lídia e Newton não só irão permanecer em Buenos Aires depois de 1945, quando foram retirados os entraves políticos formais para a volta, como essa “volta” nunca se completará efetivamente.

Na correspondência trocada entre Newton e Lídia no intervalo que vai do ano de 1948 a 1950 é notável o modo como começam a se intensificar as menções sobre o desejo do casal de sair da Argentina. O clima de polarização política e ideológica que tomara conta do país desde a subida de Perón ao poder é apontado como o principal motivo deste projeto, que eles passam a considerar urgente. Era já um período em que muitos dos companheiros de exílio tinham se colocado em marcha, se dispersando por outros países. Entendendo que as condições de permanência na Argentina estavam perto de se esgotar, Lídia e Newton, que faziam coro com os opositores do regime, ao lado da maioria dos intelectuais e artistas que de antifascistas tornaram-se antiperonistas,³⁶⁷ começaram a elaborar um plano de transição que incluiu como situação intermediária o lento processo de retorno ao Brasil, que desde o início se delineara como uma alternativa provisória. Em vários trechos das cartas que Lídia e Newton trocaram regularmente durante os quase dois anos em que tiveram de enfrentar largas temporadas de ausência entre eles (Newton quase sempre remetendo notícias do Rio e Lídia

³⁶⁶ GUILLÉN, Claudio. *El sol de los desterrados: literatura y exilio*. Barcelona: Quaderns Crema, 1995.

³⁶⁷ NÁLLIM, Jorge A. *Las raíces del antiperonismo: orígenes históricos e ideológicos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

escrevendo de volta ainda de Buenos Aires), acompanhamos o desenvolvimento de uma dupla angústia do casal, a de ansiar abandonar a todo custo a Argentina e a de não querer, em hipótese alguma, fixar novamente residência no Brasil. Na conversa epistolar, Newton afirma não acreditar ser capaz de acostumar-se novamente com o ambiente de seu país, tampouco lhe agrada pensar que o futuro de ambos estaria preso à Argentina: “Minha opinião é Roma, mas não creio que devemos andar escolhendo. O que nós precisamos é estar junto em qualquer país [grifo nosso] que não seja Buenos Aires”, ³⁶⁸ e, conforme indica todo o contexto da correspondência, que também não seja o Brasil.

Mesmo depois de findo o período imposto e a seguir voluntário de exílio nas duas margens do Rio da Prata, a firme decisão de Lília e Newton de, por muito tempo, só conceber o Brasil como lugar de passagem, entreto de um destino estrangeiro a outro, foi fruto justamente do sentimento ambíguo e duradouro que acomete a maioria das pessoas para quem a saída do país implicou em um ponto crucial de ruptura, sentimento este que se elabora na incapacidade de reincorporar a identidade perdida que, sem significado concreto, só se realiza no imaginário da nostalgia e das recordações. Para os exilados, sobreviver emocionalmente ao “trauma do exílio” é tão difícil quanto superar o “trauma do regresso”. ³⁶⁹ Não por menos, neste trecho que escolhemos para abertura do epílogo, Lília descreve o seu estado psicológico por ter estado novamente no Brasil como o de um “convalescente”, alguém que busca certa reparação ou reabilitação do tempo, mas que teme a todo instante, por um motivo ordinário qualquer, externo a sua vontade, a “reabertura da ferida”. O reencontro se configura, assim, em ignição que produz sempre novo choque, desta vez do estranhamento inverso, entre as memórias do passado, mitificadas e sublimadas, e a vida presente dos lugares e das pessoas que se reordenaram alheias, o que reafirma a cada distância e a cada retorno, por mais breve que seja, a perda irrecuperável do tempo ausente e a impossibilidade de “voltar para casa”.

Podemos dizer, portanto, que mais do que uma classe de adversidades, o exílio, como uma experiência visceral de orfandade pátria, se converte em uma forma de ver o mundo e de se relacionar com o mundo. O que o exílio planta no exilado é uma inquietação que o empurra, muitas vezes, à condição de forasteiro, “a um estado de ser descontínuo”, ³⁷⁰ que não o permite sentir-se confortável senão como “viajante”, num “eterno” deslocamento, numa

³⁶⁸ Carta de Newton Freitas para Lília Besouchet. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1949. Cf. Fundo Lília Besouchet. LB-FRE024. Arquivo IEB/USP.

³⁶⁹ ZAPATERO, Javier Sánchez. “Memoria y literatura: escribir desde el exilio”. In. *Lectura y Signo. Revista de Literatura*, n. 3, p. 437-453, 2008. p. 443.

³⁷⁰ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

mobilidade ininterrupta que o reacomoda repetidas vezes no entre-lugar. Essa situação intermediária, que o regresso não resolve, torna imperativo (se se permanece no país de origem ou se se decide por abandoná-lo novamente) a reinvenção constante do pertencimento, que se projeta na ressignificação de um novo lar e na construção dolorosa e ao mesmo tempo compensadora de novas identidades. Mesmo que a referência basilar continue sendo a terra natal, onde repousa a maior parte da memória afetiva do exilado, a experiência de desarraigamento é tão profunda que, tal como no caso de Newton e Lídia, o não-pertencer é absorvido por um sentimento universal de pertencimento, daquele que passa a considerar o mundo inteiro como a única e verdadeira pátria.

Por tudo que dissemos, ao longo de quatro décadas, o casal adiou insistentemente o retorno definitivo ao Brasil. Depois de deixar a Argentina, em 1950, Lídia e Newton alternaram curtas e longas temporadas de residência em outros países. De 1951 a 1954, viveram na Bélgica, de lá mudaram para Londres, permanecendo apenas um ano nesta cidade (1955-1956). Da Inglaterra dirigiram-se ao México, onde Newton foi Adido Cultural de 1961 a 1963. Argélia foi o destino seguinte, numa estada que durou sete meses, sendo logo realizada a transferência do casal para a França, onde viveram por seis anos (1964-1970). Por último, a Espanha que, depois da Argentina, foi o país onde eles permaneceram por mais tempo, vivendo por aproximadamente dez anos em Madri. Em 1980, numa carta endereçada ao irmão Augusto Besouchet, Lídia parece exprimir que ainda aos setenta anos de idade não vê o retorno ao Brasil senão com certa relutância, como algo que deverá acontecer independente de ser esse o seu desejo, como uma “fatalidade”: “Você pergunta quando pensamos regressar ao Brasil. O problema está perpetuamente dentro de nós, como resolvê-lo? [...] O tempo assim vai passando sem que se tome nenhuma resolução, à espera que suceda algum acontecimento que nos obrigue a isso...”.³⁷¹

A existência peregrina de Newton e Lídia, sua vivência fragmentada pelo mundo, foi, como acreditamos, um dos testemunhos mais evidentes sobre como a experiência do exílio marcou profundamente suas vidas. Nesta transitoriedade em que se conformou a textura de suas trajetórias, o horizonte parecia sempre querer apontar para um futuro de viagem, que eles cumpriram como uma missão.

Até o fim de suas vidas, persistiram como “estrangeiros”, fieis a esse sentimento íntimo que se hospedara como um substituto do exílio, fora do qual estavam para sempre impossibilitados de viver. Assim, a volta ao Rio de Janeiro, em final de 1981, com os baús

³⁷¹ Carta de Lídia para Augusto Besouchet. Madri, 31 de agosto de 1980. Cf. Fundo Lídia Besouchet. LB(3) 8-108. Arquivo IEB/USP.

abarroados de suas memórias andarilhas, foi para o casal a última de suas aventuras num país “desconhecido”. Foram quinze anos de despedida até a última cena do último ato, que Newton e Lúdia encenaram quase de mãos dadas. Newton Freitas faleceu em 2 de agosto de 1996 e Lúdia Besouchet seis meses depois, em 14 de janeiro do ano seguinte, antes de completar 89 anos de idade.

Ao Newton, conforme deixam perceber vários textos de memória que encontramos em seu acervo, a maioria dos quais não chegaram a ser publicados, porque a escrita foi abandonada antes do fim, o tema da partida, da viagem e do viajante parece exercer sobre ele um enorme fascínio. São com suas palavras que desejo encerrar este trabalho, que eu interpreto como plenas de consciência dos ganhos e das perdas que significa partir:

Quando um navio [deixa o porto] há muito seus passageiros já partiram. [...]. Quem busca o contacto afetuoso de um ser-viajante deve se contentar somente com a aparência, [pois] o ser real há muito partiu, enfronhado nos problemas que a viagem condiciona. As coordenadas se partem ao primeiro contacto com o mar e ganham outra significação, a qual os que estão em terra não conseguem apreender [...]. A essência do viajante não está mais alí, nessa presença inquieta que olha para nós sem ver, desprendida no espaço como um anjo que flutuasse [...]. A despedida sendo uma incógnita [...] é uma espécie de armazenagem de dores futuras. [Quem] parte, mesmo se olhado de perto mais tarde, não ser[á] mais o mesmo e nós, fatalmente, seremos outros.³⁷²

³⁷² Fundo Newton Freitas. Caixa 4. Ensaios e Crônicas. NF(4) 2-32. Arquivo IEB/USP.

Brasil

ACERVO pessoal Augusto Newton Goldman.

ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Documental Delegacia de Organização Política e Social do Espírito Santo.

ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro.

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Acervo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

FUNDO Lídia Besouchet. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), USP.

FUNDO Newton Freitas. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), USP.

FUNDO Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), USP.

Argentina

BIBLIOTECA del Congreso de la Nación Argentina.

BIBLIOTECA Nacional de los Maestros. Sección Libros y Hemeroteca.

BIBLIOTECA Nacional de la Republica Argentina. Colección Libros.

BIBLIOTECA Nacional de la Republica Argentina. Colección Hemeroteca.

CENTRO de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina (CeDInCI). Sección de Microfilms. Buenos Aires.

DIRECCIÓN de Inteligencia de la Policia de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA).

EMBAIXADA do Brasil em Buenos Aires. Setor de Arquivos.

INSTITUTO Rojas de Literatura Argentina. Facultad de Filosofia y Letras. Universidad de Buenos Aires.

Referências Bibliográficas

1. Bibliografia citada

ABRAMO, Fúlvio. “Frente Única Antifascista 1934-1984: 7 de outubro de 1934 – 50 anos”. In. *Cadernos CEMAP*, São Paulo, n. 1, dez. 1984.

ABREU, Luciano Aronne. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AGUADO, Amelia. “Políticas editoriales e impacto cultural en la Argentina (1880-2000)”. In. *Información, Cultura e Sociedad*, n. 15, p. 95-105, 2006.

ALAMBERT, Zuleika (apres.). *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa – Novos Rumos, 1982.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. “Os Trotskistas Frente à Aliança Nacional Libertadora e aos Levantes Militares de 1935”. In. *Cadernos AEL*, v. 12, n. 22/23, p. 82-119, 2005.

AMANTE, Adriana. *Poéticas y políticas del destierro: argentinos en Brasil en la época de Rosas*. Buenos Aires: FCE, 2010.

ANDRADE, Mario de & FREITAS, Newton. *Correspondência Mario de Andrade e Newton Freitas (1940-1945)*. Ed. prep. Por Raúl Antelo. São Paulo. Edusp/IEB, no prelo.

ANTELO, Raúl. *Na Ilha de Marapatá: Mário de Andrade lê os hispano-americanos*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

ARTUNDO, Patrícia. *Mário de Andrade e a Argentina: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.

AZEVEDO, Ricardo; MAUÉS, Flamarion. *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

BACK, Lilian. “A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP”. In. *Revista Perseu*. Ano 5, n. 7, p. 11-39, 2011.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora USP, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve História da Argentina*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- BELLINTANI, Adriana. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BERTO, Rosianny Campos. *A constituição da “Escola Activa” e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)*. 2013. 284 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- BERTONHA, João Fábio. “Libero Battistelli e *Giustizia e Libertà* no Brasil: um aspecto da luta antifascista italiana na América do Sul”. In. *Diálogos*, vol. 3, n. 1, p. 213-234, 1999.
- BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Ed. ampla e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BIERNAT, Carolina. *¿Buenos o inútiles? la política inmigratoria del peronismo*. Buenos Aires: Biblos, 2007.
- BRAGOS, Oscar. “O Museo Social Argentina e a formação e difusão das ideias do urbanismo”. In. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BROUÉ, Pierre. “O movimento trotskista na América Latina até 1940”. In. *Cadernos AEL*, vol. 12, n.22/23, p. 169-191, 2005.
- BUSATTO, Luiz. *O modernismo antropofágico no Espírito Santo*. Espírito Santo: UFES, 1992.
- CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: UNB, 1993.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia Coelho. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARBALLO, Antonio Lago; VILLEGAS, Nicanor Gómez. *Un viaje de ida y vuelta: la edición española e iberoamericana (1936-1975)*. Espanha, Madri: Ediciones Siruela, 2006.

CARONE, Edgard. *Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. *O marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

_____. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

CARREÑO, Luciana. "La Federación Universitaria Hispanoamericana en Madrid". In. *CIAN – Revista de Historia de las Universidades*, Madrid, v. 16, n. 1, p. 51-80, 2013.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. "A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)". In. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 354-388.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. "Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX". In. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, n. 30, jun. 2005, p. 243-264.

COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Historia del Trotskismo en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: RyR, 2006.

COSTA, Alexandre Andrade da. *Caleidoscópio político: as representações do cenário internacional nas páginas do jornal O Estado de São Paulo (1938-1945)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CROCE, Marcela. "Intelectuales argentinos y brasileños: simetrías y variantes". In. *El Matadero. Revista crítica de literatura argentina*. Buenos Aires, Segunda Época, n. 5, p. 63-73, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Ed. FGV, 1999.

DASSÚ, Marta. "Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista". In. HOBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Vol 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DE DIEGO, José Luis (dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: F.C.E., 2006.

DE ZULETA, Emilia. *Espanhóis en la Argentina: el exilio literario de 1936*. Buenos Aires: Atril, 1999.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil 1900-1935*. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (org.). *Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, Coleção Rumos da História, 2011.

_____. “Coração vermelho: Guilherme Tavares e a memória dos comunistas do Espírito Santo”. In. MARIN, Andréia et al. *Vestígios da história sul capixaba em 11 narrativas*. Vitória: Flor&Cultura, 2011[a].

_____. “Vestígios de um esquecimento: a memória da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Sul do Espírito Santo”. In. MARIN, Andréia et al. *Vestígios da história sul capixaba em 11 narrativas*. Vitória: Flor&Cultura, 2011[b].

FAUSTO, Boris; DEVOTOS, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERNANDEZ, Jorge Christian. “*Voluntários da Liberdade*”: militares brasileiros nas Forças Armadas Republicanas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). 2003. 392f. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2003.

_____. “História e memória de um exílio esquecido: os militares de esquerda brasileiros na Argentina e Uruguai, 1936-1942”. In. *Historia, Voces y Memoria*. Buenos Aires, n. 8, p. 21-36, 2015.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2002.

_____. REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Coleção As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. “O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro”. In. ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

FERREIRA DOS SANTOS, Eunice. “Eneida de Moraes: militância e memória”. In. *Em Tese*. Belo Horizonte, v. 9, p. 99-106, dez. 2005.

FÉRRIZ, Maria Teresa. “La revista literaria De Mar a Mar: la cultura española en la Argentina de los años cuarenta”. In. *Scriptura*, n. 6-7, p. 341-358, 1992.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRANCO, Sebastião Pimentel. *Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação dos espaços sociais para a mulher na Primeira República*. 300f. Tese (Doutorado em História). FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu: um recorte biográfico de Patrícia Galvão*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Organização Edson Nery da Fonseca. Brasília: Editora UNB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

GARCÍA, María Amalia. *El arte abstracto: intercambios culturales entre Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GARCÍA, Xosé López; DÍAZ, Rosa Aneiros; PÉREZ RODRÍGUEZ, Maria Antonia (Coord.). *Lorenzo Varela en revistas culturais de México e Bos Aires*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2005.

GOMES, Angela de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GÓMEZ, Juana Martínez. “Alberti en la Argentina: los primeros pasos del exilio”. In. *Revista de Filología Románica*, n. 7, p. 255-264, 2011.

GUILLÉN, Claudio. *El sol de los desterrados: literatura y exilio*. Barcelona: Quaderns Crema, 1995.

GULLAR, Ferreira (Org). *Di Cavalcanti, 1897-1976: Pinturas, desenhos, jóias*. Rio de Janeiro: Pinakothke, 2006.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil, sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

HARTLYN, Jonathan; VALENZUELA, Arturo. “La democracia en América Latina desde 1930”. In. BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina. Política y Sociedad desde 1930*. Vol. 12. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1997.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional. Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. v. 9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.

_____. “Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940)”. In. NETO, José Castilho Marques (Org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. “The Fate of the First Brazilian Brigadist in Spain: A Biographical Note about Alberto Bomílcar Besouchet”. In. *Internacional Newsletter of Communist Studies*. Mannheim, p. 410-413, 2003.

_____. “O ‘caso Besouchet’ ou o lado brasileiro dos ‘Processos de Moscou’ pelo mundo”. In. *O olho da história*, ano 12, n. 9, dezembro de 2006.

_____. “A Nação e a juventude comunista do Brasil”. In. *Cadernos AEL*, vol. 7, n.29, p. 183-241, 2010.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LAMEGO, Valéria. *A farpa na lira: Cecília Meireles na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LARRAZ, Fernando. “Política y cultura. Biblioteca Contemporánea y Colección Austral, dos modelos de difusión cultural”. In. *Orbis Tertius. Revista de Teoría y Crítica Literaria*, n. 15, p. 1-10, 2009.

LAVRIN, Asunción. *Mujeres, Feminismo y Cambio Social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Trad. Maria Teresa Escobar Budge. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005.

LEIBNER, Gerardo. *Camaradas y compañeros: una historia política y social de los comunistas del Uruguay*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2011.

LEIRA, Lois Pérez. *Protagonistas de una epopeya colectiva*. Espanha: Galicia en el Mundo, 1999.

LEITE, Juçara Luzia. *Natureza, Folclore e História: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX*. 2002. 436f. Tese (Doutorado em História). FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

LEITE, Míriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LORA, Guillermo. *Historia del P.O.R.: contribución a la Historia Política de Bolivia*. La Paz: Ediciones Isla, 1978.

MAIA, Pedro Moacir. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Bahia: EDUFBA, 2008.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARTINS, Ivan Pedro de. *A flecha e o alvo: a intentona de 1935*. Porto Alegre: Movimento, IEL, 1994.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. “Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Armanda Álvaro Alberto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

MOTTA, Romilda Costa. *Práticas políticas e representações de si. Os escritos autobiográficos da mexicana Antonieta Rivas Mercado e da brasileira Patrícia Galvão (Pagu)*. 341f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2015.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed. rev. Vitória: EDUFES, 2001.

NÁLLIM, Jorge A. *Las raíces del antiperonismo: orígenes históricos e ideológicos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro (orgs). *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. “Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem”. In. D’ARAUJO, Maria Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Ed. FGV, 1999.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas. Imprensa e Intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. 331f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)*. 1997. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/Unicamp, Campinas, 1997.

_____. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. 383f. Tese de Doutorado – IFCH/Unicamp, Campinas, 2003.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil (Entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Ivonete. “Estudo de casos: narrativa sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989)”. In. *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, 2009.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “*Las armas y las letras*” dos voluntários brasileiros na guerra civil espanhola: identidades, memórias e trajetórias. 2015. 246f. Tese (Doutorado em História). IH/UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Maria Antonia. “Autores brasileiros em empresas editoriais dos exilados galegos em Bos Aires: Emece, Nova, Botella al Mar”. In. *Novas achegas ao estudo da cultura galega. Enfoques literários e sociohistóricos*, p. 349-355, 2009.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. “Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano”. In. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 222-246, jan.-jun. 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. 5 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 44ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *Linhas tortas*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. “A conspiração revolucionária da oposição brasileira a Vargas no Prata (1930-1934)”. In. *Revista da Anphlac*, São Paulo, n. 2, p. 3-28, 2002.

_____. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) – 1930/1942*. 2007. 338f. Tese (Doutorado em História). IFCH/Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Feminismo Ideal e Sadio: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas. Vitória/ES (1924 a 1934)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

RESNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. “Intelectuais no exílio: onde é a minha casa?”. In. *Dimensões*, vol. 26, p. 152-176, 2011.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIPALDA, Luis Tejada. “El americanismo: consideraciones sobre el nacionalismo continental latinoamericano”. In. *Investigaciones Sociales*. Lima, Ano VIII, n. 12, p. 167-200, 2004.

RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane (orgs.). *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROUSSO, Henry. “O arquivo ou o indício de uma falta”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996.

ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAÍTTA, Sylvia. *Regueros de tinta: el diario Crítica en la década de 1920*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.

SALIM, Maria Alayde Alcantara. *Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República*. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria Navas. “Relaciones entre escritores gallegos y brasileños en el exilio español: el testimonio de Lorenzo Varela y Newton Freitas”. In. *Revista de Lenguas y Literaturas Catalana, Gallega e Vasca*, v. 15, p. 103-125, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os porões da república: a barbárie nas prisões da Ilha Grande, 1894-1945*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Raquel Paz dos. *Um novo olhar sobre o país vizinho: a cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

SARLO, Beatriz. “As Arxentinas de Seoane”. In. VILLARES, Ramón (Ed.). *Emigrante dun país soñado. Luis Seoane entre Galicia e Arxentina*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2011.

SCHWARZSTEIN, Dora. *Entre Franco y Perón: memoria y identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Ed. Crítica, 2001.

_____. “La llegada de los republicanos españoles a la Argentina”. In. *Proyecto Clío*, n. 19, 2000.

SEBRELI, Juan José. *Crítica de las ideas políticas argentinas: los orígenes de la crisis*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2011.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível, 1936-1948*. 2007. 463f. Tese (Doutorado em História). CFCH/UFPE, Recife, 2007.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Marinete dos Santos. “Reprodução, sexualidade e poder: as lutas e disputas em torno do aborto e da contracepção no Rio de Janeiro, 1890-1930”. In. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, out-dez, p. 1241-1254, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 231-262.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. “Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel de espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México”. In. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 23, n. 38, p. 386-398, jul./dez. 2007.

SOARES, Renato Viana. *A Escola Activa Antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo: Lei Rubem Braga-Darwin, 1998.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

_____. “Livros de autores brasileiros na Argentina: uma força de alteridade negada”. In. MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais Brasil-Uruguai-Argentina*. Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002.

SOUZA NETTO, Vanda Luiza. *A embaixadora das artes. Lídia Besouchet: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008.

TEGA, Danielle. “Memórias da militância: reconstruções da resistência política feminina à ditadura civil-militar brasileira”. In. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 123-147, 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. *A falência da política*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional”. In. PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____; KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS 1924-1954*. São Paulo: Arquivo Público de São Paulo; Imprensa Oficial, 2003.

VALLEJO, Gustavo. *Escenarios de la cultura científica argentina: ciudad y universidad (1882-1955)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007.

VARIKAS, Eleni; RIOT-SARCEY, Michèle. “Réflexions sur la Notion d’Exceptionnalité”. In. *Les Cahiers du GRIF*, Paris, n. 37-38, p. 77-89, 1988.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 1987.

VIANNA, Lúcia Helena. “Mulheres revolucionárias de 30”. In. *Revista Gênero*, v.2, n.2, p. 27-34, 2002.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIÑUALES, Rodrigo Gutiérrez. “Seoane en el centro. Algunos itinerarios por el arte en Buenos Aires (1936-1963)”. In. VIÑUALES, Rodrigo Gutiérrez; SEOANE, Rodrigo y Seixas; ANXO, Miguel. *Buenos Aires. Escenarios de Luis Seoane*. La Coruña: Fundación Luis Seoane, 2007.

WAINBERG, Jacques Alkalai. *Império de palavras*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

WERNECK, Maria. *Sala 4: primeira prisão política feminina*. Rio de Janeiro: Cesac, 1988.

ZAPATERO, Javier Sánchez. “Memoria y literatura: escribir desde el exilio”. In. *Lectura y Signo. Revista de Literatura*, n. 3, p. 437-453, 2008.

2. Bibliografia referencial

ACOSTA, Laura Prado. *Los intelectuales del Partido Comunista: itinerario de Héctor Agosti (1930-1963)*. North Carolina: Editorial A Contracorriente, 2015.

ADORNO, Theodor. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática, 1992.

AGAMBEN, Giorgio. “Política del exílio”. In. *Revista Archipiélago: cuadernos de critica de la cultura*, Madrid, p. 41-52, n. 26/27, 1996.

ALBERS, Patricia. *Shadows, fire, snow: the life of Tina Modotti*. New York: Clarkson Potter, 1999.

ALEM, Silvio Frank. *O PCB e as outras esquerdas – da anistia de 1945 à posse de Dutra*. São Paulo: Escrita Ensaio v.10, 1982.

ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina. II. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

_____. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

_____. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

AMARAL, Aracy A. *Textos do Trópico de Capricórnio: artigos e ensaios*. Vol. 1: modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar. São Paulo: Ed. 34, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In. BRESCIANI, Stella; NAXARA, M. *Memória (res) sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

ANTELO, Raúl. *Confluencia: Literatura Argentina por Brasileños, Literatura Brasileña por Argentinos*. Buenos Aires: Centro de Estudios Brasileños, 1982.

_____. “The logic of the infrathin: community and difference”. In. *Nepantla: views from south*, Durhan: Duke University, vol. 3, n. 3, p. 433-450, 2002.

ARES, Berta; GRUZINSKI, Serge (org.). “Entre dos mundos”. In. *Fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: CSIC, 1997.

ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. “Memórias num bordado: traços de Genny Gleizer no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro”. In. *Cadernos de Pesquisa Cdhis*, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 15-22, jan./jun. 2010.

ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.9-34, 1998.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese (Doutorado). Departamento de História, FFLCH-USP, São Paulo, 1998.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

BARRANCOS, Dora. “Feminismos y Estudios Feministas en la Argentina”. In. RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; FÁVERO, Silvia Maria (orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

BARRENECHE, Osvaldo. “Manejo metodológico de las fuentes documentales y los archivos policiales: el caso de la Policía de la Provincia de Buenos Aires”. In. *Revista Eletrônica de Fuentes y Archivos*. Córdoba. Argentina, n.1, p. 78-94, 2010.

BASSANEZI, Carla (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. “Vertentes da História Intelectual”. In. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*, v. I. São Paulo: Unesp, 2009.

BERMEJO, Talía. “El salón Peuser: entre la apuesta comercial y el afianzamiento de un mercado para el arte en Buenos Aires”. In. *Arte y sociedad. Revista Investigación*, n. 0, octubre 2011.

BERNARDES, Maria Elena. “Laura Brandão: entre a norma e a transgressão nas lutas sociais e políticas nas primeiras décadas do século XX”. In. SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes; PPGHIS, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTTARO, Raúl H. *La edición de libros en la Argentina*. Buenos Aires: Troquel, 1964.

BRANCHER, Ana; SOUZA, Fábio Francisco Feltrin. “Políticas na exterioridade: notas sobre o exílio de escritores latino-americanos”. In. *Revista Esboços*, PPGHST/UFSC, n. 20, p. 205-221, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. “Idéias e intelectuais: modos de usar”. In. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 54, p. 25-34, 2001.

BUONOCORE, Domingo. *Libreros, editores e impresores de Buenos Aires*: esbozo para una historia del libro argentino. Buenos Aires: Bowker, 1974.

CAMURÇA, Marcelo A. “Intelectualidade rebelde e militância política: adesão dos intelectuais ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – 1922-1960”. In. *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora, EDUFJF, vol. 4, n. 1, p. 65-80, 1998.

CANDIDO, Antonio. “Integralismo = fascismo?”. In. *Teresina Etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, Marco Antonio de. *Rubem Braga: um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo, 2007.

CASSONE, Florencia Ferreira de. *Índice de Claridad: una contribución bibliográfica*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2005.

CASTRO, Moacir Werneck de. *Europa 1935: uma aventura de juventude*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “Os intelectuais trotskistas nos anos 30”. In. REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

CAVLAK, Iuri. *A política externa brasileira e a Argentina peronista (1946-1955)*. São Paulo: Annablume, 2008.

CHADWICK, Whitney; COURTIVRON, Isabelle (Org). *Amor & arte: duplas amorosas e criatividade artística*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

_____. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. In. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CONCHEIRO, Elvira; MODONESI, Massimo; CRESPO, Horacio (coord.). *El Comunismo: otras miradas desde America Latina*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2007.

COOPER-RICHET, Diana. MOLLIER, Jean-Yves; SILEM, Ahmed. *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIX-XX siècles)*. Lyon: Presses de l'ENSSIB, 2005.

_____. “La figure du passeur dans l'histoire de la diffusion transnationale de la théorie des Cultural Studies (années 1990)”. In. *Revista de História*, São Paulo, vol. 32, n. 1, p. 190-197, 2013.

_____. “Transferts culturels et passeurs de culture dans le monde du livre (France - Brésil, XIX siècle)”. In. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 128-143, 2013.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciuncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha (orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAUFENBACK, Vanessa. “Em busca de trajetórias intelectuais”. In. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 13, n. 25, p. 199-209, 2008.

_____. “Relatos atravessados por los exílios”. In. JITRIK, N. *Historia Critica de la Literatura Argentina*. Vol. 11. Buenos Aires: Emecé, 2000.

DE MARCO, Valeria. “A literatura de testemunho e a violência de Estado”. In. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004.

DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Trad. Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Chile: Universidad Santiago de Chile, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. In. *Revista de História* (nova série), São Paulo, nº 114, p. 31-45, jan/jun., 1983.

DONGHI, Tulio Halperin. *Historia Contemporánea de América Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DULPHY, Anne; LÉONARD, Yves; MATARD-BONUCCI, Marie-Anne (dir.). *Intellectuels, artistes et militants: le voyage comme expérience de l'étranger*. Berlim: P.I.E. Peter Lang, 2009.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaïs. “‘Pelo que é nosso’: a diplomacia cultural brasileira no século XX”. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 67, v. 34, p. 203-221, 2014.

FERNÁNDEZ-BRAVO, Álvaro; GARRAMUÑO, Florencia; SOSNOWSKI, Saúl. *Sujetos en tránsito: (in)migración, exilio y diáspora en la cultura latinoamericana*. Buenos Aires: Alianza, 2003.

FERREIRA, Roberta. “Difusão cultural e projeção internacional: o Brasil na América Latina (1937-1945)”. In. SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (Orgs.). *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

FREITAS, Newton. “Correspondência de Mário de Andrade a Newton Freitas”. In. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB/USP, n. 17, p. 91-120, 1975.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALASSO, Norberto. *Aportes críticos a la historia de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2007.

GARCIA, Marco Aurélio. “Contribuições para uma história da esquerda brasileira”. In. MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

GELADO, Viviana. *Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina*. Rio de Janeiro: 7Letras; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro. “Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GÓMEZ, Antonio. *Escribir el espacio ausente: exilio y cultura nacional en Díaz, Wajsmán y Bolaño*. Santiago, Chile: Editorial Cuarto Propio, 2013.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRACIANO, Osvaldo. *Entre la torre de marfil y el compromiso político. Intelectuales de izquierda en la Argentina, 1918-1955*. Bernal. Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

HANFFSTENGEL, Renata Von; TERCERO, Cecilia (coord.). *México, el exilio bien temperado*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

HORAN, Elizabeth; MEYER, Doris (Comp.). *Esta América nuestra. Correspondencia 1926-1956. Gabriela Mistral y Victoria Ocampo*. Trad. Edgardo Russo. Buenos Aires: El cuenco de plata, 2007.

IONTA, Marilda. *As cores da amizade: cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

JALIF DE BERTRANOU, Clara A. *Argentina en el espejo: sujeto, nación y existencia en el medio siglo (1900-1950)*. Mendoza: Ediunc, 2006.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*; Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LOBO, Luíza. “A literatura feminina na América Latina”. In. *Revista Brasil de Literatura*, UFRJ, n.4, 1997.

LORENZ, Federico Guillermo. “Archivos de la represión y memoria en la República Argentina”. In. PÉROTIN-DUMONT, Anne (dir.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2007.

LUNA, Félix. *El 45: crónica de un año decisivo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1971.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, Maria Antonia Dias. *Identidade ibero-americana em revista: Cuadernos Americanos e Cuadernos Hispanoamericanos, 1942-1955*. 231f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2012.

MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais Brasil-Uruguai-Argentina*. Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002.

MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In. *A História escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MIGLIACCIO, Luciano. “Obra de Horacio Coppola evidencia o diálogo entre o modernismo brasileiro e o argentino”. In. *Ciência e Cultura*, vol. 65, n. 1, p. 56-58, 2013.

MIX, Miguel Rojas. *Los cien nombres de América*. Barcelona: Editorial Lumen, 1991.

MORAES, Eneida de. *Aruanda: banho de cheiro*. Belém: SECULT, 1989.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1991.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MUNHOZ, Solange. “Aproximações ao tema do exílio e à experiência de escritores argentinos e brasileiros”. In. *Revista de Letras*. São Paulo, 45 (2), p.59-80, 2005.

MUTIS, Álvaro. *Estación México: notas 1943-2000*. Compilación y Edición de Santiago Mutis Durán. Bogotá: Taurus, 2011.

NANCY, Jean-Luc. “La existencia exiliada”. In. *Revista Archipiélago: cuadernos de critica de la cultura*, Madrid, p. 34-39, n. 26/27, 1996.

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural*. Tradução Vera Pereira. São Paulo: Editora da USP, 1997.

NITSCHACK, Horst. “El sujeto del exílio”. In. SANHUEZA, Carlos; PINEDO, Javier. *La Patria Interrumpida: Latinoamericanos en el exílio. Siglos XVIII-XX*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. “Os anos trinta”. In. *Perspectivas*. São Paulo, vol. 11, p. 93-99, 1988.

NOVAES, Adriana Carvalho. *O canto de Perséfone: o Grupo Sur e a cultura de massa argentina (1956-1961)*. São Paulo: Annablume, 2006.

ORO, Ari Pedro (org). *A latinidade da América Latina: enfoques sócio-antropológicos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAGNI, Andrea. “Imaginar el Brasil desde el Río de la Plata: mediaciones, desplazamientos y contrastes en los relatos de viaje durante la primera mitad del siglo XIX”. In. SEDYCIAS, João (Org.). *A América Hispânica no imaginário literário brasileiro*. Recife: Ed. UFPE, 2007.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PISCITELLI, Adriana. “Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico”. In. *Cadernos Pagu*, IFCH/ UNICAMP, n. 1, p. 149-171, 1993.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PONTES, Heloísa. “Entrevista com Antonio Candido”. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 16, n. 47, p. 5-30, outubro de 2001.

_____. *Intérpretes da metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual (1940-1968)*. São Paulo: Edusp, 2010.

POSSAS, Lídia M. Vianna. “As blusas-verdes e as marchadeiras. Movimento de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60”. In. *Revista Nuevas Tendencias en Antropología*, n.3, p. 20-43, 2012.

PRADO, Décio de Almeida. *Peças, pessoas e personagens – o teatro brasileiro de Procópio Ferreira a Cacilda Becker*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PRADO, Maria Lígia. *A Democracia Ilustrada: O Partido Democrático Brasileiro de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999.

_____. “O Brasil e a distante América do Sul”. In. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2º sem. 2001.

_____. *Vargas e Perón: aproximações e perspectivas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009.

QUEIROZ, Maria José de. *Os males da ausência, ou A literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

QUINTEROS, Marcela Cristina. “A/s biografia/s sobre Juan Natalicio Gonzáles”. In. *Diálogos*, Maringá, v. 17, n. 2, p. 449-474, mai.-ago., 2013.

RAMA, Ángel. *La riesgosa navegación del escritor exiliado*. Montevideo: Arca, 1998.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Literatura feminina capixaba (1920-1950)*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras / Centro de Ensino Superior de Vitória, 2003.

_____. *Haydée Nicolussi: Poeta, Revolucionária e Romântica*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, Prefeitura Municipal de Vitória, 2005.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIFF, Beatriz Bandeira. *A resistência: anotações do exílio em Belgrado*. Rio de Janeiro: Europa, 1990.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve História Contemporânea de la Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. In. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010.

RUBIM, Albino. “Partido Comunista e herança cultural no Brasil”. In. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, n. 41 (6), p. 552-565, jun. 1989.

SAGASTIZÁBAL, Leandro de. *La edición de libros en la Argentina: una empresa de cultura*. Buenos Aires: Eudeba, 1995.

SÁNCHEZ ILLÁN, Juan Carlos (dir.). *Diccionario biográfico del exilio español de 1939: los periodistas*. Madrid: FCE, Cátedra del Exilio, 2011.

SANTOS, Raquel Paz dos. “Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 355-375, julho-dezembro de 2009.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Tradução Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da USP, 2005.

_____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCAVONE, Lucila. “As múltiplas faces da maternidade”. In. *Cadernos de Pesquisa*, n. 54, p. 37-49, 1985.

_____. *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. “A criação da mulher: um ardil para a história das mulheres?”. In. MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Jorge. “Abaixo Tordesilhas!”. In. *Estudos Avançados*, vol. 7, n. 17, p. 185-200, 1993.

_____. *Vanguardas Latino-americanas*. São Paulo: Edusp, Iluminuras, Fapesp, 1995.

_____. “Horacio Coppola, Manuel Bandeira e o Aleijadinho”. In. *Serrote. Edição Especial*, n. 5, p. 7-14, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez., 1990.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Paulo Renato da. *Victoria Ocampo e intelectuais de “Sur”: cultura e política na Argentina (1931-1955)*. 2004. 166 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; OLIVEIRA, Claudia de; ROUCHOU, Joëlle; VELLOSO, Monica Pimenta (Orgs.). *Criações compartilhadas: artes, literatura e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2014.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do “batlismo” no Uruguai: 1903-1958*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2003.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: FCE, 2013.

VASQUEZ, Ana. “La leyenda de Ulises, mito del exilio”. In. *América. Cahiers du CRICCAL*, n. 7, p. 17-25, 1990.

_____. “La malédiction d’Ulysse”. In. *Hermès*, n. 10, p. 213-224, 1991.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). *Mediação, cultura, política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VIDAL, Paloma. *A história em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 2004.

VOLPE, Miriam L. *Geografias de exílio*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

WARLEY, Jorge. *Vida Cultural e Intelectuales en la Década de 1930*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

WEINSTEIN, Barbara. “História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial”. In. *Revista História*, São Paulo, vol. 22, n. 2, p. 185-210, 2003.

YANKELEVICH, Pablo (org.). *México, País Refugio. La experiencia de los exilios en el siglo XX*. México: Inah/Plaza y Valdés, 2002.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

ASSOCIAÇÃO dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo – ARPEN. *Cronologia do Registro Civil no Brasil*. Disponível em <http://www.arpensp.org.br/principal/index.cfm?pagina_id=178>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernanda. *As mulheres e os 90 anos do comunismo no Brasil – Primeira Parte*. In. Centro de Documentação e Memória Fundação Mauricio Grabois. Disponível em <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=30&id_noticia=8998>. Acesso em 16 de novembro de 2015.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro; HERNANDEZ, Maria Hermínia Oliveira. *Carybé*. In. Dicionário Manuel Querino de Arte na Bahia. Disponível em <<http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/carybe/>>. Acesso em 26 de abril de 2016.

SIEBEL, Luis. *Introdução sobre o trotskismo brasileiro*. In. Liga Estratégia Revolucionária Quarta Internacional. Disponível em <www.ler-qi.org/Introducao-sobre-o-trotskyismo-brasileiro> Acesso em 10 de janeiro de 2014.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcantara; TAVARES, Johelder Xavier. *O Ginásio do Espírito Santo no contexto das políticas públicas educacionais do Estado Brasileiro (1933-1957)*. In. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Disponível em <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/505ReginaHelena_%20e_MariaAlayde_%20e_Johelder.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *Os arquivos da polícia política brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo*. Disponível em <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2014.

ANEXOS

1. Relação das obras

Lídia Besouchet

Livros

- Ensaaios e estudos históricos

Diez escritores de Brasil. Buenos Aires: Editora M. Gleizer, 1939.

Mauá y su época. Buenos Aires: Ediciones América Económica, 1940.

Desarrollo industrial del Brasil. Colección Problemas Americanos. Buenos Aires: Talleres Gráficos Augusta, 1941.

Mauá e seu tempo. São Paulo: Editora Anchieta, 1942.

Mauá en el Río de la Plata: correspondencia política 1850-1885. Colección Problemas Americanos. Buenos Aires: Talleres Gráficos Augusta, 1942.

Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885). Biblioteca Pedagógica. Coleção Brasileira. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1943.

José Maria da Silva Paranhos. Vizconde do Rio Branco: ensayo histórico-biográfico. Colección Estudios Brasileños. Buenos Aires: Editora Viau, 1944.

José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1945.

O pensamento vivo de Mauá. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1945.

Literatura del Brasil. Colección Ensayos Breves. Buenos Aires: Sudamericana, 1946.

Rio Branco e as relações entre o Brasil e a República Argentina. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco, 1949.

História da criação do Ministério do Trabalho: ensaio de interpretação. Coleção Lindolfo Collor. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTIC, 1957.

Exílio e morte do Imperador. Coleção Grandes Vidas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

Correspondência política de Mauá no Rio da Prata. 2ª edição. Coleção Brasileira (n. 227). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

Mauá e seu tempo. Coleção Vidas Extraordinárias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Pedro II e o Século XIX. 2ª edição. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

- **Romances**

Condición de Mujer. Colección Horizonte. Buenos Aires: Sudamericana, 1945.

El Mestizo. Serie Navíos. Buenos Aires: Emecé Editores, 1946.

Los cuentos de Tío Macario. Colección Lecturas Juveniles. Buenos Aires: Editora Peuser, 1947.

Condição de Mulher. Coleção do Iguassú. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

O Mestiço. Coleção do Iguassú. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

Cidade de exílio. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1961.

Aventuras do Tio Macário. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- **Artigos e capítulos**

“Max Dickmann: el hombre y el escritor”. In. AGOSTI, Héctor P., et al. *Un novelista argentino*. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1942.

“Longe-Lonxe”. In. *Galicia Emigrante*, n. 31, outubro-novembro de 1957.

“Renan e o Imperador do Brasil: influencia e contraste”. In. *Actes Cinquenaire de la Création du Bretagne de l’enseignement du Portugais*. Vol. I. Bretagne, 1971.

“Renan e o Imperador do Brasil: a questão religiosa”. In. *Boletim Bibliográfico*, n. 38. São Paulo: Biblioteca Mario de Andrade, 1977.

“O mistério Lorenzo Varela”. In. SEOANE, Luis (Ed.). *Lorenzo Varela. Homaxes*. A Coruña: Edicións do Castro, 1979.

“Carybé”. In. FURRER, Bruno (Org.). *Artes de Carybé*. Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1999.

- **Monografias**

Folclore na Escola Ativa. Tese apresentada ao Curso Superior de Cultura Pedagógica. Vitória, 1931.

Pedagogia Social: Comunas Infantis. Tese apresentada ao concurso de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal Pedro II. Vitória, 1932.

Renan e o Imperador do Brasil. Tese apresentada à Université de Nantes. França, 1973.

- **Peças de teatro**

Interlude for Ulysses: a play in three acts. Coleção Teatro. Tradução do original “O outro Ulysses” de John Knox. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1965.

Adriana em crepúsculo. Peça teatral em um ato. Inédito.

- **Ballet**

Transfiguração do amor, 1950. Inédito.

- **Tradução**

LANGE, Norah. *Cadernos de infância*. Tradução Lídia Besouchet. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

Livros

- **Ensaaios, ficção, prólogos e compilações**

Memórias. Prefácio Newton Freitas. Rio de Janeiro: Selma Editoras, 1934.

Diez escritores de Brasil. Buenos Aires: Editora M. Gleizer, 1939.

Las relaciones comerciales argentino-brasileñas a través de un siglo. Buenos Aires: América Económica, 1940.

Los Ríos del Brasil: su influencia en la formación nacional. Colección Problemas Americanos. La Plata: Editora Universidad Popular Alejandro Korn, 1941.

Alôs Afro-Brasileños. Colección Buen Aire. Buenos Aires: Emecé Editores, 1942. (2ª. Edição, 1947. Emecé).

Ensayos americanos: crítica literaria. Buenos Aires: Editorial Schapire, 1942.

Brasil-Argentina: breve esbozo histórico-comercial. Colección Problemas Americanos. Buenos Aires: Talleres Gráficos Augusta, 1942.

Descubrimiento del Amazonas. Prólogo Newton Freitas. Buenos Aires: Emecé Editores, 1942.

Los Braganza. Colección Buen Aire. Buenos Aires: Emecé Editores, 1943.

El Conventillo. Colección América Nuestra. Prólogo Newton Freitas. Buenos Aires: Editorial Nova, 1943.

Amazonia, leyendas ñangatú. Colección Mar Dulce. Buenos Aires: Editorial Nova, 1943.

Maracatú: motivos típicos y carnavalescos. Buenos Aires: Editorial Pigmalión, 1943.

Cantos e leyendas brasileiras. Colección Todo para Todos. Buenos Aires: Editora Poseidón, 1943.

El Aleijadinho. Colección Mar Dulce. Buenos Aires: Editorial Nova, 1944.

Brasil. Colección Oro. Buenos Aires: Editorial Atlántida, 1944.

La reliquia. Prologo Newton Freitas. Buenos Aires: Editorial Corinto, 1945.

Ensaaios Americanos: crítica literária. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1945.

José Sabogal Pancho Fierro: estampas del pintor peruano. Colección Mar Dulce. Buenos Aires: Editorial Nova, 1945.

Literatura del Brasil. Colección Ensayos Breves. Buenos Aires: Sudamericana, 1946.

Garibaldi en América. Colección Mar Dulce. Buenos Aires: Editorial Nova, 1946.

Los mejores cuentos brasileños. Colección Mejores Cuentos. Buenos Aires: Ediciones Tito, 1946.

En un bosque africano. Serie Nueva Fantasía. Buenos Aires: Codex, 1947.

Flavio de Carvalho. Colección Color del Tiempo. Buenos Aires: Ediciones Botella al Mar, 1948.

Ajtuss. Prólogo Newton Freitas. Buenos Aires: Ediciones Botella al Mar, 1948.

Quem é quem no Brasil. Coleção Biografias Contemporâneas. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1948.

20 dibujos de Torrallardona. Buenos Aires: Ediciones Botella al Mar, 1948.

Jaburuna: cuentos y relatos. Colección La sirena escondida. Buenos Aires: Ediciones Botella al Mar, 1949.

Macumba. Curitiba: Editora Guaíra, 1949.

Fernando Pessoa, Oda Marítima. Prefácio Newton Freitas. México: Revista de Poesia Universal, 1963.

Correspondência de Mario de Andrade (1940/1942). Separata. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 17, 1975.

Tirano Banderas. Prefácio Newton Freitas. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

- **Peça de teatro**

O general Rebouças. 1937. Inédito.

- **Artigos e capítulos**

“Porão: relato da prisão na Ilha Grande”. In. *A Platea*, São Paulo, 1937.

“La bodega: impresiones de la carcel”. In. *Justicia*, Montevideo, 1937.

“La edad de Paulina”. In. REBELO, Marques; NAVARRO, Raul; BAUDIZZONE, Luis. *Pequeña Antología de Cuentos Brasileños*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1946.

“Requiem para Luis Seoane”. In. *Revista de Cultura Brasileira*, n. 50, 1979.

“El Paraguay eterno de J. Natalício González”. In. GONZÁLEZ, Natalício. *Letras Paraguayas*. Asunción: Cuadernos Republicanos, 1988.

“Los Comuneros”. In. BORDA, Juan Gustavo Cobo (Comp.). *Una visión de América: la obra de Germán Arciniegas desde la perspectiva de sus contemporáneos*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1990.

- **Traduções**

LENIN. *Memórias*. Tradução Newton Freitas. Rio de Janeiro: Selma Editoras, 1934.

REED, John. *A filha da revolução*. Tradução Newton Freitas. Rio de Janeiro: Editora Adersen, 1934.

ASSIS, Machado. *Don Casmurro*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1943.

PHILIPPE, Charles-Louis. *Bubu de Montparnasse*. Tradução Newton Freitas. Revista e prefaciada por Sergio Milliet. Coleção Biblioteca do Leitor Moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

VALLE-INCLAN, Ramón del. *Tirano Banderas*. Tradução Newton Freitas. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

2. Capas libros publicados

- **Lídia Besouchet e Newton Freitas**

Buenos Aires: M. Gleizer, 1939.

Buenos Aires: Sudamericana, 1946.

- **Lídia Besouchet**

Buenos Aires: Ed. América Económica, 1940.

Buenos Aires: Talleres Gráficos Augusta, 1941.

Rio de Janeiro: Martins Editora, 1945.

Buenos Aires: Sudamericana, 1945.

Buenos Aires: Emecé Editores, 1946.

Buenos Aires: Editora Peuser, 1947.

São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

Rio de Janeiro: MEC/Serviço Documentação, 1965.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- **Newton Freitas**

Buenos Aires: América Económica, 1940.

Buenos Aires: UPAK, 1941.

Buenos Aires: Emecé Editores, 1942.

Buenos Aires: Editorial Schapire, 1942.

Buenos Aires: Talleres Gráficos Augusta, 1942.

Buenos Aires: Emecé Editores, 1942.

Buenos Aires: Emecé Editores, 1943.

Buenos Aires: Editorial Nova, 1943.

Buenos Aires: Editorial Pigmalión, 1943.

Buenos Aires: Editoria Poseidon, 1943.

Buenos Aires: Editorial Nova, 1944.

Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945.

Buenos Aires: Editorial Nova, 1946.

Buenos Aires: Ediciones Tito, 1946.

Buenos Aires: Botella al Mar, 1948.

Buenos Aires: Botella al Mar, 1948.

Buenos Aires: Botella al Mar, 1948.

Buenos Aires: Botella al Mar, 1949.